



POLIFONIAS

ORGANIZADORES

SOLIMAR OLIVEIRA LIMA

FRANCISCO DE OLIVEIRA BARROS JÚNIOR

MARCOS ANTONIO ÂNGELO DA SILVA



ORGANIZADORES

SOLIMAR OLIVEIRA LIMA

FRANCISCO DE OLIVEIRA BARROS JÚNIOR

MARCOS ANTONIO ÂNGELO DA SILVA

LGBTQIAPN+ POLIFONIAS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Reitor

Gildásio Guedes Fernandes

Vice-Reitor

Viriato Campelo

Superintendente de Comunicação Social

Samantha Viana Castelo Branco Rocha Carvalho

Diretor da EDUFPI

Cleber de Deus Pereira da Silva

EDUFPI - Conselho Editorial

Cleber de Deus Pereira da Silva (presidente)

Cleber Ranieri Ribas de Almeida

Gustavo Fortes Said

Nelson Juliano Cardoso Matos

Nelson Nery Costa

Viriato Campelo

Wilson Seraine da Silva Filho

Projeto Gráfico. Capa. Diagramação

Alcides Jr / Área de Criação

Revisão

Autores



FICHA CATALOGRÁFICA

Universidade Federal do Piauí

Biblioteca Setorial do Campus Amílcar Ferreira Sobral

Serviço de Processamento Técnico

L687 LGBTQIAPN+ polifonias / Solimar Oliveira Lima, Francisco de
Oliveira Barros Júnior, Marcos Antonio Ângelo da Silva
(organizadores). - Teresina, PI: EDUFPI, 2023
307 p.; il.

ISBN.: 978-65-5904-246-3

Inclui Índice Remissivo

Inclui Bibliografia

1. LGBTQIAPN+. 2. Homossexualidades. 3. Sociedade. I. Título.

CDD 306.76

Ficha Catalográfica elaborada pelo Bibliotecário Breno Jucá Barbosa – CRB3/1717



Editora da Universidade Federal do Piauí – EDUFPI

Campus Universitário Ministro Petrônio Portella

CEP: 64049-550 - Bairro Ininga - Teresina - PI – Brasil



PARECERISTAS

Cristiana Costa da Rocha

(Universidade Estadual do Piauí – UESPI)

Francisca de Jesus Cardoso Moura

(Centro de Ensino Superior do Vale do Parnaíba – CESVALE)

Francisca Raquel da Costa

(Instituto Federal do Piauí – IFPI)

Francisca Verônica Cavalcante

(Universidade Federal do Piauí – UFPI)

Iara Mesquita da Silva Braga

(Universidade Federal do Piauí – UFPI)

Izabel Hérica Gomes Matias Cronemberg

(Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA)

Maria Auxiliadora Pereira da Cruz

(Faculdade Estácio de Teresina)

Naiara de Moraes e Silva

(Universidade Estadual do Piauí – UESPI)

Robson Carlos da Silva

(Universidade Estadual do Piauí – UESPI)

Maria Rosângela de Souza

(Universidade Federal do Piauí – UFPI)

APRESENTAÇÃO

Escrever sobre um tema, cobra dos autores que tenham uma intimidade com ele. Identificações são expostas. O texto escrito envolve entranhamentos. Percebemos uma visceralidade na escrita. Escrevemos sobre o que está dentro de nós e os atravessamentos nas nossas histórias de vida. Textos interessados em dar publicidade a assuntos relevantes e emergentes. Registros escritos na trilha dos que objetivam desvendar as máscaras sociais. Com as armas da crítica, fazem os seus strip-teases analíticos. Desvelamentos ancorados em referenciais teórico-metodológicos construídos ao longo de processos de formação e engajamento político.

Propomos uma coletânea de artigos comprometidos com a diversidade de abordagens. Congruentes com um pensamento complexo, aberto, defendemos uma ruptura das barreiras entre as diferentes disciplinas. Olhares multidisciplinares são convidados para darem as suas

contribuições. Trabalhamos em campos complexos e conflituosos. Interesses variados atravessam as páginas dos livros. O nosso livro está comprometido com a emissão de múltiplas falas. Discursos múltiplos em torno das várias manifestações da sexualidade humana, em especial as homossexuais. Somos pesquisadores interessados em tudo o que diz respeito ao humano. Do micro ao macro, estamos atentos aos sinais dos nossos tempos ambivalentes e paradoxais. Progressos, regressões, avanços e retrocessos. Focalizamos uma multiplicidade de questões ligadas à nossa multidimensionalidade. Queremos pão, bons salários, arte e a livre expressão dos nossos desejos afetivos e sexuais.

Um livro que valoriza a interlocução entre os saberes universitários e a sociedade civil organizada. Pesquisadores em diálogo com os movimentos sociais. Universidade pé no chão, envolvida com os desassossegos, carências e angústias humanas. Um conceito de ciência engajada, comprometida, solidária com as lutas por uma sociedade democrática, justa e respeitosa pelos direitos humanos. Não trazemos um tema menor, periférico, de uma pequena história. As homossexualidades encontram os seus historiadores. Temos assuntos importantes para tratar. O mercado não é o único assunto relevante. Escrevemos violências, no plural. Somos violentados com a falta do pão, quando sofremos bullying e na proibição de dizermos eu te amo. O sofrimento tem múltiplas fontes. Os indivíduos sofrem com as suas existências precárias, limitadas. Limites impostos por sociedades estruturadas

para gerar opressões e cerceamentos das liberdades. “A gente não quer só comida”. Queremos seguir pronunciando o nome da criatura que amamos. O tempo de Oscar Wilde passou. Ele permanece nas paredes das nossas memórias, na companhia das letras. Resistimos às investidas dos conjugadores do verbo retroceder.

A nossa escrita conjuga o verbo desconstruir e outras conjugações verbais voltadas para iluminar os pensamentos antenados com os projetos de mudanças sociais. Escritos emancipatórios. Um trabalho assumidamente político no sentido amplo do que significa fazer política. Para além das disputas partidárias, o nosso compromisso é com o descortinamento do que está velado, debaixo dos panos. Com todo o respeito pelos panfletos, a nossa ótica representa uma radicalidade que pretende atingir as raízes das questões que problematizamos. Textos radicais na gravidade das suas óticas. Escrevemos sobre afetos, sexualidades, subjetivações da parte de quem experimentou estigmas, preconceitos e ódios. Indivíduos vistos como desviantes, outsiders, anormais por desafinarem os coros dos contentes. As nossas expressões encontram a poesia cortante das palavras navalhas de Belchior. Queremos que os nossos textos tortos, malditos, feito facas, cortem a carne de vocês.

Quais as questões cotidianas das pessoas LGBTQIAPN+? Diversas letras para representarem agrupamentos humanos. Cada uma delas com pautas comuns na diversidade alfabética e apresentando demandas específicas de cada letra componente do conjunto. Estamos

dentro de um campo de convergências e conflitos. Nossos textos penetram no cotidiano das vidas de sujeitos (as) históricos, suas experiências e pleitos individuais e coletivos. A violência a mulheres homossexuais, produzida pela família tradicional. Elas vistas como ameaças perigosas à sagrada instituição familiar. Em nome da moral e dos bons costumes, as amantes lésbicas são violentadas. Violências no plural, partindo de variadas direções. Em determinadas localidades, registros históricos revelam o autoritarismo estatal desferindo golpes na esfera da sexualidade. No enfrentamento dos violentadores, as mulheres sapatões transitam entre as vivências solitárias do não pertencimento e chegam ao ponto de serem ousadas e corajosas, no risco que correm por investirem nos seus afetos.

Os nossos capítulos resultam de pesquisas qualitativas, ligadas a estudos desenvolvidos em diversos programas de pós-graduação no campo das ciências humanas e sociais. Escritos articulados com linhas de pesquisa voltadas para corpos, gêneros e sexualidades. Debates contemporâneos de particular interesse para os trabalhadores da educação. Em uma perspectiva global, a compreensão dos conceitos debatidos transita das esferas pessoais às políticas. Nas citações textuais fulguram nomes referências como os de Raewyn Connell, Judith Butler, Paul B. Preciado, Richard Miskolci, Guacira Lopes Louro e outros (as) cronistas e analistas das alianças corporais no confronto com os discursos de ódio. Performances nas ruas em manifestações e assembleias

com propostas subversivas relacionadas à exploração estrutural produzida pelo sistema heterossexual.

Acessar a humanidade da sigla LGBTQIAPN+, através de diferentes linguagens, é uma perspectiva metodológica assumida no nosso trabalho editorial. Textos literários e fílmicos, em enlaçamentos com os nossos pensadores das ciências humanas e sociais, fornecem conteúdos que acrescentam profundidade aos nossos estudos. Nas telas, as homossexualidades são representadas. Um “cine arco-íris” apresenta narrativas cinematográficas homoeróticas. O amor e as leis do desejo, em todas as suas formas, nas cores e carnes trêmulas do apaixonante cinema do autor Pedro Almodóvar. A sociedade homoafetiva, sob os olhares cinematográficos, é projetada para o usufruto do pesquisador aberto e orientado por uma visão complexa sobre os temas que estuda.

Do écran para os contos, crônicas e romances da literatura de língua franca sobre os que transitam na contraluz da vida gay. Escritos escandalosos, assumidos, trágicos, proibidos. Fontes de pesquisa para quem etnografa travestis, as damas e rainhas notívagas, inventoras do feminino. As enunciações de mulheres trans e das transmasculinidades, na companhia das letras, em especial as dos (as) autores (as) do nosso livro. Elas recebem o foco do protagonismo. Entre nós, são altezas. Voz e vez para quem sente na pele a violência de ser estigmatizada e alvo da homofobia. Causando estranhamentos cotidianos, famílias bem diferentes, em novos arranjos

familiares, novas conjugalidades nas quais um casal de homens adota uma criança que terá dois pais. Na sociedade em rede e de riscos, gays em processo de envelhecimento, seguem caçando parceiros em aplicativos de bate-papo a eles direcionado. Uma velhice transviada ganha as subjetivações autobiográficas de um transexual.

Diversidade discursiva sobre corpos telas, generificados, em suas potencialidades romanescas e políticas. Diferenças sexuais e interseccionalidades na arena das nossas vidas pessoais e em coletividade. Nos contextos familiares e escolares, processos socializadores e seus padrões em relações culturais e de poder conflitantes. Conflitos em arenas de definições sobre o ser homem e teorias libertadoras das mulheres. Enfrentamentos no âmbito das dimensões centrais das nossas existências. Estas, marcadas pela precariedade, demandam por alianças corporais. Nas ruas, as performativas presenças de quem é considerado descartável, gritam por visibilidade, respeito, justiça e liberdade. Marcadores identitários pintam os cartazes dos protestos engendrados por quem vive em transição. Transgêneros, transexuais e os (as) sujeitos (as) das diversas outras letras da sigla LGBTQIAPN+, fazem a hora e não esperam acontecer.

Corpo, gênero e sexualidade no espaço educacional. O nosso livro assume um compromisso teórico e político de penetrar na escola e aprofundar a visão sobre as produções culturais dos corpos. Os “normais”, os “diferentes” e os “excêntricos” debatem, nas escolas, os matizes e olhares plurais dos ousados educadores em

suas atrevidas pautas temáticas. Tremores na sala de aula provocados pelas vozes experientes de quem fala das fronteiras por elas atravessadas. Em termos reais, desfazer e desconstruir são verbos conjugados pelos corpos críticos em suas lutas contra a morte social e na batalha por vidas vivíveis e sustentáveis. Somos observadores das construções sociais mediadoras das relações históricas entre homens e mulheres. Atentamos para as novas masculinidades e feminilidades em construção.

Em tempos de “desejos digitais”, “da busca por parceiros on-line”, escrevemos a partir das travessias históricas de quem, armado de carnes, tintas e papéis, enuncia contra-discursos no enfrentamento dos dispositivos estigmatizantes. Alinhados com prismas abertos à infâmia humana, descemos nos fascínios e terrores dos porões e do underground de quem transita por paisagens trans. Sequiosos pelo conhecimento das ambivalentes e paradoxais humanidades, somos despidos nos nossos interesses de aproximação com quem disse um dia: “nada do que é humano me é estranho”. Tudo é história. Esta ciência descortinadora e com a qual estamos enlaçados nos nossos objetivos científicos e políticos. Apresentamos artigos aliados com o movimento LGBTQIAPN+ em seus embates com os autoritarismos colonialistas e fascistas. Escritos performativos contra os discursos de ódio. Escutando falas, escrevemos sobre os amores historicamente calados e que agora estão revolucionando o mundo paradoxal em que vivemos. Robótica e fome na sociedade big brother do espetáculo. Da ancestral

poesia homoerótica latina, lemos a seguinte pergunta: “Por que calar nossos amores?” Nas próximas páginas, rompendo os silêncios, somos os digitadores pensantes em seus gritos e repúdios indignados contra as homofobias e heterossexismos nossos de cada dia.

DR. FRANCISCO DE OLIVEIRA BARROS JÚNIOR
(Professor Titular do Departamento de Ciências
Sociais da Universidade Federal do Piauí)

SUMÁRIO

- 5 | APRESENTAÇÃO
- 15 | PROCESSOS DE ENUNCIÇÃO DE MULHERES
TRANS E TRAVESTIS
RODRIGO DE MENEZES GOMES
ANTÔNIO VLADIMIR FÉLIX-SILVA
ADRIANA PEREIRA DOS SANTOS
WILKER DENIS SILVA MARTINS
- 40 | A FAMÍLIA TRADICIONAL COMO PRODUTORA
DE VIOLÊNCIAS A MULHERES HOMOSSEXUAIS
EULALIANY KELLY PAIVA DE MORAIS
- 64 | DIVERSIDADE E INCLUSÃO DE PESSOAS LGBTQIA+
NO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL:
DESAFIOS E PERSPECTIVAS
JULLYANE ALVES TEIXEIRA
- 89 | ESTADO AUTORITÁRIO E SEXUALIDADE: O CASO
DO PREFEITO DE BACURÍ - MA (1969-1970)
KELYEL FORTES DE RESENDE MELO
ELIZÂNGELA BARBOSA CARDOSO

- 111 MULHER SAPATÃO: DA SOLIDÃO DE NÃO PERTENCER
ÀS OUSADIAS E CORAGENS EM SE ARRISCAR NOS AFETOS
MARIA LIZANDRA MENDES DE SOUSA
DANIELE DA SILVA FÉBOLE
LETÍCIA CAROLINA PEREIRA DO NASCIMENTO
- 136 O USO DA JUDICIALIZAÇÃO COMO FORMA
DE CONQUISTA DE DIREITOS PARA A POPULAÇÃO
LGBTQIA+ PELO GRUPO MATIZES
LIBNI MILHOMEM SOUSA
OLÍVIA CRISTINA PEREZ
- 167 O GRINDR COMO FACILITADOR DE REDES
E CONEXÕES DE DESEJOS VIRTUAIS
MARCOS ANTONIO ÂNGELO DA SILVA
- 191 TRANSMASCULINIDADES NA ORDEM CISGÊNERO
EM TERESINA-PIAUI: RELATOS DE UMA PESQUISADORA
MARIA CLARA TERESA FERNANDES SILVEIRA
VICTOR (*IN MEMORIAM*)
- 217 RAIMUNDO PEREIRA EM TELA: HOMOSSEXUALIDADES
MASCULINAS REPRESENTADAS NO FILME HOMENS (1993)
MARCIA PEREIRA DE OLIVEIRA
EDNARDO MONTEIRO GONZAGA DO MONTE
- 232 CORAÇÃO, CRUZ E CU: TECNOLOGIAS DE APRUMAÇÃO
EM A *PALAVRA QUE RESTA*, DE STÊNIO GARDEL
RUAN NUNES SILVA
- 256 TELAS SOCIOLÓGICAS MOVIMENTAM AS CENAS LGBTQIA+
FRANCISCO DE OLIVEIRA BARROS JÚNIOR
- 274 UMA NARRATIVA DA REINVENÇÃO DE PAI E FILHO
EM UMA FAMÍLIA HOMOPATERNAL
SOLIMAR OLIVEIRA LIMA
- 292 AUTORES
- 301 ÍNDICE REMISSIVO

1. INTRODUÇÃO

Transgênero é um termo utilizado para definir identidade de gênero que diverge da cisheteronormatividade. Isso significa que a pessoa se identifica e se reconhece em um gênero que não corresponde às normas sociais de performatividade de gênero e as concepções de masculinidade e feminilidade atreladas a caracteres sexuais assignadas pelo saber médico ao nascer. Nesse sentido, considera-se sob a designação geral transgênero não apenas as pessoas que desejam um realinhamento entre sua identidade de gênero e seus corpos através do processo cirúrgico de transgenitalização e do tratamento hormonal para redefinição dos caracteres sexuais secundários e readequação de sua estética corporal (BENTO, 2006), mas também aquelas que não desejam, necessariamente, modificar seus órgãos genitais, permanecendo em um território

de relativa ambiguidade, tais como as travestis (LEITE JÚNIOR, 2011).

Cabe salientar que, no *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* (DSM-V) da Associação Americana de Psiquiatria (APA), a pessoa transexual ainda é encarada como portadora de uma desordem psíquica (BENTO & PELÚCIO, 2012), anteriormente incluída em sua quarta edição sob a categoria de “Transtorno de Identidade de Gênero” (TIG) e somente retirada em sua quinta edição quando passou a ser denominada “Disforia de Gênero” (PREU & BRITO, 2019).

Em 2019, com a publicação da 11ª versão da *Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas de Saúde* (CID-11), a transexualidade deixa de compor os transtornos mentais e passa a ser classificada como “incongruência de gênero” na categoria de “condições relacionadas à saúde sexual”.

Em 2018, o Conselho Federal de Psicologia publicou a Resolução CFP nº 01/2018, no âmbito da Ciência e da Profissão, orientando a atuação de psicólogas e psicólogos no que se refere à despatologização das identidades de gênero relacionadas com as travestilidades e as transexualidades (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018).

Não obstante, no Brasil, quando uma pessoa transgênero busca um ambulatório trans, uma das exigências para que se inicie um processo de hormonioterapia é a de um laudo psiquiátrico que ateste a tal “disforia de gênero” ou a tal “incongruência de gênero”.

Isso significa que as pessoas transgêneros ainda

enfrentam uma série de dificuldades e burocracias para que tenham reconhecidas várias de suas demandas, tais como a legitimação do uso do nome social em documentos civis e o direito de submeterem-se ao processo de transexualização (incluindo cirurgia, uso de hormônios e próteses) através do Sistema Único de Saúde (ARÁN; MURTA; LIONÇO, 2009).

O foco indagatório da pesquisa que resultou neste estudo surgiu a partir da problematização acerca dos modos de existência transgênero e de como essa produção de subjetividade é afetada pelos processos de exclusão e invisibilidade aos quais estas pessoas são submetidas em diversas instituições e contextos, tais como escolar, familiar e do trabalho.

Além disso, questionou-se o efeito desse agenciamento dos processos de subjetivação sobre a saúde da pessoa transgênero, entendendo-se saúde, aqui, como uma produção social segundo o conceito promulgado pelo Relatório Final da 8ª Conferência Nacional de Saúde de 1986 (BRASIL, 1986) e referendado pela Política Nacional de Promoção da Saúde em 2006 (BRASIL, 2006), que a define como “[...] resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde.” (BRASIL, 1986, p. 4).

Ancorando-nos nessa concepção mais ampla de saúde, constatamos que as instituições, que em tese deveriam exercer a função de proporcionar condições básicas necessárias ao bem-estar e à promoção de saúde para a

pessoa transgênero, acabam gerando espaços de opressão e estigmatização que lhe tolhem, em grande parte e desde o início da vida, o direito à cidadania e a oportunidade de crescimento pessoal, profissional e intelectual, produzindo, não raramente, um intenso sofrimento de caráter ético-político.

Rotineiramente excluídas e marginalizadas devido não apenas à identidade de gênero divergente dos preceitos heteronormativos socialmente impostos, mas também aos marcadores de classe e raça/etnia, a pessoa transgênero é frequentemente expulsa da escola. Não à toa, observa-se um baixo nível de escolaridade entre essa população, devido ao grande índice de evasão escolar — Berenice Bento (2011) problematiza esse termo por invisibilizar os processos de exclusão subjacentes — as pessoas transgêneros. Mesmo com a implementação das políticas de equidade, entre 2003 e 2015, veem-se, na maioria das vezes, restringidas a uma vida que oscila entre a prostituição e o emprego informal/autônomo como alternativas para a obtenção de renda e subsistência.

Apesar da promulgação do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT (BRASIL, 2009a), resultado da 1ª Conferência Nacional GLBT¹ (BRASIL, 2008a), e da instituição da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais (BRASIL, 2013), mulheres trans e travestis ainda permanecem invisíveis aos olhos da sociedade de modo geral e, efetivamente, das políticas públicas de saúde e

1 Sigla utilizada à época para se referir a gays, lésbicas, bissexuais e travestis.

educação, vivenciando diariamente uma série de violações de direitos (ZAMBRANO, 2011) que as inserem em um limbo simbólico de quase inexistência e inumanidade.

É importante, portanto, reconhecermos as pessoas transgêneros como sujeitas de direito cuja produção de subjetividade pode ser compreendida para além e, preferencialmente, fora da patologização e de concepções biologicistas que atrelam gênero a sexo, que enquadram e homogeneizam a experiência trans em uma simples categoria nosológica. Faz-se necessário reconhecer a experiência transgênero em sua multiplicidade e a forma pela qual as travestis vivenciam os processos de produção de saúde, produzindo suas próprias estratégias como forma de resistência ou sendo excluídas dos mesmos.

2. ASPECTOS METODOLÓGICOS

As atividades e procedimentos realizados constituíram uma pesquisa de caráter qualitativo, tendo sido utilizada uma entrevista semiestruturada baseada em um roteiro de perguntas abertas como ferramenta inicial de abordagem para o processo cartográfico de mapeamento dos processos de subjetivação em saúde e modos de vida. As entrevistas foram realizadas com quatro participantes, que se autodenominam travestis e mulheres trans. Os nomes das autoras das narrativas que iremos compartilhar foram escolhidos por elas mesmas.

A estratégia metodológica utilizada foi a de incursão e composição cartográfica (BARROS & KASTRUP, 2009) dos espaços e dos eventos e encontros realizados pelos grupos

e movimentos sociais de militância LGBTTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuados...) do estado norterio-grandense: Associação de Travestis e Transexuais potiguaras na ação pela coerência no Rio Grande do Norte (Atransparência) e o IBRAT (Núcleo Estadual do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades).

3. PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO E EXPERIÊNCIA TRANS

Devido à sua complexidade, os processos de constituição das subjetividades são multidimensionais e multideterminados, sendo assim, a análise dos processos de subjetivação tem a ver com os campos de forças compostos pelos diversos fluxos e linhas dos agenciamentos coletivos do desejo. Tais agenciamentos estão relacionados com as experiências dotadas de emoção, afecções do corpo, sensações, afetos, representações, sentidos e processos de enunciação que são expressões de modos de sujeição e resistência, forjados na inserção e inter-relação da pessoa com outras pessoas e com os artefatos da cultura e do meio social em que se encontra inserida. Nesse sentido, a subjetividade não é concebida como um recipiente hermético concebido e formado no interior da psique dos sujeitos e diretamente preenchido pelo meio social, mas sua composição se constitui como uma rede de forças que não é centralizada nem no interior do sujeito nem fora dele, e que se encontra num constante processo de retroalimentação com o meio social (GUATTARI & ROLNIK, 2010).

É importante lembrar que o processo de constituição das subjetividades, pela sua própria natureza múltipla, é atravessado por linhas de segmentaridade duras (rígidas e identificadas com as normas morais), maleáveis (flexíveis) e singulares (criativas e inventivas) simultaneamente, que se combinam em diversos e inúmeros arranjos, muitas vezes entrecruzando-se como nós em uma rede para então divergirem e, mais adiante, convergirem novamente. Diante dessa dinâmica dos processos de subjetivação, propomo-nos aqui a analisar a relação das subjetividades e da experiência trans apontando para a coexistência e o entrelaçamento, por vezes paradoxal, das linhas de segmentaridade dura, maleável e de fuga que irrigam as narrativas produzidas.

4. CARTOGRAFANDO OS AGENCIAMENTOS DE SUBJETIVIDADES TRANSGÊNEROS

Os depoimentos apresentados a seguir são frutos dos contatos que compartilhamos com as pessoas entrevistadas tanto nos seus espaços de convivência cotidiana quanto nos espaços de mobilização política e social. Seus lugares de fala e representatividade (RIBEIRO, 2019) mostram vivências e afetações que contribuem para a análise cartográfica dos agenciamentos das subjetividades e seus atravessamentos por instituições e dispositivos como escola, saúde, trabalho, família e sociedade.

4.1 CAROLINA

Carolina (18 anos), no momento da entrevista, cursava o terceiro ano do ensino médio em uma escola situada em um bairro da Zona Sul. Nosso encontro ocorreu na praça de alimentação de um movimentado shopping localizado em uma das avenidas centrais da capital e, durante a entrevista, ela conversou a respeito de sua experiência enquanto mulher trans e dos desdobramentos de sua identidade de gênero, vivenciando processos de exclusão em diversos âmbitos da sociedade. Ela relatou, em um primeiro momento, sobre sua identificação como mulher, que não se encontra necessariamente atrelada à identidade transexual e encontra legitimidade, acima de tudo, na imagem que possui de si mesma:

Me vejo como uma mulher normal, uma pessoa normal, porque a sociedade acabou criando essa coisa de rotular. Todos nós somos seres humanos, né? Como somos obrigados a nos encaixar em “quadrinhos”, eu me defino como mulher e não falo “Ai, eu sou uma mulher transexual!” Sou uma mulher como qualquer outra. É assim como me vejo. (Carolina).

Mulher emerge como expressão dos processos de subjetivação e enunciação de Carolina. Como ela denuncia há, na sociedade, a presença de uma compulsoriedade social de enquadramento em uma categoria de gênero; sem dúvida, delimitada pelas linhas de segmentaridade binária que visam categorizar as subjetividades em polos duais e complementares: masculino e feminino. Carolina

relatou, também, sobre sua transformação corporal através da utilização de hormônios sintéticos e sobre a angústia que vivenciou em relação à busca do apoio afetivo e financeiro de sua família para a compra dos medicamentos, chegando a vislumbrar a prostituição como saída:

Passei cinco meses tomando hormônio e ninguém percebeu nada, então acabou (sic) os meus hormônios e eu estava sem dinheiro. Daí surgiram duas opções: ou eu contava pra minha família e recebia apoio ou eu ia pra prostituição. A sociedade tem a visão de que toda travesti/transsexual faz programa e muitas amigas minhas também. Elas diziam: “[...] ou você vai fazer programa ou fica sem tomar.” É a única saída que elas viam porque realmente muitas famílias não aceitam por causa do preconceito. Botam para fora de casa e por mais que minha família me ame, ela tem medo do preconceito da sociedade. (Carolina).

Judith Butler (2008) conceitua a transfobia como uma série de processos de exclusão e/ou violência direcionados àqueles e àqueles que não regulam suas expressões existenciais de gênero e seus modos de subjetivação às normas de sexo/gênero/desejo/práticas sexuais. Nesse sentido, as vozes de mulheres trans e travestis ecoam nos enunciados de Carolina, mostrando como a transfobia familiar e a questão de pertencer à classe trabalhadora e sem acesso à renda podem levar a pessoa trans à prostituição como modo de suprir, financeiramente, a necessidade de seu processo de transformação corporal.

Carolina relatou a respeito da transfobia sofrida por ela

também no contexto da escola, na qual foi impedida pela coordenadora de utilizar o banheiro feminino:

[...] sofri discriminação por parte da escola que não aceitava eu usar o banheiro feminino. Uma vez entrei no banheiro feminino e a coordenadora chegou pra mim e disse: “Falei pro diretor da escola e ele falou que você não pode entrar no banheiro das meninas porque você é um menino.” Eu estava saindo da escola, era final de ano, e falei com ela: “Olha, só não processo a escola porque estou saindo daqui, porque senão processaria, porque isso dá processo.” (Carolina).

O contexto escolar, quando se configura como produtor de sofrimento psíquico e adoecimento, expulsa trans e travestis. Retomamos, aqui, o que Berenice Bento (2011) afirma sobre evasão escolar de pessoas transgêneros, caracterizando esse processo mais como um ato exclusão/expulsão do que um ato voluntário, considerando que, muitas vezes, a pessoa acaba evadindo-se dos estabelecimentos de ensino devido às situações de opressão e invisibilidade enfrentadas cotidianamente.

Carolina fala sobre perspectivas para o futuro, sonhos e desejos comuns a algumas pessoas de sua idade, como família, formação acadêmica e empregabilidade:

Meu projeto de vida não está focado no Brasil, mesmo que minha família esteja toda aqui, porque, se eu parar pra pensar, aqui eu não vou ter vida. Quando eu estava em transição, meu cabelo tava curto e estava aquela coisa meio andrógina... Eu comecei a distribuir currículo e as pessoas olhavam pra mim e para a foto do currículo, e

por isso eu não consegui emprego. Não quero me limitar a um salário mínimo. Eu quero crescer, quero minha independência, quero viajar, quero ter uma família, ter filhos. (Carolina).

À diferença de pessoas trans e travestis pretas e pardas, da classe trabalhadora, Carolina é branca e pertence à família considerada de classe média alta. Mesmo assim, ela fala em sair do país, por reconhecer a dura realidade social enfrentada pela população transgênero no Brasil, que é um dos países líderes em números de transfeminicídio no mundo.

Para Berenice Bento (2014) “o transfeminicídio se caracteriza como uma política disseminada, intencional e sistemática de eliminação da população transexual no Brasil, motivada pelo ódio e nojo”. (BENTO, 2014, p. 1). De acordo com dados divulgados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), em 2021, 5% das pessoas vítimas de violência tinham entre 13 e 17 anos e 53% tinham entre 18 e 29 anos, sendo a maioria negra, composta de mulheres trans e travestis.

4.2 ATHENAS

Athenas (24 anos) nos recebeu na sala do Tirésias, Núcleo Interdisciplinar de Estudos em Diversidade Sexual, Gênero e Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), onde, no momento da entrevista, era bolsista e trabalhava com demandas relacionadas aos direitos de minorias sociais. Como aluna de graduação, ela também foi a primeira travesti a morar

na residência estudantil e nos fala de sua luta jurídico-política não apenas pelo direito ao uso do nome social, mas também pela retificação do prenome e gênero em todos os documentos sem a necessidade de se submeter ao processo de transgenitalização. Athenas fez referência a quem precisa submeter o corpo à exploração sexual comercial para obtenção de renda, ao contrário dela que sempre teve acesso a trabalhos formais:

A maioria das meninas geralmente elas se prostituem, né? As meninas transexuais usam da prostituição sim porque não têm como, não têm meios de conseguir um trabalho formal, e aí elas se prostituem. No meu caso eu nunca me prostituí, eu nunca precisei. Eu sempre tive trabalhos formais. (Athenas).

De acordo com a ANTRA (2021), aproximadamente 90% das travestis e transexuais do Brasil encontram-se na prostituição.

As mulheres trans e travestis experimentam, frequentemente, processos de desumanização pelo tratamento dispensado a elas assim que adentram ao serviço de saúde, em geral, relacionados com o desrespeito ao uso do nome social pelos trabalhadores da saúde. Athenas relatou um exemplo de tal desumanização em uma ocasião na qual precisou utilizar o serviço de saúde em um hospital vinculado à própria universidade, antes da retificação do prenome e gênero, quando ainda usava o nome social:

Eu cheguei lá e o cara tava me tratando super bem, [...] até que ele pediu minha identidade. Quando ele viu,

ele fez (sic): “Vixe, isso é um homem!” Bem alto. Todo mundo que tava do lado ficou olhando pra minha cara. Aí eu [disse]: “Como é que é?”. Fiquei constrangida. Aí eu falei pra ele: “Da próxima vez que você fizer isso, eu vou registrar aqui na ouvidoria e você vai direto comigo pra delegacia pra fazer um BO, porque isso que você tá fazendo é crime! Você tá me constrangendo em público! Você tá me expondo e você tá me causando danos morais e psicológicos! Isso é crime! Isso é conduta vexatória!” Aí ele [disse]: “Ai, me desculpa!” E eu falei: “Você não tem o direito de fazer isso! Esse documento é meu! Eu exponho se eu quiser!” (Athenas).

Athenas contou a respeito de sua aspiração por instituições sociais como casamento, maternidade e família, do seu desejo de dar continuidade à formação acadêmica através do ingresso em um programa de pós-graduação, além do sonho de viver em um mundo melhor, no qual as pessoas transgêneros, travestis e trans, possam ter sua diferença e sua humanidade respeitadas:

Eu sonho em ter minha própria casa, em ter a minha autonomia. Eu sonho em ser mãe. Mãe de dois filhos, porque eu sempre quis ser mãe. [...] Me casar com meu namorado... [...] Sonho em fazer mestrado, doutorado... [...] Sonho por um mundo mais igual, mais humano, onde a diferença seja contemplada, sabe? [...] Onde o diferente seja contemplado, porque é a diferença que agrega, que encanta, que transforma. A diferença é que faz com que as coisas fiquem melhores. Sempre a diferença agrega algo. Então eu sonho por um mundo que contemple as diferenças, onde a gente possa ser vista como ser humano, né? Porque nós ainda não somos. (Athenas).

Tais quais algumas mulheres cisgêneros, algumas mulheres trans e travestis também são agenciadas pelo desejo de ser mãe e esposa.

4.3 JHE

Jhe (20 anos) é dona de casa e trabalha com o marido em um shopping popular no centro da cidade. Ela mudou-se de Fortaleza para Natal em 2014 e residia na cidade há menos de um ano, no momento da entrevista. A conversa com Jhe aconteceu no contexto da Pré-Conferência de Políticas para as Mulheres realizada na Zona Leste, onde participou como uma das representantes das mulheres transexuais e do movimento LGBTTQIA+, e na qual foi eleita para participar da Conferência Municipal como uma das primeiras delegadas transexuais do estado do Rio Grande do Norte.

Jhe também reafirmou sua identidade enquanto mulher e falou a respeito de situações nas quais se sentiu constrangida, em sua cidade de origem, por ter tido sua identidade de gênero desrespeitada em público:

[...] [N]a minha cidade é “ele não sei o quê...ele não sei o quê lá (sic)” É constrangedor. [...] Às vezes falam “ele” e outros dizem: “Ele não! É ela!”. Mas muitos dizem: “É ele! Se está o nome aqui (sic), então vai ser ele! Se o nome na identidade está ele (sic), então vai ser ele!”. (Jhe).

Muitas pessoas cisgêneros ainda utilizam a linguagem para perpetrar uma violência de ordem simbólica (BICALHO & DINIZ, 2009) a travestis e transexuais através da adoção do

pronome que não corresponde ao gênero ao qual elas se identificam. Sobre os fatores que levam a esse tipo de violência, Rita de Lourdes de Lima (2011) elucida que “[...] [N] o Ocidente, o conceito de gênero está colado ao de sexualidade/reprodução, o que promove uma imensa dificuldade de separar, segundo o senso comum, a problemática da identidade de gênero da de orientação sexual” (p. 169).

Jhe relatou sobre a associação da qual faz parte, a ONG Atransparência, que lhe dá apoio e reconhecimento e promove sua inserção e engajamento político no movimento LGBTTQIA+:

Eu morava em Fortaleza, né? Vim pra cá, pro Rio Grande do Norte, e fui acolhida pela Atransparência, e agradeço muito à minha presidente, a Rebecka de França, por ter me dado a oportunidade de estar ao lado dela. Tanto que agora, viu meu amor, eu sou secretária da juventude. (Jhe).

A militância política e o engajamento em movimentos sociais têm produzido modos de subjetivação e resistência de trans e travestis. Assim, além da sociabilização com seus pares, os movimentos agregam saberes fortalecem a ocupação de espaços públicos e a luta pelo reconhecimento de direitos assegurados e por novos direitos.

Jhe relatou suas projeções para o futuro e falou sobre a mudança pela qual o mundo precisaria passar, em sua opinião, para a melhora das condições de vida de travestis e transexuais:

Meu sonho realmente é que esse mundo mude, entendeu? Sobre o preconceito, a desigualdade... Acho isso muito

importante pro futuro. Acho que só falta essa porta se abrir pra tudo se resolver. Acho muito importante. [...] Um sonho meu é ter um trabalho digno, entendeu? Ter o meu nome social... Eu sei que hoje eu posso ter, mas pra isso eu tenho que correr atrás, tenho que ser apedrejada primeiro pra conseguir o que eu quero, entendeu? (Jhe).

Assim como Athenas, Jhe também tece sua linha de fuga por meio de um agenciamento coletivo do desejo de mudança do mundo para as pessoas travestis e transexuais.

4.5 MARIAH

Mariah (30 anos) estava à frente da I Semana de Debates da Política Nacional de Saúde Integral da População LGBTTQIA+, participando da Pré-Conferência de Políticas para Mulheres da Zona Leste e integrando mesas de debates acerca da visibilidade e militância transexual no município e no estado, realizadas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRN) e na Universidade Potiguar (UnP).

Estudante de licenciatura do curso de Geografia do IFRN e, no momento da entrevista, desempregada, Mariah encabeçava uma das ONGs de travestis e transexuais mais atuantes em Natal, a Atransparência-RN. Ela contou, inicialmente, sobre a batalha diária por inserção igualitária nos espaços sociais e sobre a dificuldade de conquista de direitos para essa população: “*Nada é dado de graça [...]. Tudo é conseguido com lágrimas, suor, algumas vezes estresse... Às vezes conseguimos por pena, às vezes por luta, mas nada é dado de graça*”. (Mariah).

Mariah ressaltou novamente a questão da dificuldade de empregabilidade das pessoas transexuais, destacando a transfobia presente nos espaços de trabalho. Exemplificando tal panorama, Mariah relatou uma situação na qual foi selecionada para realizar um trabalho de panfletagem ao ar livre para uma determinada empresa e, quando um dos supervisores se deparou com uma travesti naquela função, ordenou que ela fosse dispensada do cargo, pois alegadamente poderia “manchar” o nome da organização. Além desse acontecimento, Mariah também contou acerca de uma situação ocorrida quando a mesma se candidatou a uma vaga de emprego no atualmente extinto Departamento de Equidade Social da Prefeitura do município, onde trabalhou durante quatro anos:

Na própria Prefeitura, quando eu mandei meu currículo, eu soube por terceiros que uma pessoa viu meu currículo, olhou minha foto e disse: “O quê que eu vou fazer com uma pessoa dessa aqui?”. E rasgou meu currículo. (Mariah).

Já em relação à assistência das pessoas travestis e transexuais no contexto da saúde pública, Mariah colocou em relevo, mais uma vez, o desrespeito ao uso do nome social nos serviços de saúde, que acaba por gerar atritos muitas vezes desnecessários, uma vez que sua observância é oficialmente garantida em lei desde 2009 (BRASIL, 2009b):

Eu vejo muito despreparo na assistência dessas pessoas (transexuais), começando pelo nome. Tudo no universo tem um nome. Uma mesa tem um nome, uma pedra tem

um nome, um pedaço de pau tem um nome, um minério tem um nome, mas uma travesti não tem direito a um nome. [...] Às vezes as pessoas não querem observar o nome social e você tem que dar dois gritos, né? [...] Às vezes se não vai pela sensibilização, tem que ir pela ignorância. [...] Se as pessoas tivessem conhecimentos dessas pequenas coisas, poupariam a ignorância que a gente faz. E aí sempre classificam a gente como ignorantes, baderneiras e tal, mas não por a gente ser transexual, e sim por eles não saberem dos nossos direitos. Então a gente tem que gritar às vezes pra mostrar o direito da gente. (Mariah).

Mariah apontou para a inclusão dessa população nos debates relativos aos direitos das mulheres, caracterizando a importância do transfeminismo:

Antes era pregado pras (sic) meninas que: “Você só é mulher se você fizer a cirurgia.” Hoje a gente consegue provar que a gente pode ser mulher com nosso genital sem problema nenhum. Eu estou participando dos debates da Conferência da Mulher e estou conseguindo conscientizar as próprias mulheres que eu me sinto mulher mesmo com um pênis. (Mariah).

A partir do momento em que se reconhece uma identidade de gênero denominada feminina, é acarretada também toda uma série de limitações e lutas pelas quais as mulheridades passam. O que o transfeminismo pauta é a necessidade do reconhecimento da singularidade da trans e da travesti e do que há de comum no compartilhamento da luta ao lado de com uma mulher cisgênero.

Mariah compartilhou seu sonho de ser professora e de ser reconhecida enquanto pessoa, afirmando também seu receio em relação ao futuro profissional, decorrente da falta de aceitação social:

Meu sonho é poder trabalhar dignamente. Que as pessoas me vejam como pessoa, não como travesti. E mesmo que me vejam como travesti, que me vejam pelo meu potencial, né? Pelo que eu posso contribuir numa empresa, num órgão público. [...] Meu curso eu tô fazendo e, diferente das outras pessoas, eu não sei se eu vou estar trabalhando, porque eu não sei se vão me aceitar como eu sou. [...] Eu quero ser professora de Geografia, mas eu não sei se eu vou poder. Eu vou lutar com todas as forças pra poder. (Mariah, 30 anos).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos de subjetivação e enunciação das mulheres trans e travestis expressam segmentaridade e singularidades, mostrando a complexidade da produção de subjetividade e seus modos de relação com o tecido social. Assim, pudemos fazer a problematização dos processos de exclusão e da transfobia institucional. Longe de pretender abarcar a ampla diversidade da experiência transexual, nosso intuito foi o de investigar e vislumbrar minimamente a dinâmica dos processos de subjetivação e produção de saúde, apontando paralelamente para o ainda persistente desacolhimento dessa população pelas políticas públicas, muito embora alguns avanços já tenham sido alcançados no que tange à conquista de direitos como

a legitimação do uso do nome social e a instituição do processo de hormonioterapia e processo transexualizador pelo Sistema Único de Saúde. Esses avanços, no entanto, não representam a totalidade das demandas de travestis transexuais, uma vez que os determinantes sociais da saúde dessa população apontam para problemáticas muito mais amplas e profundas, relacionadas ao desamparo social vivenciado por travestis e transexuais.

Dessa forma, enfim, o processo cartográfico aqui apresentado teve a finalidade de apresentar um recorte das vidas de pessoas transgêneros que frequentemente não são ouvidas ou sequer vistas pela sociedade, expondo não apenas suas queixas e violações cotidianas, mas também, e acima de tudo, sua humanidade, sua dignidade e sua perseverança diária em busca de visibilidade e existência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARÁN, Márcia.; MURTA, Daniela.; LIONÇO, Tatiana. Transexualidade e saúde pública no Brasil. *Ciênc. saúde coletiva*. 14, (4), 1141-1149, 2009. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000400020>

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS-ANTRA. Nota da ANTRA sobre cotas e reservas de vagas em universidades destinadas às pessoas trans. Disponível em: <https://antrabrasil.org/2020/12/17/nota-antra-cotas-universidades-pessoas-trans/>

BARROS, Laura; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana. (Orgs.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. p. 52-75. Porto Alegre: Sulinas, 2009.

BENTO, Berenice. *O que é transexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BENTO, Berenice. *A (re)invenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO, Berenice. Brasil: o país do transfeminicídio. *Revista Fórum*. jun. 2014. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/brasil/2014/6/9/brasil-pais-do-transfeminicidio-9571.html>

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. Dossiê Gênero e Sexualidade no Espaço Escolar. *Rev. Estud. Fem.* 19 (2), 549-559, 2011. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000200016>

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. Dossiê Vivências Trans: Desafios, Dissidências e Conformações. *Rev. Estud. Fem.* 20 (2) p. 559-568. 2012 <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000200017>

BICALHO, Renata de Almeida.; DINIZ, Ana Paula Rodrigues. Violência e homossexualidade: um estudo em capitais brasileiras. In: ENCONTRO DA ANPAD, 23, 2009, São Paulo, SP. *Anais... ANPAD: São Paulo*, 2009, p. 1-16.

BRASIL. *Anais da Conferência de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais - GLBT*. Direitos humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania GLBT. Brasília, 2008a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 1.707/GM, de 18 de agosto de 2008. Institui, no âmbito do SUS, o Processo Transexualizador, a ser implantado nas unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 19 de agosto de 2008b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.820/GM, de 13 de agosto de 2009. Dispõe sobre a os direitos e deveres dos usuários de saúde. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 13 ago. 2009b, Seção 1, p. 80.

BRASIL. *Relatório Final da 8ª Conferência Nacional de Saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 1986.

BRASIL. *Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), 2009a.

BRASIL. *Plano Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. *Política Nacional de Promoção da Saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução N° 1, de 29 de janeiro de 2018. Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

LEITE JÚNIOR, Jáder. *Nossos corpos também mudam: a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico*. São Paulo: Annablume, 2011.

LIMA, Rita de Lourdes de. Diversidade, identidade de gênero e religião: algumas reflexões. *Em Pauta: Teoria Social & Realidade Contemporânea*. Rio de Janeiro, n. 28, p. 165-182, dez. 2011.

PREU, Roberto de O.; BRITO, Carolina F. A patologização da transexualidade: uma leitura crítica das transformações ocorridas nas três últimas versões do DSM. *Revista Gênero*. v. 19 n. 2., 2019. <https://doi.org/10.22409/rg.v19i2.1254>

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de Fala*. São Paulo, SP: Sueli Carneiro: Pólen, 2019.

ZAMBRANO, Elizabeth. Transexuais: identidade e cidadania. In: VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma (Orgs.). *Diversidade sexual e homofobia no Brasil*. p. 97-107. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

A FAMÍLIA TRADICIONAL COMO PRODUTORA DE VIOLÊNCIAS A MULHERES HOMOSSEXUAIS

EULALIANY KELLY PAIVA DE MORAIS

SUBJETIVIDADE MILITÂNCIA POLÍTICA ESTADO TIPOLOGIA MULHERES

HOMOSSEXUALIDADE PERFORMANCE IDENTIDADE FAMILIA SOLIDÃO

DISCRIMINAÇÃO FILHO JUSTIÇA VIVÊNCIAS DIVERSIDADE GÊNERO CULTURA

DESEJO IDENTIDADE SEXUALIDADE DIREITOS INVISIBILIDADE

SEGURANÇA EXPERIÊNCIAS RELAÇÕES AFETOS HISTÓRIAS COVID-19

EDUCAÇÃO ADOÇÃO PAI VIOLÊNCIA CONQUISTAS ANSIEDADE

INFÂNCIA INCLUSÃO NARRATIVAS SAÚDE INFÂNCIA INCLUSÃO FILHO

VIOLÊNCIA CONQUISTAS ANSIEDADE EDUCAÇÃO ADOÇÃO

HISTÓRIAS COVID-19 SEGURANÇA EXPERIÊNCIAS RELAÇÕES DIREITOS

INVISIBILIDADE RACISMO DESEJO IDENTIDADE SEXUALIDADE

GÊNERO CULTURA JUSTIÇA VIVÊNCIAS FAMILIA SOLIDÃO NARRATIVAS

DISCRIMINAÇÃO PERFORMANCE IDENTIDADE

GÊNERO CULTURA JUSTIÇA VIVÊNCIAS FAMILIA SOLIDÃO

INVISIBILIDADE RACISMO DESEJO IDENTIDADE

HISTÓRIAS COVID-19 SEGURANÇA EXPERIÊNCIAS

VIOLÊNCIA CONQUISTAS ANSIEDADE

INFÂNCIA INCLUSÃO NARRATIVAS SAÚDE

EDUCAÇÃO ADOÇÃO PAI VIOLÊNCIA

SEGURANÇA EXPERIÊNCIAS

DESEJO IDENTIDADE

DISCRIMINAÇÃO FILHO JUSTIÇA VIVÊNCIAS DIVERSIDADE GÊNERO

INTRODUÇÃO

Abro as portas deste artigo sinalizando que o mesmo parte da minha Dissertação de Mestrado (MORAIS, 2017) em que abordei a violência contra mulheres homossexuais no contexto familiar. Aqui, contudo, tenho a pretensão de analisar e interpretar questões sociais e culturais, a partir dos relatos de mulheres homossexuais, que significam a violência na família.

As considerações sobre os significados atribuídos às violências no contexto familiar se sustentam no relato de quatro mulheres homossexuais, da cidade de Teresina, na faixa etária de 18 a 39 anos, tratados como etnobiografias (GONÇALVES, 2012).

O interesse despertado se deu a partir das minhas escutas pessoais e profissionais, enquanto psicóloga, sobre o sofrimento psíquico de homossexuais, masculinos e

femininos, face ao relato de violências sofridas na família. Atribuo análise exclusiva sobre as homossexualidades¹ femininas em virtude da invisibilidade imposta às mulheres homossexuais, renegadas à obscuridade, fluindo silenciosas na história da cultura, conforme afirmam Navarro-Swain (2000) e Maurano (2013).

A análise da violência se ancora no conceito apresentado por José Vicente Tavares dos Santos (2009), dialogando ainda, com Costa (2003) e Velho (1996), em que a violência para esses autores é um fenômeno relacional, cultural e histórico em que a afirmação de um dano supõe o reconhecimento das normas sociais vigentes de cada sociedade, tomando a violência enquanto um dispositivo de regulação social.

A relevância desse trabalho repousa na consideração de que a família é uma instituição por meio da qual se transmitem valores (BARROS, 1987), os quais se constituem como referências para construção de identidades e permite atribuir à vida de seus membros um sentido, sendo importante, portanto, analisar a família como crisol em que questões sociais e culturais podem ser promotoras de violências.

1 O termo homossexualidades foi usado no plural para enfatizar as inúmeras possibilidades que se reúnem no termo 'homossexualidade', considerando as múltiplas expressões e manifestações da sexualidade, buscando descrever diversas possibilidades de práticas, atrações, sentimentos, fantasias e desejos entre pessoas de mesmo sexo, contemplando ao mesmo tempo, como propõe Colette Chiland (2005), sentimentos de ternura e prática erótica, rompendo quaisquer articulações com a ideia da fixidez identitária.

VIOLÊNCIAS SOFRIDAS

Aqui tenho a intenção de apresentar, de forma sucinta, as violências relatadas pelas mulheres homossexuais, com destaque para alguns recortes ilustrativos.

Antes, apresento brevemente as mulheres deste trabalho: Amélie, Francisca, Lia e Jade, nomes fictícios atribuídos pelas próprias participantes a partir do seu imaginário.

A mais nova, Amélie, à época da pesquisa, morava com o irmão, a irmã e a cunhada (esposa do irmão), tendo um relacionamento afetivo-sexual com outra mulher, autodenominada lésbica, declarada de classe média baixa, autodeclarada negra, se diz agnóstica, estudante universitária. A segunda, Lia, divorciada de um relacionamento heterossexual, tem uma filha, morava em um apartamento próprio com a namorada, se autodenominava homossexual, de classe média, autodeclarada negra, de religião católica, tem nível superior completo, assim como as entrevistadas a seguir. A terceira mulher, Francisca, morava com a mãe e se autointitulava lésbica, declarada de classe “C²”, de religião católica. Jade, a quarta entrevistada, morava sozinha e se denominava homoafetiva, declarada de classe média baixa, autodeclarada branca, de religião espírita. Apenas Lia e Jade já tinham conquistado independência financeira.

Todas as entrevistadas se percebem como homossexuais e as violências sofridas têm relação com assunção

2 Nas palavras da entrevistada, Classe “C” “É aquela pessoa que ganha um salário mínimo e paga as contas pelo menos que estão em dias. E tem momentos bons, gosta de viajar... essas coisas. Não passa tão dificuldade não” (FRANCISCA).

desta identidade e pela não aceitação desta condição pela família que aciona vários recursos para manter os compromissos sexuais dentro da norma social.

Os relatos aqui ilustrados expressam modos como as famílias, em especial, as mães (Giddens, 1993, diria, mães “tóxicas”) se comportam em relação a filhas homossexuais atuando uma série de violências (representada por controles, vigilância, ameaças, agressões, depreciações, exclusões familiares) condicionadas ao respeito às regras impostas pelo dispositivo da sexualidade.

Essas violências foram lidas e analisadas à luz das teorias da diferença (BRAH, 2006; VELHO, 1996), do estigma (GOFFMAN, 1988; MELO, 2005) do desvio (VELHO, 1981), da impureza (DOUGLAS, 2010) e da evitação (SCHULMAN, 2010).

A perspectiva crítica da “diferença” (BRAH, 2006; VELHO, 1996), destaca para o que das trajetórias das mulheres homossexuais é vivenciado como reações provocadas pelo (des)encontro com o outro. O diferente passa a ser percebido como nocivo, incapaz, fora do padrão determinado pela sociedade.

A diferença dialoga para o que Melo (2005) e Goffman (1988) assinalam como estigma, atributo que produz um amplo descrédito na vida do sujeito, podendo gerar determinadas situações que deflagram violências, que em parte, são oriundas de determinada visão de ser humano que é defendida pelo modelo hegemônico, o que significa que existe uma ideologia para explicar a inferioridade e dar conta do perigo que representa o homossexual.

Como exemplo, cito o relato de Francisca ao se sentir depreciada pela sua mãe: “Ah, mais é a cruz que eu vou levar pro resto da minha vida, que **a sociedade vai me julgar que eu tenho uma filha sapatão**” [fala da mãe] (FRANCISCA, grifo nosso).

Velho (1981) assinala, contudo, que o “desviante” é um indivíduo que não está fora de sua cultura mas é aquele quem faz uma “leitura” divergente, que, em determinadas situações, apresentará comportamento divergente dos valores dominantes, colocando em relevo o caráter desigual, contraditório e político do sistema sociocultural produtor do próprio desvio.

É possível também observar, nos relatos das entrevistadas, o caráter poluidor atribuído aos homossexuais, no sentido empregado por Mary Douglas (2010), em virtude da violação de fronteiras e os perigos que representam para manter o padrão social. Nessa perspectiva, pode-se observar uma relação direta entre a vivência da homossexualidade com a noção da impureza, da sujeira, sinalizando o processo de estigmatização e apontando para diferença como perigosa.

Resgato o relato de Amélie quanto à essa questão pontuando que alguns primos exigem que ela fique distante dos seus filhos, refletindo a representação social de que os homossexuais são má influência e perigosos, produzindo exclusão e inferiorização por causa da homossexualidade (SCHULMAN, 2010).

Barreira da minha afetividade com meus primos, meus primos já têm filhos, **ai não pode contato, porque vai**

influenciar, como se eu fosse um objeto de influência sobre os filhos deles, como se por eu ser gay pudesse fazer alguma diferença, isso me confunde, esse pensamento dele (AMÉLIE, grifo nosso).

Miskolci (2007a) promove uma compreensão quanto a esse aspecto ao assinalar que a homossexualidade, desde sua criação pela psiquiatria, foi estigmatizada enquanto “sexualidade desviada, descontrolada e associal”, provocando “pânico moral” por ser entendida como ameaça à ordem social.

O relato de Lia ilustra bem isso, pontuando que internalizou, pelo discurso reiterado de sua mãe, que sua vivência homossexual poderia estar desencadeando transtornos para a filha, questão esta que se configurou como demanda durante o acompanhamento psicológico realizado por Lia.

[...] porque a mamãe fazia com que eu pensasse que eu estivesse trazendo um transtorno para minha filha, por questão da minha homossexualidade, que isso já estaria trazendo problemas para minha filha, que eu fosse a errada. Aí quando a psicóloga disse que minha filha está tranquila, ela entende perfeitamente tudo que está acontecendo, dentro da realidade dela, eu relaxei (LIA, grifo nosso).

Schulman (2010) aponta ainda que uma das experiências que a maioria dos homossexuais compartilha é de não reconhecimento de suas experiências, de ser inferiorizado pela própria família em função da homossexualidade, em que a exclusão familiar se apresenta como consequência, ao que Schulman denomina de evitação.

Para Schulman (2010, p.74), evitação é “forma de crueldade mental que é desenhada para que se finja que a vítima não existe ou nunca existiu”. Estar na ponta receptiva da evitação, para essa autora, é ser atacado cotidianamente de forma agressiva, como nas vivências narradas por Jade e vivenciada pelas demais entrevistadas.

Pergunta difícil. Quem sou eu pra minha família? Porque eu sei dizer quem sou eu pra mim mesma: sei dizer que sou professora, sou pesquisadora, sou homoafetiva, quero ter uma vida independente, quero mostrar quem eu sou, quero poder ter espaço. Agora quem sou eu pra minha família? Pra mim é complicado de responder, às vezes, eu nem sei quem sou eu, **eu nem sei se eu tenho uma identidade para eles**, porque se eles tomam decisões por mim... (JADE, grifo nosso).

Com a breve apresentação das violências vivenciadas, caminho agora para a análise dos relatos com intuito de transmitir uma análise e interpretação das questões sociais e culturais à violência promovida pela família a mulheres homossexuais.

A FAMÍLIA TRADICIONAL COMO MODELO DE ORGANIZAÇÃO FAMILIAR

Neste texto, vislumbra-se a possibilidade de uma análise das questões sociais e culturais, a partir dos relatos das entrevistadas, naquilo em que elas significam família em sua articulação com a violência, considerando que o mundo de significações humano é mediado pelas

“traduções” sociais, culturais e psíquicas incorporadas pela sociedade e internalizadas pelos sujeitos (SARTI, 2008).

É preciso lembrar que a categoria família apesar de se caracterizar por uma heterogeneidade de discursos e diversidade de representações, o significado aqui adotado se ampara nas contribuições de Sarti (2004, 2008), em a concepção de família é proposta como uma realidade de ordem simbólica.

Para Sarti (2004), a família é delimitada por uma história contada aos indivíduos e por eles reafirmada e ressignificada, em distintos momentos e lugares da vida familiar, considerando a relação da família com o mundo externo, sendo a família, portanto, um mundo de relações, uma realidade que se constitui pela linguagem, socialmente elaborada e internalizada pelos indivíduos.

Nos sistemas de significações sobre família expressos pelas mulheres homossexuais desta pesquisa, apresenta-se como categoria a Família Tradicional a qual se desenrola num sistema de representações que influencia as estruturas das interações sociais, significam relações sociais e as violências sofridas.

Jade, por exemplo, aponta valores tradicionais como fundantes das relações familiares, pontuando os mesmos como uma construção cultural, especialmente ancorados na dominação masculina.

Cultural. Educação. Família. Até a questão da religião, tem muito da cultura, aquela questão do homem nasce pra uma mulher e que a mulher precisa dessa figura, acho que tem muito disso. [...] Ensinaram que a gente tem

que viver aquela vida dita perfeita: tem que casar, tem que ter filhos, essas coisinhas que a gente conhece já [...] É como se eles [irmãos homens] quisessem decidir por mim. E eu acredito que é pelo fato de eu ser mulher, porque os homens, eles, são tratados de forma diferente na minha família. [...] Eu tenho dois irmãos, eles, na minha visão, na minha interpretação, eles regem a casa: eles dizem o que acontece, o que não acontece, o que comprar, onde comprar (JADE, grifo nosso).

Para Parker (1991), a ordem social patriarcal forneceu fundações sobre as quais o mundo de significados sexuais se constituiu no Brasil, baseado em conceitos de macho e fêmea e noções de masculinidade e feminilidade, ligado tradicionalmente a um sistema de interdições religiosas, estabelecendo relações hierarquizadas não só entre homens e mulheres, como também de práticas sexuais, que continua sendo referente para a compreensão da vida sexual brasileira na contemporaneidade.

Esse modelo patriarcal está configurado numa estrutura hierárquica marcado pelo poder do patriarca e seu direito, inclusive, de apelar para a violência (PARKER, 1991). Essa estrutura hierárquica modela conceitos de masculinidade e feminilidade fundada na diferenciação dos sexos constituindo o padrão moral rígido de diferenças, atribuindo noções de comportamento adequados aos gêneros constituinte da dupla moralidade sexual, demarcado pela superioridade física e moral do homem. Aos homens, se associam atividades do mundo social mais amplo, economia, política, interações sociais, além do

espaço familiar; à mulher, associa-se, de maneira restrita, o mundo doméstico da família.

Esse modelo conversa com as considerações de Bourdieu (2002) sobre a dominação masculina, apontando-a como uma violência simbólica, por apreender o mundo social numa divisão arbitrária, socialmente construída, entre os sexos, estabelecida na ordem do natural, velando forças existentes e instituindo um conjunto de práticas, ideologias e pensamentos baseados na hierarquia dos gêneros em que o masculino impera.

Amélie, Francisca, Lia e Jade significam as vivências familiares amparadas no valor da família tradicional em que operam o dispositivo (FOUCAULT, 2014) patriarcal enquanto construção ideológica fundado sobre o alicerce da heterossexualidade compulsória.

A heterossexualidade compulsória, de acordo com Butler (2015), se respaldada no ideal normativo instituído em relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, desejo e prática sexual. Esse modelo discursivo hegemônico está marcado pela diferença naturalizada dos sexos, se configurando como prática reguladora que visa a uniformizar a identidade de gênero, suprimindo a multiplicidade de vivências da sexualidade. Butler (2015, p. 234) sugere que uma “produção disciplinar do gênero”, encontrada no ideal da ficção reguladora da heterossexualidade, não permite espaço para as descontinuidades encontradas nos contextos heterossexuais, bissexuais, gays e lésbicos.

No campo de valores tradicionais, Francisca destaca como ideais da família para sua vida.

[...] na opinião da mamãe eu poderia ser mãe de família, casada, ter trabalhado no comércio e tudo e nada que ela quis eu fui, eu tenho um curso superior, eu ganhei bem, eu só não soube fazer render o que eu ganhava, entendeu? [...] **Porque todo mundo, lá em casa, acha correto um homem e uma mulher** (FRANCISCA, grifo nosso).

As mulheres, como pontua Navarro-Swain (2010), são inseridas em redes representacionais, através das pedagogias sociais múltiplas, as quais lhes conferem sentido social apenas quando realizam seu “destino de mulher”: a procriação em uma relação afetiva e socioeconômica com um homem, pautada no sexo e na sexualidade reprodutiva. Ideais que a família de Amélie também expressa e espera que se sejam cumpridos.

Pois é, mas ela [mãe] tem essa expectativa de eu casar um homem, necessariamente com um homem, que eu tenha vários filhos realmente filhos meus, porque ela disse que não são netos dela porque a minha irmã vai adotar e nem seriam netos dela se eu tiver com uma mulher porque vai ser filho de outra pessoa e não sei o quê, várias histórias assim (AMÉLIE, grifo nosso).

Amélie coloca que a mãe, ao ser questionada sobre a não aceitação da homossexualidade refere à tradição religiosa com o seguinte argumento:

Por que que a senhora não aceita? “Porque Deus fez o homem e a mulher”. É sempre essa simplória frase, como se fosse tão simples. **Deus, esse ser superior [tom de crítica], criou o homem e a mulher, uma vagina e**

um pinto, então eles têm que se conectar como uma tomada (AMÉLIE, grifo nosso).

Para Navarro-Swain (2000), representações de cunho religioso instituíram modelos de comportamento que definem papéis de gênero na sociedade. Segundo essa autora, porém, esse discurso faz parte de um repertório ficcional instituindo a heterossexualidade no imaginário ocidental enquanto norma ordenadora de práticas e relações.

Lia, em seu relato, vem apresentando os padrões nos quais sua família está constituída ressaltando que o conservadorismo familiar se assenta no modelo de família identificado por ela como “tradicional”, assim como as demais entrevistadas pontuaram.

Tradicional conservadora, de ter conceitos conservadores, de que a homossexualidade não é uma coisa certa, de que a tatuagem não é uma coisa certa, de que as drogas não são uma coisa certa, de que uma pessoa que não é bem sucedida profissionalmente não é legal ter como amigo ou como parceiro e isso é uma coisa forte ainda para mim. [...] Então, **a mamãe tem esses conceitos bem enraizados com ela, a ascensão social, ser o padrão da sociedade, ser o padrão, para a mamãe é ter um bom status social, relacionamento hétero, ser uma pessoa polida, talvez o termo não seja nem polido, mas uma pessoa sem vícios, sem álcool, cigarro, drogas, não, tudo errado, uma pessoa idônea**. Para a mamãe o mais perfeito na concepção dela, perfeito só na concepção dela. Deus me perdoe, mas se ela não fosse morena era capaz dela ser racista também, pela questão do padrão (LIA, grifo nosso).

Há outro relato de Lia bem emblemático quanto ao modelo de família tradicional e como este aciona uma série de pressupostos a respeito dos papéis que devem ser desempenhados por homens e por mulheres e, por extensão, conceitos de masculinidade e feminilidade fundamentadas numa moral sexual hierárquica de gêneros.

Mamãe é de família tradicional, é tanto como eu estava dizendo, o medo dela não era por ela, era pelo meu pai, eu acho que o medo dela era respingar nela, era ele dizer: **“você que não foi capaz de criar seus filhos, porque quem ficava com eles era você, eu saía para trabalhar”** (LIA, grifo nosso).

Lia fala ainda das dificuldades da família, especialmente da mãe e da irmã, e as preocupações dessas diante de um provável olhar social reprovador reiterando a concepção moral da homossexualidade como anormalidade e a ideia de fracasso da família na educação moral dos seus membros.

Aí foi difícil, a mamãe teve muita resistência, minha irmã teve muita resistência, porque a cabeça delas é mesma história que tinha na minha cabeça, que é errado, que é feio, o que é que as pessoas vão dizer, **como que as pessoas vão ver nossa família agora, como uma família desconcertada, desmantelada, sem respeito** (LIA, grifo nosso).

Esses dois relatos colocam em evidência a clara divisão de papéis a serem desempenhados por homens e mulheres dentro das famílias. Quanto a isso, resgato a contribuição de Badinter (1985) expandindo seus pensamentos para a

problematização da condição da mulher na modernidade, trazendo uma compreensão importante para análise das falas de Lia.

Segundo Badinter (1985), a antiga divisão sexual do trabalho foi um fator importante na atribuição das funções da "maternagem" à mulher, sendo que à mãe competia não apenas uma função "animal", mas o dever de formar um bom cristão, um bom cidadão, um homem. A mãe seria a "grande responsável" pela felicidade dos filhos, que "enclausurada em seu papel de mãe, a mulher não mais poderá evitá-lo sob pena de condenação moral" (BADINTER, 1985, p. 237). A autora assinala também que o homem, despojado de sua paternidade e cumprindo apenas uma função econômica, se distanciou progressivamente de seu filho e essa "imagem do bom pai mantenedor", responsável pelo conforto da família, se mantém atualmente.

Badinter (1985) ainda acentua que a mulher cumpre deveres maternos, não necessariamente por amor, mas é incitada a esses cuidados pela moral, pelos valores sociais, religiosos e que os cuidados com os filhos estão para além de um amor materno dado como natural. Segundo essa autora, o amor materno, dado como presente em todas as mulheres como inato, na verdade, é um mito.

Outro ponto de destaque nos relatos das mulheres homossexuais desta pesquisa, é a ideia cultural da família como parte da "ordem da natureza", exaltando a família nuclear como ideal de organização familiar, amparada na noção essencialista, dual e complementar das relações de gênero apregoada pelo modelo heteronormativo,

expressando modelos de conduta presentes no contexto social. A posição do pai de Lia é ilustrativa desse aspecto.

É tanto que meu pai quando falava de arranjos familiares, era uma coisa que ele era muito enfático, ele enfatizava muito, ele falava: “Eu quero é ver se deixar dois homens presos num quarto se gera um filho, ou se deixar duas mulheres”. Então ele sempre falava dessa questão de não poder ter família, no sentido de não poder gerar filho diretamente (LIA).

A naturalização das relações sociais, de acordo com Sarti (2004), se dá mais nitidamente na concepção de família, uma vez que a família “é o espaço social onde se realizam os fatos da vida vinculados ao corpo biológico, como o nascimento, a amamentação, o crescimento, o acasalamento, o envelhecimento e a morte” (SARTI, 2004, p. 15). Segundo essa autora, o apelo à ordem da natureza para explicar fatos humanos, explicar a naturalização da família, como no caso, remete à dissociação entre biologia e cultura, a qual entende o corpo biológico independentemente da cultura, em vez de pensá-lo como “inscrito na e pela cultura” (SARTI, 2004).

Recorro a Bourdieu (1996) para explicar, entretanto, que a apresentação da família com a aparência de algo natural é uma invenção social recente. Esse autor acentua que a família é, na verdade, uma “ficção bem fundamentada”, um “artefato social” (BOURDIEU, 1996).

Para Bourdieu (1996), a ficção se fundamenta no que ele designa de “discurso de instituição”, discurso que a

família faz sobre si mesma apoiado num conjunto de pressupostos cognitivos e de prescrições normativas que orientam sobre a maneira adequada de viver as relações domésticas. Os ritos de instituição, enquanto trabalho simbólico, diz Bourdieu (1996, p. 129), visam a “constituir a família como uma entidade unida, integrada, unitária, logo, estável, constante, indiferente às flutuações dos sentimentos individuais” dotando os indivíduos de um “espírito de família”.

A família, portanto, para Bourdieu (1996, p. 130), “em sua definição legítima é um privilégio instituído como norma universal. Privilégio de fato que implica um privilégio simbólico: o de ser como se deve, dentro da norma, portanto, de obter um lucro simbólico da normalidade”.

A construção da noção de família realizada pelas entrevistadas constituída em cultura, demarcada em tempo e espaço, e a ordem simbólica captada, se baseia numa ordenação de mundo significada segundo regras da sociedade (SARTI, 2008), em que a sexualidade das mulheres em questão encontra-se sujeita ao discurso de uma família tradicional que reproduz práticas discursivas que se apresentam como saberes e poderes que visam a normatizar, controlar e estabelecer verdades como respostas às demandas sociais, políticas, morais no campo da sexualidade.

Metaforizando Navarro-Swain (2000), também podemos pensar que as famílias, num sistema de representações de Família Tradicional, que significam relações sociais e as violências sofridas, como narrado pelas

interlocutoras desta pesquisa, atuam uma “política de esquecimento” às mulheres homossexuais, no sentido de apagar ou destruir o que não interessa à moral, às convicções, aos costumes, à permanência de tradições e valores dominantes na busca de manter práticas socioculturais como modelos definitivos de ser, comprometendo significativamente constituições de identidades e subjetividades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência, fenômeno relacional, como analisada neste trabalho, se configura como produto de uma construção cultural em que a família tradicional, parte do dispositivo da sexualidade, tem um comprometimento de caráter conservador pautado na heteronorma e expresso no modo como a violência é atuada e transmitida simbolicamente, através de diversos mecanismos disciplinares de controle da sexualidade.

Nas trajetórias dessas mulheres homossexuais, importante destacar, porém, que as mesmas acionaram uma série de resistências, como investimentos em estudo e trabalho, saída da casa dos pais, contestação à exigência performativa de gênero dos papéis femininos, acionamento do recurso do armário³, participação em movimentos por

3 “O armário não é uma armadilha sem saída. Sair dele também não é uma decisão puramente individual, pois o contexto social e histórico delimita esta possibilidade. Sair do closet ou não entrar nele é uma forma de resistência e, por mais complicada e difícil que seja a vida daqueles que o recusam, ela traz uma vantagem: o controle da informação sobre a vida íntima pode impedir que outros possam usá-la contra eles em um momento inesperado. Alguém fora do armário ainda pode se deparar, esporadicamente, com manifestações de homofobia, mas é menor a dúvida sobre o que pensam a seu respeito e maior o controle sobre o que virão a fazer ou dizer em relação a ele” (MISKOLCI, 2007b, p. 62-63).

direitos homossexuais, entendidas, de acordo com Scott (1990), como ações de oposição à dominação, destacando o potencial dessa prática nos processos de mudança social.

As resistências agenciadas pelas mulheres homossexuais, constituídas pela busca de significação e vivência da própria sexualidade, representam linhas de fissura no dispositivo da violência pela busca da “afirmação do eu individualizado” (SINGLY, 2000), que exige cada vez mais o protagonismo, em uma vida orientada para si mesmas.

A partir do momento em que depreciam a obediência aos valores tradicionais e valorizam a iniciativa, autonomia e satisfação pessoal (SINGLY, 2000), podemos pensar que as protagonistas desta pesquisa estão refazendo laços familiares, apontando para um modelo alternativo da vivência feminina, de ser mulher sem referência a um homem, apesar do poder empreendido pelas famílias, acentuado pelo exercício de violências para garantir a moralidade.

O processo de individualização é um meio de se diferenciar, de maneira crítica, do grupo familiar, possibilitando introduzir na família outros sistemas de valores, mais flexíveis, pautado na tolerância, na solidariedade e no respeito às diferenças, possibilitando a construção de representações de famílias que não se sustentem num modelo tradicional e hierárquico.

Como pontua Bourdieu (1996, p. 132), “no interior da mesma família, nem todos os seus membros, têm a mesma capacidade e a mesma propensão a conformar-se definição dominante”, como reiterado na fala de Amélie.

[...] nós somos pessoas diferentes, escolhas diferentes, vidas diferentes, cabeças diferentes, que **eu não tolero, que eu não vou ficar sendo uma bonequinha dela, que faz o que ela quer, não** (AMÉLIE, grifo nosso).

Assim, essas mulheres homossexuais desempenham um papel social importante ao contestar a ordem simbólica, atuando a subversão da heteronorma apresentada enquanto motriz de violências, de forma, inclusive, a se pensar numa reinvenção da família, o que me provoca a indagar sobre a repercussão na cultura da construção de outras subjetividades de mulheres homossexuais. Fica, portanto, o desejo de, posteriormente, avançar nessa discussão.

REFERÊNCIAS

- BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BARROS, Myriam Lins de. *Autoridade e afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. O espírito de família. In: _____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papi-rus, 1996. pp 124-135.
- _____. Algumas questões sobre o movimento gay e lés-bico. In: _____. *A dominação masculina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. pp 143-149.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos pagu* v. 26, pp. 329- 376, jan-jun, 2006.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e sub-versão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CHILAND, C. *O sexo conduz o mundo*. Rio de Janeiro: Com-panhia de Freud, 2005.
- COSTA, Jurandir Freire. *Violência e psicanálise*. 3. ed, Rio de Janeiro: Graal, 2003.
- DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo*. 2. ed. Série Debates, São Paulo: Ed. Perspectiva, 2010.

FOUCAULT, Michael. *Microfísica do Poder*. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GIDDENS, A. *Transformações da Intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. Oeiras, Celta Editora, 1993.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A., 1988.

GONÇALVES, Marco Antônio et al. (orgs). *Etnobiografia: subjetivação e etnografia*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

MAURANO, Denise. Os meandros do continente negro: questões sobre a homossexualidade feminina. In: QUINET, Antônio; COUTINHO JORGE, M. A. (orgs). *As Homossexualidades na Psicanálise: na história de sua despatologização*. São Paulo: Segmento Farma, 2013. pp 315-323.

MELO, Z.M. *Os estigmas: deterioração da identidade social*. 2005. Disponível em: <<http://proex.pucminas.br/sociedadeinclusiva/anaispdf/estigmas.pdf>>. Acesso em: nov. 2014.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. *Cad. Pagu* [online], n.28, pp.101-128, 2007a. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n28/06.pdf>>. Acesso em: jan. 2017.

_____. Comentário. *Cad. Pagu* [online], n.28, pp.55-63, 2007b. <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n28/04.pdf>>. Acesso em: jan. 2017.

MORAIS, Eulaliany Kelly Paiva de. *Entre o mundo familiar e o mundo dos desejos: qual lugar é possível para as mulheres homossexuais no contexto da violência?* 2017. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Piauí, 2017. 161 pp.

NAVARRO-SWAIN, Tânia. *O que é lesbianismo*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

_____. Desfazendo o “natural”: a heterossexualidade compulsória e o *continuum* lesiona. *Bagoas*, Natal, v. 4, n. 5, p.45-55, jan./jun. 2010.

PARKER, R. *Corpos, Prazeres e Paixões: cultura sexual no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Best Seller. 1991.

SANTOS, José Tavares dos. *Violências e conflitualidades*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009.

SARTI, Cynthia Andersen. *A família como ordem simbólica*. *Psicologia USP*, v. 15, n. 3, pp.11-28, 2004.

_____. Famílias enredadas. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller (Org.). *Famílias: redes, laços e políticas públicas*. 4 ed. São Paulo: Cortez/Instituto de Estudos Especiais/PUC-SP, 2008. p. 21-36.

SCHULMAN, Sarah. Homofobia familiar: uma experiência em busca de reconhecimento. *Revista Bagoas*, n. 05, pp. 67-78. 2010.

SCOTT, James C. *Los dominados y el arte de la resistência*. México: Ediciones Era, 1990.

SINGLY, F. O nascimento do “indivíduo individualizado” e seus efeitos na vida conjugal e familiar. In: SINGLY, F.; CICHELLI, V. *Família e individualização*. Rio de Janeiro: FGV, 2000. pp. 13-19.

VELHO, Gilberto. *Desvio e divergência*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica. In: VELHO, G. & ALVITO, M., orgs. *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro, UFRJ/FGV, 1996. pp 10-24.

DIVERSIDADE E INCLUSÃO DE PESSOAS LGBTQIA+ NO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL:

DESAFIOS E PERSPECTIVAS

DISCRIMINAÇÃO POR PERFORMANCE IDENTIDADE GÊNERO CULTURA JUSTIÇA VIVÊNCIAS FAMÍLIA SOLIDÃO INVISIBILIDADE RACISMO DESEJO IDENTIDADE SEXUALS COVID-19 SEGURANÇA EXPERIÊNCIAS RELAÇ VIOLÊNCIA CONQUISTAS ANSIEDADE EDUCAÇÃO INCLUSÃO NARRATIVAS SAÚDE INFÂNCIA INCL DUAÇÃO ADOÇÃO PAI VIOLÊNCIA CONQUISTAS ANÇA EXPERIÊNCIAS RELAÇÕES AFETOS HISTÓRI DESEJO IDENTIDADE SEXUALIDADE DIREITOS IN

HOMOSSEXUALIDADE POLÍTICA ESTADO TECNOLOGIA MULH

SUBJETIVIDADE MILITÂNCIA POLÍTICA ESTADO TECNOLOGIA MULH
HOMOSSEXUALIDADE PERFORMANCE IDENTIDADE FAMÍLIA S
DISCRIMINAÇÃO FILHO JUSTIÇA VIVÊNCIAS DIVERSIDADE GÊNERO C

DESEJO IDENTIDADE SEXUALIDADE DIREITOS INVISIBILID
SEGURANÇA EXPERIÊNCIAS RELAÇÕES AFETOS HISTÓRIAS COVID

EDUCAÇÃO ADOÇÃO PAI VIOLÊNCIA CONQUISTAS ANSIEDADE
INFÂNCIA INCLUSÃO NARRATIVAS SAÚDE INFÂNCIA INCLUSÃO FIL

VIOLÊNCIA CONQUISTAS ANSIEDADE EDUCAÇÃO ADOÇÃO
HISTÓRIAS COVID-19 SEGURANÇA EXPERIÊNCIAS RELAÇÕES DIRE

INVISIBILIDADE RACISMO DESEJO IDENTIDADE SEXUALIDADE I
GÊNERO CULTURA JUSTIÇA VIVÊNCIAS FAMÍLIA SOLIDÃO NARRAT

INTRODUÇÃO

É cada vez maior o número de organizações e empresas que se preocupam em debater a diversidade no ambiente de trabalho, seja posicionando-se a favor das causas LGBTQIA+ ou propondo políticas institucionais que buscam estabelecer a inclusão dessa população no mercado de trabalho. Essas políticas contribuem para o enriquecimento cultural da empresa, estimulando relações humanas e profissionais baseadas no respeito ao outro e na valorização das diferenças. No entanto, muitas pessoas ainda precisam esconder quem são no trabalho, por saber que não serão aceitas por causa de um trajeito, do modo de se vestir ou falar. Garantir oportunidades igualitárias de desenvolvimento e crescimento de carreira para todas as pessoas, inclusive as LGBTQIA+, ainda é um grande desafio.

No que se refere à diversidade, Medeiros (2022) aponta que:

Em termos conceituais, as discussões da diversidade perpassam os âmbitos cultural, sexual, de gênero, racial, geracional, entre outros marcadores sociais de diferenças. Especificamente, sobre a diversidade cultural, Fleury (2000, p. 20), em seu artigo seminal – que simboliza o início das discussões sobre diversidade no Brasil –, define a diversidade “como um mix de pessoas com identidades diferentes interagindo no mesmo sistema social. Nesses sistemas, coexistem grupos de maioria e de minoria”. Para a autora, os grupos de maioria possuem vantagens históricas em termos de recursos econômicos e de poder em relação aos grupos de minoria. Segundo Freitas (2016), essa divisão aponta para desigualdades e intensa discriminação. E, de acordo Woodward (2014, p. 33), essas diferenciações das identidades indicam que elas podem ser construídas como “estranhas” ou “desviantes” por meio de sistemas dominantes de representação, entre eles, os atos de criação linguísticos, sociais e culturais, como dito por Silva (2000), que dão sentido aos sistemas de significação na estrutura indeterminada e instável. (MEDEIROS, 2022, p. 115)

Nesse sentido, é possível dizer que as diferenças são construídas socialmente com o intuito de hierarquizar pessoas e privilegiar um grupo social em detrimento do outro. Isso pode acontecer de várias formas e sob múltiplos agentes. Em relação a essas estruturas hierarquizantes, Irineu e Oliveira (2020), pontuam que:

Essas construções sociais hierarquizantes, perpassadas pelo poder disciplinar, são percebidas no imaginário

social, atuam de forma integrada e inter-relacionada, transitam entre as identidades e atravessam determinantes de diversas naturezas (o senso comum, o trabalho, o direito, a cultura, etc.). (IRINEU & OLIVEIRA, 2020, p. 43)

No ambiente de trabalho, para pessoas LGBTQIA+, as desigualdades se expressam na dificuldade em ser contratado/a, ocupar bons cargos e até mesmo progredir na carreira. Na verdade, se iniciam bem antes, quando boa parte dessas pessoas têm dificuldades no acesso à educação formal, visto que, muitas vezes, são expulsos/as de casa ou a escola não garante um espaço seguro e livre de preconceitos, o que leva à evasão escolar e, conseqüentemente, influencia diretamente no conhecimento e habilidades profissionais que terão. É incontestável que “as relações de trabalho da população LGBT – e de qualquer outro/a sujeito – produzem efeitos diretos sobre a vida social, seja em campo da saúde (física e psicológica), seja no contexto social em que vive” (IRINEU & OLIVEIRA, 2020, p. 44).

Entretanto, apesar da vulnerabilidade dessa população, ainda temos poucas informações institucionais e governamentais que possam servir de base para análises e propostas eficazes no intuito de dirimir essas desigualdades. Os dados sobre a comunidade LGBTQIA+ têm passado despercebidos pelo maior órgão de pesquisa do país, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O censo demográfico de 2010 não coletou informações sobre a representatividade de pessoas LGBTQIA+ na população. Para o censo de 2022, o questionário não incluiu perguntas sobre sexualidade e identidade de gênero, deixando esses

números sem definição por, pelo menos, mais uma década. Os poucos dados disponíveis partem de iniciativas de empresas, ativistas, organizações não governamentais, movimentos sociais e políticos, entre outros.

Um exemplo de uma dessas iniciativas é a pesquisa “LGBTI+ nas empresas” (2021), conduzida pela empresa de consultoria Mais Diversidade¹, com foco na relação das questões pessoais e profissionais da população LGBTQIA+. O estudo contou com a participação de 2.168 profissionais do Brasil, onde foi mapeado o perfil atual da população LGBTQIA+ brasileira no mercado de trabalho, trazendo alguns pontos relevantes, como a representatividade da população LGBTQIA+ no mercado de trabalho, quais as suas prioridades nesse contexto, a abertura para falar sobre sua orientação afetivo-sexual ou identidade de gênero nas empresas, entre outros.

Nesse sentido, este artigo objetiva, a partir de levantamento bibliográfico e de dados divulgados em pesquisas, refletir acerca das dificuldades e avanços na busca pela diversidade e inclusão da população LGBTQIA+ no mercado de trabalho no Brasil.

A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO NA VIDA DE PESSOAS LGBTQIA+

O trabalho é um fator indispensável em qualquer país ou cultura, através do qual as sociedades complexas se organizam. Bila Sorj, socióloga e historiadora brasileira,

1 www.maisdiversidade.com.br ou www.instagram.com/maisdiverside.

aponta que:

O trabalho, na pluralidade de formas que tem assumido, continua a ser um dos mais importantes determinantes das condições de vida das pessoas. Isto porque o sustento da maioria dos indivíduos continua a depender da venda do seu tempo e de suas habilidades de trabalho no mercado. Mais ainda, [...] sua presença tem invadido de tal forma diferentes esferas da vida que temos, hoje, grandes dificuldades em estabelecer as fronteiras que separam o âmbito do trabalho do não-trabalho (SORJ, 2000, p. 43).

Em seu artigo “Sociologia do trabalho: mutações, encontros e desencontros”, Sorj (2000) aponta a queda dos empregos do setor industrial e o aumento considerável de contratação no setor de serviços, em escala mundial. Ela explica que, em decorrência disso, a qualidade da interação estabelecida entre um/a produtor/a e um/a comprador/a de um serviço produz significados que operam como importantes sinalizadores do valor do produto para os/as consumidores/as. Nesse sentido, “o próprio trabalhador é parte do produto que está sendo oferecido ao cliente” (SORJ, 2000, p. 30). Para a autora,

A estreita relação que se estabelece entre características pessoais dos empregados e sua adequação ao trabalho transforma traços como aparência, idade, educação, gênero e raça em potencial produtivo, de tal forma que características e competências individuais são a condição mesma da empregabilidade. O resultado disso é uma forte estratificação do mercado de trabalho, em que os níveis inferiores de emprego, em tempo parcial

ou temporários, são preenchidos predominantemente por minorias, mulheres e jovens com baixa escolaridade e, portanto, poucas oportunidades de carreira e mobilidade. (SORJ, 2000, p. 30)

Para pessoas LGBTQIA+, o controle sobre seus corpos, formas de se comportar, falar, entre outras, é bastante rigoroso. No ambiente de trabalho, isso se expressa de várias maneiras, como dito anteriormente, tanto em relação ao acesso à educação formal, como na contratação, permanência e até mesmo na evolução da carreira desses/as profissionais. É preciso se atentar também às dinâmicas sociais que acabam por definir que profissões e cargos são ou não aceitáveis e desejáveis para essas pessoas e quais não são. Segundo pesquisa realizada pela consultoria *Global Great Place To Work* (GPTW)², divulgada pela Revista Época (2022), apenas 10% dos/as funcionários/as entrevistados/as se autodeclararam membros da comunidade LGBTQIA+. No recorte de funcionários/as em cargos de liderança, apenas 8% são LGBTQIA+, e no caso de cargos de presidência, só 6% se autodeclararam LGBTQIA+. A maioria das pessoas em cargos de chefia, direção e presidência são pessoas cis³ e heteronormativas⁴ (92%).

Quando se fala nas desigualdades que a população LGBTQIA+ enfrenta, no que diz respeito ao mercado de trabalho, é preciso analisar as estruturas de dominação

2 <https://gptw.com.br/consultoria/diversidade/>.

3 Diz-se da pessoa que se identifica com a identidade de gênero que lhe foi atribuída ao nascer. O contrário acontece com as pessoas trans (TEIXEIRA, 2021).

4 A heteronormatividade é a norma que dita os comportamentos e estereótipos sociais e os padroniza através da heterossexualidade (TEIXEIRA, 2021).

e exploração de forma ampla, conforme analisa Souza (2020):

Necessário também apreender criticamente que as desigualdades, o preconceito e a discriminação que enfrentam, cotidianamente, a população que foge às normas e regras impostas pela heterossexualidade e cisgeneridade natural e compulsória, condicionam e determinam o espaço desses sujeitos na dinâmica de sua inserção no mundo do trabalho, assim como a remuneração pela venda da sua força de trabalho. Não só, esses aspectos implicam até mesmo nas possibilidades concretas de ascender a uma possível formação profissional. Implicam até no acesso à educação básica. Dito em outros termos, esses sujeitos têm suas vidas marcadas por uma maior precarização das condições de vida e, conseqüentemente, serão absorvidos em trabalhos precarizados, e quando são. (SOUZA, 2020, p. 271-272)

A população LGBTQIA+ não é, obviamente, a única afetada pela dinâmica de inserção econômica e social no mundo do trabalho. Essa situação tem atingido uma massa significativa de trabalhadores/as, contudo, existe uma parcela da classe trabalhadora em que essa tendência se aprofunda, devido suas condições de vida já precarizadas, que contribuem significativamente para que não se adequem às expectativas de qualificação esperadas pelo mercado de trabalho, conforme apontado pelo autor. Condições determinantes como raça, gênero, classe social, sexualidade, localização geográfica, faixa etária, mobilidade, deficiências físicas e mentais, entre outras, contribuem para acentuar as disparidades e acesso a oportunidades.

Irineu & Oliveira (2020) ressaltam ainda que:

Outro fator gerado pelo efeito da LGBTfobia no campo do Trabalho e Emprego que não poderíamos deixar de apontar, é a informalidade. Em razão dessas transgressões e discordâncias das normas do gênero e da sexualidade, muitas vezes as pessoas LGBTs são jogadas para o campo da informalidade, e, entre seus efeitos, temos a “desproteção nos termos da seguridade social brasileira (perda de direitos previdenciários e trabalhistas)” (ALMEIDA; PILAR; GEBRATH, 2014, p. 193). Obviamente que, de maneira geral, em um modo de produção fundamentalmente marcado por um conjunto de desigualdades como o sistema capitalista, a tendência à ampliação do campo da informalidade e da desproteção social atinge toda classe trabalhadora. Cabe articular, todavia, essa consideração ao contexto das transformações no mundo do trabalho, mas também as maneiras de sofisticação desse sistema nos processos de opressão e exploração a segmentos sociosexuais minoritários. (IRINEU & OLIVEIRA, 2020, p. 44)

Assim sendo, quanto mais precária é a situação de empregabilidade de uma determinada população, mais ela está suscetível às mudanças e crises sociais. A pandemia de COVID-19, por exemplo, embora tenha afetado o mundo inteiro, agravou a situação de vulnerabilidade de pessoas que já vivem em situações mais precárias, entre elas, as pessoas LGBTQIA+. Uma pesquisa divulgada pelo Coletivo #VoteLGBT⁵, de 2020, aponta que os três maiores impactos que a pandemia trouxe para a população LGBTQIA+ foram:

5 www.votelgbt.org ou www.instagram.com/votelgbt.

piora na saúde mental, afastamento da rede de apoio e falta de fonte de renda. Nesse sentido, as dificuldades de acesso ao mercado de trabalho para a população LGBTQIA+ durante a pandemia se tornou ainda maior, pois muitas dessas pessoas perderam a renda de forma imediata sem o acesso ao trabalho formal, o que afetou diretamente sua capacidade de sobreviver (TEIXEIRA, 2021).

A taxa de desemprego na população LGBTQIA+ no período analisado foi de 21,6%, segundo a pesquisa, índice bem maior do que para a população geral, que chegou a 12,6% em abril/2020. Uma em cada 5 pessoas LGBTQIA+ não possui nenhuma fonte de renda individual hoje, enquanto 1 em cada 4 perderam o emprego em razão da COVID-19. Quase metade (44,3%) das pessoas LGBTQIA+ que responderam ao questionário tiveram suas atividades totalmente paralisadas durante o isolamento. Cerca de 10,6% dos/as participantes indicaram a falta de dinheiro como sua maior dificuldade durante o isolamento social, enquanto a falta de trabalho foi apontada por 7% (TEIXEIRA, 2021).

Portanto, ainda que tenham ocorrido avanços significativos, o acesso ao emprego formal, a manutenção e o crescimento profissional para pessoas LGBTQIA+ ainda é um desafio que toda a sociedade deveria se comprometer a enfrentar.

DIVERSIDADE E INCLUSÃO NAS ORGANIZAÇÕES

É fato que muitas empresas vêm mudando sua cultura organizacional de forma a apoiar a diversidade. Práticas

pioneiras e políticas de inclusão mais sofisticadas ainda são vistas com maior frequência em multinacionais de grandes cidades. As empresas nacionais de médio e pequeno porte, no entanto, também estão muito mais atentas às questões de sexualidade e gênero, que avançaram significativamente no Brasil nos últimos anos.

A pesquisa “Diversidade, Equidade e Inclusão nas Organizações 2022”, realizada pela Deloitte⁶ (2022), empresa de auditoria e consultoria empresarial, mostra que as empresas brasileiras estão buscando reforçar suas estruturas formais e voluntárias de diversidade, equidade e inclusão (DE&I), mas ainda enfrentam desafios quanto à resistência cultural para a condução dessas iniciativas. Segundo os dados, para 94% das empresas consultadas, iniciativas de DE&I geram benefícios; 93% disseram que contribuem para a inovação; e 92% acreditam que geram valor. Nove em cada dez acreditam que as práticas de DE&I aumentam a retenção de profissionais e melhoram a qualidade da força de trabalho. Quase dois terços das empresas pesquisadas têm uma frente de inclusão voltada para mulheres (64%) e mais da metade têm grupos para pessoas com deficiência (52%), LGBTQIA+ (51%) e raças e etnias (51%).

Ser inclusivo, atualmente, é uma maneira de inovar e agregar valor à sua marca. Existem muitos/as clientes que se preocupam com o que consomem e que serviços contratam, sendo exigentes e críticos em relação aos posicionamentos das empresas, buscando informações

6 <https://www2.deloitte.com/br/pt.html>.

sobre responsabilidade social e ambiental e sobre os projetos que essas empresas financiam, o que pode impactar na promoção de uma boa imagem da companhia. Essa tendência de padrão de consumo de algumas pessoas demonstra, inclusive, que elas não se importam de pagar mais caro por um serviço ou produto, desde que a marca tenha transparência e comprometimento com o avanço da sociedade. Isso está relacionado ao consumo consciente e sustentável, mas também à representatividade. As pessoas que se preocupam em rever os seus hábitos de compras priorizam empresas que têm mais a ver com os seus ideais (TEIXEIRA, 2021).

A discriminação contra pessoas LGBTQIA+ no ambiente de trabalho pode trazer desdobramentos físicos e emocionais. Uma parcela das empresas entende que, ao discriminar esses/as profissionais, comprometem sua produtividade, além de também estarem perdendo uma fatia de mercado, considerando que é cada vez maior o número de pessoas que têm exigido que as empresas das quais consomem sejam comprometidas com a diversidade. Inclusive, existem iniciativas que trazem selos e certificados para empresas que se propõem a garantir a diversidade e o respeito para seus/as profissionais e clientes.

O incentivo à inclusão do público LGBTQIA+ no mercado de trabalho também é um impulso à diversidade, que promove novas visões e referências dentro das empresas, compartilhamentos de diferentes perspectivas entre os/as colaboradores/as e um ambiente muito mais favorável à inovação. Não por acaso, os negócios que se comprometem

e investem em práticas de inclusão também são aqueles com maior destaque, rendimento e resultados positivos. É estimado que companhias com equipes com diversidade de gênero sejam até 33% mais lucrativas, sendo esse um fator considerado, inclusive, um diferencial competitivo no período pós pandemia, segundo matéria da CNN Brasil (2020).

Outro fator relevante é que a velocidade dos avanços não é a mesma para todas as pessoas LGBTQIA+, como, por exemplo, transexuais e homossexuais negros ou com deficiência. Essa diferença de evolução nas pautas faz com que os desafios sejam diferentes para cada sigla da comunidade LGBTQIA+, visto que essas pessoas carregam outros marcadores sociais, e não só os de identidade de gênero e orientação sexual. Quando combinadas com esses outros marcadores sociais, os obstáculos vão se somando. As dificuldades para gays, lésbicas, bissexuais e pansexuais estão mais na parte de ambiente de trabalho, de se sentir acolhido/a e incluído/a, embora questões como performance⁷, expressão⁸ e estereótipos de gênero também devem ser levadas em consideração. Para a população trans há um maior desafio de acesso ao trabalho, ainda que essas pessoas tenham a qualificação esperada pelo meio empresarial.

7 A performance de gênero se refere às repetições não racionalizadas dos comportamentos ditados pelas normas de gênero (BUTLER, 2017).

8 A expressão de gênero é como a pessoa se manifesta publicamente, por meio do seu nome, da vestimenta, do corte de cabelo, dos comportamentos, da voz e/ou características corporais e da forma como interage com as demais. A expressão de gênero nem sempre corresponde ao sexo designado no nascimento (TEIXEIRA, 2021, p. 52).

O compromisso com a pauta LGBTQIA+ não deve estar presente apenas no discurso das empresas, mas fazer parte de suas ações, da sua cultura e dos meios de relacionamento junto aos/às colaboradores/as. Ainda que o tema de inclusão precise avançar no Brasil, diversas marcas já realizam ações sólidas e com impactos significativos na área, que podem servir de inspiração para outras. Numa sociedade em que a visibilidade digital é essencial, companhias oportunistas que fazem ativismo de fachada são denunciadas, muitas vezes, por clientes e colaboradores/as. Não adianta fazer propaganda com casais LGBTQIA+, se os/as funcionários/as LGBTQIA+ da mesma empresa não são respeitados/as. É necessário que a empresa busque formas de promover políticas institucionais inclusivas que garantam um ambiente de trabalho acolhedor para qualquer colaborador/a, inclusive LGBTQIA+.

Em muitas organizações é perceptível que o discurso e as práticas sociais não são correspondentes, quando grupos minoritários queixam-se de invisibilidade e silenciam discriminações por medo de represálias, isso demonstra a ausência de ações organizacionais a favor da valorização e do respeito às diferenças, visto que faltam políticas antidiscriminação que coíbam as práticas de violência, sejam elas visíveis ou não (MEDEIROS, 2022). Essa invisibilidade se apoia no silêncio, no apagamento e na negação das experiências.

É fundamental, portanto, o empenho das empresas na promoção da igualdade dentro da sua cultura organizacional, no entanto, é preciso ampliar esse esforço em todas

as frentes, com a criação de políticas públicas de inclusão de pessoas LGBTQIA+ no trabalho, bem como campanhas de educação e conscientização, para que cada vez mais a diversidade esteja presente em todos os ambientes (TEIXEIRA, 2022).

OS RESULTADOS DA PESQUISA “O CENÁRIO BRASILEIRO LGBTI+”

A empresa de consultoria Mais Diversidade, em uma pesquisa intitulada “O cenário brasileiro LGBTI+” (2021), no que se refere ao mercado de trabalho, ouviu 2.168 profissionais do país de organizações de grande porte (56%), pequenas e médias empresas (26%), outros setores (15%) e desempregados (3%). A pesquisa se centrou nos seguintes tópicos: orientação afetivo sexual e identidade de gênero; existência de recortes interseccionais; tipo de organização em que trabalha; abertura para falar sobre a orientação afetivo sexual e/ou identidade de gênero no trabalho sem ser julgado/a; em quais ambientes as pessoas sabem sobre a orientação afetivo sexual e/ou identidade de gênero; o que é mais importante para a população LGBTQIA+ no contexto do trabalho; e a possibilidade de mudança de emprego caso tenha oportunidade.

Na pesquisa, de formulário online, 73% dos/as participantes se declararam homossexuais (gays ou lésbicas), seguidos por bissexuais (16%), pansexuais (5%), heterossexuais (5%); e 1% marcou a opção outros. As pessoas que escolheram a opção “outro” adicionaram no campo de comentário termos como: assexual, panromântica,

arromântica, androssesual, demissesual, homorromântico, kink e transexual. A pesquisa contou com representatividade trans (5%) e de pessoas com algum tipo de deficiência (4%).

Dessa amostra, 45% das pessoas LGBTQIA+ ainda não se sentem confortáveis para falar sobre sua sexualidade para todas as pessoas, enquanto apenas 30% das pessoas LGBTQIA+ se sentem seguras para falar abertamente sobre sua orientação afetivo-sexual e/ou identidade de gênero. Está muito próximo o número de LGBTQIA+ que falam abertamente sobre sua sexualidade no trabalho e no ambiente familiar. Este resultado confirma a importância das empresas para a promoção de ambientes seguros para essas pessoas.

Por outro lado, 20% das pessoas LGBTQIA+ ainda não falam sobre sua sexualidade com nenhuma pessoa do trabalho e quase todas as pessoas da pesquisa utilizam amizades e redes de apoio para falar sobre o tema. As pessoas bissexuais são as que mais sentem insegurança para falar abertamente sobre sua orientação afetivo-sexual. Muitas dessas pessoas que não falam sobre o assunto no trabalho passam a viver vidas duplas, criando formas de omitir seus relacionamentos, comportamentos ou experiências nos espaços profissionais. Não participam de atividades sociais da empresa ou instituição e evitam relacionar-se com colegas fora desses ambientes.

Quando questionados/as sobre o que é mais importante para o/a profissional LGBTQIA+ no trabalho, em primeiro lugar vem o ambiente inclusivo (74%); em segundo,

referências LGBTQIA+ em cargos executivos (54%); e oportunidades de desenvolvimento de carreira (45%). Para a comunidade transgênero, em segundo lugar aparece o desenvolvimento de carreira (58%) e, depois, as referências entre executivos (37%). Das pessoas entrevistadas, 57% pretende mudar de emprego. As pessoas trans são as que menos têm essa intenção (41%) e as que estão em maior número desempregadas (34%). Isso pode explicar a escolha pelo desenvolvimento de carreira, como o segundo tópico mais importante.

Funcionários/as públicos/as são os mais insatisfeitos/as em relação às ações de diversidade e inclusão promovidas no trabalho. Em uma variação de 0 a 10, o grau de satisfação desses profissionais em relação a essas ações é de apenas 4,34. Por outro lado, as pessoas que trabalham com empreendedorismo são as mais satisfeitas. É importante que o setor público esteja cada vez mais afinado ao debate sobre diversidade e inclusão, uma vez que quanto mais diversas as pessoas que estão nesses serviços, maior será a capacidade desses serviços atenderem as demandas da população que faz parte de minorias de forma empática e cuidadosa, além de melhorar o ambiente organizacional, para que profissionais LGBTQIA+ se sintam confortáveis e valorizados/as em seus ambientes de trabalho.

Levando em consideração os dados apresentados, percebemos que embora a diversidade e inclusão venham sendo cada dia mais valorizadas, a realidade é que os grupos minoritários continuam significativamente sub-representados no âmbito corporativo. Os resultados expostos

reforçam que ainda há muitos desafios para que profissionais LGBTQIA+ estejam em condições de igualdade no mercado de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As barreiras que as pessoas LGBTQIA+ enfrentam no mercado de trabalho, diante dos preconceitos arraigados na sociedade, afastam o reconhecimento de suas competências profissionais e possibilidades. Desse modo, as organizações tendem a perder profissionais competentes e qualificados/as ou mesmo profissionais que não conseguem desenvolver suas habilidades profissionais por falta de oportunidades. As práticas discriminatórias, muitas vezes silenciosas, ocorrem no cotidiano das relações de trabalho e não são tão fáceis de serem percebidas e combatidas.

As organizações devem buscar medidas para coibir qualquer tipo de discriminação no recrutamento, acesso à treinamento, remuneração, avaliação ou promoção de seus empregados. Essas oportunidades devem ser oferecidas de forma equânime, levando em consideração as especificidades dos/as sujeitos/as, se atentando aos grupos que geralmente vivenciam situações de vulnerabilidade social. É preciso ainda romper com as lógicas racistas, machistas, capacitistas e pouco inclusivas que, infelizmente, ainda são parte do nosso cotidiano. É preciso eliminar barreiras, criar metas de contratação para públicos minorizados e fortalecer plataformas de formação focadas nestas pessoas, além de parcerias com o terceiro setor e universidades para avançar nessa pauta. Projetos como

Camaleão.co⁹ e Agência Multicor¹⁰, que são iniciativas desenvolvidas para conectar oportunidades de emprego e os currículos de pessoas LGBTQIA+ capacitadas para essas vagas, bem como o Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+¹¹, movimento empresarial com atuação permanente reunindo grandes empresas em torno de 10 Compromissos com a promoção dos direitos humanos LGBTI+, são exemplos de como as empresas podem fortalecer e disseminar a diversidade em relação a pessoas LGBTQIA+ em suas empresas. No geral, as empresas mantêm ações de caráter punitivo, quando identificada uma situação de discriminação, no entanto, é importante que elas se engajem e incorporem também ações educativas para combater essa discriminação.

A busca por espaços que sejam diversos e propiciem a elaboração de políticas públicas e institucionais, que visem o desenvolvimento intelectual e social de todos os trabalhadores e trabalhadoras, não deve ser papel somente das organizações. O Estado também tem um papel essencial nessa disputa, conforme afirmam Menezes, Oliveira e Nascimento (2018):

Sobre o papel do Estado no processo de enfrentamento ao preconceito e discriminação e a quaisquer outras demandas que vise uma política de inclusão e respeito mútuo, Pastorini (2007) destaca que a preocupação central não deve estar colocada nas políticas de integração,

9 <https://camaleao.co/> ou www.instagram.com/camaleao.co.

10 www.instagram.com/agenciamicor/.

11 <https://www.forumempresaslgbt.com/>.

que costumeiramente são dirigidas aos reconhecidos “cidadãos”, buscando restabelecer o equilíbrio social, homogeneizar a sociedade e diminuir as desigualdades sociais, mas a concentração de força estatal deve se fazer nas políticas de inserção, que obedecem a uma lógica de discriminação positiva, focalizando os programas sociais para as populações mais vulneráveis, ou seja, para todos os oprimidos e invalidados pela conjuntura. Convém ressaltarmos que “a ‘questão social’ se funda nas formas e conteúdos assimétricos assumidos pelas relações sociais (em suas variadas dimensões econômicas, políticas, religiosas, culturais, raciais etc)” (PASTORINI, 2007, p. 69). Assim, reconhecer a homofobia como uma expressão da questão social é um passo indispensável para se criar e articular políticas de enfrentamento ao preconceito e à discriminação no mercado de trabalho sofridos pela população LGBT. (MENEZES; OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2018, p. 10-11)

Dessa forma, o Estado precisa avançar em políticas públicas de ações afirmativas de trabalho, emprego e renda para essa população, com medidas de orientação, qualificação e intermediação, de modo a propiciar e garantir que pessoas LGBTQIA+ tenham melhores oportunidades no mercado de trabalho formal. Essas políticas não devem vir isoladas, mas fazer parte de um escopo maior na busca por direitos humanos e cidadania para a população LGBTQIA+.

O trabalho é garantidor das mínimas condições de subsistência, o que, desde os primórdios, é o fator primeiro da condição humana, mas, por si só, não garante uma existência livre de discriminação. É imprescindível, mas não se pode pretender que seja exclusivo. Deve-se tratar

a necessidade de alcançar um posto de trabalho digno como direito fundamental e não um privilégio. A sociedade como um todo deve estar comprometida com um projeto que permita uma mudança profunda nas estruturas de opressão, para que cada vez mais pessoas LGBTQIA+ sejam e estejam incluídas em todos os espaços sociais, não apenas no mercado de trabalho, e que a diversidade não seja apenas tolerada, mas garantida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Soraia (2022). Empresas ainda têm políticas pouco eficazes para inclusão de minorias, diz pesquisa. *Época Negócios*. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Carreira/noticia/2022/06/empresas-ainda-tem-politicas-pouco-eficazes-para-inclusao-de-minorias-diz-pesquisa.html> Acesso em 29 jan. 2023.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero – Feminismo e subversão da identidade*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2017.

DAYRELL, Marina. Profissional LGBTI+ se sente mais integrado ao ambiente de trabalho, diz pesquisa. *UOL Economia*, 2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2021/09/19/profissional-lgbti-se-sente-mais-integrado.htm> Acesso em 04 mar. 2023.

DELOITTE (2022). *Diversidade, equidade e inclusão nas organizações 2022*. Disponível em: <https://www2.deloitte.com/br/pt/pages/about-deloitte/articles/pesquisa-diversidade-inclusao-organizacoes.html> Acesso em 03 mar. 2023.

IRINEU, Bruna Andrade; & OLIVEIRA, Brendhon Andrade. (2020). Um balanço das políticas públicas de trabalho, emprego e renda para a população LGBT no Brasil e na

Argentina (2004-2014). *Revista Direitos Humanos e Democracia*, 8(16), 40–55. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/direitoshumanosedemocracia/article/view/7298> Acesso em 16 mar. 2023.

LIMA, Luís (2020). Diversidade é aposta das empresas para retomada competitiva no pós-pandemia. *CNN Brasil*. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/para-alem-do-pink-money-apostar-na-diversidade-melhora-qualidade-da-retomada/>. Acesso em: 18 fev. 2023.

MAIS DIVERSIDADE (2021). *O cenário brasileiro LGBTI+*. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1uI-wHu1nyqUrnOfJWol9gCAfJe3XQiDOb/view> Acesso em: 16 dez. 2022.

MEDEIROS, Bárbara Novaes (2022). *Faces do silêncio e o ecoar nas existências trans no contexto sócio-organizacional*. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós Graduação em Administração da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade, Economia e Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília (UnB). Brasília – DF, 2022. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/44927/1/2022_B%c3%a1rbaraNovaes-Medeiros.pdf. Acesso em 08 mar. 2023.

MENEZES, Moisés Santos de; OLIVEIRA, Antônio Carlos de; NASCIMENTO, Ana Paula Leite (2018). LGBT e mercado de trabalho: uma trajetória de preconceitos e discriminação. *E-book CONQUEER*. Campina Grande: Realize Editora, 2018. p. 419-430. Disponível em: <https://>

editorarealize.com.br/editora/ebooks/conquer/2018/TRABALHO_EV106_MD1_SA7_ID186_04032018135735.pdf
Acesso em: 15 mar. 2023

SORJ, Bila. Sociologia do trabalho: mutações, encontros e desencontros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v.15 n.43, 25 a 34. São Paulo: Jun. 2000. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/26361506_Sociologia_e_trabalho_mutacoes_encontros_e_desencontros. Acesso em: 22 fev. 2023.

SOUZA, Luiz Henrique B. de L. Trabalho e diversidade sexual e de gênero: Dilemas entre a inserção econômica e social no mercado de trabalho e a estratégia de sobrevivência da população LGBT (2020). *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura – REBEH*. Vol. 03, N. 10, o. 252 a 275. Abr. – Jun., 2020. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/index/article/view/10443>. Acesso em: 25 jan. 2023

TEIXEIRA, Jullyane Alves (2021). *Rompendo armários: a experiência profissional de trabalhadores administrativos LGBT+ em ambientes universitários*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Teresina – PI, 2021.

TEIXEIRA, Jullyane Alves (2022). Sair do armário no trabalho: as implicações de se assumir em ambientes laborais. p. 39 a 63. In: ALBUQUERQUE, Marleide Lins; SILVA, Ruan Nunes (Orgs.). *Letras da Diversidade - Artigos*. Teresina: Avant Garde, 2022.

VOTE LGBT (2020). *Diagnóstico LGBT+ na pandemia*. Disponível em https://static1.squarespace.com/static/5b310b91af2096e89a5bc1f5/t/5ef78351fb8ae15cc0e0b5a3/1593279420604/%5Bvote+lgbt+%2B+box1824%5D+-diagno%CC%81stico+LGBT%2B+na+pandemia_completo.pdf. Acesso em: 14 jan. 2023.

ESTADO AUTORITÁRIO E SEXUALIDADE:

O CASO DO PREFEITO DE BACURÍ - MA (1969-1970)

DISCRIMINAÇÃO FILHO JUSTIÇA VIVÊNCIAS DIVERSIDADE GÊNERO CULTURA SOLIDÃO

HOMOSSEXUALIDADE PERFORMANCE IDENTIDADE FAMÍLIA SOLIDÃO

DESEJO IDENTIDADE SEXUALIDADE DIREITOS INVISIBILIDADE

SEGURANÇA EXPERIÊNCIAS RELAÇÕES AFETOS HISTÓRIAS COVID-19

EDUCAÇÃO ADOÇÃO PAI VIOLÊNCIA CONQUISTAS ANSIEDADE

INFÂNCIA INCLUSÃO NARRATIVAS SAÚDE INFÂNCIA INCLUSÃO FILHO

VIOLÊNCIA CONQUISTAS ANSIEDADE EDUCAÇÃO ADOÇÃO

HISTÓRIAS COVID-19 SEGURANÇA EXPERIÊNCIAS RELAÇÕES DIREITOS

INVISIBILIDADE RACISMO DESEJO IDENTIDADE SEXUALIDADE GÊNERO CULTURA JUSTIÇA VIVÊNCIAS DIVERSIDADE GÊNERO CULTURA SOLIDÃO NARRATIVA

KELYEL FORTES DE RESENDE MELO

ELIZÂNGELA BARBOSA CARDOSO

O conflito com a Câmara Municipal, especialmente, com os vereadores Natalino Elias, Eulálio Adolfo, Antônio Quadros e Desdedth Gregório, certamente, fez com que o Sr. Januário Pimenta fosse investigado pelo Estado diante de sua postura de “novo rico” na cidade de Bacuri, gerando uma investigação a respeito de desvio de verbas, com desdobramentos controversos¹. Consta do requerimento para a denúncia que o prefeito, que também havia sido secretário, vivia em casa de taipa e palhas, mas ao ingressar como administrador municipal progrediu exponencialmente suas finanças, adquirindo bens móveis e imóveis, ao mesmo tempo que supostamente ofendia a moral e os bons costumes, passando a colecionar desafetos pela cidade.

Diante disso, aborda-se o processo de investigação do Sr. Januário Pimenta, de modo a mostrar a atuação dos

1 br_dfanbsb_1m_0_0_2273_d0010de0016

mecanismos de punir e sua articulação com os códigos de sexualidade. Para tanto, serão utilizadas as fontes do Arquivo Nacional, especificamente, dados da Comissão Geral de Investigação (CGI) e da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), do período de 1969 a 1970, referente ao procedimento de investigação do prefeito de Bacurí, o Sr. Januário Pimenta.

Muito embora a historiografia ressalte que, desde a gênese do Estado, seu caráter punitivo também tenha sido marcado pela gestão de uma sexualidade considerada adequada, em articulação com a Igreja. Conforme demonstrado por Vainfas, essa questão se estabeleceu nos desdobramentos da colonização, a partir do medo que as pessoas sentiam de serem condenados ao inferno pelo pecado da sodomia². A Igreja não participava das decisões políticas na Ditadura Civil-Militar, sequer interferia na ordem penal, mas a noção de pecado quanto a determinadas práticas de prazer, se espalhou pelas normas sociais durante os anos do “processo civilizador”, solidificando as bases da moral e dos bons costumes. Assim, o hábito de observar, de comentar e de delatar a vida sexual dos outros, séculos depois da Inquisição, é registrado como uma permanência histórica nas décadas de 1960 e 1970, sendo capaz de fundamentar teoricamente e dar bases de sustentação para o aparelho estatal em seus órgãos de informações.

A partir desse caso, é possível considerar que a Ditadura Civil-Militar buscou legitimidade com o discurso

2 Ver: VAINFAS, Ronaldo. Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

de uma “revolução preventiva e redentora”, estruturada a partir das diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional (DSN)³, diante de um contexto mais amplo da Guerra Fria, objetivando a atuação de uma polícia política que garantisse a manutenção da ordem, o estabelecimento da vigilância e da repressão sobre aqueles que contestassem a ordem vigente.

Desse modo, investigação sobre a vida íntima do prefeito se tornou possível graças ao golpe que estabeleceu o regime civil-militar e as tomadas estratégicas de decisão por parte do novo governo. Assim, desde dezembro de 1968, o presidente-general Costa e Silva assinou o Ato Institucional cinco (AI-5) que possibilitou a cassação e a perda dos direitos políticos das pessoas consideradas corruptas e subversivas, com o objetivo de moralizar o espaço político, afastando aqueles que, por condições morais, estariam impedidos de desempenhá-los.

No pano de fundo do ato institucional estava a Escola Superior de Guerra (ESG), incumbida de difundir as diretrizes da DSN. Segundo o manual básico da ESG, a maior preocupação era a possível infiltração comunista por iniciativas indiretas da União Soviética, motivo de vigilância ininterrupta, dado o receio de uma Guerra Total e possivelmente nuclear⁴. Desta maneira, o alvo considerado subversivo era investigado e tratado como

3 Ver: MOREIRA ALVES, Maria Helena. *Estado e oposição no Brasil (1960-1964)*. trad. Clovis Marques, 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

4 Ver: MANSAN, J. V. *Subversivos: ditadura, controle social e educação superior no Brasil (1964- 1988)*. 366 f. Tese – Doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Porto Alegre, 2014.

se fosse um “inimigo do Estado”, e seu extermínio emerge como a condição para paz social, motivo pelo qual são justificados quase todos seus atos, em nome da Razão de Estado⁵. Com base nessa teoria do inimigo, o Estado aprimora seu aparato punitivo com a reconfiguração do DOPS, que juntamente com o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) e o Sistema Nacional de Informações (SNI), passavam a compor os órgãos de informações⁶.

Além disso, inserido em um Estado autoritário, os meios de obtenção de provas para o procedimento investigação podiam ser variados: agentes infiltrados nas universidades e demais órgãos públicos, interventores em setores das organizações públicas, a imposição da censura aos produtos artísticos e culturais, o uso sistemático da dor – a tortura –, a eliminação de opositores políticos não benquistos da sociedade, gerando, inclusive, uma categoria de “desaparecidos políticos”, entre outros métodos amplamente catalogados pelo Arquivo Nacional, pela Comissão Nacional da Verdade – (CNV)⁷ e pelo projeto Brasil Nunca Mais (BNM)⁸.

5 A ideia da Razão do Estado deriva da segregação do poder eclesiástico e o secular no governo das nações, justificando as tomadas de decisões da governamentalidade estatal pelos seus devidos fins. Ver: SAMWAYS, Daniel Trevisan. *Inimigos imaginários, sentimentos reais: medo e paranoia no discurso anticomunista do Serviço Nacional de Informações (1970- 1973)* / Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, 2014.

6 Ver: NAPOLITANO, Marcos. 1964: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

7 Ver: Página Inicial - CNV - Comissão Nacional da Verdade (memoriasreveladas.gov.br)

8 Ver: BNM - Digit@l (mpf.mp.br)

No caso em estudo, percebe-se que o procedimento investigativo desse período podia ser simples, rápido e eficaz para o projeto de governo com uma DOPS em cada Estado da Federação, englobando mesmo uma pequena cidade do interior do Maranhão, marcada por uma população rural rarefeita. A investigação contra o Sr. Januário Pimenta, o procedimento foi comandado pelo DOPS da região que, de forma branda e incisiva, buscou produzir provas que dessem visibilidade ao inventário financeiro do prefeito, bem como solicitou a prestação de depoimentos para o esclarecimento dos fatos, submeteu o suspeito a uma acareação com testemunhas nos pontos divergentes e também deu oportunidade de defesa pessoal.

O povoado de Bacuri foi emancipado a município no Estado do Maranhão em 02 de janeiro de 1962, tendo como prefeito interino o Sr. Rui Aranha Barbosa, que mais tarde fora sucedido pelo primeiro prefeito eleito, Antônio Amado Joaquim, posteriormente, seu vice Balduino Nery e o secretário Januário Pimenta⁹. Este último, foi convidado em 1966, pelo vice prefeito Balduino Nery ao cargo de secretário, muito embora seu ofício fosse governar a cidade de fato e manter as aparências de secretário, conforme relatado nas fontes.

No que tange à análise dos livros de gastos financeiros do prefeito para a prestação de contas foi possível desvendar que, morando em uma singela casa de taipas e palhas, também trabalhava em sua fábrica de tamancos

9 Ver: BACURI (MA). Prefeitura. Disponível em: <https://www.bacuri.ma.gov.br/cidades/cidades/>. Acesso em: 8 jan. 2023.

de madeira na cidade com o objetivo de fazer melhoramentos na sua residência, adquirindo alguns bens móveis como uma geladeira cônsul adquirida em 1966, à prestação por C\$ 600,00 (seiscentos cruzeiros), três máquinas de costurar tecidos, um fogão Butano comprada em 1966 por C\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), dois *Petromáx*, uma radiola da marca *Philipis* adquirida em 1967 por C\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), entre outras coisas de uso doméstico¹⁰. Não esperava este, que teria que fechar seu empreendimento, após o advento das sandálias japonesas, um sucesso que o deixou em sérias dificuldades¹¹.

As sandálias japonesas surgem em 1962 e desde o seu lançamento ganhou as solas com padrão que são uma homenagem as plantações de arroz no Japão, de onde são originárias. A fabricante Paulista de calçados Alpargatas decidiu criar uma linha de calçados de borracha de baixo custo, duráveis, confortáveis e que poderiam ser feitas em larga escala com uma boa margem de lucro para a empresa. Possivelmente, a estratégia de vendas em *Kombis* com vendedores viajantes contribuíram para a expansão do mercado e ao acesso para as cidades mais distantes do país, como a foi o caso da cidade de Bacurí¹².

10 A grande maioria desses produtos domésticos eram sinônimos de conforto e modernidade, segundo a perspectiva da Ditadura Civil-Militar, algo possível de se adquirir e conquistar apenas no regime capitalista. Ver: CARTOCE, Raquel Elisa. *O milagre anunciado: publicidade e a ditadura militar brasileira (1968-1973)*. Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em História, 2017.

11 As modificações econômicas e sociais se intensificaram com as novas tecnologias e o seu acesso era limitado. Ver: SEVENCKO, Nicolau. *A Corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

12 Ver: CARVALHO, Cid Ivan da Costa. *Havaianas e Brasil: processo de produção*

Em 1968, rendido pela concorrência e com o cargo de prefeito, o Sr. Januário Pimenta afirmou receber os vencimentos de C\$475,00 (quatrocentos e setenta e cinco cruzeiros) e, em 1970, o valor de C\$ 625,00 (seiscentos e vinte e cinco cruzeiros)¹³.

Quando se considera o conjunto de depoimentos colhidos no processo, foi possível perceber algumas regularidades nas perguntas e nas respostas, sobretudo, quanto ao enriquecimento ilícito e à construção de obras públicas, à sexualidade e ao consumo da bebida alcoólica. Houve a ampla participação da sociedade incluindo o representante da Igreja Católica, local escolhido para depoimentos. O primeiro, Enéas da Silva Pereira, comerciante descrito como homem branco de cabelos grisalhos com três sinais no rosto, sendo um em cada bochecha e outro no lado esquerdo do lábio inferior¹⁴. A segunda testemunha, Agenor de Sousa Cunha, descrito como um comerciante, casado, com cabelos brancos e calvo, natural do Pará¹⁵. Terceiro, José Vieira da Silva, coletor de lixo, natural de Altos - Piauí, descrito como um homem casado, com cabelos escuros, barba raspada e bigode aparado¹⁶. Quarto, João Batista Lima da Silva, alfaiate e escrevente do cartório único, descrito com barba e bigode raspados¹⁷. Quinto,

identitária nas propagandas das Sandálias Havaianas. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, 2010.

13 br_dfanbsb_1m_0_0_2273_d0003de0016

14 br_dfanbsb_1m_0_0_2273_d0011de0016

15 br_dfanbsb_1m_0_0_2273_d0011de0016

16 br_dfanbsb_1m_0_0_2273_d0012de0016

17 br_dfanbsb_1m_0_0_2273_d0012de0016

Lino de Santana Serra, descrito como um comerciante (dono de um bar)¹⁸.

A maioria das testemunhas confirmaram que era voz corrente na cidade que o sr. Januário já possuía bens, além de sua fábrica de tamancos, uma quitanda pequena. Contudo, teria terminado e inaugurado dois grupos escolares, realizado melhoramentos em estradas e em algumas pontes. Estas informações faziam parte do conjunto de interesses da defesa nacional, baseada na ideia de um modelo capitalista de desenvolvimento e faz parte de um momento em que a Ditadura Civil-Militar buscou estabilidade com a ideia de progresso do Estado e da qualidade de vida, sintoma do período que corresponde ao “milagre econômico brasileiro” que perdurou de 1969 a 1973¹⁹.

Alguns dos exemplos de obras que simbolizam o progresso para esse período estão obras como a do metrô de São Paulo e a ponte Rio-Niterói no Rio de Janeiro²⁰. Fora dos grandes centros urbanos, a atmosfera de desenvolvimento invade o projeto que ficou conhecido por “Maranhão Novo”, razão pela qual a cidade de Bacuri necessitava também de suas próprias construções públicas²¹. Contudo, a construção particular de sua própria residência

18 br_dfanbsb_1m_0_0_2273_d0012de0016

19 Ver: MOREIRA ALVES, Maria Helena. *Estado e oposição no Brasil (1960-1964)*. trad. Clovis Marques, 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

20 Ver: CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *A Ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964- 1985* (tese de doutorado em História) UFF, 2012.

21 Ver: COSTA, Wagner Cabral da. *Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”: a trajetória da Oligarquia Sarney no Maranhão*. São Luís: Mimeo, 1997.

não significava um avanço social, ao invés disso, a menção reiterada ao passado humilde do prefeito marca a emergência de uma classe média preocupada na vigilância dos bens e valores dos outros, pressupondo uma percepção levemente homogênea entre os componentes da sociedade e provocando ressentimentos entre seus integrantes, realçando mais o narcisismo das pequenas diferenças entre os cidadãos.

No que se refere ao comportamento social do prefeito, destacam-se algumas divergências quanto aos seus códigos de masculinidade e de práticas sexuais, posto que ora as testemunhas afirmam que “o prefeito bebe como qualquer pessoa, em festas”, também afirmam que “é público e notório que o prefeito gosta de se embriagar, sendo certo apenas que é bebedor de cachaça, pois as vezes vai à [...] casa comercial beber até embriagar-se e outras já chega ébrio”.

Ademais, a cidade comenta sobre sua suposta homossexualidade, não podendo, entretanto, ninguém afirmar. Menos a sexta e a sétima testemunha de “ouvir dizer”: Manoel Paz da Silva, natural do Pará, descrito como um homem de cabelos grisalhos, comerciante ambulante, afirmou que o prefeito era um pederasta passivo²²; Demócrito Garcia Leite, descrito como homem casado que labora na criação de animais, afirmou que o prefeito era bêbado inveterado, que seu estado normal é bêbado e todos na cidade comentam que sua conduta muda quando bebe, beijando e fazendo carícias nos amigos²³.

22 br_dfanbsb_1m_0_0_2273_d0012de0016

23 br_dfanbsb_1m_0_0_2273_d0012de0016

Das pessoas que testemunharam, nenhum homem poderia afirmar com certeza absoluta sobre a homossexualidade do prefeito sem comprometer a sua própria virilidade. Entretanto, do conjunto de depoimentos colhidos na investigação da CGI, o oitavo sujeito convocado a depor arrematou: Sr. Walter Silva, que exercendo o ofício de sapateiro na cidade e descrito no inquérito com vários cortes pequenos de faca pelo corpo, afirmou que Januário era bêbado inveterado e homossexual, pois um dia estava na casa de Acácio Lisboa, quando Januário o chamou para detrás da casa e o agarrou, dando-lhe vários beijos, pedindo-lhe que o levasse para casa; e, em outro evento, estando na casa de Raimundo, novamente o prefeito o agarrou, mas dessa vez, o depoente deu-lhe uma bofetada, deixando-o abandonado²⁴.

Em relação aos desafetos e intrigas da cidade para com o prefeito, além de alguns dos vereadores da câmara municipal, estava a nona testemunha, o representante local da Igreja Católica, o Pe. Mário Secci, que advertiu inúmeras vezes sobre o uso indevido do local da paróquia para colocar o gerador de luz da cidade, argumentando que os religiosos já realizavam um serviço de assistência social referendado na região e que o prefeito em questão abusava da boa vontade do mesmo, pois com o passar do tempo a prefeitura passou a colocar ali outros bens, gerando danos para a paróquia.

Chegado o depoimento do padre Mário Secci, descrito como um senhor italiano de cabelos castanhos, com barba

24 br_dfanbsb_1m_0_0_2273_d0012de0016

e bigodes raspados, declarou que chegou à cidade em 1969, já tendo encontrado Januário à frente da prefeitura local e já instalado o motor da prefeitura no barracão paroquial, fornecendo luz à cidade, o que posteriormente foi utilizado para colocar a caçamba da prefeitura, e meses depois um *jeep*, motivando o padre a levar uma proposta de venda para a prefeitura por Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) e que, apesar de firmado o compromisso, o prefeito não pagou. Por isso, ele fechou as cancelas e deixou a cidade de Bacuri completamente às cegas. Diante disso, os comerciantes locais mais influentes buscaram mediar o conflito, pois também estavam sem energia. Esse foi o motivo pelo qual foram ouvidos para prestar depoimentos, Enéas da Silva Pereira, Agenor de Sousa Cunha e os demais envolvidos²⁵.

O padre Mário Secci reiterou que um grupo de alta projeção social da cidade procurou intervir para solucionar o impasse, sem obter resultado algum, já que o prefeito, após não honrar o acordado, chegou a afirmar que a paróquia possuía dívidas com a prefeitura e que a câmara de vereadores não apoiava a aquisição, diante de outros compromissos. Respondeu, também, que ouviu falar que Januário Pimenta fora surpreendido praticando pederastia passiva, pelo próprio filho, não podendo, porém, afirmar²⁶.

Em sua defesa pessoal, sem advogado constituído, o sr. Januário Pimenta, devidamente qualificado como um

25 br_dfanbsb_1m_0_0_2273_d0011de0016

26 br_dfanbsb_1m_0_0_2273_d0011de0016

homem de 52 anos com barba raspada e bigode aparado, foi convidado a prestar esclarecimentos sobre sua riqueza repentina, ao que respondeu detalhando sua jornada desde que fora convidado pelo prefeito Balduino Nery da Silva para secretário e, posteriormente, para concorrer ao cargo de prefeito em 1968, pela Aliança Renovadora Nacional - ARENA, chegando a vencer o pleito²⁷.

Nesse procedimento, o prefeito Januário Pimenta afirmou que Walter Silva que havia acusado de práticas homoeróticas era cunhado de seu opositor político, e que certa vez houve um evento desagradável com uma menor em sua casa, ao que teria saído chamando de “fresco”, momento em que a testemunha flagrava a situação. Toda a história narrada pelas demais testemunhas à Comissão de Investigação se trataria, segundo o investigado, de um jogo político, resultado de algumas intempéries, seria uma mirabolante ficção de interesses sombrios. Afirmou ainda que morava com sua esposa e era pai de quatro filhos²⁸.

Em abril de 1970, o delegado realizou uma acareação entre Walter Silva e Januário Pimenta, colocando-os frente a frente para apuração da verdade. O primeiro não retirou suas acusações sobre o prefeito, acrescentando, inclusive, que seus filhos são testemunhas da conduta homossexual de Januário, momento em que este

27 O sistema bipartidário durou de 1965, com o Ato Institucional nº 2, até o final de 1979, com a Arena que referendava as decisões dos generais - presidentes, enquanto o Movimento Democrático Brasileiro - MDB deveria desempenhar uma inócua oposição. Ver: BATISTELLA, Alessandro. A ditadura militar e o bipartidarismo: casuísmos e um simulacro de democracia. *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica - CLIO* (Recife. Online), ISSN: 2525-5649, vol. 39, Jul-Dez, 2021

28 br_dfanbsb_1m_0_0_2273_d0011de0016

levantou-se e esmurrou a mesa afirmando que mandaria para cadeia seu próprio filho se aquilo fosse verdade. A aparente performance viril do administrador público convenceu o delegado, pois em seu relatório constava ênfase na tese de intriga da oposição.

As fontes demonstram que o Estado, além de voltar-se para o processo de enriquecimento, também se voltava para investigação de gênero e sexualidade, uma vez que existe um conjunto de perguntas que emanam um desejo de saber e regular as práticas sociais de lazer e prazer, envolvendo o consumo de bebida alcoólica e práticas homoeróticas. Ademais, a abordagem do Estado e mesmo os sujeitos da sociedade civil que colaboraram para o deslinde do caso partiam todos de uma leitura coesa e linear entre sexo, gênero e desejo, tendo em vista que o próprio suspeito, o Prefeito, se valia do casamento e dos filhos para se esquivar da acusação de ser homossexual²⁹.

Logo, enquanto a corrupção fosse descoberta ou não pela discrepância financeira facilmente verificável pela análise dos dados dos livros de finanças do prefeito, o considerado subversivo pelo regime militar se pautava em traços daquilo que fugia à conexão sexo-gênero-desejo e, para isso, os agente do DOPS demonstraram que a investigação incorpora um território “não-dito” da singularidade sexual, muito embora determinadas práticas não fossem consideradas tipos penais passíveis de punição.

29 Ver: BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Col. Sujeito e História. 8ª ed. 2015.

Essa ausência do dispositivo legal não impediu a perseguição do Estado aos sujeitos considerados homossexuais durante seu período autoritário. Logo, aos menos privilegiados de poder aquisitivo, profissionais liberais, metrolinos, operários, desempregados e assalariados mal pagos, que buscavam diversão em locais mais afastados e liberais, o Estado se valia da contravenção da vadiagem para promover ações como as operações “limpeza”, como a que ocorreu em São Paulo e que funcionavam como forma de varrer da sociedade os sujeitos de moral questionável³⁰.

Em uma leitura superficial desse tipo de controle mediado pelos subterfúgios das leis penais, os “vadios” eram pessoas que, por livre opção, estavam nas ruas fomentando e propagando os vícios do sexo, da bebida, do cigarro, do jogo apostado e que, por consequência, geravam um exemplo ruim para a sociedade utilitária do período³¹. A abordagem para essas pessoas, geralmente, ocorria com bastante truculência nos casos em que não se explicasse bem os motivos de estar fora de casa, seja com comprovante de residência ou carteira de trabalho, situações em que era possível a condução forçada para a delegacia, onde eram mantidos por dias.

A perseguição aos sujeitos tidos como homossexuais entre os integrantes das Forças Armadas se dava por

30 Ver: OCANHA, Rafael Freitas. Repressão policial aos LGBTs em São Paulo na Ditadura civil-militar e a resistência dos movimentos articulados. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio (orgs.) *História do Movimento LGBT no Brasil*, 1ªed. São Paulo – Alameda, 2018.

31 Ver: HOBSBAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

acusação de pederastia, um tipo penal militar que buscava obliterar a prática homoerótica dentro dos quartéis e demais locais da Administração Pública. Assim, tão cedo o indivíduo fosse pego em uma situação suspeita, este passava por um procedimento que implicava também em uma Comissão de Justificação do ato, oportunidade esta que os “vadios” não possuíam.

Inúmeros foram os militares “pederastas” investigados e punidos pela Ditadura, tantos outros os que escaparam da investigação penal militar e ainda usufruíram as benesses que sua posição social permitia. Inclusive, conforme relatos da Comissão Nacional da Verdade, tantos outros agentes do Estado se valiam de violações sexuais a outros homens, sem que o ato tocasse a leitura homoerótica desse sujeito, evidenciando nesses atos o caráter mais sádico de exercício de poder.

Quanto aos membros da magistratura, do legislativo, do executivo e dos serviços essenciais à justiça, a homossexualidade era punida pelo procedimento do quinto ato institucional, o qual possibilitava a investigação de qualquer ato subversivo ou que ofendesse a moral e os bons costumes. Nesse emaranhado, Januário Pimenta demonstrou que precisou administrar mais que uma cidade, também precisou ser capaz de lidar com diferentes desejos, performances e interesses frustrados.

O caso permite reforçar o argumento de Miskolci sobre a conexão da sexualidade com a dinâmica da ordem social e política, uma vez que a mera suspeita de subversão colocava a pessoa em uma situação de desajuste social, tanto

que, não obstante a ausência de crime para a homossexualidade ou provas palpáveis de que o sr. Januário tivesse faltado com o decoro público, foi realizado um amplo procedimento invasivo de sua vida privada³².

Após colhidos os depoimentos, o relatório foi encerrado pelo 2º Tenente e Delegado da D.O.P.S., Manoel Novaes, que o encaminhou ao CGI, junto com toda a documentação pelo escrivão Ubiratan de Jesus Rocha Varela, para a Sub-Comissão Geral de Investigações em São Luís (MA). Contudo, se Januário Pimenta utilizou dinheiro público para enriquecimento ilícito ou recebeu apenas o que lhe era devido, se tinha condutas classificadas como homossexuais naquele contexto, apesar de ser casado e pai de quatro filhos, ou se a investigação foi motivada por outro atrito político, o desfecho do caso não foi desvendado diante do acesso limitado das fontes³³.

A investigação demonstra que tanto a ideia de subversão e a construção da figura subversiva por parte do Estado permitiram as condições materiais para os mecanismos de punir com seus órgãos de informação, quanto o pudor e a vergonha permeadas na sociedade civil e em diálogo com os interesses da Ditadura, investem na construção de uma subjetividade domesticada, isto é, minimamente previsível, uma vez que as expressões de práticas homoeróticas do prefeito emergiam pelas vozes da cidade como um ato falho, um desejo inconsciente ou

32 Ver: MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Revista Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 150-182.

33 br_dfanbsb_1m_0_0_2273_d0014de0016

algo mantido pelo sigilo, tornando-se pauta central para a legitimação do poder atribuído ao administrador³⁴.

No que se refere às testemunhas, é possível inferir que os sujeitos prestadores de esclarecimentos, perante a comissão de investigação, foram descritos como pessoas bem inseridas em determinadas classes sociais para a pequena cidade, incluindo o representante da Igreja, e demonstram que esse grupo restrito atualizava a masculinidade hegemônica e também que as relações eram fundadas em trocas de favores, certamente pecuniária, como demonstra a proposta de venda do Pe. Secci³⁵.

Argumenta-se a partir desse caso que a construção de uma ordem política do Estado passa pela elaboração de uma ordem sexual, havendo uma nítida abordagem heteronormativa, como é demonstrado no caráter investigativo da subversão pelas supostas práticas homossexuais do prefeito. Portanto, a política autoritária da Ditadura Civil-Militar, fora dos grandes centros, como é o caso de Bacuri, demonstra que a ação autoritária do Estado e de sua estrutura punitiva atingiu inúmeros espaços, sendo capaz de um enraizamento íntimo na subjetividade das pessoas, pois investe no regime de inteligibilidade sobre os conceitos: sodomitas, vadios, pederastas e homossexuais.

Por fim, há no aparelho Estatal um desejo de saber sobre as práticas que fogem à masculinidade hegemônica, operacionalizando uma estrutura de investigar e punir ao

34 Ver: ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: formação do estado e civilização*. v. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

35 Ver: CONNEL, Robert W. ; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista estudos feministas*, 2013.

menor indício da corrupção moral, quase sempre articulada aos códigos desviantes³⁶. As lições da história sobre esse período autoritário brasileiro permitem perceber que parte das categorias que despertavam medo e permitiam a punição, escondiam traços de singularidade pois eram lidas como subversão, e que impactavam diretamente na noção de lazer e diversão pública, de moralidade administrativa e eficiência da Administração, bem como de questões sobre cidadania e direitos humanos que deságuam na redemocratização.

36 Considerando a diferença a partir do pensamento heterossexual como forma normativa para coesão social. Ver: WITIG, Monique. *The Straight Mind and other Essays*, Boston: Beacon, 1992.

REFERÊNCIAS

BACURI (MA). Prefeitura. Disponível em: <https://www.bacuri.ma.gov.br/cidades/cidades/>. Acesso em: 8 jan. 2023.

BATISTELLA, Alessandro. A Ditadura Militar e o Bipartidarismo: casuísmos e um simulacro de democracia. *Revista de Pesquisa Histórica - CLIO* (Recife. Online), ISSN: 2525-5649, vol. 39, Jul-Dez, 2021

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Col. Sujeito e História. 8ª ed. 2015.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *A Ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985* (tese de doutorado em História) UFF, 2012.

CARVALHO, Cid Ivan da Costa. *Havaianas e Brasil: processo de produção identitária nas propagandas das Sandálias Havaianas*. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, 2010.

CONNEL, Robert W. ; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade Hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, 2013.

CARTOCE, Raquel Elisa. *O milagre anunciado: publicidade e a ditadura militar brasileira (1968-1973)*. Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em História, 2017.

COSTAS, Wagner Cabral da. *Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”*: a trajetória da Oligarquia Sarney no Maranhão. São Luís: Mimeo, 1997.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: formação do estado e civilização*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

HOBSBAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SAMWAYS, Daniel Trevisan. *Inimigos imaginários, sentimentos reais: medo e paranoia no discurso anticomunista do Serviço Nacional de Informações (1970- 1973) / Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná*, 2014.

SEVENCKO, Nicolau. *A Corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MANSAN, J. V. *Subversivos: ditadura, controle social e educação superior no Brasil (1964- 1988)*. 366 f. Tese – Doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Porto Alegre, 2014.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Revista Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 150-182.

MOREIRA ALVES, Maria Helena. *Estado e oposição no Brasil* (1960-1964). trad. Clovis Marques, 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

OCANHA, Rafael Freitas. Repressão policial aos LGBTs em São Paulo na Ditadura civil-militar e a resistência dos movimentos articulados. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio (orgs.) *História do Movimento LGBT no Brasil*, 1ªed. São Paulo – Alameda, 2018.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos Pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2011.

WITTIG, Monique. *The Straight Mind and other Essays*, Boston: Beacon, 1992.

FONTES

br_dfanbsb_1m_0_0_2273_d0003de0016

br_dfanbsb_1m_0_0_2273_d0011de0016

br_dfanbsb_1m_0_0_2273_d0012de0016

br_dfanbsb_1m_0_0_2273_d0010de0016

br_dfanbsb_1m_0_0_2273_d0014de0016

MULHER SAPATÃO: DA SOLIDÃO DE NÃO PERTENCER ÀS OUSADIAS E CORAGENS EM SE ARRISCAR NOS AFETOS

DISCRIMINAÇÃO FILHO JUSTIÇA VIVÊNCIAS DIVERSIDADE GÊNERO

DESEJO IDENTIDADE SEXUALIDADE DIREITOS IN
FÂNCIA INCLUSÃO NARRATIVAS SAÚDE INFÂNCIA INCLU
SÃO ADOÇÃO PAI VIOLÊNCIA CONQUISTAS
ANXIEDADE HISTÓRIAS COVID-19 SEGURANÇA
EXPERIÊNCIAS RELAÇÕES AFETOS HISTÓRIAS
CONQUISTAS ANXIEDADE EDUCAÇÃO ADOÇÃO
VIOLÊNCIA CONQUISTAS ANXIEDADE EDUCA
ÇÃO INCLUSÃO NARRATIVAS SAÚDE INFÂNCIA INCLU
SÃO ADOÇÃO PAI VIOLÊNCIA CONQUISTAS
ANXIEDADE HISTÓRIAS COVID-19 SEGURANÇA
EXPERIÊNCIAS RELAÇÕES AFETOS HISTÓRIAS
CONQUISTAS ANXIEDADE EDUCAÇÃO ADOÇÃO
VIOLÊNCIA CONQUISTAS ANXIEDADE EDUCA

HOMOSSEXUALIDADE POLÍTICA EST,) TI
HOMOSSEXUALIDADE PERFORMANCE IDENTIDADE FAMÍLIA S

SUBJETIVIDADE MILITÂNCIA POLÍTICA ESTADO TECNOLOGIA MULH
HOMOSSEXUALIDADE PERFORMANCE IDENTIDADE FAMÍLIA S
DISCRIMINAÇÃO FILHO JUSTIÇA VIVÊNCIAS DIVERSIDADE GÊNERO C

DESEJO IDENTIDADE SEXUALIDADE DIREITOS INVISIBILID
SEGURANÇA EXPERIÊNCIAS RELAÇÕES AFETOS HISTÓRIAS COVID
EDUCAÇÃO ADOÇÃO PAI VIOLÊNCIA CONQUISTAS ANXIEDADE
INFÂNCIA INCLUSÃO NARRATIVAS SAÚDE INFÂNCIA INCLUSÃO FIL
VIOLÊNCIA CONQUISTAS ANXIEDADE EDUCAÇÃO ADOÇÃO
HISTÓRIAS COVID-19 SEGURANÇA EXPERIÊNCIAS RELAÇÕES DIRE
INVISIBILIDADE RACISMO DESEJO IDENTIDADE SEXUALIDADE I
GÊNERO CULTURA JUSTIÇA VIVÊNCIAS FAMÍLIA SOLIDÃO NARRAT

MARIA LIZANDRA MENDES DE SOUSA
DANIELE DA SILVA FÉBOLE
LETÍCIA CAROLINA PEREIRA DO NASCIMENTO

DOS FIOS DAS MÃOS QUE DANÇAM...,

Quando eu era criança, adorava aventuras ao ponto de usá-las como rota de fuga daquilo que ofuscava o direito de viver e o de dizer o que sentia e pensava. Muitas vezes, essas aventuras não passavam de criações imaginárias de mundos diversos distante da realidade na qual eu estava inserida. Esses mundos paralelos que minha imaginação criava constantemente era um lugar cheio de flores, pássaros, brincadeiras, onde eu podia correr, pular, gritar... onde eu podia ser eu, porque nesses espaços-tempos-lugares inversivos existia uma outra Lizandra: a Lizandra com diversas possibilidades de ser livre.

Era difícil entender que por ser uma menina não podia ser livre e nem sequer sonhar e desejar a liberdade. *“Você não é um menino, Lizandra. Você não pode jogar bola e nem brincar com os outros meninos. Ficar correndo e se sujando.*

Quer brincar? Brinque com sua irmã de boneca, casinha. Parece que você gosta de apanhar". Ouvia isso muitas e muitas vezes daquelas/es que inicialmente me amavam. Mesmo sem compreender o que tinha feito de errado e as razões de não poder realizar determinadas coisas, sentir, usar, expressar, enfim, ser eu, já entendia e sentia que era uma criança estranha.

Assim, eu era a criança que fugia de casa ao meio dia para jogar bola com os meninos em um campinho perto da casa daqueles que inicialmente me amavam. Eu era a menina que subia na parede do banheiro e pulava de uma altera bem alta considerando a minha estatura. Eu era a menina que gargalhava e falava alto. Eu era a menina que construía estradas e pegava o carrinho do meu irmão para brincar. Eu era a menina que odiava as roupas as quais era obrigada a vestir. Eu era a garota que fazia tudo, menos as coisinhas consideradas de meninas. E foi assim, querida bell hooks (2021), que verifiquei aos poucos a construção da ausência e afastamento do afeto na minha infância, em razão de ser uma menina/criança estranha.

De uma infância estranha e com ameaças físicas e psicológicas do que podia ou não ser, fazer, sentir, expressar, adentrei na adolescência sentindo o peso da culpa. A culpa do afastamento afetivo daquelas/es que inicialmente me amavam, de não ser aquilo que de fato elas/es gostariam que fosse e por ser tão diferente e estranha. O peso da culpa foi corroendo o meu corpo e, com névoas nos olhos e na mente, fui perdendo as chaves desse corpo-mente-sentimento.

A culpa de não corresponder às expectativas de quem inicialmente me amava fizeram com que meu corpo-mente-sentimento se transformasse em uma casa repleta de dúvidas, inseguranças e medos, onde os desejos e pensamentos dos outros eram os proprietários. Entreguei as chaves do meu corpo-mente-sentimento para as pessoas que inicialmente me amavam e sem pensar duas vezes, elas mudaram os móveis e suas posições, assim como os rebocos e as tintas. Eu, em um estado constante de culpa, fiquei na fachada da casa. Não consegui pegar a chave, abrir a porta, tirar os rebocos, trocar e mudar a posição dos móveis e pintar as paredes com outras tonalidades. A culpa nos tira muitas coisas, entre elas, a coragem e a autenticidade!

Com esse estado de culpa pelo afastamento de si constituído pela ausência de afeto, infelizmente, Thérèse Bertherat e Carol Bernstein (1985), meu corpo-mente-sentimento se transformou em uma casa abandonada. E essa casa ficou ainda mais abandonada quando percebi, na adolescência, que sentia atrações afetivas, físicas e sexuais por outras meninas. Em um piscar de olhos, a culpa se intensificou e junto a ela, a falta de coragem de buscar compreender meus sentimentos. A partir daí, meu corpo-mente-sentimento foi habitado pela raiva de não querer ser uma menina estranha.

Da raiva nasceu a rejeição, e com essa rejeição comecei a seguir as expectativas daquelas/es que inicialmente me amavam, porém meu corpo-mente-sentimento balançava em pensamentos e questionamentos: *“Como pode uma menina gostar de outra menina?”*, *“Para de ficar criando*

mundos onde você se relaciona com outras meninas”, “Que ódio! Eu devo ser um monstro. Aqueles que inicialmente me amavam não podem ficar sabendo que gosto de meninas”, “Será que estou doente?”. De tanto pensar e me questionar, emergiu o medo: não queria ser uma menina estranha, porque não queria afastar ainda mais aquelas/es que inicialmente me amavam.

Quando cheguei no Ensino Médio, estava sendo esmagada pelos sentimentos que carregava por gostar de outras meninas, os quais não podia dizer, expressar e sentir. Estava sendo sufocada pela rejeição de não conseguir aceitar que era uma menina que amava (ama) outras meninas. Estava sendo asfixiada pelas expectativas dos outros e que realizava para manter migalhas de afeto. Estava presa aos padrões impostos pela sociedade de como as mulheres devem ser, comportar-se, sentir-se, vestir-se, amar, falar e de que lugares podem ocupar e estar. Sufoco, controle e vigília não foram sentimentos tão fortes quanto o da rejeição que tinha por mim mesma e do que aquelas/es que inicialmente me amavam poderiam sentir e fazer caso revelasse quem eu realmente era.

Eu precisava, quase que em um estado de emergência, ser eu mesma. Eu necessitava respirar sendo eu mesma. Precisava tirar tudo que me limitava e esmagava meu corpo-mente-sentimento. Era preciso, assim, reivindicar minha própria existência, pegar as chaves da minha casa, realizar uma faxina, mudar os móveis, trazer tonalidades que realmente desejava e construir minha própria história. Entretanto, não consegui fazer isso no Ensino Médio.

Ao adentrar no Ensino Superior para cursar Licenciatura em Pedagogia comecei aos poucos, e de forma mais intensa, a reivindicar minha própria existência. Queria ser uma professora, porque percebi na educação e no processo de ensinar-aprender possibilidades de sonhos e realidades possíveis por meio do direito às diferenças e à vida. Contudo, ao tempo de uma formação acadêmica que me guiava pelo e no desejo em ser, tornar-se e sentir-se professora nas tessituras, também, de se obter uma vida com dignidade e respeito, todo o contexto acadêmico fazia questão de me informar que não deveria estar ali e tão menos ocupar e reivindicar esse espaço-tempo-lugar. Percebi, dessa forma, que agora não bastava apenas reivindicar minha própria existência, era (e é) preciso reivindicar o direito a ocupar diferentes espaços-tempos-lugares.

Entretanto, como consigo lutar e resistir na existência sendo que retiram do meu corpo-mente-sentimento a capacidade de me reconhecer enquanto humana, mulher e professora? Não sei o que é preciso, porém sinto que é necessário muito mais que o ato de ser corajosa e ousada. Todas essas vivências construíram sentimentos de não pertencimento, seja aos espaços-tempos-lugares que ousava [ousar] ocupar, seja ao sentimento de pertencer a si mesma.

Esse texto é atravessado por experiências registradas em diário, poesia autoral e na produção de uma imagem que pudesse manifestar os sentimentos que as palavras não foram capazes de expressar, nos períodos de 2018, 2019 e 2023. Tem por objetivo refletir como os sentimentos de não pertencimento perpassam o corpo político de uma

mulher sapatão para além do contexto acadêmico. Assim, a autobiografia mobiliza os desenhos metodológicos do trabalho, uma vez que possibilita imersões de si-em-si, a partir dos seus ressignificados.

Mesmo com ousadia em expor minhas vivências-experiências, querida bell hooks (2021), ainda vivo uma vida suspensa ao passado! Quem me dera ousar dizer o contrário, porém, ainda, em doses pequenas, medianas e altas, sigo em direção as memórias-lembranças de vivências-experiências passadas. Quem me dera que as ausências de afetos e as violações ao meu corpo-mente-existência não tivessem perfurado meus sentimentos e esmagado as relações e afeições positivas para comigo mesmo. Quem me dera que o sentimento de valorização, reconhecimento e pertencimento de si para si não tivesse ido realizar uma viagem longa e, sem pensar duas vezes, afastar-se de mim. Quem me dera que o passado não tivesse tanto controle sobre quem eu sou, penso, sinto, faço e sonho. Talvez esse texto-afeto, bell hooks, também seja uma forma de revistar o passado e ressignificá-lo no agora.

Por isso que gosto de escrever histórias! Perco-me nas palavras e não sinto medo de me afogar nelas, porque com elas crio e recrio infinitas experiências sensoriais que me conduzem para diferentes estados de sentir as coisas-situações. As palavras me dão brechas que dizem para eu não temer construir relações afetivas profundas e aceitar o risco de me machucar. Há nas palavras danças sem precisar estar no ritmo, porque as palavras ousam dizer que posso ser livre do peso da culpa e rejeição.

Assim, este texto faz parte das reflexões trazidas no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado *Narrativas de uma mulher sapatão no Ensino Superior: há (im) possibilidades de (re) existir às estratégias heteronormativas em ser, tornar-se e sentir-se professora?* especialmente, no Cabide 2 – *Sentimentos... de... não...* pertencimento. Resalta-se, também, que o texto é escrito todo em primeira pessoa do singular por se tratar das vivências-experiências pessoais de uma das autoras, visibilizando uma escrita que ousa não se ausentar do uso do corpo político na construção de conhecimentos.

Esse texto é o gosto pelas palavras e por escrever histórias que vieram nos braços da infância, porém só consegui (e ainda estou em processo) dizer minhas próprias palavras sem temê-las há uns três anos atrás. Antes disso, elas estavam guardadas e sendo sufocadas e esmagadas por ainda pensar que minha existência não era merecedora de nenhum afeto. Precisei de movimentos em silêncios para criar brincadeira de roda (por que não dizer ciranda de poesia?) que reorganizassem meus sentimentos e as percepções que tinha sobre minha existência e as relações que nutria com outras pessoas, por meio do abraço ao imprevisível. Escrevo para degustar a vida!

AUTOBIOGRAFIA: DESENHOS FLUÍDOS DE SI

A autobiografia foi a escolhida para compor as raízes desse texto, pois, ela é um convite para compreender a si, abrir caminhos para entender as situações vivenciadas e as múltiplas identidades que me constituem, reafirmar e

reivindicar minha existência, questionar e criar epistemologias baseadas em experiências e resistências coletivas e cotidianas. Movimentar-se pela própria introspecção é lançar mão do medo, do julgamento e viajar entre os cômodos das inquietações, incômodos e questionamentos. Ousar expor as suas vulnerabilidades é descolocar no meio das tantas interpretações que outras pessoas irão fazer sobre si e suas narrativas-histórias. Trazer à tona as experiências é rememorar as próprias recordações não de forma linear, mas sim, na fluidez da imprecisão.

Como a bebida que mais amamos e que, de forma inusitada, sentimos o aroma mesmo ela não estando presente, a autobiografia resgata a constituição de minha existência ao reafirmar e convocar as especificidades e experiências únicas que compõem o arcabouço dos espaços-tempos-lugares-contextos do vivido. É nesse reencontro de si que Verena Alberti (1991, p. 77), no seu texto-partilha *Literatura e autobiografia: a questão do sujeito na narrativa*, tensiona as imagens, conhecimentos, caminhos, epistemologias e travessias de si no momento da escrita.

Assim, se alguém se põe a escrever uma autobiografia, um sentido em sua vida e dela operar uma síntese. Síntese que envolve omissões, seleção de acontecimentos a serem relatados e desequilíbrio entre os relatos (uns adquirem maior peso, são narrados mais longamente do que outros), operações que o autor só é capaz de fazer na medida em que se orienta pela busca de uma significação: busca essa que lhe dirá quais acontecimentos ou reflexões devem ser omitidos e quais (e como) devem ser narrados. É essa busca também que prevalece na estrutura do texto, os

relatos ganhando sentido à medida que vão sendo narrados, acumulando-se uns aos outros, de modo que a significação se constrói no momento mesmo em que o autor escreve a autobiografia.

Na reflexão acima, percebo que nem tudo precisa ser dito [pode ou deve]. Há, nas instâncias das memórias-vivências, situações em que não desejamos contar, narrar e reviver. Um carinho que fazemos conosco quando se entendi que algumas buscas merecem mais espaços-tempos para dá sentidos e interpretações mais profundas e honestas. Isto faz parte da dualidade que constitui as narrativas-histórias, de modo a expressar e resgatar o que é possível, reconfigurações das partilhas que aqui ofereço a vocês, bem como reafirmar: conhecer-me é um processo de vivências cotidianas.

Gostaria, assim, de dizer que a autobiografia se torna desarranjo relevante nas escritas de si. Os sentimentos, as emoções, as linhas tortas e embaraçadas do tempo e os detalhes vão dialogando entre si e, assim, gerando conhecimento pela construção e estímulo das reflexões. Explorar-se é entender as dimensões que tecem sua existência pela exposição dos anseios e dúvidas. Relevar-se e autoafirmar-se essa revelação de si para si e para outrem é um processo cheio de marcas estranhas e intensas de produção de lembranças e memórias que ao mesmo tempo em que acalenta, também rasga e gera feridas internas e externas, na tentativa de as cicatrizar. As estranhezas de abrir a caixinha de episódios dilacerantes e expô-las as críticas não é um ato apenas de coragem, mas também, e em

especial, de formação e ressignificação de epistemologias.

As experiências são os pesos das marcas do vivido que não tem nada de tênue, e sim, de uma carga elétrica que às vezes ocasionam choques desestabilizadores. Para a querida Josso (2004, p. 48), as experiências são “[...] neste *continuum* temporal, algumas vivências tem uma intensidade particular que se impõem à nossa consciência e delas extrairemos as informações úteis às nossas transações conosco próprios e/ou com nosso ambiente humano e natural”. Evoca, assim, uma escrita que mobiliza o não pertencimento nas estruturas de poder, as injustiças ocasionadas por um corpo-voz-existir banalizado, as violências que cercam sua existência, as sensações, prazeres e afetações da sua subjetividade. Uma escrita que chama para si o ato de ser, tornar-se, sentir-se e reviver-se.

Ao lado de Josso (2004), abraço e me refaço em Jorge Larrosa Bondía (2002, p. 28), quando ele, no seu texto-atravesamento *Notas sobre a experiência e o saber de experiência*, diz que a “[...] a experiência não é o caminho até um objetivo previsto, até uma meta que se conhece de antemão, mas é uma abertura para o desconhecido, para o que não se pode antecipar nem ‘pré-ver’ nem ‘pré-dizer’”. É, Bondiá, em grande parte da minha vida, tudo que vivenciei tentei pré-determinar, antecipar as coisas, demorar em outras e esquecer tantas. Tentei estabelecer metas ao imprevisto, organizar o desconhecido e planejar o impossível. Fui mecânica e temi o que não conhecia, de modo a sequestrar o presente pelas andanças ao passado e frustrações no futuro. Contudo, as experiências são ondas

sensoriais, aquilo que nos atravessa, criam sonhos e realidades possíveis, e que continuam fazendo coisas conosco. A vida é movimento. A gente até tenta capturá-la, mas ela sempre se nega a ser controlada por nós, mesmo que na vontade de tristeza.

É como reviver o gosto do chocolate que mais odiamos. Mesmo que seja uma situação nada agradável, ela tende a produzir sentidos diferentes e, muitas vezes, desconhecidos. Aquilo que fazemos com o que vivenciamos, as tonalidades e contornos que damos, a invisibilidade e silenciamento como forma de nos proteger de lembranças que causam sensações de esmagamento e tristeza profunda, e, ao mesmo tempo, as imposições que nos implantadas para não sermos quem realmente somos. Por isso as experiências ganham em si espaços-tempos-lugares de acontecimentos e, com isso, a coragem, pois, ao falar das nossas próprias vulnerabilidades estamos, além de nos expor, dizendo o que nos afeta, toca, atravessa e passa, bem como as marcas que ficaram no nosso corpo-mente-sentimento. Há, desse modo, nas experiências o ato em ser em si os riscos, perigos, travessias, reencontros, inquietações, sensações, sofrimentos e descobertas.

Assim, há nesse texto correlações das leituras com as vivências vividas, ancoradas em reflexões poetizadas, porque essa escrita é poesia. Os registros em forma de diário, poesia e imagem conduzem as memórias em direção ao ato de ser sem si revolta. Uma revolta que esmaga o corpo, ao ponto de reivindicar seu direito de não desistir. Um texto que carrega recordações de

histórias-experiências-vivências de uma menina-mulher sapatão que ousa continuar sobrevivendo a academia [e a sociedade].

“NÃO PERTENCER É DEIXAR DE VIVER”: O QUE DIZ A SOLIDÃO DE UMA MULHER SAPATÃO?

Durante toda minha vida, eu me senti sufocada e esmagada a cada espaços-tempos-lugares que meu corpo-mente-sentimento se fazia presente e juntamente a essas sensações, me encontrava com os fragmentos perdidos do meu ser pelo chão. Tudo que realizava para oferecer um pouco de felicidade à minha existência virava sinônimo de chacota, tanto por ser algo que não era considerado como coisas e ações de meninas quanto por revelar meu ser estranho e os sonhos por liberdade. E, de fato, quanto mais burlava as normas e regras do que poderia ou não fazer, mais meu corpo-mente-sentimento se tornava alvo de chacota, conduzindo ao lado solitário de ser vista como uma menina estranha.

Assim, a única certeza que conseguia decifrar em meio ao caos dos sufocos e esmagamentos era: não sou digna de afeto, não sou merecedora da vida, não tenho capacidade intelectual... não sou humana. Passei a me encontrar cada vez mais com os meus fragmentos perdidos pelo chão na mesma intensidade que os sentimentos de sufocamento e esmagamento se faziam mais presente. Esses encontros faziam com que ouvisse profundamente a potência das minhas dores, porém não tinha forças o suficiente para impulsionar a coragem e nem tão menos amor-próprio

para revelar a ousadia, em (re)organizar dentro de mim as ausências e perdas em forma de tristeza e angústia, e, desse modo, reflorescer com capacidades para agir e, também, ressignificar meus sentimentos.

Não me sentia pertencente aos espaços-tempos-lugares que ocupava na infância. Todos eles me diziam o que deveria ser, fazer, sentir, comportar, expressar, vestir, usar... todos eles moldavam minha personalidade, esmagavam minha liberdade e sufocavam o meu direito de ser uma criança autêntica. Não me sentia pertencente aos espaços-tempos-lugares que ocupava na infância, porque, por mais que eu tentasse arrumar as turbulências geradas pelo corpo-mente-sentimento diferente, não conseguia conser-tar as coisas, e, mesmo que tentasse não pensar sobre isso, a única coisa que sabia era: sou uma criança estranha.

Essa estranheza foi cada vez mais se intensificando quando adentrei em outros espaços-tempos-lugares na adolescência. Abriram-se as portas para as dúvidas, medos, inseguranças por meio das descobertas que geraram revoltas. Não consegui fechar as portas das descobertas, mesmo travando uma luta exaustiva para não a compreender: percebi que sentia atração por meninas. Contudo, como não sabia que meninas poderiam se relacionar com outras meninas, bem como não queria afastar mais ainda aqueles que inicialmente me amavam, iniciei mais um projeto chamado “*Meninos é minha praia*”.

Nasceu, assim, as revoltas, porque rejeitava drasticamente minha existência estranha. Foi essa estranheza que me distanciou daqueles que inicialmente me amavam.

Que cravaram lágrimas silenciosas no meu corpo como um todo. Que balançavam ao tempo que intensificam as dúvidas, medos e inseguranças. Odiava ser uma menina estranha, porque odiava tudo que fazia parte dessa estranheza, assim como tudo que estava perdendo por causa dela, além das ausências e perdas de pertencimento de si e dos espaços-tempos-lugares que ocupava.

Com essa rejeição de minha existência estranha, adentrei no Ensino Médio. Nessa etapa de finalização da educação básica, os olhares, as falas e os risos pejorativos aumentaram. Havia, em torno da minha existência, suposições de que eu era uma menina sapatão, mesmo estando em um relacionamento heterossexual. Todavia, não eram as suposições que me causavam mais raiva, mas sim, o fato das/os docentes não conversarem sobre gênero e sexualidade, e quando falavam era apenas para garantir que as meninas não engravidassem por meio do uso dos preservativos. Não haviam diálogos honestos e afetivos sobre outras possibilidades de existências e orientações sexuais. Tudo se baseava na cultura heteronormativa.

Tudo isso aumentou minha rejeição acerca da minha existência estranha, porque se não há diálogos sobre outras possibilidades de gêneros e sexualidades é porque elas não existem, e se não existem, eu automaticamente... não deveria existir. As dúvidas transformaram-se em mais rejeição. Estava mergulhada em reprimir o que de fato eu era: uma menina sapatão. As muitas vezes que ouvia conversas em relação às existências que não se enquadravam

nos padrões estabelecidos pela sociedade, eram diálogos pejorativos e com muito discurso de ódio e aversão.

Nesse sentido, ao chegar no ensino superior, já como uma menina sapatão assumida, pensei que as coisas iriam mudar, pois estava adentrando em um espaço acadêmico onde as pessoas teriam maturidade e respeito às diferenças. Não foi isso que aconteceu. Em menos de dois dias percebi que o ambiente acadêmico não é, e talvez nunca será, um lugar de níveis elevados de maturidade e de respeito às outras existências, especialmente, as que estão fora dos padrões estabelecidos pela sociedade. É um espaço que, como qualquer ambiente, promove e reverbera violências, exclusões e expulsões.

Nunca me senti pertencente aos espaços-tempos-lugares que ocupava. E na universidade não foi diferente. A todo instante, a universidade dizia que ali não era meu lugar. As pessoas que estavam lá em suas expressões e atitudes diziam que eu não deveria estar lá. Toda vez que chegava na universidade perdia minha voz, sentimentos de angústia, medo e insegurança intensificavam, e, de forma automática e involuntária, meu corpo-mente-sentimento caminhavam na direção às memórias-lembranças da ausência de afetos construídas durante a infância com os sentimentos de raiva, não aceitação, culpas, dúvidas, inseguranças, medos, rejeições e incertezas. Virou um barulho insuportável que constantemente ficava dizendo: “*você não pertence a esse lugar*”. Fico a questionar: Universidade para quê? Universidade para quem? (Diário ordinário, 2018).

Os sentimentos de não pertencimentos aos espaços-tempos-lugares da universidade acentuaram o que sentia

desde a infância: não sou digna de fazer parte de nenhuma organização social. Você, Rosana Carneiro Tavares (2014, p. 185), relata sobre “[...] a necessidade de que o sujeito se perceba fazendo parte dele, reconheça suas potencialidades e limitações, tenha discernimento e condições de fazer escolhas”, entretanto, eu não conseguia me perceber como alguém que faz parte de si mesmo. Isto, por sua vez, gerou inúmeras implicações na minha saúde física e emocional, a exemplo do fortalecimento das sensações de vazio, desprezo por minha existência, exigências dolorosas por um excelente rendimento acadêmico e uma busca exaustiva por reconhecimento de outras pessoas.

Assim, as privações que me impediam de sentir pertencida aos espaços-tempos-lugares que ocupava fez com que renegasse meu corpo-mente-sentimento como minha principal prioridade, porque nunca tive compreensões afetivas sobre o que de fato sou. Precisava sobreviver às marcas profundas das violências, e para sobreviver não tinha tempo para acolher minhas potencialidades e entender minhas limitações. Deixei de me amar, pois, na verdade, nunca me amei e nem tão menos aprendi sobre o que é o amor. Os sentimentos que adquiri acerca do amor não foram entrelaçados na responsabilidade, cuidado, confiança, respeito, autonomia e segurança, mas sim no desejo constante de mostrar quem tinha ou não poder.

Talvez, bell hooks (2021), esse meu coração ferido e que ainda não consegue criar ondas sensoriais positivas acerca do corpo-mente-sentimento, dê pistas sobre a ausência que tenho de amor-próprio. Numa espécie de canção de

ninar as dores, você, hooks (2021, p. 84), me falou que quando começamos a nos perceber e “[...] nos ver como realmente somos, e nos aceitamos, construímos os fundamentos necessários para o amor-próprio”. Quando me olho no espelho sempre vem as mesmas imagens: aquela a quem foi renegado o afeto. Toda vez que chego à Universidade, consigo sentir as imagens desse espelho, duplicando seu reflexo para dizer que não faço e nem deveria estar ocupando o ambiente acadêmico.

O ambiente acadêmico, bem como qualquer outra organização e instituição social, me mostrou que existências que burlam as normas e regras de gênero e sexualidade não são bem-vindas, mesmo que se utilizem de discursos pautados no respeito às diferenças e as pluralidades. É o que você ressaltava, Louro (2013), ao afirmar que as instituições de ensino formais norteiam suas ações, práticas e discursos por um padrão: a heterossexualidade, pois é o único aceito por se encaixar nas normas e regras de gênero e sexualidade tidas e ditas como legítimas, normais, saudáveis e naturais. Se, dessa forma, você sair do centro da heterossexualidade acaba sendo enquadrado na categoria de não humano.

Tudo isso traz à tona com os gêneros e as sexualidades tidas e ditas como “anormais” são experienciadas e vivenciadas nos contextos escolares e acadêmicos. Quando penso, Louro (1997), que os conceitos de gêneros e sexualidades são atravessados pelas identidades, ou seja, são relações dinâmicas, imutáveis, não fixas e construídas, as quais se mantêm por relações sociais e culturais por

meio das diferentes representações, linguagens e práticas sociais, perfazendo as pessoas e dando possibilidades de desconstruções, logo trago para a conversa, nessa junção de nós, você, Butler (2018), por nos revelar que é por meio das estruturas linguísticas que as práticas de gêneros e sexualidades além de serem construídas, produzem sentidos sobre os modos de ser, tornar-se e sentir-se.

SENTIMENTO...

[... Para tensionar... O pensamento estúpido...
Há que se liberar... Entre as distintas formas de estupidez...
O código estúpido... Mais inquietante...
Diante da estupidização do aplauso...
Para se manter frente... Costuma-se pensar...
Nomear o que fazemos... O par informação/opinião...
Nessa lógica de destruição... Nas duas últimas linhas...
Despedir-se do corpo... Tampouco o sujeito...
Há que se expulsar... Ante essa descorporalização...
Amar o corpo das palavras... O fragmento...
Já aprendemos a desconfiar... Na ordem do conhecimento...
A denúncia... O retrato... Repito então...
Entre todas as variantes... Uma narrativa de crise constrói...
A frase afirma a pluralidade... O texto em questão...
Para abrir ainda mais... A inutilidade de nossa política...
Não há crítica... Talvez convenha esclarecer...
Nesse contexto... Nessa distribuição...
O populacho grita ou vocifera... O delírio doente...
Para estabelecer... Não posso tampouco comentar...
Esse dispositivo... A excentricidade...

Incapaz de adscrever-se...]

de não pertencimento (Poesia autoral, 2023).

Assim, os sentimentos de não pertencimento aos espaços-tempos-lugares na academia alargavam no meu corpo-mente-sentimento sofrimentos excessivos, pois, por um lado, diziam o quanto eu sou inútil enquanto pessoa, e por outro lado, confirmavam que estava me perdendo mais ainda por não pertencer. É uma fome e sede insaciável de querer sentir-se pertencida a alguma coisa, ao tempo que não sei explicar o que de fato seja os sentimentos de não pertencimentos.

Cada experiência que alarmava os sentimentos de não pertencimento, ancorava em tentativas de explicar o que estava sentindo. Frase soltas, palavras incompletas, textos apagados e entendimentos confusos. Contudo, sentia meu corpo falar: “*não pertencer é deixar de viver*”. Não vivo minha própria vida, porque não me sinto pertencida a mim, as coisas que faço, aos espaços-tempos-lugares que ocupo. Mas a vida, que é imprevisível, me oportunizou resistir aos sufocamentos, esmagamentos, apagamentos e aniquilamentos pelas relações de respeito, cuidado e afeto que diferentes corpos-mentes-sentimentos construíram com meu corpo estranho. Fico pensando, dessa forma, o que há de comum entre nós?



Fonte: Produzido pela autora no aplicativo Sketchbook, 2023.

OS FIOS DAS MÃOS QUE DANÇAM UMA OUTRA VEZ...

O não pertencer pode criar espaços-tempos-lugares de experiências? Dos escombros do [não] pertencimento de si o que pode florescer? A quem se destina os conhecimentos construídos por uma mulher sapatão? A quem se destina as narrativas-histórias-memórias-experiências de uma mulher sapatão? A quem se destina meu corpo estranho se não for para a minha própria existência?

Questionamentos que revelam, na superficialidade, que o sentimento de não pertencimento foi intensificado nas violências sofridas nos ambientes acadêmicos e escolares [mas, também, sobretudo, familiar]. Esse sentimento mostrava que não tinha local (e local-afetivo) ao meu corpo estranho, de modo a me perder dos caminhos em direção a consciência de si. Os sentimentos de não pertencimento aos lugares que ocupavam (e ocupo) são, pois, estratégias heteronormativas de apagamento do meu corpo estranho.

Sinto esses apagamentos no meu corpo, como se estivesse pulando de um abismo sem fim. Meu corpo fica flutuando, os gritos não ecoam, pois, não saem de minha garganta, e o ar se transforma em lâmina que corta, sem piedade, cada parte da estranheza de ser uma mulher sapatão.

Eu volto ao começo..., uma menina estranha. De tão estranha que não compreendeu que sua estranheza nada mais era do que ter coragem e ousadia de/para burlar normas e regras em busca dos ventos de liberdade que tanto acalentavam sua alma. Uma menina estranha que só conseguia chorar nas madrugadas, pois, ninguém, além de si, tentaria calar suas dores. O corpo estranho de uma menina estranha foi sendo sufocado e esmagado ainda mais quando adentrou na adolescência e percebeu, em suas descobertas, que seu corpo-mente-sentimento pulsava, que sentia atração física-afetiva-sexual por outras garotas. A partir daí, essa menina estranha tentou não ser mais estranha, porém, a sua estranheza era a coisa mais autêntica que ela tinha.

Lembro, assim, de você, Lorde (2019, p. 54), numa escrita-potência-poética, diz que pronunciar as palavras são tentativas “[...] de quebrar o silêncio e de atenuar algumas das diferenças entre nós, pois não são elas que nos imobilizam, mas sim o silêncio. E há muitos silêncios a serem quebrados”, eu, muitas vezes, me escondi entre meus silêncios, como uma forma de me proteger do medo e das violências. Hoje, nas marcas que tem o meu corpo estranho, uma das coisas que me arrependo é dos meus silêncios. Eles não me protegeram, ao contrário, rasgaram o meu

ser, tornar-se e sentir-se humana, mulher e, quem sabe, professora. Silêncio não é proteção, e sim, aniquilação! E não pertencer é, pois, também, não viver sua própria essência-existência.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Literatura e autobiografia: a questão do sujeito na narrativa. *Estudos Históricos: Viagens e narrativas*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 66-81, 30 jul. 1991.

BERTHERAT, Thérèse; BERNSTEIN, Carol. *O corpo tem suas razões*. 8ª ed. WMF Martins Fontes, 1985.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, [S.L.], n. 19, p. 20-28, abr. 2002.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

HOOKS, bell. *Tudo sobre o amor: novas perspectivas*. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2021.

JOSSO, Marie-Christine. *Experiências de vida e formação*. Tradução de José Cláudio e Júlia Ferreira. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

LORDE, Audre. A transformação do silêncio em linguagem e em ação. In: LORDE, Audre. *Irmã outsider: ensaios e conferências*. Tradução de Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 44-48.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade: o “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. *In*: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. (orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 43-53.

OLIVEIRA, Thiago Ranniery Moreira de; PARAÍSO, Mar-lucy Alves. Mapas, dança, desenhos: a cartografia como método de pesquisa em educação. *Pro-Posições*, [S.L.], v. 23, n. 3, p. 159-178, set./dez. 2012.

TAVARES, Rosana Carneiro. O sentimento de pertencimento social como um direito básico e universal. *Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas*, Santa Catarina, v. 15, n. 106, p. 179-201, 23 jun. 2014.

O USO DA JUDICIALIZAÇÃO COMO FORMA DE CONQUISTA DE DIREITOS PARA A POPULAÇÃO LGBTQIA+ PELO GRUPO

MATIZES

DISCRIMINAÇÃO FILHO JUSTIÇA VIVÊNCIAS DIVERSIDADE GÊNERO

DESEJO IDENTIDADE SEXUALIDADE DIREITOS HISTÓRIAS COVID-19 SEGURANÇA EXPERIÊNCIAS RELAÇÕES AFETOS HISTÓRIAS ADOÇÃO PAI VIOLÊNCIA CONQUISTAS INCLUIÇÃO NARRATIVAS SAÚDE INFÂNCIA INCLUSÃO

HOMOSSEXUALIDADE POLÍTICA ESTADO TECNOLOGIA MULHERES

SUBJETIVIDADE MILITÂNCIA PERFORMANCE IDENTIDADE FAMÍLIA SOLIDÃO

DESEJO IDENTIDADE SEXUALIDADE DIREITOS INVISIBILIDADE

SEGURANÇA EXPERIÊNCIAS RELAÇÕES AFETOS HISTÓRIAS COVID-19

EDUCAÇÃO ADOÇÃO PAI VIOLÊNCIA CONQUISTAS ANSIEDADE

INFÂNCIA INCLUSÃO NARRATIVAS SAÚDE INFÂNCIA INCLUSÃO FILHO

VIOLÊNCIA CONQUISTAS ANSIEDADE EDUCAÇÃO ADOÇÃO

HISTÓRIAS COVID-19 SEGURANÇA EXPERIÊNCIAS RELAÇÕES DIREITOS

INVISIBILIDADE RACISMO DESEJO IDENTIDADE SEXUALIDADE FILHO

GÊNERO CULTURA JUSTIÇA VIVÊNCIAS FAMÍLIA SOLIDÃO NARRATIVAS

LIBNI MILHOMEM SOUSA

OLÍVIA CRISTINA PEREZ

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho investiga o repertório de ação do Grupo Matizes, com foco no uso da judicialização. O movimento social Matizes foi fundado em 18 de maio de 2002, em Teresina, capital do Piauí com o objetivo de construir uma cultura de respeito aos direitos humanos, especialmente no campo LGBTQIA+ (sigla adotada para nomear lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais e o “+”, sinal que indica outras variações de identidade de gênero e orientação sexual).

No campos dos direitos para a população LGBTQIA+, o Grupo Matizes atuou em pautas importantes como, por exemplo, na reivindicação do direito à doação de sangue por homens que fazem sexo com outros homens e na inclusão do cônjuge de contribuinte LGBTQIA+ na

Declaração do Imposto de Renda. O Matizes foi pioneiro no uso da judicialização para a conquista de direitos da população LGBTQIA+, o que contribuiu para que ele fosse reconhecido nacionalmente.

Nesse sentido, a atuação do Matizes através do uso da judicialização tem relação com o fato de que as conquistas no campo dos direitos da população LGBTQIA+ passaram a vir, em grande medida, através de decisões do Judiciário brasileiro e não de proposições que deveriam ser aprovadas no Congresso Nacional (SOUSA; PEREZ, 2022). Por exemplo, entre as conquistas da população LGBTQIA+ estão: o reconhecimento da união estável homoafetiva (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 132 e Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.277), a descriminalização da homossexualidade no campo militar (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 291), os direitos sucessório para casais homoafetivos (Recurso Extraordinário nº 646.721), o direito da população transexual (Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.275 e Recurso Extraordinário nº 670.422), a criminalização da homotransfobia (Mandado de Injunção nº 4.733 e Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 26), a doação de sangue por homens que fazem sexo com outros homens (Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.543) e a permissão para o ensino nas escolas sobre a temática da sexualidade e gênero (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 457 e Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 461).

Neste trabalho analisamos os diversos repertórios que o movimento social Grupo Matizes utiliza para interferir nas decisões estatais. Consideramos o conceito de repertório conforme a definição do sociólogo, cientista político e historiador norte-americano Charles Tilly, que o define como um conjunto restrito de ações que são empregadas pelos movimentos sociais com um propósito específico (TILLY, 1995).

Alguns trabalhos caminham na direção de articular o conceito de repertórios com o de performances, mostrando que as ações que compõem os repertórios são determinadas por fatores culturais que se transformam ao longo do tempo (ALONSO, 2009; BRANDÃO, 2011; DE CARLI; COSTA, 2013; ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014; PEREIRA; SILVA, 2019). Estes estudos demonstram como os repertórios são influenciados pelo ambiente político e exploram, em alguma medida, o processo de transformação das ações desses repertórios, considerando as mudanças engendradas tanto no âmbito da cultura, como na política.

Com base nessas referências consideramos que a adoção de determinados repertórios tem relação com o contexto político, social e cultural. Dessa forma, o uso da judicialização como um repertório do Grupo Matizes deve ser compreendido em um contexto em que a conquista de direitos para a população LGBTQIA+ é limitada por um Estado que pouco avança nesse campo.

A pergunta norteadora desta pesquisa é: quais as ações que formam o repertório do Grupo Matizes e como

especificamente o uso da judicialização contribuiu para a conquista de direitos para a população LGBTQIA+? Trata-se, portanto, de uma investigação que busca retomar as ações desenvolvidas pelo Movimento desde sua fundação em 2002, até o tempo corrente, destacando como essas ações e especialmente o uso da judicialização têm contribuído para a conquista de direitos e de políticas públicas para essa população.

Para examinar o repertório do Grupo Matizes, a pesquisa qualitativa reuniu as notícias sobre o Movimento que foram publicadas na mídia digital e entrevistas. A coleta das notícias nos sites pesquisados ocorreu entre março e maio de 2022. Buscamos identificar todas as notícias que abordam como o Grupo Matizes tem desenvolvido as suas ações. Registramos um total de 80 notícias dentre as quais 30 notícias tratavam do repertório do Movimento.

As entrevistas foram feitas em março de 2022 com os/as 4 militantes mais envolvidos nas ações do Movimento. A escolha dos/as 4 militantes levou em consideração tanto a trajetória individual dos/as entrevistados/as na militância LGBTQIA+, bem como a contribuição desses/as militantes para a execução das ações do Grupo Matizes. De modo geral, elas buscaram compreender como o Movimento tem definido as suas ações e como as executam, a exemplo da judicialização.

Ainda no campo das ações do repertório, além de mostrarmos o que tem sido realizado pelo Grupo Matizes, focamos em examinar duas demandas que foram judicializadas pelo Movimento: as Ações Cíveis Públicas

(ACP) que tratam sobre a restrição da doação de sangue por homens que fazem sexo com outros homens e a possibilidade de declaração do cônjuge de contribuinte LGBTQIA+ na Declaração do Imposto de Renda.

O artigo contribui com o campo dos direitos LGBTQIA+ ao mostrar o repertório de ação de um importante Movimento LGBTQIA+ brasileiro. Especificamente mostramos como o Grupo Matizes tem dialogado com o Estado, a exemplo do uso da judicialização, mas não só ela, já que mostramos a participação do Movimento na mobilização para a aprovação de Emendas à Constituição Estadual, reuniões com parlamentares para sugerir projetos LGBTQIA+ e as várias cobranças ao Estado para criar ações de combate à homofobia.

2. REPERTÓRIOS DO GRUPO MATIZES

Para analisar quais os repertórios, especialmente de interação com o Estado têm sido usados pelo Grupo Matizes, mapeamos e analisamos as notícias publicadas na mídia local (Teresina/PI) assim como os documentos que tratam das ações do Movimento entre maio de 2002 (fundação do Movimento) e maio 2022 (finalização da escrita deste trabalho).

Logo, das 30 notícias coletadas, o site Cidadeverde.com é o que possui um maior número de notícias relacionadas ao repertório do Grupo Matizes. Essa quantidade de notícias é explicada pelo fato de que o site possui uma seção específica para a divulgação de temas relacionados à população LGBTQIA+. Nomeada

de Blog Diversidade, é administrada por 2 militantes do Movimento.

As notícias publicadas no site do Cidadeverde.com têm destacado um conjunto de ações importantes realizadas pelo Matizes. Por exemplo, o ato pelo Dia Mundial de Combate à Homofobia (CIDADE VERDE.COM, 2013a), a realização do primeiro casamento homoafetivo no Estado (CIDADE VERDE.COM, 2013b) e a solicitação ao presidente da Câmara Municipal de Teresina para criar uma frente parlamentar em defesa dos direitos da população LGBTQIA+ (CIDADE VERDE.COM, 2013c).

Em segundo lugar, identificamos 6 notícias no site Meio Norte relacionadas ao Grupo Matizes. Nele, encontramos notícias que mostram como as ações do Movimento estão sintonizadas com o contexto onde está inserido. A título de exemplo, encontramos notícias que destacam a participação do Grupo Matizes no Conselho Estadual de Direitos da População LGBTQIA+ (MEIO NORTE.COM, 2017), no Projeto “Gente é pra Brilhar” que visou disponibilizar cestas básicas e kits de higiene pessoal para LGBTQs em vulnerabilidade social durante a pandemia (MEIO NORTE.COM, 2020) e na reunião do Movimento com a vereadora Pollyanna Rocha do Partido Verde (PV), para propor iniciativas parlamentares pró-LGBTQIA+ (MEIO NORTE.COM, 2022).

Retomando as notícias encontradas nos sites, encontramos 10 notícias no site 180 Graus e no Portal O Dia, com temas diversos. Exemplificando esses achados, o site 180 Graus publicou uma notícia que mostra a parceria

entre o Grupo Matizes e a Corregedoria Geral de Justiça do Piauí (CGJ/PI) na realização de seminário com o mote da diversidade sexual. Os temas discutidos no seminário versavam sobre o racismo, à violência contra a população LGBTQIA+ e a violência de gênero (PORTAL 180 GRAUS, 2014). Já o Portal O Dia, ao fazer uma matéria especial alusiva aos 20 anos do Grupo Matizes, destacou a concessão do registro de nascimento de uma criança a um casal de lésbicas, por intermédio de uma ação ajuizada pelo Movimento (PORTAL O DIA, 2022). Ambas as matérias publicadas têm em comum a preocupação do Grupo Matizes com a pauta do enfrentamento ao preconceito e da promoção de direitos.

Já os sites GP1 e 45 Graus apresentaram 5 notícias ao todo. Para ilustrar o conteúdo dessas notícias, o GP1 divulgou que a população LGBTQIA+ tem procurado cada vez mais os seus direitos através da Justiça. A matéria apontou como uma das ações do repertório do Movimento dar apoio jurídico para LGBTs (GP1, 2012). Essa ação do repertório que mostra a atuação do Grupo Matizes no Estado, contribuiu para que uma das militantes do Movimento fosse indicada a concorrer ao prêmio Claudia 2012, na categoria Trabalho Social (PORTAL 45 GRAUS, 2012). O prêmio ocorre todos os anos e tem por objetivo reconhecer o impacto social das ações realizadas por mulheres brasileiras.

Os sites onde menos encontramos as notícias que tratam das ações do Grupo Matizes são a TV Canal 13 e o Acesso Piauí, com apenas 1 notícia em cada um desses

sites. As notícias nos 2 sites, em geral, exploram como ocorre a interação do Grupo Matizes com o Estado, tema também divulgado nos outros sites. Por exemplo, enquanto a notícia divulgada na TV Canal 13 destacou que o Movimento tem cobrado ações do Estado do Piauí para conter o aumento dos crimes com motivações homofóbicas no Piauí (TV CANAL 13, 2012), o site Acesso Piauí noticiou a participação do Movimento nas ações que incidiram na aprovação da Proposta de Emenda à Constituição do Estado – PEC nº 04/2011, que prevê a inserção do termo “orientação sexual” no conjunto de direitos individuais e coletivos dos/as cidadãos/ãs piauienses (ACESSE PIAUÍ, 2013).

Trechos das entrevistas complementam as informações sobre o caráter propositivo do Grupo Matizes, em especial nas suas demandas por ações e políticas públicas via Estado. Por exemplo, o entrevistado E4 afirma que algumas das pautas do Movimento são transformadas em propostas de projetos, para posteriormente serem discutidas com os representantes do Poder Legislativo que estejam mais abertos a defenderem as pautas da população LGBTQIA+. A relação com o Estado foi aprofundada pelo grupo e por outros movimentos sociais no campo progressista no contexto em que o Partido dos Trabalhadores (PT) esteve no poder. Primeiro ainda em 2003 com a chegada do ex-sindicalista Luís Inácio Lula da Silva ao poder e do também ex- sindicalista Wellington Dias à chefia do governo do Piauí. A ascensão desses políticos ligados aos movimentos sociais favoreceu a

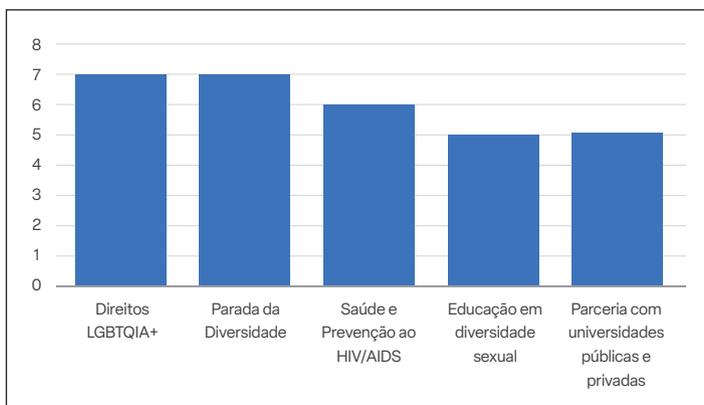
interação entre o Estado e esses movimentos, como foi o caso do Grupo Matizes.

Além disso, no que se refere às práticas de interação dos movimentos sociais e o Estado, cabe destacar que a partir da eleição do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva as experiências de participação social se tornaram mais amplas. Um exemplo disso foi a realização das três edições das Conferências Nacionais de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais LGBT, realizadas nos anos de 2008, 2011 e 2016, em Brasília, capital do país. Essas Conferências foram instituídas, no governo petista, para tratar das demandas em políticas públicas da população LGBTQIA+, e na época contou com a presença do Grupo Matizes. A partir da realização da 1ª Conferência Nacional LGBT, o Brasil se tornou o primeiro país no mundo a promover uma Conferência Nacional para discutir as demandas dessa população (BRASIL, 2008).

É importante frisar que a interação entre o Grupo Matizes com o Estado não eliminou o caráter contestatório das suas ações. Ou seja, mesmo buscando relacionar-se com a arena política para cimentar uma interação pró-LGBTQIA+, os/as militantes entrevistados/as afirmam que as ações do Movimento são também de natureza reivindicatória.

Para melhor visualização do que é noticiado sobre o Grupo Matizes, organizamos no Gráfico 1, os principais temas das notícias encontradas nos portais.

Gráfico 1 - Distribuição geral dos temas encontrados nas notícias



Fonte: Elaboração própria.

Conforme disposto no Gráfico 1, os temas mais noticiados sobre o Grupo Matizes estão relacionados com as reivindicações que se traduzem em direitos para a população LGBTQIA+. A título de exemplo, encontramos 7 notícias que tratam da judicialização das demandas do Movimento, a exemplo da doação de sangue por homossexuais e da inserção do cônjuge de contribuinte LGBTQIA+ no Imposto de Renda. Essas notícias podem ser verificadas nas matérias “Matizes entre na justiça contra a Receita Federal” (CIDADE VERDE.COM, 2009) e “Grupo Matizes quer posicionamento da OAB sobre portaria que proíbe a doação de sangue por gays” (GP1, 2013).

O segundo conjunto de notícias mais recorrentes se refere à Parada da Diversidade: 7 notícias mostram o evento como um relevante catalisador de combate ao preconceito no Estado. Entre as matérias publicadas estão: “Grupo Matizes prepara Parada Gay de Teresina”

(PORTAL 180 GRAUS, 2010) e “Johnny Hooker será a atração principal da 17ª Parada da Diversidade” (PORTAL O DIA, 2018). Essas matérias destacam o papel do Grupo Matizes como um importante articulador do cenário LGBTQIA+ no Piauí.

Nos demais temas, encontramos 6 notícias referentes às ações de Saúde e Prevenção ao HIV/AIDS engendradas pelo Grupo Matizes, 5 notícias relacionadas à Educação em Diversidade Sexual e outras 5 notícias que tratam de parcerias entre o Grupo Matizes e as universidades públicas e privadas. Essas notícias exploram tanto a execução de seminários e treinamentos no campo da saúde, como reforçam a contribuição da academia para as atividades do Grupo Matizes.

Para exemplificar, o site Cidade Verde.com noticiou uma parceria realizada entre o Grupo Matizes e o Fundo Nacional de Sustentabilidade às Organizações da Sociedade Civil que trabalham com o tema do HIV/AIDS e Hepatites Virais (Fundo PosithiVo). A parceria resultou no projeto “A Gente quer viver pleno Direito”, que levava às comunidades informações sobre direitos e saúde sexual. A oficina “Prevenção e Promoção da Saúde de Jovens” - que ocorreu no âmbito daquele projeto - tratou de expor temas necessários como os métodos contraceptivos e o uso correto das camisinhas femininas e masculinas (CIDADE VERDE.COM, 2010). O público-alvo do projeto foram os integrantes do Grupo Afro – Cultural Coisa de Nêgo, população LGBTQIA+ e a comunidade local. Essas notícias mostram que os repertórios

do Grupo Matizes não se limitam à relação com o Estado, mas também buscam promover uma transformação profunda na sociedade.

Corroborando a análise de que o Grupo Matizes incide em várias esferas, no levantamento das notícias identificamos que as parcerias institucionais também têm sido uma importante ação do Grupo Matizes. A busca do Grupo Matizes por parcerias tem mostrado a preocupação do Movimento em dialogar com outros atores sociais que integram as instituições, como também é considerada uma oportunidade política que influencia a sua atuação. Nesse contexto, ainda no campo da prevenção ao HIV/AIDS e Hepatites Virais, o Grupo Matizes em parceria com a Associação dos Travestis do Piauí (ATRAPI), o Grupo Piauiense de Transexuais e Travestis (GPTRANS), a Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/Aids (RNP+) e a entidade Cidadãos Positivos realizaram a distribuição de materiais educativos, entrega de preservativos, como também buscaram orientar a população sobre as infecções sexualmente transmissíveis (CIDADE VERDE.COM, 2014). Essa ação ocorreu em comemoração ao Dia Internacional de Combate à AIDS e visou “combater o avanço da doença no Piauí e no Brasil” (CIDADE VERDE.COM, 2014, n.p).

Na visão do Grupo Matizes, a busca por parcerias tem fortalecido a atuação em rede. Conforme revelado pelos/as entrevistados/as, o Movimento também tem desenvolvido importantes parcerias com o Comitê Estadual de Educação do Piauí (CEE/PI); o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos (CEDDH/PI); a Defensoria

Pública do Estado do Piauí (DPE); a Delegacia de Direitos Humanos e Práticas Discriminatórias do Piauí; o Fórum de Mulheres do Piauí; o Fórum ONGs/AIDS; a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL); o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Além das parcerias entre esses atores institucionais, outras ações também foram empreendidas pelo Grupo Matizes. Os/as entrevistados/as afirmam que o Movimento tem orientado e acompanhado as denúncias dos LGBTs referente à violação dos direitos humanos, como também tem desenvolvido projetos em áreas transversais, como a saúde, a educação, e o turismo. Esses projetos são apresentados aos/as candidatos/as que pleiteiam vagas nos Poderes Executivo Municipal e Legislativo Municipal. Conforme o entrevistado E3, a ação pretende encorajar o comprometimento desses/as candidatos/as com ações pró-cidadania LGBTQIA+. Logo há uma importante atuação do Matizes no campo institucional.

Os dados também mostram que o ambiente político influencia as ações desenvolvidas pelo Grupo Matizes. Os/as entrevistados/as reconhecem que as oportunidades e restrições políticas são responsáveis por definir a ação coletiva, ao tempo que percebem que as ações do repertório passam por mudanças significativas no decorrer do tempo. Em sentido mais amplo, os/as militantes afirmam que as ações que formam o repertório do Grupo Matizes oscilam a depender do contexto político, o que corrobora com as explicações de Tarrow (2009) sobre as

oportunidades e restrições políticas que podem favorecer ou não a ação coletiva.

Frutos dessas ações, o Grupo Matizes tem provocado mudanças significativas no campo dos direitos e também no campo simbólico. Essas mudanças são verificadas não só pela visibilidade que o Movimento tem trazido para a população LGBTQIA+, mas também pelo reposicionamento da opinião pública que está bem “mais aberta” aos direitos LGBTQIA+ quando comparado ao período de fundação do Grupo Matizes em Teresina.

3. AÇÕES EM JUDICIALIZAÇÃO MOVIDAS PELO GRUPO MATIZES

No campo dos direitos, uma ação importante do Grupo Matizes tem sido a judicialização. É importante frisar que inicialmente a judicialização não fazia parte do repertório do Movimento. Ainda hoje não é consenso entre seus militantes a necessidade da judicialização como repertório para a conquista de direitos LGBTQIA+. Conforme pontuou o entrevistado E2, a judicialização não estava na gênese das estratégias do Movimento, mas já estava no cenário. Ainda de acordo com o entrevistado, foram dois os parâmetros que fizeram da judicialização uma ação do Grupo Matizes: a) a visibilidade social da judicialização, b) e a experiência de uma das militantes do Movimento na área jurídica. Esses parâmetros são explicados pelo fato de a judicialização ter se mostrado um caminho para alcançar as reivindicações históricas dos Movimentos LGBTQIA+, como também

pelo reconhecimento dessas conquistas por militantes do Matizes.

Complementando a análise sobre a opção da judicialização, cabe pontuar que outros trabalhos já exploram os motivos da adoção dessa prática. Além disso, trabalhos como os de Sousa e Perez (2022) mostram que a iniciativa dos movimentos sociais em buscar o Poder Judiciário tem relação direta com a ausência da resolução das questões LGBTQIA+ no Poder Legislativo. Nesse sentido, os movimentos sociais passaram a construir novos meios de atuação para a efetivação dos seus pleitos. Por exemplo, conforme as entrevistas com os/as militantes, o uso da judicialização pelo Grupo Matizes ocorreu em um momento em que o Movimento percebeu que as outras ações adotadas não seriam capazes de ter o mesmo efeito que a judicialização. Mesmo com as diversas tentativas de negociação do Matizes com os representantes do Executivo Municipal e Legislativo Municipal, uma parte expressiva das demandas importantes do Movimento, a exemplo das demandas que foram judicializadas, sequer foram consideradas por esses políticos para serem incluídas em suas propostas de trabalho.

Ainda de acordo com os dados da pesquisa, apesar de não ser a única estratégia na busca por direitos LGBTQIA+, a judicialização se tornou uma das estratégias dos movimentos sociais, mas não de todos. Resta claro que, ao menos, foi a marca do Grupo Matizes. Isso comprova o fato de que os repertórios são modificados à medida que outras performances são assimiladas (TILLY, 1995).

Detalhando melhor o processo de judicialização engendrado pelo Grupo Matizes, a primeira demanda judicializada foi em relação à vedação da doação de sangue por homens que fazem sexo com outros homens. De acordo com o entrevistado E2, a decisão por judicializar a demanda de doação de sangue aconteceu não só pelas experiências de uma das militantes do Movimento, que era da área de direito, mas também pelo fato de os direitos da população LGBTQIA+ serem negados historicamente.

O Grupo Matizes também recebia inúmeras denúncias em relação à negação para a doação de sangue, principalmente de homossexuais e bissexuais. Mas a primeira opção não foi judicializar. Como o Grupo Matizes tinha o contato com diversos representantes do Poder Legislativo, primeiro tentavam negociar nesse locus as suas demandas. Sabendo que o pleito da doação de sangue não seria nem mesmo colocado como pauta de trabalho, o Movimento protocolou em 2005 um procedimento administrativo na Procuradoria da República do Piauí. Na análise dos documentos, consta que os demandantes das queixas eram considerados inaptos pelo Centro de Hematologia e Hemoterapia do Piauí (HEMOPI) para doar sangue em decorrência da orientação sexual.

Após o primeiro passo dado pelo Movimento, o Ministério Público Federal (MPF) entrou com a Ação Civil Pública (ACP) nº 2006.40.00. 001761-6 na Justiça Federal. A ACP requeria que a União Federal, o Estado do Piauí e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)

reconhecessem os homossexuais e bissexuais como sujeitos aptos a doar sangue (BRASIL, 2006a).

Os documentos mostram que o Ministério Público Federal (MPF) alegou que a Resolução nº 153/2004 da ANVISA era inconstitucional. No decorrer da ACP, a Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde demandou um parecer para embasar o caso. Como consequência foi publicada em setembro de 2006 a Nota Técnica nº 163/2006/SVS/SAS/MS. A nota justificava que a Resolução nº 153/2004 da ANVISA, ao tratar das “situações de risco acrescido”, advertia não só os riscos acrescidos por homossexuais e bissexuais, mas estendia os riscos a outros grupos (BRASIL, 2006b).

Em função da decisão favorável, foi requerido que a ANVISA orientasse os Hemocentros do país. Em caso de desobediência, haveria o pagamento de “multa diária (Art. 461, §4º, CPC), aplicável inclusive em caráter pessoal” (BRASIL, 2006a). Após a sentença, a ANVISA entrou com um recurso de agravo de instrumento em virtude da decisão. Os fundamentos do recurso foram admitidos.

Como atividade paralela à ACP, o Grupo Matizes e a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), lançaram em Teresina o projeto “Nosso Sangue pela Igualdade” (GLOBO.COM, 2014). O entrevistado E3 relatou que a proposta do projeto consistia em angariar bolsas de sangue para o HEMOPI. Parte da agenda do Movimento estava também comprometida em estimular a doação de sangue, bem como mostrar à sociedade a importância da suspensão da portaria nº 153/2004 da ANVISA. Como resultado, o entrevistado

E4 afirmou que “em um dia de campanha, foram doadas 100 bolsas de sangue ao HEMOPI”.

Apesar dos esforços realizados pelo Grupo Matizes para derrubar a referida vedação, a ação ainda não se deu por encerrada. Atualmente, a ACP tramita na 6º Turma do Tribunal Regional Federal 1ª Região. Contudo, conforme análise dos documentos e relato dos militantes, tanto as ações do Movimento, quanto a sentença favorável ao caso contribuíram para que em 2017, o Partido Socialista Brasileiro (PSB) entrasse com a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.543, solicitando também que fosse derrubada a proibição da doação de sangue por homossexuais e bissexuais. Em 2020, a maior parte dos Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu como inconstitucional a restrição da doação de sangue por essa população. Atualmente, LGBTs de todo o país podem ser candidatos a doadores de sangue.

A segunda demanda judicializada pelo Grupo Matizes tratou da inserção, na Declaração do Imposto de Renda, de cônjuge de contribuinte LGBTQIA+. Os documentos analisados mostram que quatro anos depois da judicialização da vedação de doação de sangue por homens que fazem sexo com outros homens, em 2009 o movimento entrou com uma representação no Ministério Público Federal (MPF) contra a Receita Federal do Brasil (RFB). A representação ocasionou a Ação Civil Pública nº 2009.40.00.001593-9, que solicitava pedido de liminar para que, ainda em 2009, contribuintes LGBTQIA+ pudessem declarar seus parceiros como dependentes na Declaração do Imposto de Renda.

No requerimento administrativo, documento que deu origem à ACP, observamos que o Movimento fez uma série de considerações sobre o caso. Por exemplo, questionava o fato de o contribuinte LGBTQIA+ não poder declarar o seu cônjuge como dependente na Declaração do Imposto de Renda. O requerimento foi integrado à Ação Civil Pública para fins de fundamentação do pleito. O conteúdo do documento explicava que estavam abertos os prazos para Declaração do Imposto de Renda e que os contribuintes LGBTQIA+ também deveriam entregar suas declarações (BRASIL, 2009).

A ACP solicitava que, ainda naquele ano, os contribuintes que estivessem em união estável homoafetiva pudessem declarar seus cônjuges no Imposto de Renda. Dois questionamentos centrais fundamentaram os argumentos do Grupo Matizes. O primeiro questionava “quais motivações levam a Receita Federal a instituir tratamento desigual entre contribuintes que mantêm união estável, segregando aqueles(as) que vivem relações afetivo sexuais com pessoa do mesmo sexo?” (BRASIL, 2009). Já o segundo interpelava sobre “quais motivações levam a Receita Federal a ignorar Recomendações do Ministério Público Federal no Espírito Santo, no sentido de reconhecer a inclusão de companheiro(a) homossexual como dependente para fins de Imposto de Renda?” (BRASIL, 2009). Tanto o primeiro quanto o segundo questionamento apontavam a perda de direitos que a população LGBTQIA+ sofria na área tributária.

Como contra-argumento, a Receita Federal alegava que na falta de dispositivo que legislasse sobre a matéria,

entendia como dessemelhante a união estável para casais homoafetivos em relação a casais heterossexuais (BRASIL, 2009). Em outras palavras, apesar de comprovada a união estável, o órgão não considerava existir uma relação de dependência que incidisse na inserção do cônjuge para fins de Declaração de Imposto de Renda. A compreensão de família pelo órgão baseava-se no conceito de união a partir da junção de um homem e uma mulher.

Em oposição à Receita Federal, o Ministério Público Federal alegava que a Constituição Federal, no art. 226, cita que a família deveria ser protegida pelo Estado, admitindo como entidades familiares: a) o casamento, presente no Art. 226 §1º e §2º; b) a união estável, no Art. 226 §3º; e c) família monoparental, no Art. 226 §4º (BRASIL, 1988). Logo, o Ministério Público Federal defendeu o pleito do Grupo Matizes.

Como resultado do pleito, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional construiu o Parecer Normativo nº 1.503/2010. O parecer assentiu a que casais homoafetivos em união estável pudessem inserir o(a) parceiro(a) na condição de dependente no Imposto de Renda. Na época o então Ministro da Fazenda Guido Mantega ampliou a decisão para todo o país (FERNANDES, 2010). Assim, a demanda do Grupo Matizes foi adotada em todo o Brasil.

Os dois casos citados mostram que os tribunais são parcialmente favoráveis às demandas LGBTQIA+ protocoladas pelo Grupo Matizes, embora o processo de doação de sangue por homossexuais e bissexuais ainda esteja em disputa e tramitando pelos Tribunais. Ou seja,

a judicialização, por enquanto, está sendo exitosa. Isso mostra que o Poder Judiciário tem passado a decidir em caráter final as questões que normalmente seriam decididas nos espaços tradicionais de poder. Mesmo que esta ação ainda esteja em tramitação, os/as militantes reconhecem que o Poder Judiciário é um poder onde as demandas da população LGBTQIA+ tem sido aprovada.

De fato, as decisões dos Tribunais, em especial as do Supremo Tribunal Federal (STF) brasileiro, têm incluído outros arranjos familiares nas suas decisões, avançando nesse campo (LIMA, 2018). Por exemplo, em 2011, o STF passou a reconhecer a união estável homoafetiva, equiparando-a “às uniões estáveis entre homens e mulheres” (HAIDAR, 2011). Nesse contexto, os/as entrevistados/as afirmaram que as demandas são levadas ao Judiciário quando esgotadas as possibilidades de diálogo com membros dos Poderes Executivo e Legislativo. Como afirma a entrevistada E1, “as ações do Matizes que foram pleiteadas via Judiciário foram por omissão do legislador” [...] omissão da legislação, do Parlamento que não cria leis para o direito de promoção da igualdade”.

Logo, as demandas judicializadas pelo Movimento passaram a representar uma possibilidade real de assegurar direitos e trazer visibilidade para as pautas LGBTQIA+. Apesar de não ser a única estratégia do trabalho, a entrevistada E1 diz que a judicialização passou a ser uma realidade para o Movimento, quando analisado o fato de que na história do Legislativo brasileiro não há projetos favoráveis à população LGBTQIA+ que foram aprovados.

Além disso, o entrevistado E2 também afirma que “a judicialização entra como uma estratégia política, que, para além de assegurar o direito, cria o fato político de visibilidade”. O depoimento do entrevistado ilustra os estudos que apontam que a judicialização promove maior visibilidade midiática quando cotejada a outra estratégia de trabalho (LEACHMAN, 2014).

Baseado nos resultados das ações do Grupo Matizes e especificamente nas conquistas advindas da judicialização das duas demandas, os/as entrevistados/as concordam que as ações empreendidas desde a fundação do Movimento contribuíram para a conquista de direitos. Por exemplo, a Lei Estadual nº 5.431/2004 que trata da aplicação de sanções administrativas para situações de discriminação por causa da orientação sexual; a Lei Municipal nº 3.401/2005, que reconheceu a união estável para relações homoafetivas; e a Lei nº 5.916/2009 que assegura o direito de uso do nome social por transgêneros junto aos órgãos da administração pública direta e indireta.

Em síntese, a ausência dos demais poderes contribui para que demandas LGBTQIA+ sejam resolvidas no Poder Judiciário. Dessa maneira, a judicialização tem se tornado para os movimentos sociais uma ferramenta de destaque para a reivindicação dos direitos LGBTQIA+ e o Grupo Matizes foi pioneiro nesse sentido.

Mas é importante ressaltar que o uso da judicialização só é possível quando há um conjunto de oportunidades políticas que possibilitam os movimentos sociais levar ao Poder Judiciário suas demandas. Isso significa dizer

que essas oportunidades políticas estão umbilicalmente centradas no contexto onde se inserem as ações coletivas, no qual se manifestam os movimentos sociais (MCADAM; TARROW; TILLY, 2001).

No caso do Brasil contemporâneo, ao tempo que o Poder Legislativo tem se mostrado inerte para resolução das pautas LGBTQIA+, o Poder Judiciário tem se mostrado um pouco mais conectado às demandas sociais. Nesses termos, o Poder Judiciário passou a desempenhar uma posição política de relevo, sobretudo quando analisada “à luz das dificuldades de se gerarem acordos no âmbito do Legislativo” (AGUIÃO; VIANNA; GUTTERRES, 2014).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa abordou o repertório de ação do Grupo Matizes. O Movimento atua através de um conjunto de ações que incluem desde atividades de educação em diversidade sexual à judicialização das demandas LGBTQIA+. Para responder à pergunta de pesquisa – que versa sobre as ações que formam o repertório do Grupo Matizes e como elas contribuem na construção de direitos e efetivação das políticas públicas para a população LGBTQIA+ –, o trabalho examinou as ações desenvolvidas pelo Movimento entre maio de 2002 e maio de 2022. Nessa seara, o artigo complementa os estudos sobre os repertórios ao mostrar como um Movimento LGBTQIA+ brasileiro tem desenvolvido o seu repertório de ação.

Dentre as ações, o trabalho se concentrou na judicialização mostrando que o seu uso foi pensado enquanto uma

estratégia política do Grupo Matizes. Nesse sentido, os dados da pesquisa apontam que os/as militantes reconhecem o protagonismo que o Poder Judiciário tem assumido no âmbito dos direitos da população LGBTQIA+ e que a judicialização foi usada pelo Matizes depois de adotadas outras ações que não alcançaram êxito. Dessa forma, a opção por judicializar as duas demandas analisadas ocorreram tanto para assegurar direitos, como também pelo alcance que a ação provoca no debate público, já que a publicização dessa ausência de direitos da população LGBTQIA+ trouxe visibilidade para as reivindicações do Grupo Matizes.

Os resultados da pesquisa também mostram que as ações do repertório do Grupo Matizes são realizadas simultaneamente. Ou seja, para um mesmo objetivo são empreendidas duas ou mais ações. Um claro exemplo verificado nos achados da pesquisa e mencionado neste trabalho foi o projeto “Nosso Sangue pela Igualdade”. Conforme destacamos, a ação foi realizada conjuntamente com a ACP nº 2006.40.00.001761-6, que buscava derrubar a restrição da doação de sangue por homossexuais e bissexuais.

Por fim, os achados da pesquisa revelam que os embates políticos que marcaram a atuação do Grupo Matizes colaboraram na formação de uma agenda de trabalho voltada às questões relativas à segurança, saúde, educação, cultura e previdência. Nesse ponto, concluímos que o Grupo Matizes tem se posicionado como um Movimento que contesta a ausência de políticas públicas e direitos para a população LGBTQIA+ contribuindo de forma pioneira e ímpar com os direitos na área.

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: A Experiência na Era Lula. *Dados-Revista de Ciências Sociais*, v. 57, n. 2, 2014, p. 325 – 357.

ACESSE PIAUÍ. *Deputados aprovam PEC da Orientação Sexual no Piauí*. 2013. Disponível em: <http://www.acesse-piaui.com.br/politica/deputados-aprovam-pec-da-orientacao-sexual-no-piau/35765.html>. Acesso em: 01.mai.2022.

AGUIÃO, Silvia; VIANNA, Adriana; GUTTERRES, Anelise. Limites, espaços e estratégias de participação do movimento LGBT nas políticas governamentais. In: Lopes JSL, Heredia B (orgs). *Movimentos sociais e esfera pública: burocracias, confrontos, aprendizados inesperados*. Rio de Janeiro: CBAE; 2014. p. 239-270.

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, n.76, p. 49-86, 2009.

BRASIL. Ação Civil Pública n. 2006.40.00.001761-6. *Ministério Público Federal*, 2006a.

BRASIL. Ação Civil Pública n. 2009.40.00.001593-9. *Ministério Público Federal*, 2009.

BRASIL. *Anais da I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 10 ago. 2021.

BRASIL. Nota Técnica nº 163/2006/SVS/SAS/MS. *Ministério da Saúde*, 2006b. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/16/o/pplgbt-92.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2021.

BRANDÃO, Lucas Coelho. A literatura sobre movimentos sociais: interações entre política institucional e política não institucional. *BIB*, n.71, 2011, p. 123 – 143.

CIDADE VERDE.COM. *Entidades promovem ação educativa no dia internacional de combate à Aids*. 2014. Disponível em: <https://cidadeverde.com/noticias/179923/entidades-promovem-acao-educativa-no-dia-internacional-de-combate-a-aids>. Acesso em: 25. Nov. 2022.

CIDADE VERDE.COM. *Justiça realizará 1º casamento de homossexuais no Piauí em abril*. 2013b. Disponível em: <https://cidadeverde.com/noticias/justica-realizara-1o-casamento-de-homossexuais-no-pi-em-abril-11328.html>. Acesso em: 05. Mai. 2022.

CIDADE VERDE.COM. *Matizes entre na justiça contra a Receita Federal*. 2009. Disponível em: <https://cidadeverde.com/noticias/33795/matizes-entra-na-justica-contra-receita-federal>. Acesso em: 10. Mai. 2022.

CIDADE VERDE.COM. *Matizes pede reativação da Frente Parlamentar de Defesa dos LGBTs*. 2013c. Disponível em: <https://cidadeverde.com/noticias/125628/matizes-pede-reativacao-da-frente-parlamentar-de-defesa-dos-lgbts>. Acesso em: 01. Mai. 2022.

CIDADE VERDE.COM. *Matizes promove ato pelo Dia Mundial de Combate à Homofobia*. 2013a. Disponível em: <https://cidadeverde.com/diversidade/50882/matizes-promove-ato-pelo-dia-mundial-de-combate-a-homofobia>. Acesso em: 01. Mai. 2022.

CIDADE VERDE.COM. *Projeto 'A gente quer viver pleno direito' debate Prevenção e Promoção da Saúde de Jovens*. 2010. Disponível em: <https://cidadeverde.com/diversidade/p/88>. Acesso em: 20 Mai. 2022.

DE "CARLI, Caetano; COSTA, Elizardo Scarpatti. Os movimentos sociais e a crítica epistemológica ao local de produção do conhecimento científico. *Sociologia*, v. 26, 2013, p. 139-162.

FERNANDES, Sofia. Casais gays poderão incluir companheiro no Imposto de Renda. *Folha de S. Paulo*. 2010. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2010/07/774954-casais-gays-poderao-incluir-companheiro-no-imposto-de-renda.shtml>. Acesso em: 04 dez. 2021.

GLOBO.COM. *Grupo faz 'rolezinho solidário' para incentivar doação de sangue no Piauí*. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2014/01/grupo-faz-rolezinho-solidario-para-incentivar-doacao-de-sangue-no-pi.html>. Acesso em: 01 Mai. 2022.

GP1. *Gays, Lésbicas e Travestis de Teresina buscam cada vez mais direitos na justiça*. 2012. Disponível em: <https://www.gp1.com.br/piaui/noticia/2012/3/18/gays-lesbicas-e-travestis-de-teresina-buscam-cada-vez-mais-direitos-na-justica-238813.html>. Acesso em 21. Mai. 2022.

GP1. *Grupo Matizes quer posicionamento da OAB sobre portaria que proíbe a doação de sangue por gays*. 2013. Disponível em: <https://www.gp1.com.br/piaui/noticia/2013/6/8/grupo-matizes-quer-posicionamento-da-oab-sobre-portaria-que-proibe-doacao-de-sangue-por-gays-303900.html>. Acesso em: 01. Mai. 2022.

HAIDAR, Rodrigo. Supremo Tribunal Federal reconhece união estável homoafetiva. *Consultor Jurídico*, 2011.

LEACHMAN, Gwendolyn M. *From protest to Perry: how litigation shaped the LGBT movement's agenda*. In: University of California, Davis, v. 47, 2014, p. 1667-1751.

LIMA, Erika Cordeiro de Albuquerque dos Santos Silva. Entidades familiares: uma análise da evolução do conceito de família no Brasil na doutrina e na jurisprudência. *Revista Jus Navigandi*, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 23, n. 5383, 28 mar. 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/64933>. Acesso em: 24 ago. 2021.

MCADAM, Doug.; TARROW, Sidney.; TILLY, Charles. *Dynamics of contention*. Cambridge studies in contentious politics. Cambridge: CambridgeUniversity Press, 2001.

MEIO NORTE.COM. *Dignidade para todos em meio à pandemia*. 2020. Disponível em: <https://www.meionorte.com/noticias/dignidade-para-todos-em-meio-a-pandemia-395572>. Acesso em: 27. Mai. 2022.

MEIONORTE.COM. *Grupo Matizes quer mais empregos para a população LGBT em Teresina*. 2022. Disponível em: <https://www.meionorte.com/politica/>

grupo-matizes-quer-mais-empregos-para-populacao-lgbtqia-em-teresina-441612. Acesso em: 25. Mai. 2022.

MEIO NORTE.COM. *Sancionado Conselho Estadual de Direitos da População LGBT*. 2017. Disponível em: <https://www.meionorte.com/noticias/sancionado-conselho-estadual-de-direitos-da-populacao-lgbt-322646>. Acesso em: 27. Mai. 2022.

PEREIRA, Matheus Mazzilli; SILVA, Camila Farias da. Movimentos sociais em ação: repertórios, escolhas, táticas e performances. *Sociol. Antropol.*, v.1002, 2020, p. 615 – 645.

PORTAL 45 GRAUS. *Piauiense concorre ao Prêmio Cláudia 2012 na categoria Trabalho Social*. Disponível em: <http://www.45graus.com.br/piauiense-concorre-ao-premio-claudia-2012-na-categoria-trabalho-social,geral,98144.html>. Acesso em: 27. Mai. 2022.

PORTAL 180 GRAUS. *Grupo Matizes e a Corregedoria Geral de Justiça do Piauí realizam seminário sobre diversidade*. 2014. Disponível em: <https://180graus.com/politica/grupo-matizes-e-a-corregedoria-geral-de-justica-do-piaui-realizam-seminario-sobre-diversidade>. Acesso em: 23. Mai. 2022.

PORTAL 180 GRAUS. *Grupo Matizes prepara Parada Gay de Teresina*. 2010. Disponível em: <https://180graus.com/geral/grupo-matizes-prepara-parada-gay-de-teresina-315163>. Acesso em: 05. Mai. 2022.

PORTAL O DIA. *Dia Internacional Contra a LGBTfobia: Grupo Matizes comemora 20 ano de luta*. 2022. Disponível

em: <https://portalodia.com/noticias/teresina/dia-internacional-contra-a-lgbtfobia-grupo-matizes-comemora-20-anos-de-luta-392397.html>. Acesso em: 22. Mai. 2022.

PORTAL O DIA. *Johnny Hooker será a atração principal da 17ª Parada da Diversidade*. 2018. Disponível em: <https://portalodia.com/noticias/teresina/johnny-hooker-sera-a-atraca-o-principal-da-17a-parada-da-diversidade-323146.html>. Acesso em: 15. Mai. 2022.

SOUSA, Libni Milhomem; PEREZ, Olívia Cristina. Direitos LGBTQIA+: um estudo sobre o uso da judicialização pelo Grupo Matizes. *Ex aequo*, n.45, 2022, p. 99 – 116. doi: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2022.45.08>

TARROW, Sidney. *O Poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis, Editora Vozes, 2009.

TILLY, Charles. Contentious repertoires in Great Britain, 1758 – 1834. In: Traugott, Mark (org.). *Repertoires and cycles of collective action*. Durham, NC: Duke University Press, 1995, p. 15 – 42.

TV CANAL 13. *Aumenta o número de crimes homofóbicos no Piauí e Matizes cobra ação do Estado*. 2012. Disponível em: <http://www.tvcanal13.com/noticias/aumenta-numero-de-crimes-homofobicos-no-piaui-e-matizes-cobra-acao-do-estado-16738.html>. Acesso em: 10. Mai. 2022.

Este texto é parte da pesquisa de mestrado que realizei durante os anos de 2021 e 2022 no Programa de Pós-Graduação em Sociologia na Universidade Federal do Piauí onde propus analisar os sentidos atribuídos pelos usuários do *Grindr* quanto aos processos de envelhecimento que os atravessam ao utilizarem ferramentas digitais na busca por parceiros. A pesquisa foi totalmente realizada no ambiente virtual, cujo campo foi o *Grindr*, aplicativo de encontro gay usado para procura de parceiros e/ou encontros. A metodologia de pesquisa consistiu na utilização das técnicas que envolvem a compreensão e o entendimento de práticas discursivas e produção de sentidos, sendo utilizados para categorização e análise das falas os mapas de associação de ideias. Nesse texto, busco apresentar o *Grindr* como uma ferramenta que propicia aos seus usuários diferentes formas de sociabilidade e por vezes reprodução da vida *off-line*.

Envoltos em uma sociedade cada vez mais conectada vivenciamos há vários anos e cada vez mais a inserção das tecnologias que nos colocam diariamente como usuários de ferramentas que facilitam as experiências de vida quando da utilização das facilidades que as tecnologias digitais podem nos proporcionar fazendo assim que “as relações com trânsito, alimentação, transporte, amor e trabalho passem também por mediações algorítmicas.” (ANTUNES, 2020, p.97). Diante de tais inovações somos impelidos a refletir e analisar os efeitos que essas facilidades trazem nos diferentes campos de nossas vidas já que estão em todas as esferas de nossas vivências.

Confrontados com todas essas mudanças que nos obrigam a utilizar tais ferramentas propomos uma análise a partir da utilização de uma dessas tecnologias, o *Grindr*, com o intuito de compreender como tais facilitadores proporcionam diferentes configurações e até em alguns casos mudanças de atitudes nas relações sócio virtuais.

Como campo de pesquisa elegemos o *GRINDR* que é um aplicativo de encontro gay voltado para o público masculino, criado em 2009 nos Estados Unidos. Os interlocutores da pesquisa são usuários do aplicativo que vivem na cidade de Teresina, capital do Estado do Piauí. É importante ressaltar que a escolha da localização física da pesquisa se dá em um contexto diferente da maioria das pesquisas que abordam o eixo sul e sudeste do país, assim vislumbramos dessa forma uma configuração das compreensões de usuários da região nordeste do Brasil, considerando o

estado do Piauí que dentro desse contexto apresenta uma configuração amplamente machista e católica.

Com o campo da pesquisa delimitado criei um perfil público no aplicativo intitulado de “Pesquisa UFPI” e assim comecei a fazer incursões no aplicativo em busca de obter contato com os possíveis interlocutores da pesquisa. Durante o período em que estive com o perfil ativo pude conversar com 75 usuários dos quais 06 se dispuseram a participar da pesquisa. Contudo, dos seis que demonstraram disponibilidade realizei a entrevista com apenas 04, esses sujeitos possuíam idades entre 40 e 52 anos.

Quanto aos instrumentos metodológicos, optamos pela utilização de técnicas que envolvem a compreensão e o entendimento de práticas discursivas e produção de sentidos, conforme afirma Spink Et al, por ser “o homem um produto social, que a partir de suas socializações e ressocializações, bem como suas rupturas, ressignifica e se transforma socialmente” (2013, p. 09). Assim, a etapa seguinte incidiu na construção do material para análise, que consistiu na criação de mapas de associação de ideias. Os mapas forneceram uma melhor sistematização do “processo de análise das práticas discursivas em busca dos aspectos formais da construção linguística, dos repertórios utilizados nessa construção e da dialogia implícita na produção de sentido” (SPINK Et al, 2013, p. 84).

A seguir, apresento de forma breve algumas considerações sobre como o *Grindr* possibilita maneiras outras de socialização *off-line*, proporcionando aos seus usuários diversas formas de interação que corroboram com

o entendimento e a compreensão das maneiras como as tecnologias digitais inserem-se em nossas vidas e modificam/auxiliam diferentes campos dela.

COMO SÃO TECIDAS AS TEIAS QUE DÃO VIDA À REDE VIRTUAL?

[...] a coisa é essa hoje em dia os meios de comunicação atual que são os meios que a gente mais usa o instagram, o whatsapp, o grindr, o skype, eles quererem uma velocidade na comunicação, isso não é ruim, isso não é ruim, isso é só um outro tipo de comunicação, não é ruim de jeito nenhum [...]

Urso, interlocutor da pesquisa.

As contribuições das ferramentas virtuais nos auxiliam em todos os campos da vida, essa é uma realidade inegável e sem volta que facilita as interações, relações e atividades realizadas com uso da tecnologia como nos indica Castells ao expor que “o desenvolvimento da comunicação eletrônica e dos sistemas de informação propicia uma crescente dissociação entre a proximidade espacial e o desempenho das funções rotineiras: trabalho, compras, entretenimento, assistência à saúde, educação, serviços públicos, governo e assim por diante” (2019, p.479).

As transformações ocorridas ao longo do século passado em diferentes campos possibilitaram que a internet se difundisse sobre todo o mundo e trouxeram consigo novas formas de interação entre as pessoas. Todo um conjunto de experiências e vivências, anteriormente realizadas, passou a ser ditado por novas ferramentas

que, neste contexto, envolvem dentre outros, as tecnologias virtuais, que proporcionam diferentes formas de sociabilidades.

Pensando o advento destes contextos, bem como as mudanças pelas quais a sociedade passou com estas transformações, Castells esboça de forma breve como nossa sociedade se apresentou durante muito tempo.

[...]. Durante milênios construiu-se o ritmo da vida humana em estreita relação com os ritmos da natureza, geralmente com pouco poder de barganha contra as forças naturais hostis. Portanto, parecia razoável acompanhar o fluxo e modelar o ciclo de vida com base em uma sociedade em que a maior parte das crianças morria ainda bebê; em que a energia reprodutiva das mulheres tinha de ser usada cedo; em que a juventude era efêmera (Ronsard); em que ficar velho era um privilégio tão grande que trazia consigo o respeito devido a uma rara fonte de experiência e sabedoria; e em que as pestes periodicamente devastavam boa parte da população. [...] (2019, p. 527).

Desenhando as mudanças e modificações que acompanham a evolução dos tempos Castells também indica um panorama do contexto atual, para além destas situações tão comuns na história da humanidade, as transformações ocorridas ao longo dos tempos culminaram no que podemos compreender nos “[...] avanços organizacionais, tecnológicos e culturais característicos da nova sociedade emergente [que] estão abalando definitivamente esse ciclo de vida regular sem substituí-lo por uma sequência alternativa. [...]” (2019, p. 527).

Diante deste cenário, ao refletir a vida na pandemia, quando pensamos sobre o que é normal para a sociedade em que vivemos e o que não configura essa normalidade, concordo com Santos (2020) que atribui à pandemia uma série de situações que são desmascaradas e que escancararam a real pandemia que assola o mundo que vivemos, apresentando as discriminações pelas quais diversos grupos ao redor do mundo e, em especial, no sul do globo sofrem, desvendando as máscaras sociais.

No contexto da pesquisa, durante todo esse tempo, sempre fazia incursões no *Grindr* com o intuito de perceber como estavam se comportando aqueles usuários durante a pandemia e, quão grande foi minha surpresa em notar que, mesmo com a pandemia em alta, com a orientação para o isolamento social, muitos usuários indicavam em seus perfis a procura por sexo real como demonstram os nomes nos perfis de alguns destes, “Agora”, “AF agora”, “Fuder Agora”, “Hoje”, “Sigilo Agora”, (GRINDR, 2020). Neste sentido, apresento algumas falas de sujeitos com os quais interagi durante acessos esporádicos ao *Grindr*, não correspondendo necessariamente aos interlocutores da pesquisa, os quais descrevo e exponho em outros capítulos da dissertação. Esses perfis com busca de sexo real estiveram ativos durante todo período da pesquisa e continuaram ativos e em uso até o momento¹ da escrita

1 Informação obtida no mês de outubro de 2021, com pouco mais 38,56% da população vacinada até aquele momento de acordo com o site da Secretaria de Saúde do Estado do Piauí. Disponível em: <https://datastudio.google.com/u/0/reporting/a6dc07e9-4161-4b5a-9f2a-6f9be486e8f9/page/d06pB>. Acesso em 18 de outubro de 2021.

deste texto, afirmando máximas comuns sobre o uso desses tipos de ferramentas tais como, “sou visto logo existo”.

Essas interações virtuais foram avaliadas pelo *Grindr* em uma pesquisa sobre os hábitos dos seus usuários durante o período de isolamento social na pandemia. No total, 10.000 mil usuários do aplicativo nos EUA, Reino Unido, Brasil, México e Índia foram questionados sobre as dinâmicas utilizadas no aplicativo em relação a diferentes assuntos. Destaco aqui apenas duas das categorias analisadas na pesquisa do aplicativo que apresentam os seguintes dados sobre “bate-papo”, os quais 67% dos usuários entrevistados disseram que a personalidade é mais importante do que era antes da pandemia, 60% indicaram que a quarentena os levou a conversar com pessoas que de outra forma não teriam, 46% disse que falar sobre COVID tem sido uma maneira fácil de iniciar conversas. Em relação ao “sexo virtual” 71% afirmaram que a troca de fotos e vídeos no *Grindr* os ajudou a escapar durante a pandemia, 59% dos usuários dizem que seu desejo sexual aumentou durante a pandemia, 51% acham que conexões virtuais são sexys, 48% afirmaram que se conectaram virtualmente durante a pandemia (GRINDR, 2020).

Os dados apresentados indicam uma grande utilização desse tipo de instrumento virtual com o intuito de sanar o distanciamento social. Lançando mão de artifícios outrora subestimados com relação à busca por parceiros sexuais, como observado por meio dos nomes em destaque nos perfis mencionados anteriormente e ao analisar os números referentes à pesquisa feita pelo próprio

Grindr. Toda essa configuração nos possibilita pensar como as novas tecnologias estão redefinindo a própria forma como vemos as dinâmicas de prazer, sobre como o prazer é redefinido dentro das interações virtuais para além das relações *off-line*.

Diante deste cenário intentamos, ao utilizar como campo de pesquisa o *Grindr*, uma ferramenta do campo virtual, obter reflexões e análises que nos permitam compreender um pouco da dinâmica das interações sócio virtuais de seus usuários. Dessa forma, compreendo o campo do virtual/digital assim como apresenta Miskolci.

Digital, nesse sentido, não é uma definição técnica, mas uma característica do nosso mundo como marcado pela conexão por meio de tecnologias comunicacionais contemporâneas que se definem cotidianamente como digitais e que envolvem o suporte material de equipamentos como notebooks, *tablets* e *smartphones*, bem como diferentes tipos de rede de acesso, conteúdos compartilháveis e, por fim, mas não por menos, plataformas de conectividade. Em termos sociológicos, o que define nossa era é a conexão em rede por meios comunicacionais tecnológicos. Digital, portanto, se opõe ao analógico, enfatizando o aprimoramento tecnológico, enquanto a conexão em rede por meio de plataformas enfatiza a maneira como se constroem as relações sociais. (2017a, p. 23).

Ante tal cenário que compõem as tramas virtuais, discorro um pouco sobre minhas próprias experiências, pois sou o típico usuário das facilidades que as tecnologias proporcionaram desde a sua expansão comercial na segunda

metade da década de 90 do século XX (MISKOLCI, 2017a). Envolto nesse universo, de posse de um *smartphone*, aparelho celular com acesso à internet, pude conhecer uma infinidade de possibilidades de interações com outros garotos iguais a mim, jovens que, descobrindo sua sexualidade, utilizavam as redes sociais no início de sua expansão, para conhecer outros semelhantes. A partir desse primeiro contato com as dinâmicas virtuais fui descobrindo muitas outras possibilidades de interação com outros jovens gays, através de grupos restritos a este público, as chamadas comunidades do Orkut, rede social extinta, ou mais recentemente no *Facebook*, rede social com mais de 5.000.000.000 de usuários, bem como as salas de bate-papo.

Expandindo ainda mais o universo das possibilidades de interação com meus pares, passei a frequentar as salas de bate-papo da UOL com mais assiduidade, pois estas antes da criação de aplicativos específicos para o público LGBTQIA+ eram frequentemente utilizadas por pessoas de todas as identidades sexuais, devido à quantidade de opções de salas que abarcavam todas as identidades e performances. Em uma das minhas investidas nas salas voltadas para usuários gays em Teresina, conheci um usuário que se tornou namorado no ano de 2012.

Assim, como aponta Bauman (2011) parece haver uma batalha contínua entre os mundos online e *off-line*, onde ganham as interações virtuais, pois estas apresentam menos situações problemáticas que as vividas no mundo real, assim, as vivências virtuais são bem mais interessantes, pois necessitam apenas de quantidade, *likes*, número

de seguidores, curtidas, em detrimento da qualidade das relações estabelecidas.

Essa pequena contextualização no campo das mídias digitais, por possibilitarem um maior acesso e proporcionarem uma interação mais dinâmica entre seus usuários na busca por parceiros, nos insere no universo da pesquisa que propomos adentrando, dessa forma, os espaços de interação virtual, mais precisamente os aplicativos de encontros voltados para homens gays, objeto da pesquisa que deu base a esse texto.

Nesse sentido, optamos por conhecer mais a fundo como se desenham as relações mediadas por esses recursos tecnológicos, desenvolvendo um olhar mais crítico para as interações realizadas por homens gays em processo de envelhecimento que utilizam o *Grindr*, que é um dos primeiros aplicativos nesta categoria, utilizando o sistema de localização georreferenciada, com o intuito de apresentar aos seus usuários os perfis disponíveis mais próximos.

Diante da configuração aqui apresentada da que nos insere no campo das relações sócio virtuais busco compreender os sentidos atribuídos por estes sujeitos sobre os seus processos de envelhecimento atravessados por meio da utilização do aplicativo *Grindr*, pela incursão no mundo dos aplicativos conhecendo mais de perto como se dão as interações nessas ferramentas de encontro.

O GRINDR COMO FERRAMENTA DE SOCIABILIDADE

[...] eu observo no *Grindr* que se você colocar o rosto você, eu odeio essa palavra, mas eu vou usar porque é meio que do universo *Grindr*, você não é discreto, você sei lá, (n) coisas, né e tal [...] aí fica assim, né um julgamento porque seu rosto tá lá, e aí existi isso, né um tipo de relação.

Discreto, interlocutor da pesquisa.

O *Grindr* é um aplicativo voltado para o público gay masculino, criado em 2009 no Vale do Silício, em São Francisco, nos Estados Unidos. Uma de suas principais funcionalidades é a apresentação dos perfis próximos ao usuário usando uma tecnologia de geolocalização que consiste em aplicar, a partir do ponto onde a pessoa se encontra, uma varredura dos perfis de outras pessoas online mais próximas. Nesse sentido, o *Grindr* configura-se como uma ferramenta de sociabilidade quando proporciona a homens gays a possibilidade de conhecer novos indivíduos, bem como, trocar imagens, vídeos e áudios de cunho pessoal. Dessa maneira, adentrando no mundo das interações virtuais, como afirma Nogueira.

A internet tornou-se uma ferramenta que aproxima desejos e afetos, conectando fantasias e produzindo novas formas de intersubjetividade. Desde o IRC (Internet Relay Chat), um bate-papo que atingiu sua maior popularidade no final da década de 90, até o surgimento de comunicadores instantâneos (programas que facilitam o bate-papo), como o Messenger (MSN) da Microsoft, por exemplo, inventou-se um número indeterminado de espaços de sociabilidade. (2020, p. 67-68).

É nesse sentido, portanto, que as interações sócias virtuais mediadas por tecnologias digitais entraram no dia a dia das pessoas se instalando em todas as áreas da vida humana, criando novas formas de sociabilidades, assim como aponta Miskolci ao comentar a entrada destas tecnologias com suas diferentes roupagens em nosso cotidiano.

O advento da internet 2.0, a expansão da banda larga, a chegada das câmeras digitais e a popularização de equipamentos móveis para acessá-la permitiram com que a rede se imiscuisse de tal forma no cotidiano que já não evoca qualquer separação entre o que se faz dentro ou fora dela. A vida conectada em rede começou a contestar a separação entre *on-line* e *off-line*, assim como a de que seria possível viver em um espaço alternativo e com regras próprias. Não só as normas do velho cotidiano face a face moldam nossas relações online, mas também – desde que o acesso à rede se disseminou – as características das interações por mídias digitais têm passado a modificar as do dia a dia. Talvez até seja mais acurado aventar que vivemos em uma nova esfera relacional, cujos horizontes, regras e também limitações estamos descobrindo ao mesmo tempo em que nela adentramos. (2017a, p. 22).

A construção do mundo digital vai se inserindo em nossas atividades diárias de modo que temos na palma da nossa mão, a um *clik*, possibilidades infinitas para as situações mais variadas possíveis, sejam elas em quaisquer campos da vida que possamos imaginar já que “as tecnologias atuam como organizadoras tanto da produção quanto de

sua circulação, incluindo os sentidos, comunicando, pois, maneiras de viver em sociedade.” (ANTUNES, 2020, p. 94).

O *Grindr* possui uma versão gratuita e uma paga, as quais possuem diferentes funcionalidades e possibilidades de interações; na pesquisa utilizei as funcionalidades da versão gratuita que oferecem algumas ferramentas básicas como, apresentação de sessenta perfis de usuários mais próximos, opção de filtros na busca por parceiros e a possibilidade de conversas via *chat*.

A interação entre os usuários acontece por meio da apresentação dos perfis online de outros usuários de tal forma que lembra uma vitrine de exposição, conforme apresentado na imagem 01, corroborando com o que nos expõe Han que diz “Na era do *facebook* e do *photoshop* o ‘semblante humano’ se transformou em *face*, que se esgota totalmente em seu valor expositivo. [...] É a *forma de mercadoria* do “semblante humano”. (p.33, 2017).

Na descrição dos perfis expostos os sujeitos podem colocar até 05 fotos, que não apresentem conteúdo sexual ou nudez, visto que fere a política do aplicativo, bem como descrever em um pequeno resumo quais são suas intenções ou prioridades na busca por um parceiro.

Imagem 01: Layout de apresentação do Grindr.



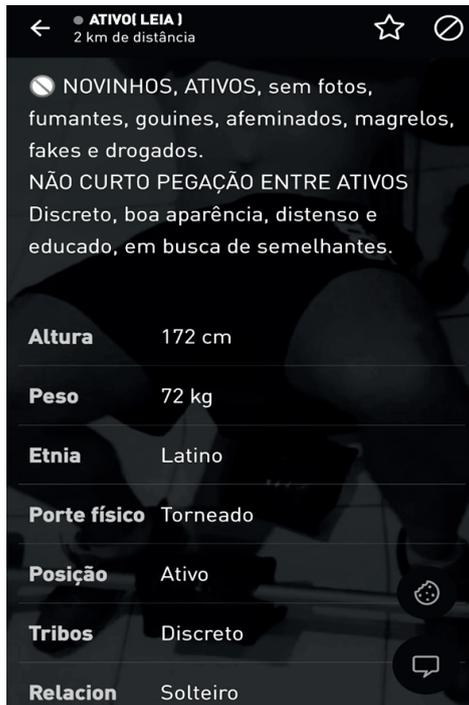
Fonte: Arquivo pessoal, 2021.

Outro aspecto que corrobora com essa busca é o preenchimento de algumas informações no perfil aberto ao público, onde é apresentado um panorama geral abrangendo aspectos amplos sobre a vida da pessoa tais como, dados estatísticos, expectativas, identidade, saúde sexual e redes sociais, conforme apresentado na imagem 02.

Nesses campos específicos o administrador do perfil poderá inserir informações sobre si mesmo como, idade,

altura, peso, etnia, porte físico, posição, tribos, relacionamento atual, além de também informar quais são as expectativas esperadas no aplicativo, onde podem ser inseridos aspectos como, em busca de, local de encontro, aceita fotos, gênero, pronomes, *status* HIV, último exame, assim como também indicar quais outras redes sociais utiliza, *instagram*, *spotify*, *twitter* e *facebook*, disponibilizando no aplicativo o link de acesso a essas outras ferramentas virtuais.

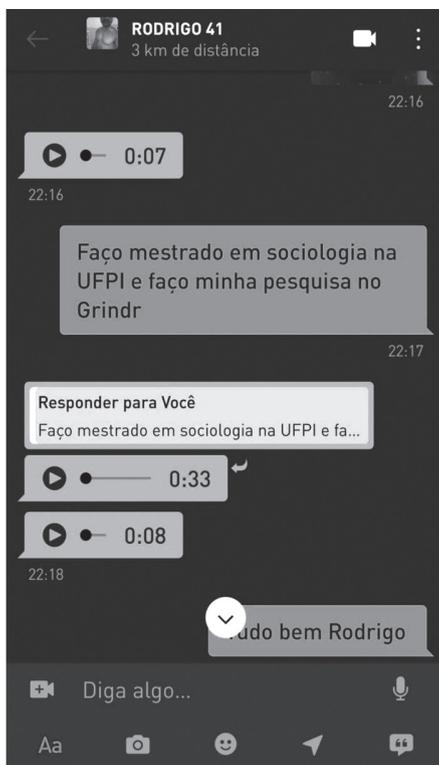
Imagem 02: *Layout* do perfil dos usuários



Fonte: Arquivo pessoal, 2021.

A configuração apresentada pelo aplicativo possibilita um contato ágil e de fácil acesso aos que buscam possíveis parceiros. Além de todas as funcionalidades apresentadas, o aplicativo possibilita uma maior interação por meio de um *chat* que apresenta a possibilidade de conversas particulares por meio de mensagens de texto ou áudio, vídeo chamada, troca de fotografias, envio de localização e conta, também com a opção de bloqueio do usuário ou denúncia do perfil, como visto na imagem 03.

Imagem 03: Estrutura do chat do *Grindr*



Fonte: Arquivo pessoal, 2021.

Na versão grátis o usuário poderá ainda utilizar a aba filtros básicos na procura por parceiros, selecionando três categorias, idade, em busca de, ou tribos. Para além desta seleção existe ainda a opção de filtros avançados onde se pode selecionar dentre as informações apresentadas, ‘os usuários conectados, só com fotos, fotos de cara apenas, não conversei hoje, peso, altura, porte físico, posição, *status* de relacionamento, local de encontro, aceita fotos’. Essas funcionalidades possibilitam o processo de busca a fim de que se encontre com maior facilidade aqueles perfis mais alinhados às exigências de quem está à procura ou caça de um parceiro.

Essa interface de fácil manuseio e bastante interativa torna possível que os sujeitos que utilizam o *Grindr* tenham uma experiência virtual agradável no sentido de obterem diversas informações dos possíveis parceiros antes de demonstrar interesse ou mesmo realizar a troca de mensagens ou clicarem no ícone *TAP* utilizado para demonstrar interesse em outros usuários. A função do *TAP* é indicar que está interessado em um determinado usuário podendo ainda nessa funcionalidade evidenciando, por meio dos filtros de *TAPS*, se o toque realizado é com indicativo de que está interessado, considera atraente ou é apenas um toque amigável.

Na versão paga *XTRA* os recursos oferecidos envolvem a visualização de até 600 perfis de uma só vez, visualizar apenas quem está *on-line*, só perfis com fotos, filtros *premium* para buscas com mais facilidade, opção de salvar as frases favoritas no chat, mostrar recebido de leitura, marcar com

quem conversou e não receber anúncios de terceiros. Além da XTRA, o *Grindr* também oferece a versão paga ilimitada que conta com todos os recursos disponibilizados na versão XTRA, e também mais sete recursos exclusivos que são, perfis ilimitados, navegação sem limite, visualização das últimas 24 horas, cancelamento de envio de mensagens e fotos, status de digitação, para ver quando estão digitando, fotos que expiram e tradução de conversas, bem como a utilização de todos os filtros de busca.

Diante das possibilidades de interações entre os usuários no *Grindr*, os filtros possibilitam uma maior afinidade entre os sujeitos, pois proporcionam a aproximação de gostos e desejos similares ou afinidades por tribos. Dentro desse panorama, busquei investigar no universo virtual homens gays em processo de envelhecimento a partir de 40 anos de idade. A opção pela faixa etária a partir de 40 anos se deu devido ao entendimento de que os processos de envelhecimento de cada pessoa começam a partir das mudanças impostas pela própria sociedade em relação às vivências, experiências, singularidades, valores e desejos de cada indivíduo (GOLDENBERG, 2014).

Nesse contexto, assim como os usuários das diversas ferramentas e funcionalidades que a internet e as tecnologias proporcionam, facilitando trocas e contatos entre sujeitos de diferentes vivências e experiências gays, entendo que as relações construídas no ambiente virtual, proporcionam uma compreensão do que envolve os processos que atravessam os indivíduos que se utilizam de tais artifícios para buscar parceiros virtuais.

Como resposta a estas “novas” formas de socialização observamos uma maior utilização de ferramentas virtuais na procura por parceiros, contudo, cabe lembrar, neste sentido que “[...] O tempo flui, e o truque é se manter no ritmo das ondas. Se você não quer afundar, continue surfando, e isso significa mudar o guarda-roupa, a mobília, o papel de parede, a aparência, os hábitos – em suma, você mesmo – tão frequentemente quanto consiga” (BAUMAN, 2007, p.108).

As configurações sociais que desenham e entrelaçam as formas de agir e se relacionar com os pares impõem, de acordo com suas épocas, determinados padrões a serem seguidos pelas pessoas ao procurarem por uma melhor convivência e, conseqüentemente, maior interação entre os sujeitos sociais. Em tempos os quais a internet adentra cada vez mais as vivências sociais, especialmente no momento em que vivenciamos uma pandemia, as relações configuram-se cada vez mais como sócio virtuais e são mediadas por ferramentas tecnológicas que apresentam diferentes formas de conhecer e interagir com pessoas que não se imaginava a possibilidade, seja pela distância, a língua, ou qualquer outro fator.

Essas incorporações tecnológicas facilitam a execução de diversas tarefas do dia a dia, nesse sentido, o uso de aplicativos no cotidiano proporciona uma maior facilidade na realização de atividades sejam elas profissionais ou pessoais. Assim sendo, a dinâmica de utilização dos aplicativos de encontro, especialmente por parte de homens gays, imprime uma série de fatores que corroboram com a

construção de uma norma social virtual quando da busca por um possível parceiro para relacionamento, lançando mão da construção de um perfil ideal que se apresenta como necessário para enquadramento das exigências nessas buscas.

NOTAS FINAIS

Nitidamente somos reféns das mídias digitais e de todas as formas que a tecnologia nos possibilita de facilidades para o nosso dia a dia e não é novidade que a internet hoje adentra nossas vidas em todos os campos, bem como proporciona e auxilia a vida em diferentes aspectos. Para os usuários do *Grindr*, essa ferramenta virtual apresenta características que aproximam pessoas de diferentes contextos e experiências de vida, possibilitando uma maior facilidade de encontrar um parceiro para namoro, sexo casual ou amizade.

Alicerçado nas reflexões dos interlocutores com quem pude dialogar compreendi que esses veículos de comunicação são vistos como ferramentas que precarizam as relações humanas em vários sentidos, objetificando e descartando as pessoas quando estas não atingem os ideais solicitados pelos usuários do aplicativo. Vale ressaltar ainda, em relação ao uso de mídias digitais, que estas exigem uma velocidade e rapidez nas interações de forma que, quem as utiliza, deve adequar-se a essas exigências acompanhando o tempo virtual que não condiz com a realidade *off-line*, as quais exigem também a exposição exagerada da imagem visual, inclusive dando maior

visibilidade para aqueles que mais expõem seus modos de vida, sendo conseqüentemente mais acessados, recebendo mais *likes*, e com mais compartilhamentos de seus perfis.

No caso específico do uso do *Grindr*, os usuários admitem ainda que essas formas de socialização virtuais criam oportunidades e, por isso, são usadas com frequência para se fazer novas amizades, bem como, para buscar parceiros para sexo casual sem compromisso. Essas atribuições dadas às mídias digitais são expostas pelos interlocutores em seus processos de sociabilidades no ambiente virtual.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0.* /Arnaldo Mazzei Nogueira... [et al.]; organização Ricardo Antunes; [tradução Murillo van der Laan, Marco Gonsales]. – 1 ed. – São Paulo: Boitempo, 2020.

BAUMAN, Zygmunt. *44 Cartas do mundo líquido moderno.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. *Tempos Líquidos.* Tradução Carlos Alberto Medeiros. – Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede.* Tradução Roneide Venancio Majer. 20ª edição, revista e ampliada. – São Paulo: Paz e Terra, 2019. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.1)

GRINDR. *Romance na era de Covid.* 2020. Disponível em: <https://www.grindr.com/covid/#chat>. Acesso em 04 de maio de 2020.

GOUDENBERG, Mirian. *A bela velhice.* 4. ed. – Rio de Janeiro: Record, 2014.

HAN, Byung-Chul. *Sociedade da transparência;* Tradução de Enio Paulo Giachini. 2ª Edição – Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

MISKOLCI, Richard. *Desejos digitais: uma análise sociológica da busca por parceiros on-line.* 1ª edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017a.

NOGUEIRA, Gilmaro. *Caças e pegações online: subversões e reiteraões de gêneros e sexualidades*. 2ª edição/Salvador – BA. Editora Devires, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Cruel Pedagogia do Vírus*. 2020.

SPINK, Mary Jane (Org.). (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano*. Edição virtual. Rio de Janeiro, 2013.

TRANSMASCULINIDADES NA ORDEM CISGÊNERO EM TERESINA-PIAUÍ: RELATOS DE UMA PESQUISADORA

DISCRIMINAÇÃO FILHO JUSTIÇA VIVÊNCIAS DIVERSIDADE GÊ

DESEJO IDENTIDADE SEXUALIDADE DIREITOS IN
SEGURANÇA EXPERIÊNCIAS RELAÇÕES AFETOS HISTÓRIAS
EDUCAÇÃO ADOÇÃO PAI VIOLÊNCIA CONQUISTAS
INFÂNCIA INCLUSÃO NARRATIVAS SAÚDE INFÂNCIA INCL
VIOLÊNCIA CONQUISTAS ANSIEDADE EDUCA
HISTÓRIAS COVID-19 SEGURANÇA EXPERIÊNCIAS RELAC
INVISIBILIDADE RACISMO DESEJO IDENTIDADE SEX
GÊNERO CULTURA JUSTIÇA VIVÊNCIAS FAMILI
DISCRIMINAÇÃO PERFORMANCE ILUSTRADA F/

MARIA CLARA TERESA FERNANDES SILVEIRA

VICTOR (*In memoriam*)

LOGO,
HOMOSSEXUALIDADE PERFORMANCE ILUSTRADA F/ C
DESEJO IDENTIDADE SEXUALIDADE DIREITOS IN' D
SUBJETIVIDADE MILITÂNCIA POLÍTICA ESTAD
HOMOSSEXUALIDADE POLÍTICA ESTAD

SEGURANÇA EXPERIÊNCIAS RELAÇÕES AFETOS HISTÓRIAS COVID
EDUCAÇÃO ADOÇÃO PAI VIOLÊNCIA CONQUISTAS ANSIEDADE
INFÂNCIA INCLUSÃO NARRATIVAS SAÚDE INFÂNCIA INCLUSÃO FIL
VIOLÊNCIA CONQUISTAS ANSIEDADE EDUCAÇÃO ADOÇÃO
HISTÓRIAS COVID-19 SEGURANÇA EXPERIÊNCIAS RELAÇÕES DIRE
INVISIBILIDADE RACISMO DESEJO IDENTIDADE SEXUALIDADE F
GÊNERO CULTURA JUSTIÇA VIVÊNCIAS FAMILIA SOLIDÃO NARRAT

INTRODUÇÃO

“[...] Traça. Sou traça! Tentando passar despercebida entre os outros, sinto-me como a traça que se esconde entre as costuras dos livros para, no fim, morrer esmagada entre suas páginas. [...]”.

Cassandra Rios, As traças.

“Conforme a ordem de gênero muda, novas trajetórias se tornam possíveis” é uma frase em que Connell e Pearse (2015, p. 205) abordam de que forma as transformações a nível estrutural modificam as possibilidades de vida de homens e mulheres, no sentido de como questões relacionadas ao gênero operam na vida pessoal. Práticas de masculinidade e feminilidade também estão inseridas nesse processo, as autoras compreendem essas últimas como projeções de vida, onde, por meio do sexo masculino ou

feminino, a trajetória de vida das pessoas já tem aspectos predeterminados: ser homem e ser mulher, com quem se relacionar, como parecer e se comportar, etc.

Olhando para a história, é possível observar, de fato, mudanças nas possibilidades de ação (e vida) de grupos considerados minorias, como mulheres, negros, LGBTQIA+. Estas mudanças vieram por meio de lutas e reivindicações que, ao serem acatadas como legislações que aproximaram esses grupos a condições de cidadania de fato – direitos civis, políticos e sociais (esse último ainda uma luta constante), houve uma transformação nas possibilidades de agência dos indivíduos, que recai, inclusive, nas pesquisas científicas acadêmicas, como é o caso desse artigo.

Viver escondido, como uma “traça”, fazendo referência à frase de Cassandra Rios¹, era (e é até hoje, com outras configurações), a forma marginal que viviam gays, lésbicas, bissexuais, transgêneros, dentre outros que não se encaixam na norma heterossexual e cisgênero, e mesmo com todas as discriminações, encontravam formas para ser e existir.

Visto, o presente artigo é um relato sobre o percurso de pesquisa, realizado durante meu curso de mestrado em

1 Escritora brasileira conhecida pela alcunha de “mais proibida do Brasil”, publicou pela primeira vez em 1948 (aos 16 anos), um romance lésbico que, assim como todas as suas obras, foram censuradas, especialmente no período da ditadura militar, sob justificativa de serem atentados à moral da família e dos bons costumes, pela natureza pornográfica do conteúdo, mesmo a autora afirmando que não escrevia pornografia e sim erotismo e amor. Foi também uma das escritoras mais vendidas no Brasil, superando escritores populares no mesmo período, como Jorge Amado e Clarice Lispector, por exemplo. Através de uma escrita que alcançava as classes populares, escreveu sobre vivências de lésbicas, gays, transgêneros, prostitutas, etc.

sociologia (2019-2021), na Universidade Federal do Piauí. Assim, a primeira parte consiste na trajetória da pesquisa, em relação ao encontro com o tema, o problema, metodologia, aproximação com os participantes, bem como minhas impressões enquanto pesquisadora. No segundo momento é feita uma análise sobre o processo de autorreconhecimento como homem transexual, apresentando a pesquisa na prática, elaborada a partir das narrativas dos participantes.

TRAJETÓRIA: COVID-19 E PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS DE UMA JOVEM PESQUISADORA

A dissertação “Quando o espelho não me representa: transmasculinidades na ordem cisgênero em Teresina-Piauí”, orientada pela professora Dra. Rita de Cássia Cronemberger Sobral, teve como objetivo fazer uma investigação sobre como a ordem dominante de gênero impacta na vida de homens trans² que moram na cidade de Teresina, estado do Piauí. Como referencial teórico se destaca Raewyn Connell (2015, 2016), com uma discussão sobre gênero como práticas sociais e também masculinidade hegemônica, além de autores como Rubin (2003), Halberstam (2005).

Para iniciar o meu relato de pesquisa, começo com a autobiografia de João Nery (considerado primeiro homem

2 Importante esclarecer sobre os variados termos que utilizo ao longo do texto para abordar a identidade transmasculina: homens trans, transgênero, transexuais - todos nomeiam um grupo de pessoas que se identificam com experiências semelhantes e reivindicaram esses termos como categoria política, especialmente “homens trans”.

trans a fazer uma cirurgia de redesignação sexual no Brasil, em 1977), essa é perpassada por dificuldades em um contexto histórico que não existia, legalmente, a possibilidade de ser um homem transgênero. Então, ao assumir a identidade masculina (ilegalmente), perdeu o diploma em psicologia e teve que iniciar a vida do zero, como motorista de táxi, onde a aparência um pouco masculinizada conferiu a possibilidade de trabalho autônomo, com medo constante de ser “descoberto” quanto transexual, e sofrer violência.

Apesar de João Nery, a “emergência” da identidade transmasculina no Brasil é relativamente recente, principalmente quando comparada a mulheres trans e travestis - que apesar da imensa discriminação social com narrativas de vida e morte perpassadas pelo transfeminicídio (além de outras manifestações de violência de gênero), apareciam mais.

Até então associados no mesmo guarda-chuva conceitual que mulheres lésbicas, em um contexto que praticamente não se falava sobre homens trans, autores como Ávila (2014) afirmam que somente a partir de 2010, no Brasil, essa identidade ganhou mais espaço nos movimentos sociais e mídia. Há, portanto, poucos estudos que abordam a transexualidade masculina, o que desde já, indica a necessidade de novos estudos.

Tendo em vista o problema motivador e a delimitação do tema, para realização da pesquisa foi utilizado como percurso metodológico a epistemologia feminista (HARDING, 2002) (questionando o modo de fazer ciência e a

ordem de gênero), bem como proposta etno-sociológica de Bertaux (1997, 2010) que, a partir de narrativas de vida, afirma ser possível compreender aspectos gerais sobre o funcionamento de dada estrutura (macrocosmos), através da vivência de sujeitos inseridos nela (microcosmos). Quatro homens transgênero se disponibilizaram a compartilhar suas narrativas de vida: João, Alex, Nicolas e Elyfer³.

Adiante que, em termos de conclusão, a partir dos resultados encontrados, destaca-se que foi possível perceber dificuldades na vida dos participantes, principalmente no início do processo de transição de gênero e, assim, possível compreender a masculinidade como não exclusiva a corpos de homens cisgênero, além de desmistificar a estrutura e as práticas de gênero como naturais e biológicas, percebendo que os significados de categorias como - gênero, homens, masculinidade, transexualidade - se construíram e modificaram ao longo da história.

Sobre detalhes do processo de pesquisa, vou iniciar falando sobre um desconforto pessoal que senti, constantemente pensando que esse texto não seria bem visto pela comunidade acadêmica e movimentos sociais (principalmente de transgêneros), por temer ser vista como uma pesquisadora cisgênero fazendo algo considerado repetidamente problemático – enxergar (ou objetificar) a pessoa trans como um objeto de pesquisa – o que é uma reação completamente aceitável tendo em vista o *background* histórico.

3 Nomes fictícios escolhidos pelos próprios participantes.

Epistemologicamente, eu posso ressignificar, teoricamente, a participação dos homens que contribuíram com esta, evitando chamar de “sujeitos”, “objetos”, trocando por “participantes”, ou outros termos, mas isto não muda a realidade que, de fato, é uma pesquisa científica em que utilizo narrativas de vida de homens trans. No entanto, não tive, no processo da pesquisa, nenhum questionamento sobre a validade da minha posição de pesquisadora – nem externamente ou pelos participantes -, mas passei a me questionar sobre minha posição como cisgênero.

Já sobre as primeiras aproximações com os participantes, o primeiro contato que tive foi com Elyfer. Conhecia o rapaz dos corredores da Universidade e sabia que era um homem trans envolvido com a militância LGBTQIA+. O abordei diretamente e expliquei as intenções da minha pesquisa, perguntei se teria interesse em contribuir. prontamente aceitou, além de indicar-me outros nomes, conhecidos dele que também eram homens transexuais.

Através de Elyfer, entrei em contato com Alex e com Nicolas - eu havia perguntado se ele conhecia alguém que pudesse compartilhar comigo vivências sendo um homem trans negro⁴, ou um homem trans que não frequentasse o ambiente da Universidade⁵. Ele falou um pouco sobre

4 Nesta pesquisa, considero que diferenças raciais são necessárias para uma análise plural, já que nem todo homem trans é branco ou tem pele clara. O racismo estrutural faz com que corpos negros sofram violência constante.

5 A grande maioria das indicações de homens trans que poderiam participar da minha pesquisa frequentavam o ambiente da Universidade Federal do Piauí. Utilizando a lógica do critério de pluralidade, queria um rapaz que frequentasse espaços diferentes deste, já que nem todos os homens trans da cidade de Teresina são estudantes universitários ou da UFPI. Logo, estes possuem vivências consideravelmente diferentes.

as características de cada um, então selecionei com base em critérios para garantir a pluralidade dentro da amostra, conforme orienta Bertaux (1997).

Então, escolhi Alex por esse ser um homem trans negro. Já em relação a Nicolas, escolhi por este não ser um estudante da Universidade Federal do Piauí, e ter 31 anos, sendo o mais velho dos quatro. Sobre João, este não está envolvido na cadeia de seleção que veio através de Elyfer. Comentando com amigos próximos sobre a pesquisa, informei que gostaria de entrevistar um rapaz que já tivesse feito a cirurgia de mamoplastia, e recebi a indicação.

Antes da pesquisa, planejei que, a partir dos critérios de pluralidade, eu poderia saber sobre vivências entre diferentes gerações, entre diferentes raças, e diferentes espaços educacionais. O que de fato foi possível apreender após os relatos.

Também tentei outros contatos que recebi indicação, alguns não responderam ao convite, outros aceitaram, mas acabaram desistindo. Um dos rapazes desistiu porque a pesquisa seria por chamada de vídeo e ele não tinha em casa um espaço confortável para falar abertamente sobre ser um homem trans.

Inicialmente, tinha me planejado para uma conversa presencial, utilizando gravador de voz, o que não foi possível por conta da pandemia do vírus covid-19, que assolava o mundo. Precisei adaptar a técnica de narrativas de vida para ser realizada virtualmente, por chamada de vídeo, o que impactou nos resultados. Primeiro porque

as percepções em uma conversa presencial, a linguagem corporal, o tempo dedicado, o espaço escolhido – geram interações diferentes. A conversa por meio de chamada de vídeo é limitada às percepções visuais da tela e do áudio, que, por sua vez, dependem da qualidade da internet das partes envolvidas, no caso, eu e o participante. Também envolve dois espaços distintos, o local em que eu estou e o local em que ele está, então as possibilidades de interrupção foram dobradas.

As quatro conversas ocorreram pelo aplicativo *Zoom meetings* e foram gravadas, voz e imagem. No início, eu detalhava os objetivos, lia o termo de consentimento livre esclarecido – TCLE, e explicava que a “entrevista” iria funcionar de forma livre, porque gostaria de ouvir a história de vida do participante. Também fazia algumas perguntas objetivas como qual a idade, qual a identidade de gênero, se trabalhava, dentre outras. Antes desse contato audiovisual, já havia um contato por meio de mensagens de texto pelo aplicativo *Whatsapp*, pelo qual eu já havia explicado a pesquisa, feito o convite e enviado o TCLE para prévia leitura.

Dessa forma, iniciei a pesquisa, a metodologia e a técnica acabaram se reinventando a cada participante por conta da demanda, explicarei melhor a seguir. A primeira entrevista foi com João. Já havia feito o contato pelo *Whatsapp* e os procedimentos que já detalhei. Para iniciar a conversa, pedi para este contar-me sua trajetória de vida enquanto uma pessoa de identidade transmasculina. Minha intenção inicial era intervir o

mínimo possível, a fim de compreender o que o participante destaca em sua trajetória.

Ele estava em casa, em um quarto (aparentemente havia outra pessoa no quarto e constantemente olhava para esta). Esse fato provocou limitações, como pausas, por exemplo, na sua narrativa e em alguns momentos foi necessário intervir para dar continuidade. Assim, percebi que nas outras entrevistas, provavelmente, poderia acontecer a mesma coisa. Mesmo que a técnica de relatos de vida exija o mínimo de intervenções do pesquisador, se eu não interviesse, eu não iria ter informações. Faço esse relato como forma de enfatizar que, mesmo utilizando uma metodologia e técnica de pesquisa, o processo acabou saindo, em alguns momentos, de forma bem “artesanal”. Bertaux (2020), a propósito, afirma que a rigidez metodológica é essencial, mas não suficiente.

Então, busquei um equilíbrio de forma que o rigor metodológico não limite os resultados e que este também não esteja ausente, afinal era um trabalho científico dissertativo. Houve uma preocupação também em relação à parte teórica, que mudou algumas vezes, principalmente durante a análise das narrativas.

A “ESQUIZOFRENIA TEÓRICA”⁶

Durante o processo de investigação bibliográfica, já partindo para a escrita, ao apresentar um modelo de capítulo teórico e minhas inquietações sobre ele a uma professora, ouvi como resposta que enfrentava uma "esquizofrenia teórica". Explicando a metáfora, ela me orientou que as teorias não podem ser mais importantes que a realidade investigada, que eu precisava ouvir o que os participantes estavam falando – esta era a realidade a ser apresentada e analisada.

A parte teórica me demandou bastante tempo porque, ao iniciar o projeto de pesquisa, elaborei uma hipótese que tinha como base, principalmente, discussões sobre poder e biopoder, em uma perspectiva Foucaultiana, que enfatizava o poder das instituições e do discurso na regulação dos corpos. Então, inicialmente, acabei me debruçando muito em teorias pós-estruturalistas que tendiam a criticar a identidade e as performances normativas de gênero, reproduzidas por pessoas trans como forma de afirmar, no caso, a masculinidade. A interpretação que fiz no momento foi que um meio para alcançar o padrão de gênero esperado, era por meio das tecnologias biomédicas

6 A esquizofrenia teórica é uma metáfora, fazendo alusão à perda de contato com a realidade (psicose), alucinações (é comum ouvir vozes), falsas convicções (delírios), pensamento e comportamento anômalo, típicos do transtorno. No contexto do comentário, sobre a pesquisa, o excesso de discussões teóricas estava sobrepondo a realidade social apresentada pelos participantes, causando conclusões prejudiciais que comprometiam a análise social da pesquisa. Se de fato consegui me livrar dessa esquizofrenia, não sei, mas o normal e o patológico, além das diversas formas do fazer científico são outros problemas de reflexão das ciências sociais, que não vou me aprofundar.

e jurídicas, que funcionavam como um dispositivo normalizador dos corpos, aqui, essencialmente dóceis.

Ao mesmo tempo em que estava bastante focada nas teorias pós-estruturalistas, busquei também, desde o início, utilizar a perspectiva de gênero de Raewyn Connell, principalmente a discussão sobre masculinidade hegemônica. Essa autora faz uma abordagem materialista a respeito da estrutura de gênero, focada na realidade social e com críticas que dizem respeito à produção do conhecimento, que existe uma dominação dos estudos do Norte Global, ou seja, países como os EUA dominam a produção intelectual e que as teorias lá produzidas (como a teoria *Queer* que se popularizou nos estudos de gênero) não dão conta de analisar de forma satisfatória a realidade social dos países colonizados, do Sul global, como o Brasil.

Dessa forma, a minha ideia (apresentada à professora, como mencionei no início do tópico) era utilizar ambas as perspectivas teóricas de forma satisfatória, pois têm pontos relevantes e positivos que poderiam conversar entre si e que de fato, o fazem.

Então, compreendi o porquê de “esquizofrenia teórica”: após a pesquisa de campo e a leitura das narrativas, não consegui analisar tendo em vista o que tinha produzido sobre poder e biopoder, porque o que chamei de tecnologias biomédicas e jurídicas de normalização dos corpos transgêneros foi relatado pelos participantes, de forma unânime, como um momento de abertura de portas que proporcionou-lhes mudanças, sempre desejadas, nas trajetórias de vida e nos corpos, dando-lhes uma sensação de

bem estar e melhoria da autoestima, apesar de problemas e dificuldades.

Assim, percebi que os debates teóricos não podem e nem servem para sobrepor o que mostra a realidade, qualquer artimanha excessivamente teórica acaba como uma tentativa de provar uma hipótese pessoal, no meu caso, era o que achava sobre o tema de pesquisa: transgêneros sucumbindo às pressões das estruturas sociais para se adequarem com corpos “normativos”, recriminando o desejo de mudança do corpo, por exemplo. o que não condiz com o que os participantes de fato relataram.

Após ouvir os participantes, escolhi fazer uma análise que tenha como foco a materialidade e a realidade social, sem sobrepor as vivências relatadas com afirmações apenas sobre o poder das instituições, visto que, nesses relatos, está presente a agência e o desejo dos entrevistados nas mudanças de seus corpos, suas trajetórias de vida e suas identidades de gênero. Naturalmente, com base naquilo que estava disponível para eles no momento, considerando que a transgeneridade masculina faz parte de um processo social complexo.

QUANDO O ESPELHO NÃO ME REPRESENTA: AUTORRECONHECIMENTO COMO HOMEM TRANSEXUAL EM TERESINA-PI

Após meu relato de pesquisa, este tópico se dedica a fazer uma análise a respeito das narrativas de vida dos participantes, de forma breve, tendo em vista a limitação de páginas para composição do artigo. Como metodologia de

sistematização da análise, ainda na dissertação, elenquei *categorias analíticas*, com base na exploração do material produzido a partir da escuta dos participantes, sendo essas: Autorreconhecimento como homem transexual; O processo de transição; Vivendo como homem transexual.

Aqui está exposto somente a primeira categoria analítica - “Autorreconhecimento como homem trans”, que foi destacada porque considerei importante saber do sujeito da pesquisa como “se encontrou na identidade transmasculina”. As respostas encontradas foram permeadas por questões que envolvem um contexto social histórico, ou seja, a emergência da identidade transmasculina em dialética com as condições materiais da ordem de gênero naquele determinado tempo histórico, por exemplo, as discussões e visibilidade que essa identidade passou a ter, as legislações sobre o processo transexualizador, nome social e retificação de nome e gênero em documentos. Como o “se sentir diferente” se encontra com a definição da identidade homem transexual.

Ainda sobre a parte teórica que fundamenta a análise sobre o autorreconhecimento como homem trans, é relevante citar Ávila (2014), que aponta uma emergência na identidade transmasculina no Brasil a partir de 2010. Nesse sentido, ela argumenta que a identidade transmasculina passou a ser mais visibilizada publicamente no espectro desse momento histórico.

Rubin (2003) afirma que o processo de se tornar um homem trans não termina com o “se sentir diferente” desde a infância, por exemplo. Para além disso, ainda

existe um caminho de formulação de uma identidade específica para esse sentimento, no caso, a identidade de homem transmasculino. A partir disso, ele se refere à um esquema formulado a respeito de uma rota não sequencial para uma identidade, em cinco (5) passos: (1) Experimentar um sentimento subjetivo de diferença; (2) Encontrar uma categoria apropriada e associar o sentimento de diferença a um significado dentro dessa categoria; (3) Aceitar a categoria como descritiva da experiência; (4) Procurar uma comunidade; (5) Tomar decisões sobre a transição.

Connell e Pearse (2015, p.216), ao fazerem considerações sobre narrativas de mulheres trans, que tratam do reconhecimento:

As narrativas de mulheres transexuais falam em reconhecimento: às vezes, um momento dramático, às vezes, aumentando gradualmente a autopercepção, mas centralmente uma questão de reconhecimento de um fato sobre si mesmas, de que são mulheres, embora tenham corpos de homens. No entanto, esse reconhecimento é amedrontador, porque a contradição central na transexualidade é poderosa. Esse fato vai totalmente de encontro ao que todos ao redor sabem e ao que a mulher transexual sabe também, sendo também reconhecida como homem (ou menino, uma vez que isso muitas vezes acontece na infância). Não há como fugir desse terror: o gênero é intransigente, tanto como uma estrutura da sociedade como uma estrutura da vida pessoal. (CONNELL E PEARSE, 2015, p. 216).

Embora as autoras falem de mulheres trans, o reconhecimento da transexualidade masculina pode ser pensado num processo semelhante.

SOBRE AS NARRATIVAS

João, ao se manifestar sobre como se compreendeu como homem trans, disse:

Acho que eu tinha lá por volta de 16 anos, do fim dos 16 para os 17 anos, e aí foi quando começou basicamente e “estourou”, porque ninguém ouvia falar. A gente ouvia falar mais sobre mulher trans, que era tratado de uma forma mais pejorativa, marginalizado, mas de certa forma era o que a gente ouvia falar: mulher trans e travestis. Eu nunca tinha ouvido falar sobre homem trans, e aí meu pai uma vez tava... passou no Fantástico se não me engano uma entrevista com um menino trans de São Paulo, e aí ele me mandou. Nessa época eu já fazia acompanhamento psicológico e psiquiátrico inclusive, porque eu estava passando por uma fase muito difícil, e aí a gente foi conversando sobre, fui me entendendo e me encontrando nessa identidade. Depois disso foi muito mais fácil acessar os próximos passos. (João, 01/2021).

Com o relato é possível perceber que João ouviu falar sobre transexualidade masculina somente no final da adolescência, através do pai, que enviou uma entrevista - o que evidencia a importância da mídia como meio de mostrar vivências, assim como afirmou Ávila (2014), sobre que fenômenos podem ter contribuído para a emergência da transmasculinidade no Brasil, dentre eles as autobiografias de homens trans⁷. Ele relata o momento que se encontrou com a identidade, ou seja, quando o sentimento de se sentir diferente encontrou um significado, como no

7 Como o caso de Tarso Brant e o personagem Ivan, da novela A força do querer.

esquema proposto por Rubin (2003), sobre os passos (1), (2) e (3).

Porém, é importante destacar que João enfatiza que somente ouvia falar sobre mulheres trans e de forma pejorativa, o que reforça as afirmações teóricas sobre a invisibilidade em relação às identidades transmasculinas e na importância de abordar vivências de homens e mulheres transgênero de forma específica, visto que as condições materiais para a existência destes são diferentes.

Isso implica concluir que, para homens trans, o processo de autoidentificação como transmasculino foi mais tardio porque não havia muitas referências para se ter como base, e uma identidade depende de condições sócio-históricas para existir ou mesmo ser reconhecida, que conforme Ávila (2014), no Brasil foi a partir de 2010. Isso fica ainda mais evidente, ao perceber uma uniformidade no período temporal (2015/2016) - em que os participantes desta pesquisa se encontraram com a identidade transmasculina.

Então, cruzando a idade de João hoje (22 anos) com a idade que ele relata no seu processo de autocompreensão enquanto transmasculino (16/17 anos), é possível deduzir que foi na adolescência, nos anos 2015/2016, o encontro dele com essa identidade sexual e que a partir disso pode acessar os “próximos passos”, no caso, o acesso às tecnologias biomédicas e jurídicas para transição de gênero, ou seja, o passo (5) de acordo com o esquema de Rubin (2003).

Já para Alex:

Como pessoa LGBT eu me vi em 2014/2015, no caso, no tempo lésbica, mas bem antes disso eu já me via diferente.

Eu sempre gostei de... assim... eu sempre tive um misto de amizades, amigo de meninos e meninas, sempre brinquei muito com os dois, tão tal que quando eu era pequeno gostava muito de brincar com Barbie, boneca, sempre gostei, gostei muito, mas de certa forma eu não me sentia encaixado, gostava de brincar mas, ao mesmo tempo não entendia porque não podia brincar de outras coisas... Aí quando fui crescendo, uns 13/14 anos eu comecei a ver que sentia atração por meninas, e fiquei meio confuso porque não sabia o porquê daquilo ser “errado”, aí eu fui crescendo, entrei no 9º ano que foi quando comecei a me relacionar com meninas mas eu não me sentia a vontade, livre. Daí então... entrei no ensino médio e descobri no Youtube, quando estava pesquisando... enfim, sobre essas coisas, e eu descobri a transexualidade. No tempo eu pensei que eu era uma pessoa do gênero fluído, mas aí com o tempo eu percebi que me via como homem, eu sempre fui um homem. A partir dali eu pesquisei, foi um período bem difícil de aceitação, tanto minha própria de me aceitar como homem trans tanto da minha família, né, porque é sempre muito difícil pros dois lados, tanto pra gente como pessoa trans como pra família da pessoa trans. (Alex, 01/2021).

Ele destaca primeiro ter se entendido como lésbica, como afirma Rubin (2003), é um fato comum na genealogia da identidade transmasculina, já que esta última muitas vezes não aparece como uma possibilidade (veja, os participantes relatam que não sabiam da existência de homens trans), então se posicionam na identidade lésbica como um guarda-chuva que abarca todas as pessoas com o sexo feminino que se relacionam com mulheres e ou

tem expressão de gênero masculina (HALBERSTAM, 2008). Importante lembrar também que práticas de gênero estão inseridas na história e em constante mudança, ou seja, as possibilidades de performance (bem como os modelos hegemônicos) e identidade de cinco anos atrás são diferentes das possibilidades de hoje.

A trajetória de Alex em se encontrar com a identidade transmasculina também se encaixa no esquema de Rubin (2003), onde o (1) durante algum tempo se localizou se compreendendo como mulher lésbica, mas o sentimento de diferença não encontrou um significado pleno dentro da categoria (2), o que só foi apaziguado quando ele se compreendeu como homem transexual (2) e (3). Através de vídeos na internet soube da possibilidade da existência de identidades que não são cisgênero, e eventualmente se compreendeu como homem transgênero -- sendo este um período permeado de conflitos internos e com a família. Também foi por volta do ano de 2016 que esse fato ocorreu.

Ao fazer referência à infância, enfatiza sentir diferenças nas brincadeiras de “menina” e de “menino”, não compreendendo os limites e barreiras já impostas sobre seu sexo, e mais tarde sobre a orientação sexual. Essa parte é interessante porque mostra que mesmo se compreendendo como homem, Alex não reforça sua masculinidade com o estereótipo sobre gostar de brincar apenas com “coisas de menino”, ele na verdade não assimilava porque existia essa divisão. E é importante como exemplo para enfatizar as diferenças entre identidade e práticas de gênero, já que ser homem transexual não é um pré-requisito para um

rompimento com normas de gênero que definem práticas normativas de masculinidade e feminilidade (CONNELL e PEARSE, 2015).

Sobre o relato de Nicolas:

Acho que desde que eu nasci me sinto desse jeito [...]. E eu acho que desde pequeno mesmo que eu me identifico, só que pra transsexualidade, pra fazer e me entender mesmo, foi desde 2015 pra cá. E foi quando eu cortei o cabelo, comecei a pesquisar mais sobre o assunto, mas, desde pequeno mesmo eu acho que eu já, já gostava dessas coisas. Quando eu ia, por exemplo, fazer compras, com a mãe, de roupas, a mãe ia pra do feminino, eu ia pro lado masculino e a mãe dizia assim: “vai logo, que eu sei que tu quer ir pro outro lado”, e tchau, entendeu? Então já é uma coisa que a gente já, eu digo que a gente já nasce assim, entendeu? (Nicolas, 01/2021).

Ele destaca que sempre se sentiu diferente (1), que é algo de nascença, mas não sabia que isso era transexualidade, traz relatos da infância, sobre observações de familiares a respeito dele recusar coisas ditas “de menina” e gostar mais de coisas ditas “de menino”, como forma de reforçar o fato de “já nascer assim”. Foi somente a partir de 2015 (somente por volta dos 25/26 anos de idade) que começou a se compreender como homem trans (2), (3), e destaca o momento que cortou o cabelo como um fato importante para a afirmação da identidade, como um símbolo da experiência de ser homem e da masculinidade.

Para ele foi um momento mais "tardio", quando comparado com João e Alex, que se compreenderam como homens trans ainda na adolescência. Convém explicar que

na adolescência de Nicolas, que já tem 31 anos, a identidade transmasculina não havia se “popularizado” como possibilidade. O que pode ser interpretado como uma mudança na ordem de gênero em determinado período histórico, no caso, por volta de 2015/2016, que foi quando os participantes relataram o momento de autocompreensão - retomando considerações de Ávila (2014).

Para Elyfer, sobre sua masculinidade e ser um homem trans:

Eu iniciei tarde, em 2016, ou seja são 4 anos, mas pra chegar nesses quatro anos foi todo um processo de percepção, muitas dúvidas, não tinha certeza, procurei observar outras pessoas ao meu redor, foi nessa época que conheci muitos meninos trans e eu vi que estava na dúvida “meu deus, será se sou isso mesmo, será que é isso”, cheio de caraminholas na cabeça sem saber o que ia fazer da vida, mas chegou um momento que parei, sentei e pensei, “não, alguma coisa aqui tá faltando”, aí foi o momento que parei pra estudar, entender, conhecer vivências que tive acesso (poucas), porque hoje em dia os meninos têm acesso à informação, um leque de possibilidades... [...] Na época ela [a mãe dele] estava vendo aquela novela (que está até passando agora outra vez) “A força do querer” que foi o boom da transexualidade masculina no Brasil, porque até então não existia homens trans, até antes dessa novela eu não sabia de homens trans, não sabia da existência, se existiam estavam muito bem escondidos. Passou a novela... bum. Aí o pessoal diz “ah mas tu só se entendeu como homem trans depois da novela?” Eu digo “não, eu só consegui ter uma coisa pra eu me colocar como base, na novela”, que querendo ou não, não chega a 10% do que uma pessoa trans sofre, muito

diferente da realidade embora seja um princípio de realidade. [...] mas a novela pra mim foi um desserviço. Antes dela eu já estava me colocando socialmente como um homem trans, só que na família ainda não existia o conhecimento sobre isso, e algumas atitudes que ela (minha mãe) via na novela ela via nas relações comigo. Aí a gente brigava todo capítulo da novela que passava o dito personagem. Eu via certas coisas ali que eu estava passando mas não tinha coragem de dizer, aí enfim, gerou o conflito familiar, mas consegui contornar a situação, me mantendo calmo pra me entender e colocar isso pra minha família. Pra mim o principal é minha família saber, o resto a gente só leva, é tranquilo... Mas hoje minha mãe assiste a novela de uma outra forma, ela tá até confirmando aqui. Então, a novela em si foi muito importante, foi ruim pra mim porque eu ainda não tinha a coragem de falar. A importância dessa novela foi surreal, pra muitos foi depois dela que saíram do armário, muitos mesmo. (Elyfer, 03/2021).

Elyfer faz uma associação interessante da sua trajetória como homem trans a uma novela (*A força do querer*, 2017) que tinha um personagem homem trans que estava no processo de autorreconhecimento, assim como ele. Destaca que a novela foi importante como referência para outros homens trans, pessoas que tinham o sentimento de diferença (1), mas ainda não sabiam ou não tinham uma referência sobre para se reconhecer como homem trans (2), eventualmente se identificando na categoria (3). A trajetória dele de autorreconhecimento se deu, ao observar outros homens trans que conhecia, no ano de 2016, e pesquisar mais sobre o assunto até que veio a certeza, quando aceitou a identidade homem transgênero como descritivo da experiência (3), também com forte

influência de uma comunidade de homens trans que já começava a se consolidar (4).

Também afirma que ser um transgênero masculino é mais “fácil” quando comparado a ser uma mulher trans ou travesti; afirma que existe uma dificuldade de acesso aos serviços de saúde, bem como os sociojurídicos, por falta de informação e que somente tem acesso a estes por orientação de outros homens trans que já acessaram os serviços, ou seja, existe uma rede de apoio (4) (entre os homens trans) que ajuda com informações, que de acordo com ele são negligenciadas pelos poderes públicos.

CONCLUSÃO

As práticas de gênero, que são norteadas pelos padrões de masculinidade hegemônica, privilegiam a dominância de homens cisgênero sobre mulheres, e também sobre outros homens – estes últimos por questões econômicas, raciais, etárias e identitárias enfrentam uma série de discriminações sociais para serem reconhecidos como homem. Ou seja, homens trans precisam de um esforço diferente de homens cisgênero para existir enquanto homem, um esforço que adentra a corporificação, pois o sexo destes o classificam enquanto fêmea e o conflito social das suas existências é justamente a não inteligibilidade do sexo e do gênero.

A intransigência do gênero como uma questão social e pessoal (CONNELL E PEARSE, 2015) é o que torna o momento do autorreconhecimento como transmasculino, nas trajetórias de vida como as de João, Alex, Nicolas e Elyfer, um momento difícil, conflituoso e amedrontador, já

que é uma mudança não somente sobre o indivíduo, é um rompimento na ordem social de gênero. E o que se destaca nas narrativas apresentadas é que a autoidentificação não está relacionada a idade e sim com o tempo histórico da visibilidade da identidade transmasculina, no relato deles, nos anos de 2015 e 2016. Ou seja, como um processo social e não apenas individual.

A materialidade dos corpos e a norma de que estes devem ser inteligíveis (sexo feminino – mulher – feminilidade – heterossexualidade; sexo masculino – homem – masculinidade – heterossexualidade) é o que inviabiliza práticas de gênero e identidades como a transmasculina. Rubin (2003), citado por Connell (2016), afirma que a transição de gênero é politicamente neutra, ou seja, transexuais não são nem essencialmente normativos, tampouco essencialmente subversivos em relação ao gênero. Connell (2016) segue afirmando que a redesignação de gênero em si é um processo subversivo, mas na prática, as possibilidades de modificações corporais e os padrões de masculinidade a serem alcançados se apoiam em esquemas de gênero altamente conservadores. Os aparatos biomédicos e jurídicos possibilitam a transição de gênero ao mesmo tempo em que normatiza o que é e como deve parecer uma pessoa trans.

Por fim, é preciso dizer que, para os participantes, o reconhecimento da transmasculinidade e, em particular, a redesignação de gênero, embora conflituosa e traumática, como foi possível perceber em algumas narrativas, também foi desejada e é motivo de satisfação e de melhoria na qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Simone Nunes. *FTM, transhomem, homem trans, trans, homem: a emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo*. 2014. 243f. Tese (Doutorado) – Curso de Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

BERTAUX, D. *Relatos de vida: perspectiva etnosociológica*. Paris: Nathan, 1997.

BERTAUX, Daniel. A perspectiva etnossociológica. In: BERTAUX, Daniel. *Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos*. São Paulo: Edufrn, 2010.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. *Gênero uma perspectiva global: Compreendendo o gênero – da esfera pessoal À política – no mundo contemporâneo*. Tradução e revisão técnica de Marília Moschkovich. 3. ed. São Paulo: Nversos, 2015.

CONNELL, Raewyn. *Gênero em termos reais*. Tradução de Marília Moschkovich. São Paulo: Inversos, 2016.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

HARDING, Sandra. Existe un método feminista? In: BARTRA, Eli. *Debates en torno a una metodología feminista*. 2. ed. México: Uam, 2002. p. 9-34.

NERY, João. W. *Viagem solitária: memórias de um transexual trinta anos depois*. São Paulo: Leya, 2011.

RUBIN, Henry. *Self-Made Men: Identity and Embodiment among Transsexual Men*. Nashville: Vanderbilt University Press, 2003.

SILVEIRA, Maria Clara Teresa Fernandes. *Quando o espelho não me representa: transmasculinidades na ordem cisgênero em Teresina-Piauí*. 2021. 104 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, UFPI, Teresina, 2021.

INTRODUÇÃO

O estudo em exposição, faz parte da pesquisa de doutoramento sobre Raimundo Pereira da Silva, que segue em curso no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí, linha de pesquisa História da Educação, sob orientação do Professor Doutor Ednardo Monteiro Gonzaga do Monti.

A participação do cantor lírico no filme *Homens*, ocorreu em 1993, no Rio de Janeiro, cidade para a qual migrou em 1990. O barítono, para além de suas atividades educativas e artísticas, dedicou-se à luta pela causa dos direitos homossexuais e contra a AIDS, por meio da disseminação de informações e do engajamento político no Grupo Atobá - Movimento de Emancipação Homossexual¹.

1 Entidade fundada em 1985, com o intuito de mobilizar ações em prol dos direitos dos homossexuais, combater preconceitos contra homossexuais masculinos e

No que se refere a este artigo, o objetivo é descrever o uso da fonte fílmica analisada como recurso investigativo. A existência do documentário foi apontada pelo próprio cantor em sua autobiografia - *Muito Prazer: sirva-se Raimundo Pereira Confidencial*, contudo o acesso à produção só ocorreu aproximadamente dois anos após dispor da informação sobre o vídeo, pois não estava disponível nas plataformas digitais.

Foi a partir do entrecruzamento das fontes (autobiografia e entrevistados), que foi possível acessar o documento, disponibilizado pelo médico infectologista Juan Carlos Raxach, membro da ABIA - Associação Interdisciplinar de AIDS², instituição responsável por produzir o material audiovisual. Atualmente o documentário encontra-se disponível para acesso de interessados no tema.³

O vídeo tem duração de 24 minutos e apresenta narrativas de si de três homens gays: Raimundo Pereira, à época com 33 anos, Cláudio Mesquita de 44 anos e Mauro Lucio Neto, 29 anos. Foi parte do projeto *Homossexualidades*, capitaneado pela ABIA, Grupo pela Vidda Rio e São Paulo⁴. Com direção de Alfredo Alves⁵, contou também com a contribuição do IBASE- Instituto Brasileiro de Análises

enfrentar discriminações relacionadas à AIDS (LIMA,2019).

- 2 A associação, fundada em 1987, atua até os dias presentes em projetos de cunho educativo, visando a prevenção da AIDS e apoio a portadores do vírus HIV.
- 3 Filme disponível em: <https://youtu.be/3ngAgeGxN94> acesso em: 22 de janeiro de 2023.
- 4 Grupos criados em 1989 por pessoas com HIV e seus familiares (RACHID, 2020).
- 5 Alfredo Alves é um diretor de cinema brasileiro premiado em sua área de atuação. Mais informações em: <http://alfredoalvescineqv.com.br/curriculo/> acesso em 02 de fevereiro de 2023.

Sociais e Econômicas⁶, Grupo Atobá, dentre outras organizações públicas e privadas. Teve suporte financeiro da Fundação MacArthur, Fundação Inter-Americana e do Projeto AIDSCAP/USAID – *United States Agency for International Development* e Ministério da Saúde⁷.

Vale destacar que, segundo Barros Júnior (2020), “[...a narrativa fílmica é porta-voz de práticas discursivas, produções de sentido e participa da construção social da realidade” (BARROS JÚNIOR, 2020, p. 105). Dessa forma, a produção do filme *Homens* pela ABIA, assim como sua divulgação à época e na atualidade, envolveu e envolve subjetividades, afetos e a intenção de produzir sentidos menos preconceituosos em relação às homossexualidades e à AIDS,⁸ na perspectiva de construir uma sociedade mais empática.

Embora o filme tenha sido lançado há aproximadamente três décadas, concordamos que “obras de arte são atemporais. Sempre atuais, continuam estimulantes quando revisitadas” (BARROS JÚNIOR, 2020, p. 110). Nesse sentido, a fonte mobilizada proporcionou compreensões que atravessaram o tempo vivido pelos três homens entrevistados na obra. O vivido como memória e representação não só desses indivíduos, mas de um tempo espaço de interdições, algumas cristalizadas no presente e das quais trataremos mais à frente.

6 Disponível em <https://ibase.br/quem-somos-2/> acesso em 02 de fevereiro de 2023.

7 Informações obtidas nos créditos finais do documentário.

8 Para maiores detalhes ver: <http://hshjovem.abiaids.org.br/homens/6770> acesso em: 22 de janeiro de 2023.

No que se refere à operacionalização da fonte fílmica, o processo foi de assistir reiteradamente o vídeo, recortar e articular as narrativas, analisá-las em conjunto para, posteriormente, realizar decupagem e fazer análise individual das minutagens nas quais há a participação unicamente de Raimundo Pereira. Quanto aos detalhes de cenário e relatos, foram protagonizados aqueles que remetiam a aspectos relacionados à própria história de cada um, como o apartamento vazio onde Mauro foi gravado e o palco/teatro onde o barítono foi capturado pelas luzes e câmeras.

Acerca das seleções dos trechos das narrativas do cantor e ativista, cada escolha teve como critério as categorias (não definidas *a priori*), delineadas nas recorrências e semelhanças, assim como nas rupturas e desvios dos temas focos da película, tais como perdas, luto, discriminação. Foram considerados também os silêncios, distanciamentos e aproximações entre o que cada entrevistado relatou sobre suas vivências familiares, sexuais e posicionamentos políticos diante da própria homossexualidade.

Relativamente aos propósitos desse texto, (não taxativos, nem conclusivos), além do fator descritivo quanto à fonte mobilizada, decidimos analisar as narrativas de si sob dois ângulos recorrentes: descoberta da própria homossexualidade e formas de ultrapassar reveses ocasionados pelos preconceitos, priorizando olhares dos entrevistados que se voltaram para autoimagem e discriminações enfrentadas.

Isso posto, o artigo é organizado nessa introdução que apresenta brevemente o filme *Homens*, em duas sessões

seguintes direcionadas à discussão, mais considerações finais. Assim, tratamos nas sessões adiante, das nuances que podemos identificar como válidas para o processo de compreensão do barítono e da sociedade em que viveu.

EU REPRIMI MINHA PRÓPRIA HOMOSSEXUALIDADE

Discutiremos nesta sessão os processos de autodescoberta de Raimundo, Cláudio e Mauro sobre suas homossexualidades, considerando que, não obstante as semelhanças acerca de algumas angústias comuns aos três entrevistados, também havia a distância que separava as experiências individuais.

Começaremos por informar que além da desigualdade de idade algo em torno de dez anos entre cada um dos três protagonistas, havia, dentre outras, também a diferença de local do nascimento: Cláudio e Mauro eram de Minas Gerais e Raimundo do Piauí, os dois mineiros eram homens brancos, Raimundo um homem negro.

Tais informações ganham relevo quando se põe em perspectiva os modelos de masculinidades sob os quais, cada um desses homens foi constituído, tendo em vista que ser homossexual, ser homem, ser branco, ser negro, nordestino ou do sul e sudeste de um país atravessado por desigualdades implica também em diferentes formas de experienciar não só a sexualidade, mas as subjetividades. Da mesma forma, ser homossexual na década de noventa não era o mesmo que assumir-se gay hoje.

Nesse sentido, em se tratando do barítono Raimundo Pereira, sujeito da nossa pesquisa, é possível inferir que ele

rompeu, para além do modelo de masculinidade hegemônica e heterocisnormativa, com as expectativas em torno das masculinidades negra e nordestina, segundo as quais o androcentrismo e a figura do “cabra macho” devem ser dominantes (CAETANO; JÚNIOR,2022).

Traços comuns aos três na adolescência: culpa, conflitos, autopunição, vergonha, repressão e dúvidas quanto aos próprios impulsos e desejos. Movendo-se em cenários patriarcais, de violências múltiplas, a iniciação sexual heterossexual de Cláudio Mesquita nos dá indícios do panorama familiar do período no que se refere à sexualidade: pelo imperativo paterno, o rapaz relação com uma mulher, pois o pai, aterrorizado com o jeito “educadinho” e afeminado do filho, providenciou o evento, como conta Mesquita:

Fui ter minha primeira relação heterossexual já tinha dezesseis, dezessete anos por intermédio do meu pai que, preocupadíssimo com o fato de todo mundo dizer que eu era bicha, ter aqueles gestos, ficar em casa desenhando, muito educadinho, arrumou com uma prima próxima minha meio cafetina, um lance lá meio maluco com uma menina (MESQUITA,1993).

Raimundo se relacionou inicialmente com um garoto mais velho, ainda em José de Freitas, como relatou: “nós fomos caçar passarinhos e de repente rolou, não sei quem propôs primeiro, se ele ou eu, aconteceu naturalmente” (SILVA.1993). O artista segue contando dos “falatórios”, por conta dos quais

Eu reprimi minha própria homossexualidade, eu não imaginava nunca naquela formação que um homem pudesse fazer caso com outro homem, que pudesse se juntar [...] meu próprio irmão fez com que eu criasse bloqueio, porque ele falava com minha mãe que os amigos dele me chamavam de bicha, que eu não namorava com ninguém, que era todo afetadozinho, então eu criei uma redoma para me proteger (SILVA,1993).

Mauro, por sua vez, teve seus primeiros contatos íntimos em relações heterossexuais, e só veio a se envolver sexualmente com parceiros do mesmo sexo, posteriormente. A seguir, alguns trechos sobre suas impressões ao começar a sentir atração por um menino:

[...] Eu já namorava a garota, que era irmã da namorada dele e nós saíamos juntos, cinema, discoteca e aí eu comecei a ver que sentia atração por ele. Eu beijava minha namorada, mas gostaria de estar beijando ele, aí eu comecei a ficar meio pirado, achando que aquilo não era normal. Nunca tinha sentido isso, aí eu ia para a cama e dava crises de choro, porque eu não estava entendendo aquilo. Eu não queria que ninguém soubesse daquilo que estava sentindo, aí eu reprimia (MORAES, 1993).

Antes de discutir os excertos anteriores, consideramos válido trazer mais algumas pontuações de Cláudio, ainda sobre o amadurecimento do próprio corpo e das sensações que iam se transformando em “ais dolorosos e gozosos dos gemidos humanos” (BARROS JÚNIOR,2020, p. 113), pois para o rapaz jovem à época de sua autodescoberta, ao tempo em que se (re)conhecia homossexual, trazia no

corpo as marcas do macho em desenvolvimento físico, na criação e nas crenças as dores da não aceitação do “amor entre iguais”, como relata

Eu tinha tudo na infância e na adolescência para ser o estereótipo da bicha, a bichona maluca mesmo. O que me faltou, o que me ajudou bastante a não ser esse estereótipo foi que faltava o *physique du rôle*. De repente eu fiquei um adolescente com a barba muito cerrada, truncado, peludo, não combinava nada com a imagem feminilizada e de mocinha, da bicha [...] Me perceber num determinado momento com impulsos homossexuais, com atração sexual por pessoas do meu sexo foi uma surpresa, um espanto e foi um pânico. Aí no cursinho eu conheci uma menina parecida comigo, meio patinho feio e a gente acabou casando. Vivemos pouquíssimo tempo juntos. Depois fui morar com um cara da faculdade que fazia teatro também [...] aí rolou. Foi a primeira vez que tive uma relação de igual para igual, indo para a cama sabendo que estava indo, ninguém te empurrou, ninguém te obrigou. Só que era o maior drama, drama de consciência, maior repressão em cima de mim mesmo [...]um discurso que eu já vinha ouvindo e armando na minha cabeça desde a infância, que bicha não serve, bicha não presta.

Dos relatos trazidos depreendemos o peso da homofobia na constituição das identidades masculinas, de tal forma que “ser homem significa ser rude (e até mesmo grosseiro) competitivo, bagunceiro; ser homem implica menosprezar as mulheres e **detestar os homossexuais**” (BORRILLO, 2010, p.89, grifo nosso). Nesse sentido, ser educado, ficar dentro de casa, ser afetado como eram

Cláudio, Raimundo e Mauro, eram e são características não palatáveis no universo androcêntrico. Ocorre que, concordando com Barros Júnior (2020)

A sexualidade constitui, de modo visceral, uma das nossas múltiplas dimensões. Somos criaturas desejanter e, para chegarmos perto da almejada felicidade, precisamos ouvir os múltiplos desejos que são paridos pela nossa multidimensionalidade (BARROS JÚNIOR, 2020,p. 113).

Como “criaturas desejanter” que eram, os adolescentes tornaram-se homens, mudaram de cidade e resolveram assumir suas múltiplas dimensões, viver sua sexualidade e, nesse trajeto, encontraram prazeres, desafios, o luto, a luta, a AIDS e o desejo de fazer diferença por meio das pequenas revoluções cotidianas, como veremos na sessão seguinte.

A GENTE TEM QUE SE EXPOR SIM

Além da homossexualidade e tantas outras similitudes, os personagens do filme *Homens* partilharam também a condição de migrantes. Cada um, com as condições de que dispunham, saiu de sua cidade para o Rio de Janeiro. Mauro e Cláudio não deixaram claro sobre as razões que os moveram a partir de Minas para o Rio de Janeiro, mas foi onde estabeleceram e assumiram suas relações afetivas e amorosas.

Raimundo é explícito sobre suas razões: queria se assumir. Sentia necessidade de ir para uma cidade maior para se descobrir. Outra razão foi o desejo de continuar

os estudos em música. Mas, no Rio de Janeiro resolveu “botar a cara a tapa (TOJEIRO, 2006, p. 8) e abraçar a militância pelos direitos de cidadania dos homossexuais.

Importa frisar que em 1990 a pandemia da AIDS estava assolando o planeta e os ditos grupos de risco, eram acachapados pelo discurso médico acusatório e culpabilizante. Foi nesse cenário demonizante das pessoas homoafetivas que alguns grupos se insurgiram e trabalharam para reverter a ideia da peste gay e visibilizar um novo discurso.

Foi nessa esteira, tanto da prevenção como da visibilização dos homossexuais de forma positiva, nem demonizada nem romantizada, que o filme *Homens* trouxe a contribuição desses três homens que aceitaram se expor e contar suas histórias.

Assim, entendemos conforme Bloch (2001), que “a ignorância do passado não se limita a prejudicar a compreensão do presente, compromete no presente, a própria ação” (BLOCH, 2001, p.63). Desta forma compreendemos que ao se expor, Cláudio, Mauro e Raimundo, não importa em que medida, deram sua parcela de contribuição para que na atualidade as ações contra a violência direcionada aos homossexuais seja no campo físico ou discursivo, passe no mínimo a objeto de reflexão.

Raimundo Pereira tinha a dimensão da gravidade do momento vivido à época em que participou do filme e da importância de projetos educativos. Informa em sua autobiografia que começou a pesquisar sobre AIDS ao chegar ao Rio de Janeiro, em 1990. Relata que após participação no filme passou a divulgar informações sobre a prevenção

da doença em boates, saunas e “points gays” (TOJEIRO, 2006, p. 73), e desabafa:

Não há dúvidas de que a AIDS mudou radicalmente os padrões de comportamento sexual vigentes. O medo existe. E a desinformação é grande. E eu pergunto: cadê a camisinha? A AIDS continua se alastrando, contaminando e o que mais se vê por aí são meninas grávidas aos onze, doze e treze anos de idade. E, em sua esmagadora maioria, oriundas de comunidades carentes. Há uma crise de educação nesse país. E esta é bem mais grave que a financeira (TOJEIRO, 2006,p.73).

Tanto o alerta de Bloch quanto à ignorar o passado, quando a ponderação de Raimundo Pereira sobre crises na saúde e educação do Brasil, nos chamam atenção para o fato de tais constatações soarem dolorosamente atuais.

Sobre a divulgação do filme, Raimundo Pereira veio ao Piauí em 1994 para visitar a família e, segundo o cantor, aproveitou para lançar o vídeo *Homens* pela Secretaria de Cultura do Estado (TOJEIRO, 2006), contudo parece ter sido decepcionante para o barítono o pouco interesse das pessoas em se fazerem presentes. Arriscamos interpretar que não faltou às pessoas o entendimento da dimensão educativa do documentário.

Outro fato que incomodou o barítono em relação ao filme, foi matéria jornalística noticiando que os protagonistas do filme *Homens* estavam contaminados pelo HIV. Para tal acontecimento, teceu o seguinte comentário: “Leviandade e jornalismo não deveriam comer à mesma mesa” (TOJEIRO, 2006, p.103).

Raimundo Pereira, Cláudio Mesquita e Mauro Lúcio enfrentaram preconceitos, se expuseram, sentiram o luto das perdas de amigos, companheiros, patrimônio, enfim, viveram e deixaram o registro dessas experiências. Assim, se “o apagamento do vestígio histórico é a inexistência de fontes” (REIS, 2010,p.40), o documentário *Homens* como salvaguarda desses indícios da História, contribuiu não só para compreender nosso sujeito de pesquisa, mas uma série de condições e circunstâncias que permearam o tempo dele.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo processo de “leitura” das fontes referentes à pesquisa sobre Raimundo Pereira foi tocante. Sob o ponto de vista emocional transitei incontáveis vezes entre a euforia e o desespero – medo de não localizar o material que sabia existir, mas do qual aparentemente todos só tinham ouvido falar, mas não sabiam onde localizar.

As primeiras entrevistas, os primeiros encontros com notas de jornais amareladas no arquivo público, a chegada da autobiografia pelos correios, cada etapa foi ansiada e sentida. Contudo, tanto a espera de localizar o documentário (que não estava disponível nas buscas da internet e que as pessoas que o produziram precisavam de tempo para localizar, afinal, havia se passado quase 30 anos) quanto o dia em que o recebi por e-mail, foram indescritíveis.

Ressalto que todas as fontes tem sido valiosas, a peculiaridade do filme reside não só nos quase dois anos de

espera, mas na oportunidade que tive de “conhecer” o barítono por ele mesmo. Ali, na tela, era ele por ele, em corpo, voz, expressões. Eu tinha os escritos, tinha áudios musicais, mas não dispunha do olhar, os movimentos das mãos eternizadas no vídeo.

Assim, não concluo, mas deixo em aberto a expectativa de que as fontes fílmicas tornem-se parte de meus e de outros futuros estudos. Que o filme *Homens* a cada vez que revisitado permita o vislumbre das sutilezas de um tempo/ espaço que passou, mas que ainda pode assombrar pela ignorância e preconceito que ainda seguem como vultos.

Desta forma, ratifico que a análise da fonte fílmica permite afirmar que o registro audiovisual foi significativo na apreensão do cenário social vivido pelos homens que participaram generosamente da obra em discussão.

REFERÊNCIAS

BARROS JÚNIOR, Francisco de Oliveira. *O sociólogo vai ao cinema*. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, 2020.

BLOCH, Marc. *A apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BORRILLO, Daniel. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

CAETANO, Marcio. JÚNIOR, Paulo Melgaço da Silva. (orgs). *De Guri a cabra-macho masculinidades no Brasil*. 1ª edição, 1ª reimpressão, Rio de Janeiro: Lamparina, 2022.

NAPOLITANO, Marcos. A História depois do papel. In: *Fontes históricas / Carla Bassanezi Pinsky, (organizadora)*. — 2.ed., 1ª reimpressão. — São Paulo : Contexto, 2008 p.235-289

REIS, José Carlos. *O desafio historiográfico*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

TOJEIRO, Cristina. *Muito Prazer: sirva-se Raimundo Pereira* Confidencial. Rio de Janeiro: Litteris, 2004.

COMEÇANDO COM SAUDADES

“[...] Não tem estudo, não tem parente que dê acolhida, piorou sendo desse jeito. Ou tu acha que o povo dos outros cantos, da capital ou dos infernos, vai te tratar diferente? Meu filho, imundo, isso passa, tu fica mais velho, conhece uma moça bonita, moça bonita, casa, me dá neto. Se apruma na vida, Raimundo. [...]”

(GARDEL, 2021, p. 41, ênfase minha)

Casar, ter filhos, dar netos, reproduzir a estrutura. Será isso a vida? Como podemos nos desviar desse destino de reprodução de valores heteronormativos se, no final, desejamos ser parte de uma estrutura? *A Palavra que Resta*, livro de estreia de Stênio Gardel, não dá uma resposta

final, mas busca tensionar esses sentidos. Produzido em oficinas ministradas pela escritora Socorro Acioli, *A Palavra que Resta* narra a história de Raimundo Gaudêncio de Freitas, um homem de 71 anos que decide aprender a ler e escrever. Descobre-se no início do romance que Raimundo guarda consigo um segredo nem tão secreto: ele recebera quando jovem uma carta de Cícero, sua paixão antiga, porém, incapaz de ler, a guardou durante toda a vida até que pudesse aprender a ler.

De início, Raimundo aprende a escrever seu nome, ao qual nota-se que “Raimundo não foi difícil. Complicado era Gaudêncio, denso de saudade, as cinco vogais e acentuado. Freitas era feito de sangue.” (GARDEL, 2021, p. 11) Os ecos das sibilantes e dos “d” – entre Gaudêncio, denso e saudade – enfatizam a densidade afetiva que assombra o protagonista: um passado que não vai embora e encontra mecanismos de se fazer presente. Embora não esteja ainda explícito, descobrir-se-á no decorrer do enredo que Cícero se referia ao amado como Gaudêncio, logo essa “densidade de saudade” não é uma aleatoriedade assim como a associação entre “Freitas” e “sangue” não é randômica. O sobrenome Freitas traz em si o peso de uma série de traumas de sua família que Raimundo carrega em sua história como cicatrizes que apenas o ato de aprender a ler e escrever pode – talvez – ressignificar.

A escrita em *A Palavra que Resta* é fundamental na forma do romance. Ao quebrar a sintaxe em diversos pontos, há a impressão de alguém que está, de fato, aprendendo a escrever. O modo de narrar a história

fragmentada se dá também pela forma como o próprio romance emprega a linguagem, destacando os desafios de falar sobre os traumas enquanto se busca palavras para elas.

Partindo de pontes entre estudos *queer* e os estudos de afetos (*affect studies*), meu objetivo neste trabalho é investigar de que formas os afetos, mais especificamente a ansiedade, estão ligados às experiências traumáticas de Raimundo. Para pensar como os afetos circulam (não de maneira inocente), proponho ler as formas como a heteronormatividade, um regime político e normativo no qual apenas a heterossexualidade é vista como legível, autorizada e pensável (LEOPOLDO, 2020), opera por meio do que chamarei de tecnologias de aprumação, formas de controle sobre corpos que desafiam as normas sociais.

ESCREVENDO COM O CORAÇÃO: O QUE SÃO OS AFETOS?

Embora estudos sobre a questão dos afetos não sejam necessariamente novos (basta observar que Baruch Espinosa já os teorizava no século XVII), há uma virada crítico-teórica nas pesquisas contemporâneas que tem sido chamada de “virada afetiva” ou “giro afetivo”. Essa nomenclatura seria uma tentativa de destacar as formas de análise dos afetos como elementos centrais de pesquisas. Em outras palavras, os afetos não seriam secundários à lógica da razão, desfazendo, assim, a compreensão iluminista ocidental de que a razão é mais importante e/ou válida que a emoção.

A partir de pesquisas que problematizam as formas como emoções, sentimentos e afetos são vividos e experienciados, surgiu o termo *affect theory/studies* que pode ser traduzido como “teoria dos afetos” ou “estudos dos afetos” que, para Daniel Kveller (2022, p. 29):

argumentam que as sensações corporais são mais do que meras expressões individuais das relações de poder e das hierarquias sociais. Emoções e sentimentos teriam uma espécie de agência transindividual, embora não autônoma ou independente, e deveríamos nos concentrar em entender de que formas operam, o que produzem e como poderiam ajudar a perseguir alguns objetivos políticos, em vez de simplesmente relegá-los ao departamento dos epifenômenos.

Dessa forma, ao falar aqui de estudos de afetos, estou sugerindo sublinhar como a produção de emoções e sentimentos representa uma estrutura em vigor que se pauta por marcadores como, por exemplo, gênero, raça, classe, sexualidade e nacionalidade. Assim, os afetos não são compreendidos aqui como elementos idiossincráticos, que revelariam a verdade absoluta de uma especificidade de sujeitos. Pelo contrário, penso que os afetos materializam as relações de poder em nossa sociedade e, justamente por esse viés, são expressões válidas e passíveis de questionamentos.

Ao desfazer o sentido da razão como balizador das vivências, os estudos de afetos nos permitem não só criticar outros sistemas binários, mas também propor reformulações de nossas posições frente ao mundo. A

percepção de outrora de que os afetos seriam elementos imateriais de pouca relevância teórica ou crítica se desfaz.

O afeto é, portanto, um conceito fundamental para pensar as relações sociais, algo que tem sido notado com mais destaque nos últimos anos. Luciana di Leone (2014, p. 62, ênfase no original) destaca que:

[a] reflexão crítica e teórica das primeiras décadas deste século tem se dedicado [...], de forma muito intensa, a repensar a noção de afeto em suas diversas aparições ao longo da história da filosofia, seja na sua formulação mais evidente nos trabalhos de Spinoza, passando pelas indispensáveis abordagens de Gilles Deleuze, chegando à loquaz aparição de texto que utilizam o conceito no âmbito dos estudos culturais, vindo principalmente da academia norte-americana, e que tem dado lugar à polêmica expressão *affective turn*.

O que a longa citação acima indica é que não há apenas uma perspectiva teórica em relação aos estudos dos afetos. Pelo contrário, a chamada virada afetiva indica a riqueza do arcabouço crítico-teórico para mobilizar novos sentidos, o que, evidentemente, significa não haver um fechamento a priori de uma teoria totalizante (com T maiúsculo). Leone (2014) ressalta seu alinhamento aos estudos de Deleuze que, por sua vez, foi grande leitor de Espinoza. Para outras pesquisas como as de Brian L. Ott (2017) e Cecília Macón e Mariela Solana (2015), falar sobre afetos significa expandir horizontes em mais linhas investigativas: Ott (2017) sugere que existem três possibilidades para

pensar os afetos (estados elementares, forças “abstratas” e a terceira que seria uma mistura das duas anteriores) enquanto Macón e Solana (2015) indicam duas tendências (uma que distingue afetos e emoções e outra que não busca marcar diferenças).

Considerando a variedade das perspectivas, alinhome ao trabalho desenvolvido por teóricas feministas e LGBTQIAPN+ que ressaltam que os afetos *não* são elementos singulares que demarcariam uma identidade autêntica. Pelo contrário, nomes como Sara Ahmed (2010, 2014), Ann Cvetkovich (2012, 2017) e Eve Sedgwick (2003) destacam que os afetos são produções críticas e sociais que nos revelam estruturas de opressão como racismo e sexismo enquanto visibilizam experiências de injustiça social.

Ahmed (2014) afirma que os afetos não residem necessariamente em objetos, e sim que eles são parte de uma economia afetiva: há efeitos de acumulação de valores na circulação desses afetos. Um exemplo dessa economia afetiva que Ahmed dá é o caso do ódio como produção afetiva porque ele seria uma forma de projeção psicanalítica que atribuiria a outros corpos (pessoas, objetos, coisas etc) o próprio medo e raiva. Para que o ódio possa reconhecer algo ou alguém como seu alvo, é necessário que ele circule de formas a manter ativo o reconhecimento de uma “ameaça” em nosso meio. Dessa forma, Ahmed sugere que os afetos não são meramente itens discricionários que estão à nossa disposição para usos singulares; longe disso, eles são “colados” em alguns corpos para que esses

mesmos corpos sejam reconhecidos como o problema. É essa repetição que Ahmed destaca ao falar, por exemplo, do uso de termos ofensivos como grupos étnico-raciais: ao chamar uma pessoa paquistanesa de “*Paki*”, o objetivo é fazer com que toda a carga histórica de repetição seja “aderida” ao alvo, tornando-o uma ameaça, uma vez que o termo é ofensivo historicamente.

Essa economia afetiva que se dá por meio da repetição é um item notório na manutenção de heteronormas em sociedade. Em *A Palavra que Resta*, quando a relação de Raimundo e Cícero é descoberta, ambos são punidos. O pai de Raimundo o espanca violentamente e repete palavras que acompanharão o protagonista durante toda a sua vida: “Gente torta, povo imundo, foi isso que o pai lhe disse. Sujo. Não de terra, nem de lama, nem de areia e sangue como ele estava agora. Não era sujo na pele, do lado de fora. Era dentro, lá onde ele era.” (GARDEL, 2021, p. 61) Para o pai, a relação entre Raimundo e Cícero é algo *sujo, imundo*, coisa de gente *torta*. Todos esses termos em destaque circulam de forma pegajosa e grudam no corpo de Raimundo ao ponto de ele sentir uma culpa dilacerante:

Do interior digerido na acidez da culpa. Então aquele Raimundo, o Raimundo que gostava de homem, era feito de restos, vômito, decomposição dos seus atos imorais. E o que sobrava? Ossos de encardida decência. Se livrar da carne que deseja? Do tutano que questiona e se rebela? Ele não sabia se o mesmo acontecia com Cícero. (GARDEL, 2021, p. 62)

As palavras que eram ditas no mundo exterior encontravam reverberação também no mundo interior, afinal, Raimundo passa a acreditar fielmente nelas. Esse é um exemplo da economia afetiva em plena operação: a forma como Raimundo se torna imediatamente uma ameaça é uma produção do nojo como afeto. A transformação de Raimundo em um corpo abjeto é a repetição de fórmulas heteronormativas para controle social. Poder-se-ia nomear esse processo a partir da compreensão de um circuito de afetos como sugere Vladimir Safatle:

[...] compreender sociedades como circuitos de afetos implicaria partir dos modos de gestão social do medo, partir de sua produção e circulação enquanto estratégia fundamental de aquiescência à norma. Pois, se, de todas as paixões, a que sustenta mais eficazmente o respeito às leis é o medo, então deveríamos começar por nos perguntar como ele é produzido, como ele é continuamente mobilizado. (SAFATLE, 2019, p. 16-17)

Para a manutenção da sociedade tal como ela é – regida por poderes heteronormativos –, é vital que determinados afetos circulem e adiram a determinados corpos. O efeito desse circuito de afetos é a produção de Raimundo como um sujeito que deve ser “endireitado” para deixar de ser “gente torta” e, para mudar o curso dessas narrativas, é vital compreendermos, seguindo a sugestão de Safatle, como esse circuito mantém e mobiliza determinados afetos. Se para o professor da USP, o medo é o afeto central na argumentação, aqui quero propor como a ansiedade é instrumental na economia afetiva. Esse afeto é expressão

crucial em *A Palavra que Resta* e me permite evitar qualquer reducionismo perigoso ao separar a história em mocinhos limpos (Raimundo) e vilões sujos (o pai). Como lembra Sofia Favero (2022, p. 24), “[a] sujeira é agressiva, mas a limpeza é verdadeiramente violenta.” Cabe, portanto, questionar as formas de reprodução social que nos são legadas.

CARREGANDO A CRUZ DOS OUTROS: ANSIEDADE E TRAUMA

Embora seja comum falarmos sobre os traumas sofridos por pessoas LGBTQIAPN+, quero aqui também ressaltar como *A Palavra que Resta* complexifica essa questão. Em lugar de enfatizar uma narrativa linear na qual Raimundo seria relegado ao papel de objeto das circunstâncias sem a oportunidade de pensar suas condições, o romance coloca em prática a clássica sugestão de Marx sobre como os homens agem a partir das circunstâncias que lhes são legadas: o protagonista visibiliza as marcas do trauma, mas recusa ser definido apenas por ele.

Ao descobrir que Raimundo e Cícero estavam em uma relação, Damião, pai de Raimundo, o agride fisicamente a ponto de deixar cicatrizes em suas costas. A reação violenta é parte de uma constelação de violências sofridas por dissidentes de gênero e sexualidade, porém *A Palavra que Resta* nos dá um vislumbre de como Damião se tornou esse sujeito violento. O pai de Raimundo não é um homem violento apenas por ser, o que revela um cuidadoso esfacelamento de determinados reducionismos comuns em leituras teóricas.

Quando jovem, Damião tinha um irmão chamado Dalberto que, assim como Raimundo, também era um homem que amava outros homens. Após Dalberto enfrentar abertamente o pai afirmando sua sexualidade, ele fora levado para o rio. O pai de ambos sabia que Dalberto não sabia nadar e, mesmo assim, o forçou a entrar. O resultado dessa cena é que Dalberto morre afogado com Damião se reconhecendo incapaz de ajudar seu irmão: “e eu não tive mais você do meu lado, meu irmão, dividi a vida com um vazio, e esse vazio cresceu, me tomou inteiro, eu não tenho mais o que dividir, que meu filho foi embora e, longe de mim, está só esperando a cruz precoce dele.” (GARDEL, 2021, p. 55)

Essa cruz precoce é uma manifestação tanto concreta quanto abstrata da morte. Após o falecimento de Dalberto, Damião coloca uma cruz na beira do rio para lembrar de seu irmão na impossibilidade de velar seu corpo. Será nessa mesma cruz que Damião verá seu filho, Raimundo, pela última vez. A cruz marca, portanto, a morte de Dalberto e a despedida de pai e filho. Representando uma dupla partida, a cruz à beira do rio é a cicatriz metafórica do trauma que não se resolve. Em lugar de compreender a cruz apenas como um sinal de que Raimundo também morrerá, que é a única saída que Damião enxerga, essa cruz assume um papel de herança do passado. Raimundo carregará essa cruz como uma forma de herança das violências do passado e que se materializará também na sua reação violenta contra Suzanný, a travesti com quem dividirá uma casa no futuro.

Quero ler aqui a violência de Damião e de Raimundo como formas sintomáticas de uma ansiedade oriundas de seus traumas. Em outras palavras, a violência que Damião e Raimundo oferecem como respostas ao mundo é a cruz que eles carregam de seus traumas. A ansiedade que ambos sentem é uma resposta afetiva de defesa de suas masculinidades, especialmente quando temem ser lidos como abjetos pelas pessoas ao redor. Relacionamento, portanto, ansiedade e trauma aqui como tecnologias de aprumação, afinal, são elas que formalizam o processo pelo qual espera-se que sujeitos sigam determinadas regras sociais. Dito de outra forma, inspirado em Teresa de Lauretis (2019), sugiro que pensar as emoções como tecnologias de aprumação é uma tentativa de visibilizar as violências que permanecem interditas, indicando como muitas vezes apenas as cicatrizes físicas são lidas com questões traumáticas. A cruz que Damião e Raimundo carregam é tanto metafórica (seus traumas) quando física (o que seus corpos sentiram), o que me permite registrar a ansiedade como experiência afetiva que opera tal como um mecanismo de defesa (defender a masculinidade é defender a vida). “A história dos afetos é inseparável da história da diferença,” lembra Favero (2022, p. 116), “pois o modo como nos sentimos diante do outro é determinante para a elaboração de fronteiras.” Assim, cabe compreender que a ansiedade aqui registra o modo de vida de apreender determinadas vidas como boas e outras como ruins.

Os significados dicionarizados de ansiedade enfatizam

um senso de normalidade que é perdido – “Sensação de aflição, receio ou agonia, sem causa aparente” e “Inquietação ou impaciência causada por algum desejo ou vontade” (ANSIEDADE, 2023) –, o que enfatiza a presença desse afeto em nossas vidas. Sentir-se com ansiedade é, portanto, parte da rotina da sociedade, especialmente quando consideramos nossa exposição constante a pressões distintas.

Estou aqui buscando apontar que a ansiedade sentida por Damião e Raimundo são projeções traumáticas que se materializam nas formas como lidam com o mundo. Para evitarem sentir a dor que não conseguem verbalizar (afinal, ambos perdem “o mundo da herança normativa”), eles se afirmam de forma violenta, o que, metonimicamente, enfatiza a posição de heteronormatividade como único regime produtivo possível (LEOPOLDO, 2020). Como uma ponte entre medo e ansiedade, não pretendo diagnosticar um transtorno de ansiedade em personagens ficcionais. Entretanto, é interessante sublinhar como medo e ansiedade são expressões afetivas que andam juntas.

Compreender a ansiedade e o medo como respostas para uma ameaça é ler como Damião e Raimundo projetam em outras pessoas os seus próprios receios. *A Palavra que Resta* inicialmente apresenta como Raimundo é o alvo da violência de Damião, criando uma história de mão única na qual há um vilão e uma vítima. Contudo, no diálogo final entre pai e filho, algo acontece que reverbera um sentido para essa violência:

Foi o filho quem veio ao pai.
— Vim encontrar Cícero.
— De novo com isso?
— Isso o quê?
— Essa coisa de se deitar com
— Tem coisa aqui não, tem é gente, eu e Cícero.
— Gente torta.
— E o senhor vai me endireitar com o cinturão?
— Se for preciso, Raimundo.
— Até quando? Porque ainda sou
— Cala a boca. Não se chame disso.
— Disso o quê?
— O que esse povo imundo é.
— Viado?! Fresco?!
— Raimundo!
— Baitola?!
— Cala a boca!
pai,
— Um dia, um dia, vai cicatrizar em tu que isso só vai te
levar é pro fundo de um rio ou pra debaixo da terra.
— Pai,
— Se não sou eu a te botar lá, é outro, os outros que vão te
enterrar, mas antes tu vai se enterrar em tu mesmo, sozinho,
olhado de banda, andando escondido, ninguém tinha que
saber que viviam juntos, depois o mundo te enterra tam-
bém, porque é isso que acontece com esse tipo de pessoa.
— O senhor vai me bater até me botar numa cova?
— Não, Raimundo, não, tu acha que eu sou capaz de matar
alguém?

Quanto mais meu filho? Tu é meu filho, o que estou fazendo é pra te tirar do caminho da morte.

— Que morte, pai?

— Eu tiro essa coisa de você, antes que ela lhe tire de mim.

— O senhor que está me afastando do senhor.

— Escute teu pai, Raimundo, que eu já vivi o suficiente pra saber o que acontece com a pessoa que se desvia desse jeito, anda só, escondido, vigiando as vergonhas.

— O pai está falando de quem?

— Tu não vê que está andando por onde não deve ir, pra onde só tem desgraça, desgraça pra nossa família, Raimundo. (GARDEL, 2021, p. 39-41)

O diálogo entre Damião e Raimundo revela uma tensão afetiva que vai além do presente porque Damião não quer – ou não consegue – revelar a história da morte de seu irmão. Carregar essa cruz era, para Damião, um fardo que gerou medo e ansiedade quando descobrira que Raimundo estava envolvido com Cícero. É justamente esse trauma de ter perdido o irmão pelas mãos do próprio pai que deixa latente o sentimento de ansiedade. O trauma da morte de Dalberto se torna um silêncio violento na vida de Damião e, ao perceber que seu filho poderia ter o mesmo destino, ele também busca manter o senso estabelecido de masculinidade hegemônica. Ele deveria, portanto, “endireitar” o menino. É aqui novamente que leio o endireitamento como uma técnica de aprumação: uma forma de mostrar que no caminho que Raimundo trilha só tem “desgraça”. Para não cair em desgraça e evitar traumas, Raimundo deveria seguir a vida normativa esperada, a

trilha da reprodução do nascer, crescer, casar, reproduzir e morrer (HALBERSTAM, 2005).

Ao explicar a questão do trauma, Daniel Kveller afirma que ele:

é efeito do contato imediato com a realidade sem qualquer tipo [de] mediação por mecanismos psíquicos de defesa. O traumático não decorre de algo que não se sabe, mas de algo que se soube tão diretamente que se tornou incerto. Os sintomas não são suscetíveis de interpretação porque em realidade não são nem mesmo sintomas, mas restos de uma realidade inassimilável que se repete através de um sujeito. (KVELLER, 2022, p. 126-127)

Dessa forma, pensando o trauma de Damião, é possível argumentar que ele está revivendo, ao ver Raimundo em posição semelhante a Dalberto, a perda do irmão. Não se trata de um transtorno de ansiedade, mas sim de como a própria ansiedade aqui se materializa em violência. Apesar de o medo e a ansiedade serem as mesmas respostas afetivas, Damião perpetra a violência e posteriormente afirma que não levaria seu filho para a cova. Seu desejo é tirá-lo do “caminho da morte”: a atração de homem por outro homem. Assim, Damião acredita plenamente que poderia manter seu filho vivo, mesmo atrelado a um sentido cruel de masculinidade.

As emoções experienciadas por Damião são respostas à perda de seu irmão, mas também são parte de uma teia maior de significados da heterossexualidade e da masculinidade. Ressalto que, apesar de *A Palavra que Resta* narrar a vida no interior, as fobias e preconceitos também

encontra ressonância na vida urbana. Dessa forma, não se pode reduzir ou associar a violência da masculinidade heteronormativa única e exclusivamente com a vida no interior, afinal, ela é marca de uma cultura dominante na qual o “sentir” seria marca do feminino e “agir” do masculino. (ALONSO; FUKS, 2014)

Sugiro pensar a violência para “endireitar” Raimundo como parte de uma série de tecnologias de aprumação que buscam colocar as pessoas dissidentes “na linha”. Inspiro-me nos escritos de Sara Ahmed (2010) que definirá essas tecnologias como “dispositivos de endireitamento” (*straightening devices*). Ao localizar alguém como a causa da infelicidade alheia, a reação imediata é buscar transformar essa pessoa e fazê-la “endireitar-se”. Cabe aqui ainda pensar como pessoas direitas estão produzindo modelos de retidão, ou seja, os padrões de gênero e sexualidade que devem ser seguidos. Ao ampliar essa discussão para incluir os sentidos de masculinidades aos quais Raimundo não consegue aderir, consigo relacionar o trauma, a violência e a ansiedade como ângulos que permeiam a masculinidade. Para curar sujeitos dissidentes, a estratégia é forçá-las ao modelo normativo por meio de tecnologias como a violência, uma marca ainda associada à virilidade na contemporaneidade.

Silvia Leonor Alonso e Mario Pablo Fuks (2014, p. 252) argumentam que “[e]ntre a identificação com a nomeação ‘sou um menino’ e a crença na própria virilidade ou masculinidade, há um longo processo no qual vão se

acrescentando significações a partir do entendimento de como se espera que se expresse a masculinidade.” Isso significa, na visão das autorias, que as masculinidades são fabricadas a partir de sentidos social e culturalmente estabelecidos. Dessa forma, a violência como resposta afetiva não é um dado biológico masculino; pelo contrário, ele faz parte de processos de subjetivação alinhados com questões sociais e culturais. É por isso que, ao argumentarem a favor do uso do termo histeria para descrever homens, Alonso e Fuks (2014, p. 263) enfatizam que a cólera tem sido utilizada como indício da dificuldade de subjetivação por parte de homens que não conseguem se desfazer da “agressividade, força e domínio”, que são “atributos fundamentais do gênero masculino em nossa cultura.”

Essa ansiedade – que compreendo aqui, portanto, como ansiedade masculinizada – também surge como um trauma que Raimundo carrega. Como uma constelação afetiva, esse trauma encontra formas de expressão na violência que é uma herança: do avô para o pai para o filho. Será, contudo, Raimundo que quebrará esse ciclo, mas não sem experienciar os reveses.

O primeiro encontro com Suzzanný, a travesti com quem mais tarde Raimundo iria dividir a amizade como modo de vida (FOUCAULT, 1997), foi problemático porque Raimundo temia ser lido como um homem gay, mesmo frequentando ambientes nos quais homens transavam no escuro. Ao sair de um desses espaços (“cine”), Suzzanný tenta conversar com Raimundo, mas recebe uma

recusa ofensiva. Mais tarde, ela o reconhece em uma mesa de jogos de caminhoneiros e o provoca com sarcasmo, o que o leva a confrontá-la num beco e agredi-la até que desmaiasse.

Raimundo só encerra a agressão quando Suzzanny desmaia e um grupo de pessoas se junta para pensar em levá-la ao hospital. Sentindo-se culpado, Raimundo a leva e inicia um diálogo:

[...] eu fiquei morto de medo, Francisco, que tivesse feito uma besteira maior, sim, porque besteira grande eu já fiz, bater em você daquele jeito? Tanto medo, essa história de medo, não era medo que levantava o braço do pai? ele enfiou esse medo em mim, foi escorrendo do braço dele pelo cinturão e entrou nas minhas costas, ele é minha espinha, nele que me sustento, agora estou usando ele pra machucar os outros? [...] (GARDEL, 2021, p. 109-110)

Por suas próprias palavras, Raimundo expressa que carrega um legado de medo herdado do “braço do pai” que escorria “pelo cinturão” e que se tornou “sua espinha”. Essa é uma descrição material de como afetos são também transmitidos: a única resposta que Raimundo sentia que poderia ter era a violência para silenciar Suzzanny justamente porque ela o via como ele era. Um dos receios da masculinidade hegemônica é se permitir outras perspectivas e se abrir para experiências que possam desfazer essa identidade fechada. Leio nessa agressão uma representação do trauma ao mesmo tempo que teorizo a ansiedade masculinizada, afinal, se compreendo que o trauma é o acesso imediato de uma experiência anterior, um tocar

os “restos de uma realidade inassimilável que se repete através de um sujeito” como citado por Kveller (2022, p. 127) anteriormente, logo é essa a repetição do trauma de Raimundo.

Cabe também ressaltar que é com Suzzanny que Raimundo se abre pela primeira vez. Embora o chame de Francisco, o nome que constava no RG ao dar entrada no hospital, Raimundo se abre para explicar o seu passado. É a partir desse momento, desse encontro entre duas figuras que se compreendem como dissidentes da norma, que Raimundo iniciará uma mudança significativa em sua vida: deixará de correr pelo país em caminhões e passará a ter uma casa com Suzzanny enquanto trabalha com costura, arte que aprendera quando jovem e fora criticado por sua mãe.

Compreendo que essa conversa, apesar de acontecer após um momento de violência, ressignifica a história de Raimundo porque ele reaprende a viver. Em outras palavras, ao falar sobre seu passado e compreender que repetia o mesmo ciclo de violência, Raimundo consegue se questionar sobre o futuro: “agora estou usando ele [o medo] pra machucar os outros? [...]” (GARDEL, 2021, p. 110)

Ao se perguntar sobre como tem machucado os outros, Raimundo percebe que pode deixar de carregar a cruz que levava até então. Dessa forma, ele mesmo compreende, não sem dificuldades e fugindo de um final idealista, que tinha encontrado formas de fugir da reprodução normativa: “[...] e eu também fiquei feliz de ter vindo te ver, minha irmã, e te falar que estava bem, tinha me aprumado

na vida, não do jeito que o pai queria, de um jeito melhor, [...]” (GARDEL, 2021, p. 86) Aprumar-se de um jeito melhor é recusar a herança da violência normativa.

ESCREVENDO O PRÓPRIO CU: À GUIA DE CONCLUSÃO

Embora a aparente centralidade de *A Palavra que Resta* seja a jornada de Raimundo para aprender a ler e escrever aos 71 anos, penso que é a forma como ele problematiza as tensões da subjetividade do protagonista que visibilizam a “tal palavra que resta”. As memórias que criam a narrativa transformam o passado em presente, especialmente quando Raimundo se permite questionar sua formação.

A partir do olhar para o próprio cu (ou seja, sobre como existe no mundo), Raimundo desarticula as tecnologias que buscam colocá-lo na linha, em especial a forma como as emoções são “manipuladas” socialmente para dizer sobre como ser ou agir. Ao contrário das expectativas sociais, Raimundo trilha seu caminho até compreender-se como sujeito dissidente, que desafia as normas e institui novas. A ansiedade que o produzira como sujeito violento se desfaz, porém não sem sofrimento.

Lendo ou não a carta que seu amado Cícero deixou, o que fica de *A Palavra que Resta* é que existem formas de se aprumar na vida, formas outras que desafiam a ansiedade que nos produz.

REFERÊNCIAS

AHMED, Sara. *The Cultural Politics of Emotion*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2014 [2004].

AHMED, Sara. *The Promise of Happiness*. Durham: Duke University Press, 2010.

ALONSO, Silvia Leonor; FUKS, Mario Pablo. A construção da masculinidade e a histeria nos homens na contemporaneidade. In: AMBRA, Pedro Eduardo Silva; SILVA JUNIOR, Nelson da. (Orgs.). *Histeria e Gênero: sexo como desencontro*. São Paulo: nVersos, 2014. pp. 243-268.

ANSIEDADE. In: AULETE Digital. 2023. Disponível em <https://www.aulete.com.br/ansiedade#:~:text=%5BF.%3A%20Do%20lat.,de%20quem%20receia%20alguma%20desgra%C3%A7a>. Acesso em 07 maio. 2023.

CVETKOVICH, Ann. *An Archive of Feelings: Trauma, sexuality, and lesbian public cultures*. Durham and London: Duke University Press, 2017 [2003].

CVETKOVICH, Ann. *Depression: A public feeling*. Durham & London: Duke University Press, 2012.

DI LEONE, Luciana. *Poesia e Escolhas Afetivas: Edição e escrita na poesia contemporânea*. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

FAVERO, Sofia. *Psicologia Suja*. Salvador: Editora Devires, 2022.

FOUCAULT, Michel. Friendship as a Way of Life. In: RABINOW, Paul (Ed.). *The Essential Works of Michel Foucault: Ethics, Subjectivity and Truth*. New York: The New Press, 1997. p. 135-140.

GARDEL, Stênio. *A Palavra que Resta*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

HALBERSTAM, Judith (Jack). *In a Queer Time & Place: Transgender bodies, subcultural lives*. New York: New York University Press, 2005.

KVELLER, Daniel. *Dissidências Sexuais, Temporalidades Queer: Uma crítica ao imperativo do progresso e do orgulho*. Salvador: Editores Devires, 2022.

DE LAURETIS, Teresa. A tecnologia de gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (org.). *Pensamento Feminista: Conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. pp. 121-156

LEOPOLDO, Rafael. *Cartografia do Pensamento Queer*. Salvador: Devires, 2020.

MACÓN, Cecilia; SOLANA, Mariela. Introducción. In: MACÓN, Cecilia; SOLANA, Mariela (ed.). *Pretérito Indefinido: Afectos y emociones en las aproximaciones al pasado*. Buenos Aires: Título, 2015. p. 11-40.

OTT, Brian L. Affect in Critical Studies, *Oxford Research Encyclopedia of Communication*, v. 1, n. 1, p. 1-26, 2017. Disponível em https://www.academia.edu/34096680/Affect_in_Critical_Studies. Acesso em: 06 maio. 2023.

SAFATLE, Vladimir. *O Circuito dos Afetos: Corpos políticos, desamparo, fim do indivíduo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. *Touching Feeling: Affect, pedagogy, performativity*. Durham and London: Duke University Press, 2003.

TELAS SOCIOLOGICAS MOVIMENTAM AS CENAS LGBTQIA+

DISCRIMINAÇÃO FILHO JUSTIÇA VIVÊNCIAS DIVERSIDADE GÊNERO CULTURA

DESEJO IDENTIDADE SEXUALIDADE DIREITOS IN
SEGURANÇA EXPERIÊNCIAS RELAÇÕES AFETOS HISTÓRIAS
EDUCAÇÃO ADOÇÃO PAI VIOLÊNCIA CONQUISTAS
INFÂNCIA INCLUSÃO NARRATIVAS SAÚDE INFÂNCIA INCL
VIOLÊNCIA CONQUISTAS ANSIEDADE EDUCA
HISTÓRIAS COVID-19 SEGURANÇA EXPERIÊNCIAS RELAC
INVISIBILIDADE RACISMO DESEJO IDENTIDADE SEX
GÊNERO CULTURA JUSTIÇA VIVÊNCIAS FAMÍLIA S
DISCRIMINAÇÃO PERFORMANCE ID
HOMOSSEXUALIDADE POLÍTICA ESTADO TI
SUBJETIVIDADE MILITÂNCIA POLÍTICA ESTADO TECNOLOGIA MULH
HOMOSSEXUALIDADE PERFORMANCE IDENTIDADE FAMÍLIA S
DISCRIMINAÇÃO FILHO JUSTIÇA VIVÊNCIAS DIVERSIDADE GÊNERO C
DESEJO IDENTIDADE SEXUALIDADE DIREITOS INVISIBIL
SEGURANÇA EXPERIÊNCIAS RELAÇÕES AFETOS HISTÓRIAS COVID
EDUCAÇÃO ADOÇÃO PAI VIOLÊNCIA CONQUISTAS ANSIEDADE
INFÂNCIA INCLUSÃO NARRATIVAS SAÚDE INFÂNCIA INCLUSÃO FIL
VIOLÊNCIA CONQUISTAS ANSIEDADE EDUCAÇÃO ADOÇÃO
HISTÓRIAS COVID-19 SEGURANÇA EXPERIÊNCIAS RELAÇÕES DIRE
INVISIBILIDADE RACISMO DESEJO IDENTIDADE SEXUALIDADE I
GÊNERO CULTURA JUSTIÇA VIVÊNCIAS FAMÍLIA SOLIDÃO NARRAT

FRANCISCO DE OLIVEIRA BARROS JÚNIOR

Na Netflix, encontramos diversos filmes com temática homossexual. Histórias LGBTQ, dramas gays, filmes sobre lésbicas, filmes estrangeiros LGBTQ. Dentre os gêneros à disposição do consumidor, um diversificado repertório para um gênero temático: LGBTQIA+. O sociólogo vai ao cinema pensar sobre a homossexualidade e faz as suas leituras das mensagens artísticas dos cineastas, arteiros de obras abertas para a fruição dos seus curtidores. Na sua intervenção ativa, o leitor cinematográfico tira conclusões críticas do conteúdo fílmico visto e compreende a obra apreciada segundo a sua perspectiva individual, em meio a múltiplas interpretações diferentes (ECO, 2015). A Tela Sociológica, no seu objetivo de exhibir e debater textos fílmicos sobre os mais variados temas, expõe o cinema pensante. Filósofos e sociólogos dialogam com os pensadores cinematográficos. Um tema pensado através de diversas lentes (CABRERA, 2006). “Os grandes autores de cinema”,

no pensamento que projetam pelas “imagens-movimento” e “imagens-tempo”, dão toques para os nossos objetivos analíticos. As nossas referências conceituais encontram, nas obras autorais dos cineastas maiúsculos, substantivos conteúdos para os nossos pensamentos (DELEUZE, 2018). O cinema como porta aberta para que entremos dentro do filme. Com os seus estímulos visuais e promessas cognitivas, os filmes têm muitos pontos de entrada (ELSAESSER & HAGENER, 2018).

Entre as referências teóricas, acompanho avançados estudos, críticos de perspectivas reducionistas. Uma ótica na qual a “anatomia é cartografia política”. Um “trabalho de desconstrução”, focado nos “contextos sexuais” em que a “sexualização do corpo em sua totalidade” subverte o objetivo de “reduzir a superfície erótica aos órgãos sexuais reprodutivos”. Um “manifesto contrassexual” focado nas “práticas subversivas” para além dos “órgãos reprodutivos/sexuais”. Nos homens, o “centro de prazer” não estaciona no pênis. Cartografando outros “pontos orgásticos”, os “significantes sexuais” atingem a totalidade corporal, em congruência com a ideia segundo a qual “o corpo é um texto socialmente construído” (PRECIADO, 2022, p.37). Um pedido para que assumamos a nossa “responsabilidade diante da atual transformação da epistemologia sexual e de gênero” (PRECIADO, 2022, p.9). Para Judith Butler, é dedicado um “discurso de um homem trans, um corpo não binário”.

A minha entrada segue com seis apresentações telênicas. Filmes antenados com os estudos afirmativos de

“uma nova fronteira para os direitos humanos”. No contexto de um “global gay” revolucionário, o mundo está mudando com a proliferação dos orgulhos gays. É a liberação homossexual marchando com a “questão gay” no espírito da época em que vivemos (MARTEL, 2014, p.316). Na história dos nossos dias, as paradas do orgulho LGBTI+ dão visibilidade a um movimento nas suas “lutas por liberdade, igualdade e justiça”. Ativismo emancipatório no qual a conjugação dos “verbos da ação política” é feita em primeira pessoa, enunciada pelo oprimido. Militantes e ativistas pautam, reivindicam e agendam “a partir de marcadores sociais de diferenças” (QUINALHA, 2022). As ciências sociais discutem os direitos dos homossexuais, a diversidade sexual, os gêneros, a transexualidade, os aspectos ideológicos embutidos nos discursos sobre sexo e os movimentos da sigla LGBTI+. Na sua originalidade, o cinema, fenômeno social e estético, multidimensional e complexo, ajuda a atingir o objetivo de “entender a sociedade”, recusando disjunções e reducionismos. As obras artísticas dos cineastas são objetos privilegiados de uma “antropossociologia séria”, com “o encanto da imagem” (MORIN, 2014). É no encantamento do trabalho com elas que princípio a minha imaginativa aventura sociológica.

TELA SOCIOLÓGICA: SWAN LAKE – LAGO DOS CISNES

Rudolf Nureyev, Yuri Grigorovich e outros importantes coreógrafos criaram versões para o clássico balé LAGO DOS CISNES (*SWAN LAKE*), obra consagrada de Tchaikovsky (1840 – 1893). Fantasia musical que atravessa

séculos, em sucessivas montagens. Bailarinos(as) profissionais sonham em compor o elenco de uma delas. Odette, o Príncipe Siegfried e a Rainha do contexto imperial encenado, são personagens cobiçados no mundo da dança universal em seus acompanhamentos orquestrais. Encantado sou pela música de Tchaikovsky, em especial por *Swan Lake*. Nas minhas viagens musicais, encontrei uma singular encenação do texto musical tchaikovskiano. Dirigida e coreografada por Matthew Bourne e conduzida por David Lloyd-Jones à frente da *The New London Orchestra*. Uma versão ousada na qual os cisnes, que habitam o mundo onírico do Príncipe, são figuras do sexo masculino. Nas outras montagens, as presenças femininas são os alvos das investidas do herdeiro do trono.

Na concepção de Matthew Bourne, o Cisne principal é “um ser imaginário forte, masculino e formoso. Para o Príncipe, representa a liberdade, a paz e o desejo”. A Rainha “não tem cônjuge e recebe a diversos amantes jovens”. Realeza apresentada fora dos padrões oficiais, “normais” e convencionais. No ato II, no *City Park*, “o Príncipe acaba sentando-se em um banco do parque, ébrio e sozinho. Vê alguns cisnes que nadam no lago e sonha com evadir-se de sua vida infeliz”. O “bailado em forma de divertimento para o Cisne protagonista e seus companheiros”, conta com a participação do Príncipe após notívaga aventura de busca, em diversão *alocada* e *ébria*. Dança conduzida pelos movimentos dos corpos masculinos. Erotismo e sensualidade na aproximação física entre homens viris e delicados. Dançando em masculinizada

sincronia, expressam afetividade e atração entre criaturas que compartilham de um mesmo sexo.

A leitura personalizada feita por Matthew Bourne, de *Swan Lake*, subverte os padrões tradicionais de uma narrativa romântica enquadrada dentro do modelo do casal homem e mulher. Um produto artístico quando vem a público, foge ao controle dos seus criadores e afeta, de diferentes modos, os seus apreciadores ou curtidores. Em torno do conteúdo apresentado, são elaboradas as mais diversas interpretações, congruentes ou não com os objetivos traçados pelos seus autores. *Swan Lake*, na concepção de Matthew Bourne, afetou-me pelas suas qualidades artísticas e pelo seu teor subversivo no tocante às performáticas cenas, protagonizadas por corpos masculinos em movimentos coreográficos evocativos das atrações homoeróticas.

Em dialógicos encontros, imagino um debate entre Matthew Bourne e nomes referências no campo das ciências humanas e sociais. “Meninos jogam futebol, ou lutam boxe, ou luta livre. Não essa frescura de balé”. Fala emitida pelo pai de Billy, quando descobre o desejo do filho em tornar-se bailarino. Evoco o filme “Billy Elliot”, dirigido por Stephen Daldry. Do cinema parto para as reflexões filosóficas e antropossociológicas sobre a citada provocação paterna. Princípio com a subvertedora reflexão de Judith Butler. Feminismo com “...um efeito subversivo sobre as normas de gênero” e suas “noções naturalizadas e reificadas”. Mobilização estratégica no enfrentamento da “hegemonia masculina” e do “poder heterossexista”.

Na trilha desconstrutora, Guacira Lopes Louro reforça a crítica à “masculinidade hegemônica” e à “heteronormatividade”. No campo educacional, com a teoria *queer*, Richard Miskolci propõe “um aprendizado pelas diferenças”. “Estranhando a educação”, em nome da diversidade, propõe a visualização das “novas formas de expressão sexual e afetiva entre os estudantes”. Miskolci ressalta a “importância do prazer” e aponta para a “ampliação das possibilidades relacionais”. É a voz sensível da Sociologia do desejo sintonizada com as vozes libertárias. Cabe aqui a eloquência discursiva de James Baldwin: “Estamos muito cruelmente presos entre o que gostaríamos de ser e o que realmente somos”.

Na sequência das respostas ao provocativo enunciado do pai de Billy, convido Raewyn Connell a emitir o seu ponto de vista subvertedor. Em uma perspectiva global, em termos reais, no mundo contemporâneo de mudanças, o gênero é compreendido da esfera pessoal à política. As suas alegrias, tensões e complicações são abordadas pelas lentes sociológicas articuladoras de olhares que desconstroem, subvertem e mobilizam. Âncoras teóricas afinadas com a resposta de Billy ao pensamento paterno: “Porque gosto de balé não quer dizer que sou bicha, sabe”. Um detalhe: Billy Elliot chega a protagonizar *Swan Lake*. Na cena final do filme, ele dança para a plateia onde estão o seu pai e o seu irmão. Adam Cooper, o bailarino que interpreta Billy, com mais de vinte anos, protagoniza a inovadora criação de *Swan Lake*, coreografada por Matthew Bourne.

Swan Lake, na dançante imaginação de Matthew Bourne, acrescenta elementos novos ao como narrar a diversidade de encontros afetivos com possibilidades de ocorrência no Lago musicado por Tchaikovsky. A seguir, reproduzo a fala da Sra. Wilkinson, a professora de balé de Billy Elliot, resumindo o drama amoroso contado no LAGO DOS CISNES: “É sobre uma mulher capturada por um feitiçeiro mau. ...E esta mulher, esta linda mulher, é transformada em cisne. A não ser por algumas horas durante a noite, quando ela ganha vida. E volta a ser humana. E aí então, numa noite, ela conhece um jovem príncipe. E ele se apaixona por ela. E ela percebe que esta é a única coisa que fará com que ela volte a ser uma mulher. ...Ele promete se casar com ela, mas vai embora com outra, claro. ...Ela morre. ...É só uma história”. Eis a base dramática a partir da qual Matthew Bourne inovou na sua forma de recontar os amores entre os iguais e os diferentes.

TELA SOCIOLÓGICA NA SEMANA DO ORGULHO DE SER - 50 ANOS DE STONEWALL E UMA MOSTRA DO CINEMA DE RAINER WERNER FASSBINDER

O cinema existe. É uma luz nos breus. Resistência artística para clarear a história da humanidade. “A que será que se destina?”. Na 15ª Semana do Orgulho de Ser, de 25 a 31/08/2019, a arte cinematográfica brilha no “cine arco-íris”. Exibições multicores na Teresina da cajuína cristalina. É a Tela Sociológica assumindo o compromisso político do fazer artístico comprometido com as emergentes e relevantes questões do nosso tempo. Uma diversidade

de temas focalizados pelas lentes cinematográficas. Filmes representativos de uma singular linguagem. Olhares particulares de homens e mulheres que, com os seus olhos mágicos, mostram as suas visões sobre as dores e as delícias humanas. Ais gozosos e dolorosos captados pelas sensibilidades oculares de Greta Schiller e Rainer Werner Fassbinder.

Nada do que é humano escapa das focalizações dos cineastas. Somos multidimensionais e biopsicossociais. Queremos pão e rosas. Aplaudo a mente criativa de Ken Loach. Tragédia humana tratada com estilo pessoal por um esteta das imagens denunciadoras de um quadro social de desigualdades e injustiças. Prazer estético descortina-dor das complexas realidades construídas por criaturas racionais, ambíguas, paridoras de espetáculos belos e aterrorizantes. Cenas diversas visualizadas pelas específicas abordagens cinematográficas. Das questões salariais, ecológicas e habitacionais, às afetivas, sexuais e lúdicas, queremos um viver qualitativo. Uma socialidade decente. Gente nasceu para brilhar e não para morrer de fome. E a tragicomédia das nossas existências ocupa os espaços telânicos. Lendo os mestres, pondero com André Bazin sobre os realismos cinematográficos, entre eles o realismo técnico do cinema: “a arte se propõe a ir além da realidade, não a reproduzi-la”.

Orgulhoso de ser amante do cinema, apresento mais uma ação ativista da Tela Sociológica. Um projeto educacional diverso e resistente. Insiste, persiste e não desiste. Desde 2001, investe no discurso visual e pensante.

Imagens em movimento na projeção dos assuntos diversos que desassossegam nos caminhos da humanidade. Projeções dos cotidianos nossos de cada dia. Arteiras sessões no contexto de um momento de turbulências e incertezas, no mundo globalbarbarizado, ambivalente e paradoxal, mediado por progressos e regressões. Mostras dos trabalhadores do farol artístico para reencantar uma sociedade decepcionada e desumanizada. As belezas arteiras dos seus fabricantes alentam a quem resiste na estranha mania de ter fé na vida. No politizado conceito de Luis Buñuel, textos fílmicos são magníficos instrumentos poéticos que armam as perigosas cabeças libertárias: “nas mãos de um espírito livre, o cinema é uma arma magnífica e perigosa”.

É a tela homoerótica em homenagem aos 50 anos de Stonewall e ao cineasta Rainer Werner Fassbinder. Nas suas políglotas linguagens, os cineastas dialogam com a complexidade antropológica para o desvendamento das máscaras sociais. Em uma perspectiva crítica, desmascaram os ocultamentos ideológicos veiculados pelos aparelhos manipulados pelos donos do poder. Intelectuais e pensadores artísticos em dialógico encontro com as imaginativas análises sociológicas. Diversidade de saberes a serviço da liberdade de expressões, em especial a que grita pela livre expressão sexual. É o saber universitário apoiando mais uma ousada realização do grupo Matizes. A Tela Sociológica, orgulhosa de ser, solta a sua voz imagética e conjuga o criativo verbo *ReXistir*. Emissão vocal matiziana, afirmativa e resistente.

DONNA SUMMER NO EMBALO SOCIALISTA TELA SOCIOLÓGICA: PRIDE: ORGULHO E ESPERANÇA.

No texto “Renoir e a Frente Popular”, Paulo Emílio Sales Gomes escreve sobre uma personalidade artística sensível ao “colorido social característico da época” em que concebeu os seus filmes. O artista focalizado é o cineasta Jean Renoir, “de estilo realista e participante da ação social”. Participação destacada quando as ideias orbitam em torno da relação entre “Cinema e Política”. Trilhando “numa linha popular e esquerdizante”, Renoir é referência para leituras fílmicas sobre obras cinematográficas politizadas (GOMES, 2021). “Meio de reflexão política”, o cinema apresenta linhas revolucionárias e militantes desenvolvidas em “circuitos alternativos”. Na sua história social, um discurso cinematográfico faz oposição e diverge de uma mercadoria cinematográfica dominante. Na tela, uma linguagem de tendências, de cinemas e públicos diversificados (BERNARDET, 2000).

Em 1984, na região carbonífera de Durham, no nordeste da Inglaterra, uma greve histórica é contexto para narrativas telânicas. Em uma das cenas de “Billy Elliot” (2000), dirigido por Stephen Daldry, uma voz registra: “no discurso de ontem aos conservadores, a Primeira-Ministra Margaret Thatcher se referiu aos grevistas do Sindicato Nacional de Mineradores como ‘inimigos internos’. O discurso aconteceu depois de vários meses de violentos confrontos entre policiais e mineradores em greve”. Na tela de um outro filme, em imagem televisiva, “A Dama

de Ferro” define o seu modo de conjugação do verbo liderar: “Não posso mudar meu estilo. Precisamos de uma liderança firme. Não viemos para sermos brandos, estamos aqui para sermos uma liderança firme e boa”. István Mészáros registra o “tempo histórico”: “Em 1984, os trabalhadores das minas de carvão travaram uma luta heroica, não por dinheiro, mas em defesa de seus empregos: uma greve de um ano derrotada ...por uma longa série de viciosas leis anti-trabalho de Margaret Thatcher” (MÉSZÁROS, 2007, p. 148).

O conflito protagonizado pelos mineradores serviu de base para outro texto fílmico: “Pride – Orgulho e Esperança” (2014), sob a direção de Matthew Warchus. Mark, Gethin, Jeff, Mike, Steph, Joe, Jonathan, Reggie e Stella, são nomes da Organização LGSM (Lésbicas e Gays em Suporte aos Mineiros). Em defesa da “Solidariedade sempre!”, arrecadam ajuda financeira em apoio ao movimento dos trabalhadores e seus familiares. Na proposta de união de forças, Mark, uma das lideranças do solidário grupo, defende uma luta conjunta por parte de todos(as) os(as) violados(as) em seus direitos. Apesar das especificidades das lutas encaminhadas pelos diferentes movimentos, todos sofrem as consequências dos preconceitos e exclusões. O ativista Mark advoga o diálogo entre os excluídos e argumenta a favor de uma conjugação de forças da parte de todos os segmentos sociais historicamente explorados e discriminados: “Cresci na Irlanda do Norte. Sei o que acontece quando as pessoas não conversam. Por isso nunca entendi o sentido de lutar pelo direito dos gays, e não pelo dos outros, entende? Ou

pelo direito dos trabalhadores, mas não pelos das mulheres. Não tem lógica”. Visualizando um inimigo comum a todos(as) os(as) marginalizados(as), discursa em defesa da unidade dos combatentes diante das forças opressoras. Uma fala reforçada pelo discurso de seu interlocutor Dai Donovan, representante do Comitê dos mineiros em greve, de Dulais Valley: “Há uma faixa guardada na sede, com mais de 100 anos. Nós a usamos em ocasiões especiais. Vou lhe mostrar um dia. É um símbolo, como esse. Duas mãos. O movimento dos trabalhadores deveria significar isso. Você me apoia, eu te apoio, quem quer que seja ou de onde quer que venha, lado a lado, de mãos dadas”.

Discursos a favor de ações políticas unificadas que encontram resistências entre os (as) aliados (as) de Mark e Dai. A Senhora Maureen, representa o grupo do Comitê dos mineiros resistentes ao apoio das lésbicas e gays: “Somos apoiados por pervertidos”. Em entrevista, Mark, na organização do evento festivo “Baile Beneficente Mineiros e Pervertidos”, na “Electric Ballroom”, responde à pergunta: “Por que gays, como eu, deveriam ajudar mineiros? Com um astral positivo e um pensamento articulado, diz: “Porque extraem carvão, que produz energia, o que possibilita que os gays, como você, dancem Bananarama até às 3 da manhã”. Unidos e solidários, os militantes da sigla LGSM justificam o conteúdo da paródia musical cantada nas primeiras imagens de PRIDE: “Quando a inspiração da união/ Correr nas veias dos trabalhadores/ Não haverá poder maior/ Qual força na terra é menor/ Que a força frágil de um só?/ Mas a união faz a força/ Solidariedade

para sempre/ Solidariedade para sempre/ Solidariedade para sempre/ A união faz a força”.

TELA SOCIOLÓGICA: DAMA DA NOITE

“O mundo me condena/ E ninguém tem pena/ Falando sempre mal do meu nome/ Deixando de saber/ Se eu vou morrer de sede/ Ou se vou morrer de fome”. Filosofando, ao seu modo, na sua linguagem poético-musical, Noel Rosa, com a sua “Filosofia” (em parceria com André Filho), desvenda as máscaras sociais dos cultivadores da hipocrisia. Produtores de uma sociedade de aparências, fingem o que não são e chegam a pousar de moralistas, condenando de forma impiedosa os “vagabundos”, tratados como inimigos. Uma estrutura social classista e camarotizada, sob o domínio dos aristocratas endinheirados. Letra sonora sintonizada com o texto literário “Dama da Noite”, de Caio Fernando Abreu, porta-voz dos indivíduos que vivem “fora da roda”, excluídos dos camarotes ocupados pelos “vips”. Conteúdo sonoro trilhando as páginas da escrita vocalizada pelas Damas notívagas, Genis buarquianas, madames Satãs e outros (as) outsiders. Do livro para as telas cinematográficas e palcos teatrais, a “Dama da Noite” do Caio traduz, em diferentes linguagens artísticas, o discurso dos “malditos”, “perigosos”, “desviantes” e “anormais”. Uma narrativa crítica, desveladora, questionadora e política no strip-tease que faz das relações sociais de apartação, preconceitos e estigmas. Na dramaturgia do contista Caio Fernando Abreu, o sociólogo dialoga com a fonte literária no objetivo bourdieusiano de seguir

Bachelard e promover a sociologia “do escondido”, a “que incomoda” por revelar “coisas ocultas” (BOURDIEU, 2019).

“DARKÉRRIMA, MODERNÉSIMA, PURO SIMULACRO” (2) TELA SOCIOLÓGICA: DAMA DA NOITE

No palco da boate, ela é esfuziante, alegre, festiva, desboçada. Quando desce para o seu camarim, sozinha, diante do espelho, cheirando o seu pó, descontrolada, escancara o seu drama existencial. Derrubada, sem os olhares dos que estão dançando, ela me traz à memória o poema musicado de Sueli Costa e Cacaso: “quem me vê assim cantando, não sabe nada de mim”. Diante da plateia dançante, divertida, brilha com plumas e paetês. No espaço da intimidade, longe dos canhões de luz, mostra uma outra face, a da melancolia, sem glamour. É a Dama da Noite (2014) telanizada pelo ator Luiz Fernando Almeida, dirigido por Dino Menezes. Das letras para as lentes cinematográficas, a “puta velha” discursa no écran cinematográfico. Na faculdade da vida, aprendeu a discursar sobre vários assuntos. No seu filosofar, define a sociedade na qual se vê do lado de fora.

Caio Fernando Abreu, na sua narrativa literária, recebe um elogio sociológico devido à gravidade sociológica da sua imaginação de contista. Partindo do seu conto, o professor de sociologia acolhe provocações conceituais para refleti-las por variados prismas. Elogios sociológicos compartilhados por quem vê complementaridade, “cooperação perpétua” e “inspiração mútua” entre os “empenhos criativos” de sociólogos e romancistas, vocacionados para

a formulação de “questões existenciais básicas e trazê-las de volta à agenda pública” (BAUMAN & MAZZEO, 2020, p.143). Questionadora e do porão da sua excludência, a Dama provoca os seus leitores e espectadores: “...E até me pergunto se não é sorte também estar do lado de fora dessa roda besta que roda sem fim, sem mim”. Pensante e atrevida, dispara para os vips camarotizados: “no fundo, tenho nojo dela” (ABREU, 1988, p.94).

REFERÊNCIAS

ABREU, Caio Fernando. *Os Dragões não Conhecem o Paraíso*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

BAUMAN, Zygmunt & MAZZEO, Riccardo. *O Elogio da Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

BERNARDET, Jean-Claude. *O Que é Cinema*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019..

CABRERA, Julio. *O Cinema Pensa: uma introdução à filosofia através dos filmes*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

DELEUZE, Gilles. *Cinema 1 – A imagem-movimento*. São Paulo: Editora 34, 2018.

ECO, Umberto. *Obra aberta: formas e indeterminação nas poéticas contemporâneas*. São Paulo: Perspectiva, 2015.

ELSAESSER, Thomas & HAGENER, Malte. *Teoria do Cinema: uma introdução através dos sentidos*. Campinas, SP: Papyrus, 2018.

GOMES, Paulo Emílio Sales. *Cinema e Política*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2021.

MARTEL, Frédéric. *Global Gay: cómo la revolución gay está cambiando el mundo*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Aguilar, Altea, Taurus, Alfaguara, 2014.

MÉSZÁROS, István. *O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico: O Socialismo no Século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MORIN, Edgar. *O Cinema ou O Homem Imaginário: Ensaio de Antropologia Sociológica*. São Paulo: É Realizações, 2014.

PRECIADO, Paul B. *Eu Sou o Monstro que vos Fala: Relatório para uma academia de psicanalistas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

PRECIADO, Paul B. *Manifesto Contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

QUINALHA, Renan. *Movimento LGBTI+: uma breve história do século XIX aos nossos dias*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

UMA NARRATIVA DA REINVENÇÃO DE PAI E FILHO EM UMA FAMÍLIA HOMOPATERNAL

DISCRIMINAÇÃO FILHO JUSTIÇA VIVÊNCIAS DIVERSIDADE GÊ

DESEJO IDENTIDADE SEXUALIDADE DIREITOS IN
SEGURANÇA EXPERIÊNCIAS RELAÇÕES AFETOS HISTÓRIAS
EDUCAÇÃO ADOÇÃO PAI VIOLÊNCIA CONQUISTAS
INFÂNCIA INCLUSÃO NARRATIVAS SAÚDE INFÂNCIA INCLU
VIOLÊNCIA CONQUISTAS ANSIEDADE EDUCA
HISTÓRIAS COVID-19 SEGURANÇA EXPERIÊNCIAS RELAC
INVISIBILIDADE RACISMO DESEJO IDENTIDADE SEX
GÊNERO CULTURA JUSTIÇA VIVÊNCIAS FAMÍLIA SOLIDÃO
DISCRIMINAÇÃO PERFORMANCE IDENTIDA

SUBJETIVIDADE MILITÂNCIA POLÍTICA ESTADO TECNOLOGIA MULH

HOMOSSEXUALIDADE PERFORMANCE IDENTIDADE FAMÍLIA S

DISCRIMINAÇÃO FILHO JUSTIÇA VIVÊNCIAS DIVERSIDADE GÊNERO CU

DESEJO IDENTIDADE SEXUALIDADE DIREITOS INVISIBILID

SEGURANÇA EXPERIÊNCIAS RELAÇÕES AFETOS HISTÓRIAS COVID

EDUCAÇÃO ADOÇÃO PAI VIOLÊNCIA CONQUISTAS ANSIEDADE

INFÂNCIA INCLUSÃO NARRATIVAS SAÚDE INFÂNCIA INCLUSÃO FIL

VIOLÊNCIA CONQUISTAS ANSIEDADE EDUCAÇÃO ADOÇÃO

HISTÓRIAS COVID-19 SEGURANÇA EXPERIÊNCIAS RELAÇÕES DIRE

INVISIBILIDADE RACISMO DESEJO IDENTIDADE SEXUALIDADE I

GÊNERO CULTURA JUSTIÇA VIVÊNCIAS FAMÍLIA SOLIDÃO NARRAT

SOLIMAR OLIVEIRA LIMA

Tenho um filho. Ele nasceu do meu coração. Ler o escrito é, para mim, tão forte e belo quanto foi escutar pela primeira vez ele me chamar de pai. Pai. Até chegar aos meus 54 anos, não tinha desejado ser, e me tornei um pela força de um abraço. Meu filho entrou em minha vida pelas mãos de seu outro pai, à época, meu cônjuge. Resisti a sua chegada. Um dia, o seu gesto de afeto, carregado de insegurança e esperança, me fez sentir um pedido de aceitação. A ternura e a alegria dele afastaram todos os meus temores. A sua coragem e força me impressionam desde aquele dia. Ele nos escolheu e anunciou em uma frase curta, imperiosa: “agora vocês são meus pais”. Aos quatro anos, deixou para trás a mãe, três irmãos e uma vida de vulnerabilidades socioeconômicas e maus-tratos. Quatro meses depois, nos tornamos, de direito, uma família.

Passados seis anos, ficamos nós dois, e nos últimos dois anos, ele se tornou um filho amigo. A separação do meu

cônjuge veio em plena vigência da pandemia do coronavírus, e enquanto a humanidade se distanciava uns dos outros, ficamos cada vez mais unidos. Com apoio de nossas terapeutas, enfrentamos os processos de perdas, e eu, confesso, muito apoiado na bravura dele. Por um tempo, passamos a dormir no mesmo quarto, e sabíamos que o sono deixava cair a máscara do estar bem que criamos um para o outro. Sentia que ele não queria que eu o visse triste, e tinha certeza que ele também percebia o mesmo em mim. Entre nós, passamos o luto conversando pouco sobre os motivos dos afastamentos, e quase silentes fomos sobre nossos sofrimentos. Decidimos nos apegar às boas memórias familiares e, cada um a seu jeito, a separar as relações, casal/filho, buscando preservar os vínculos paternos.

Ele se tornou mais perspicaz e inteligente. Um observador atento, expressando pontos de vista com coerência e firmeza que muitas vezes incomodavam e, não raro, escutando-o, esquecia que ele ainda era uma criança. Advertido várias vezes pelas psicólogas, fiquei atento ao processo de seu amadurecimento, para não sobrecarregá-lo, tampouco adultizar sua infância. Mesmo assim, a maturidade foi inevitável para o lugar de muitas perdas experimentadas em tão curta cronologia. Acredito que seus diálogos internos possibilitaram compreensões acerca de suas vivências, que acentuaram, em seu cotidiano, responsabilidades, organização e, sobretudo, aproximações com as pessoas, incluindo com o outro pai, que julgava tê-lo abandonado. Neste tempo exigente,

ficamos mais presentes um para o outro. Apoio, proteção e afeto nos reintegraram, eu como adulto e pai, ele como criança e filho.

Dos nossos meses de fortalecimento, aprendemos a nos escutar melhor, e o respeito mútuo na relação ficou surpreendente. O sentimento de “tranquilidade e paz” foi percebido e expressado primeiro por ele. Aprendemos e, novamente, foi ele o primeiro a chamar a atenção e explicitar sobre a necessidade de “sempre falar a verdade”. Nosso relacionamento ficou mesmo mais verdadeiro, mas, a bem da verdade, desde então, tenho falado apenas o que considero adequadamente saudável a um, agora, adolescente. Aprendemos também a compartilhar as decisões sobre as nossas vidas. É curioso, confesso, às vezes engraçado, opinar sobre questões aparentemente simples, mas importantes para ele. Especialmente quando se trata de futebol já que, segundo ele, será jogador e advogado.

Dentre as muitas decisões conjuntas, duas impactaram, positiva e profundamente, nossas vidas. Uma foi colocar em prática nossos desejos por viagens. A partir da disponibilidade de recursos e opções de roteiros, negociamos a escolha. A curiosidade dele sobre lugares tem crescido depois das primeiras viagens, especialmente sobre regiões frias, pois deseja morar fora do Brasil. Realmente, acredito que vá concretizar. Ele tem vencido as inseguranças referentes a mudanças com muita coragem. A mais recente fora o nosso retorno para Teresina após seis anos em Floriano. Resistimos um pouco, mas a ideia amadureceu rápido e em menos de dez dias a concretizamos.

Aparentemente, eu fiquei mais incomodado, embora ele lamentasse muito se afastar da turma de amigos formada desde os primeiros anos de estudo. Iniciamos o ano de 2023 recomeçando.

Este texto, entretanto, não é para falar de meu filho, mas sobre o que ele me ensinou, e continua a fazê-lo, nos últimos anos. Em rigor, o ensinamento tem sido o mesmo desde a sua chegada. Com ele tenho aprendido a ser pai. Evidentemente, tenho me tornado pai à maneira que ele e eu consideramos ser um pai no nosso relacionamento. Sempre escutei que as aprendizagens em família são recíprocas e que a figura paterna possui funções estruturantes no contexto familiar, contudo, a nossa realidade impôs desafios, adequações e transformações que reafirmaram leituras sociais e possibilitaram arranjos familiares específicos. O propósito é compartilhar experiências e aprendizagens do pós-separação que levaram à reestruturação familiar e reorganização da relação pai/filho. Desta feita, o texto, apoiando-se em abordagem autobiográfica, apresenta o processo de formação de uma família monoparental no contexto das homoparentalidades (SILVA et al., 2007; SILVA, 2018).

O compartilhamento, ainda que remonte à relação pai/filho, encontra-se centrado em minhas vivências, estimuladas por diferentes emoções e sentimentos em processo relacional com meu filho. Ele me proporcionou aprendizagens que promoveram integração e que resultaram em melhoria de cuidados e proteção de nossa família. Abrir meu diário íntimo e suas subjetividades é mais uma de

minhas ações dialógicas com a sociedade, para reafirmação de direitos conquistados. A consciência de meu privilégio é que tece o fio desta escrita diferenciada, e referenciada no eu, acreditando potencializar outros “eus” que se unem na trajetória coletiva de sujeitos LGBTQIA+ que lutam pelo reconhecimento de seus direitos parentais.

Ainda quando muito imerso no contexto da separação, além do processo de adequação para lidar com determinadas questões do cotidiano doméstico, que até então eram comumente realizadas pela outra parte, desenvolvi um comportamento que, na minha cabeça, visava estabelecer uma comunicação com a outra parte, que pudesse assegurar um acompanhamento da rotina da criança. Meu objetivo era fazer a criança perceber que, mesmo à distância, o outro pai participava de sua criação e das responsabilidades da tarefa. Nos diálogos, cordiais e, desde o início, limitados ao que dissesse respeito ao nosso filho somente, as minhas narrativas buscavam fomentar opiniões e colaboração nas decisões. Este comportamento, algumas vezes avaliado por mim, foi duramente criticado pelo meu filho, pondo em xeque o suposto objetivo. Para ele, era um motivo para “encomprar conversa” e não querer perder o vínculo, nas suas palavras, “parece que esqueceu que se separaram e que ele não mora mais com a gente”.

A fala era complementada com insinuações de que havia em mim o desejo de reconstrução dos laços e um pedido para parar de ficar “prestando contas”. Talvez ele até estivesse certo em algum aspecto, mas não em um retorno. Eu sempre soube, desde que veio morar conosco,

que ele necessitava de segurança emocional. Assim, procurei, continuamente, não deixar margem para dúvidas, incertezas ou hesitação em nenhum assunto. Não havia interesse em reconciliação, e a comunicação era, de fato, uma tentativa de afastar qualquer possibilidade de reforço de sentimento de insegurança na relação do outro pai com ele. O estímulo à segurança afetiva era fortalecido com motivações para encontros e reafirmações do amor que os uniu. A frase “teu pai te ama” virou rotineira como mecanismo de incentivo a conforto na relação deles.

Gradativamente, fui deixando a prática da prestação de contas, passando a ser mais seletivo nas informações. A postura decorreu depois que meu filho, em uma de nossas conversas, em que a pauta era a relação dele com o outro pai, me fez tomar consciência e aceitar a nova composição de nossa família. Confesso que, até então, não tinha racionalmente atentado para isso. A partir da percepção dele sobre a família que passara a ter, pediu que as questões e as decisões relativas a nossas vidas fossem resolvidas entre nós, e sentenciou: “somos dois”, mostrando os dedos médio e indicador, para sentenciar: “nossa família agora é o senhor e eu, só”. Na separação, ficarmos juntos não foi uma escolha. Embora no fundo saiba que, se tivéssemos dado oportunidade, tanto eu como ele nos escolheríamos. Nossa família nuclear passara a ser eu e ele. Nosso grau de parentesco por afinidade nos unia na mesma casa, formando nosso lar (GONÇALVES, 2023).

Saímos de uma estrutura familiar matrimonial com oficialização do matrimônio civil e da adoção. A formação

desta família foi gradual. Primeiro, eu e a outra parte decidimos morar juntos, depois casamos e em seguida adotamos uma criança. Cientes das tendências de transformações que afetam, cada vez mais, o modelo clássico de família e suas dinâmicas internas e sociais, recorrer aos institutos foi uma decisão política. Contudo, especialmente no caso da adoção, foi também por segurança jurídica. A adequação ao aparato normativo não se configurava tentativa de reprodução de padrões, tampouco conformação ao modelo nuclear tradicional. Compreendíamos que a disponibilidade dos institutos, em que pese em si significativo avanço, para, de fato, se instituírem socialmente, precisava ser usufruída, e em larga escala. Gozar do direito assegurado, sobretudo da forma pública como fizemos – casamento e adoção, constituía-se ato pedagógico de afirmação de direitos (GELEDÉS, 2015; G1.GLOBO, 2017).

Continuo acreditando que nossas conjugalidades necessitam de proteção jurídica e que o anteparo se inicia em ações cotidianas do casal. Evidentemente, o acesso às garantias legais – como união civil ou casamento, depende de consenso e vontade privada. Também é evidente que a realização destes atos não precisa ser pública nem publicizada. Eventuais lesões de direitos em separações e óbito podem e devem ser evitadas. Como ato pedagógico – casamento e adoção, estabelece-se diálogo com casais iguais e sociedade para pactuação social com consolidação de novas formas institucionalizadas de relacionamentos e famílias. Modificações em curso nos relacionamentos

entre gêneros e expressões públicas de múltiplas identidades parecem indicar necessidade constante de readequações, visando a sobrevivência da própria família como instituição social (CASTELLS, 2010).

Neste contexto, um desafio para nós, LGBTQIAPN+, julgo ser evitar as armadilhas da heteronormatividade. Ainda que o padrão heteronormativo seja, até agora, o dominante, e em regra oriente o ordenamento social, necessitamos construir e consolidar uma cultura de qualidade de vínculos que reforcem nossas existências em nossas conjugalidades e famílias. Recorrer a institutos jurídicos como matrimônio e adoção, por exemplo, não para reproduzir experiências dos dominantes, mas para ressignificar e transgredir, no gozo dos direitos, os limites dos padrões impostos. Aprendi com a minha experiência que, nas conjugalidades, precisamos afastar idealizações. O mito do amor romântico tende a enrijecer relacionamentos e não raro somos descuidados com liberdades e desatentos com flexibilidades e finitudes de compromissos e com a circularidade de autoridade e poder. Para uma nova cultura social, a diversificação tem de ir além das configurações. Precisamos nos tornar casais e famílias de fato diversas (GROSSI et al, 2007; SOUSA, 2021).

Aliás, a adoção por nós, casais gays, é um radical ato de ressignificação e transgressão sexual e afetiva. Da família clássica, devemos manter o sentido e significado de cuidado e proteção para com os filhos. Se é a afetividade que nos une, sejamos então responsáveis pela afeição. O que acontecerá na família dependerá do que fizermos todos os

dias como educação para relações amorosas. O meu movimento para adoção se prolonga em direitos assegurados para meu filho, o amor se concretiza em muitos outros direitos, sendo ele o primeiro da união. Como direito dele, o meu amor de pai é promessa cumprida. Meu filho chegou com muitas feridas emocionais, além de cicatrizes físicas. Estas marcas requerem ainda mais companhia e atenção. Dessa presença nasceu a compreensão emocional das necessidades de meu filho, e muitas delas são e serão supridas exclusivamente por mim.

O tratamento acolhedor, não raro, é entendido, por pessoas externas à relação, como “mimar”, no sentido de “estragar” a pessoa. Quando escuto isso, permaneço calado, nunca justifiquei. Meu coração fala que carinho o tornará adulto com sentimentos de confiança e segurança, que mimo (cuidado e acolhimento) trará otimismo diante da vida, senso de justiça e respeito para com as pessoas e, sobretudo, diante das experiências dele, que é possível construir relacionamentos duradouros. Meu coração fala que estou reparando os estragos que a vida, em tão pouco tempo, provocou. Como um artífice de restaurações, meu compromisso tem sido com a originalidade de uma vida que se entregou a mim. Nela, olhando todos os dias, vejo autonomia e liberdade na busca de um bem viver.

Na tarefa de proteger meu filho, não há descomprometimento com a realidade. Aprendi a cuidar de nossa família respeitando nossas necessidades, e nos cuidados há limites e responsabilidades para ele. Algumas responsabilidades nem precisei apontar. Como já dito, ele se tornou

organizado no cotidiano, e percebi mais compromisso com os estudos e a escola. Além disso, desenvolveu senso de valorização com objetos ganhos, e passou a se interessar por preços e gastos, segundo ele, para não comprometer nossas viagens nas férias. Conserva hábitos saudáveis de cuidados corporais e, muito influenciado pelo outro pai, adora cremes, perfumes e também do cabelo bem cortado. Recentemente, começamos a negociar usos de acessórios, até agora liberados cordão, pulseira e relógio, mas já foram solicitados brincos, luzes e mechas.

Visões heteronormativas reacionárias ou conservadoras sobre famílias homoafetivas parecem povoadas de fantasias. Uma delas, que inclusive ouvi quando decidimos adotar, foi a de que ele poderia se tornar gay por ser criado por nós. Por esta e outras questões sociais, desde que ele veio morar conosco, é acompanhado por profissional da psicologia. Ele fala com naturalidade sobre ter dois pais e não esconde esta informação no ambiente escolar. Diga-se de passagem, que as escolas que ele frequentou, e frequenta, têm se mostrado muito respeitosa com nossas vivências. Ele aprendeu a respeitar as diversidades e diferenças, chegando a defender o uso de nome social para uma amiga que cedo se identificou transgênero. Fala com naturalidade sobre homossexualidade e se autodeclara heterossexual. Como adolescente, que diz ser como vantagem cronológica, já anuncia várias crushes e interesse em namorar.

Para me tornar pai, busquei me aperfeiçoar como pessoa, mesmo sabendo ser tarefa difícil e fadada à

inconclusão. Sendo pai, percebi que paternidade é uma condição pragmática exercida de maneira adequada ao contexto familiar, que um bom pai é aquele que atende as necessidades da família. Não importa o contexto e as necessidades, o que seja é dela. A partir desta percepção, tenho me entregado à paternidade com todas as certezas possíveis. As convicções em regra têm me trazido duas utilidades. A primeira, a da imaginação, me joga para frente e me ajuda a engendrar um futuro que quero para meu filho, mas sei o quão abstrato é o meu querer e o amanhã. Mas sei também que o futuro, embora incerto, é destino, e nele quero meu filho uma pessoa melhor do que é hoje. Para isso, o trabalho no presente dele é meu.

A segunda utilidade de minhas certezas voltou-se para o presente. Desde a separação, o contato com a realidade, e nela as coisas práticas e necessárias, orienta o cotidiano de nossa família que, por escolha consciente e discutida com psicóloga, se estruturou a partir das necessidades de meu filho. Embora advertido para os cuidados com as minhas, decidi que elas podiam esperar um pouco. Nestes anos, não passei a viver em função de meu filho, mas o conforto existencial dele se constituiu centro. Neste contexto, busquei assegurar bem-estar emocional e material como instrumento de potencialização de segurança. A separação em nada afetou nossa estabilidade financeira e mantivemos atividades desenvolvidas e lugares de frequência, assegurando a rotina a qual meu filho já estava acostumado.

A minha rotina, no geral, em quase nada mudou. No que respeita a meu filho, continuo fazendo o que sempre

fiz, e este fazer diário foi percebido por ele como cuidado e proteção. Este fazer estabeleceu as bases da confiança dele em relação a mim e se tornou determinante em nossa relação. Porém, o fazer cotidiano não é idílico, não para mim, mas também não chega a ser um fardo. Sempre acompanhei a realização de todas as tarefas domésticas relacionadas a ele, do acordar ao dormir. Também, desde o início, assumi o acompanhamento do processo escolar. As expressões de minha mãe, “criar filho dá trabalho” e “só muda a idade” são absolutamente verdadeiras. Dentre as tarefas passadas, tenho saudades de quando ele só dormia depois que eu lia ou inventava histórias nas quais ele era protagonista e, a seu pedido, eu ia modificando o enredo. Curioso é que ele sempre pedia o “viveram felizes para sempre” no final.

Em janeiro de 2023, em um acordo extrajudicial de guarda, mediado pelo conselho tutelar, a custódia e encargos ficaram comigo, assegurando à outra parte direito de convivência, que se configura efetivamente em feriados prolongados e dias em períodos de férias, visto eu residir em outra cidade. Com a nossa mudança para Teresina, meu filho passou a contar com uma cuidadora rede de familiares próxima e se adaptou à nova escola na mesma velocidade com que fez novos amigos, bastou um dia! A rede familiar agregada, formada por avó, tios e primos, apoiou e reforçou nossa configuração familiar, e nessa família extensa de parentalidades, formamos um núcleo acolhedor para ele e para os outros filhos, sem diferenças nem distinções. Ele é neto, sobrinho e primo e percebo que ele se sente assim.

A inserção de meu filho nesta rede familiar foi fundamental, não só para ele, mas também para mim. Nossa família de dois e nosso novo domicílio se constituíram experiências desafiadoras, ainda que desejadas e reafirmadas por nós. Eu estava retornando para casa, para minha família, com um filho. Ele, até então, tinha sido apenas um neto, sobrinho e primo em visita em domingos ou feriados. Nosso acolhimento na rede familiar consolidou nossas decisões e certezas. Para mim, parecia nunca ter saído, que não havia se passado dez anos sem convivência diária. Para meu filho, sua entrada proporcionou a primeira vivência em família extensa com conforto emocional. A rede tornou-se um abrigo seguro para ele.

Os cuidados cotidianos com meu filho em nossa comunidade familiar – moramos todos em uma chácara na zona rural de Teresina, se estende a todas as esferas. Conhecedores da história dele, há uma preocupação com seu bem-estar e qualquer silêncio dele quando está em casa não raro é entendido como tristeza, o que quase sempre não é. Avó e tios preparam alimentos que ele gosta, tios levam para escola, e primos, para passeios, incluindo cinema, que ele adora. Sinto que a existência de primos, embora apenas uma seja criança, supre uma carência de presença de irmãos, especialmente seus dois, com quem conviveu. Ele nunca pediu para vê-los, porém, deixou de comentar que queria um irmão.

A convivência e participação da rede familiar em nosso cotidiano nos trouxe mais segurança, sobretudo para meu filho. Sinto que ele ainda precisa deste sentimento, mas

meu filho está bem. É comovente perceber o quanto ele deseja ser feliz. Seu instinto de sobrevivência é, de fato, um impulso primordial. Às vezes, sinto medo que ele canse, porque parece tão pesada sua luta, mas, ao mesmo tempo, percebo que sua capacidade natural de adaptação o deixa mais fortalecido. Tenho percebido também, que a cada movimento, nas diferentes situações, ele se conecta com suas tristezas, mas não permanece nelas. Ele possui uma vocação nata para a alegria. Ao observar suas ações, comportamentos e falas, noto que o seu segredo é a aceitação. O seu tempo para aceitar é o do sofrimento, e o dele tem sido o suficiente em tudo. Ele escolheu se vincular a possibilidades com um objetivo que, a mim, parece cada vez mais nítido, ele quer ser feliz.

Nestes poucos meses em Teresina – retornei em final de janeiro, e finalizando este texto em início de abril, sinto que se fechou um ciclo e abriu-se outro. Neste que se inicia, duas palavras são norteadoras e apareceram em muitas linhas desta narrativa, sentir e segurança. Estou conscientemente escolhendo viver a partir de sentimentos. O acolhimento com afeto em todos os espaços me faz um retornado estimado. Essa vivência tem sido norteadora para minhas prioridades, para os anos de crepúsculo que já iniciaram. Tenho escolhido lugares e pessoas onde eu possa ainda semear e colher frutos do bem-viver. Onde não haja o tempo da colheita que o viver na semeadura seja prazeroso e fecundo.

Com meu filho já tenho colhido em abundância. Seus sorrisos e abraços transbordam qualquer limite de minha

limitada habilidade humana. Com ele tenho aprendido o sentido de um tempo breve para mágoas, ressentimentos e frustrações. Meu filho me ensinou, nestes anos, a me tornar o que sou. Sou um homem e um pai imperfeito, mas atento e responsável com o que acontece ao meu entorno, e melhorar, a mim e o entorno, depende das minhas atitudes. Sinto-me mais seguro, e segurança é o que mais busquei, e busco, passar para meu filho. Ele foi procriado em um ambiente de múltiplas instabilidades, e quando nasceu em meu coração, este órgão tornou-se vital para nossas vidas. Meu coração tem orientado todos os meus movimentos. É ele, meu coração, que tem trazido a firmeza e as qualidades para nossa família de dois.

Meu coração me diz que nossa família tem conseguido um estado de harmonia e uma condição de liberdade e autonomia diante do que possa parecer perigo. Aprendi, como adulto, que enfrentar o que me parecia problema era o início da solução, e que pesos desnecessários na minha jornada não me levariam, no tempo que meu filho precisava, ao seu coração. Ser um pai para meu filho exigiu de mim coragem para abraçar a sua afetividade, e tenho me esforçado para ser um pai amoroso. Sua chegada à adolescência, bem sei, será mais exigente, mas, com segurança, tenho aprendido, com meu filho, que nada há a temer.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade* (vol. 2 A era da informação: economia, sociedade e cultura). São Paulo: Paz e Terra, 2010.

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro*. v. 6. Direito de Família. São Paulo: Saraiva, 2023.

GROSSI, Miriam Pillar; UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz. *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

PROFESSOR da UFPI oficializa união homoafetiva em casamento comunitário. *Portal Gedelés*. Teresina, 25 de ago. de 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br>.

SILVA, Aline Pacheco; BARROS, Caroline Reis; NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães; BARROS, Vanessa Andrade de. “Conte-me sua história”: reflexões sobre o método de história de vida. *Mosaico: estudos em psicologia*. v. 1. n. 1, p. 25-35, 2007.

SILVA, Kaline Cavalheiro da. Autobiografia X escrita de si = autoescrita. *Revista Letras Raras*. v. 7. n. 1, p. 8-21, 2018.

SOUSA, Maria Sueli Rodrigues de. *Vivências constituintes: sujeitos desconstitucionalizados*. Teresina: Avant Gard, 2001.

“TENHO dois pais e sou muito feliz”, diz menino que pediu para ser adotado por casal gay no Piauí. Teresina, 13 de ago. de 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/tenho-dois-pais-e-sou-muito-feliz-diz-menino-que-pediu-para-ser-adotado-por-casal-gay-no-piaui.ghtml>.

AUTORES

HOMOSSEXUALIDADE POLÍTICA
DISCRIMINAÇÃO PERFORMANCE
GÊNERO CULTURA JUSTIÇA VIVÊNCIAS
INVISIBILIDADE RACISMO DE
HISTÓRIAS COVID-19 SEGURANÇA
VIOLÊNCIA CONQUISTAS
INFÂNCIA INCLUSÃO NARRATIVAS SAÚDE
EDUCAÇÃO ADOÇÃO PAI VIOLÊNCIA
SEGURANÇA EXPERIÊNCIAS RELAÇÕES
DESEJO IDENTIDADE SEXUALIDADE
DISCRIMINAÇÃO FILHO JUSTIÇA VIVÊNCIAS
HOMOSSEXUALIDADE PERFORMANCE
SUBJETIVIDADE MILITÂNCIA POLÍTICA
POLÍTICA ESTADO TECNOLOGIA MULHERES
PERFORMANCE IDENTIDADE FAMÍLIA SOLIDÃO
JUSTIÇA VIVÊNCIAS DIVERSIDADE GÊNERO CULTURA
IDENTIDADE SEXUALIDADE DIREITOS INVISIBILIDADE
EXPERIÊNCIAS RELAÇÕES AFETOS HISTÓRIAS COVID-19
ADOÇÃO PAI VIOLÊNCIA CONQUISTAS ANSIEDADE SAÚDE
NARRATIVAS SAÚDE INFÂNCIA INCLUSÃO FILHO
CONQUISTAS ANSIEDADE EDUCAÇÃO ADOÇÃO PAI VIOLÊNCIA
SEGURANÇA EXPERIÊNCIAS RELAÇÕES DIREITOS
RACISMO DESEJO IDENTIDADE SEXUALIDADE DIVERSIDADE
JUSTIÇA VIVÊNCIAS FAMÍLIA SOLIDÃO NARRATIVAS SAÚDE
PERFORMANCE IDENTIDADE MULHERES MILITÂNCIA
SEXUALIDADE POLÍTICA ESTADO TECNOLOGIA SUBJETIVIDADE

ADRIANA PEREIRA DOS SANTOS, Mestre em Psicologia Social e psicóloga pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Psicóloga clínica na cidade do Natal (Rio Grande do Norte).

ANTONIO VLADIMIR FÉLIX DA SILVA, Professor do Curso de Medicina e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Delta do Parnaíba-UFDPar/Parnaíba-PI. Doutor em Ciências Psicológicas pela Universidade de Havana (Cuba). Atualmente, coordena o TeArES - Tenda de Artes e Educação em Saúde e está vinculado à linha de pesquisa Psicologia, Saúde Coletiva e Processos de Subjetivação (PPGpsi/UFPI) e ao grupo de pesquisa Política, Produção de Subjetividade e Práticas de Resistência (UFRN). Pesquisador vinculado ao Observatório da Pesca Artesanal, Inventor da Esquizodança (CAPS II/Parnaíba, PI), co-fundador do Acolhe Trans e membro do Conselho Pastoral dos Pescadores - CPP(PI/CE). Realiza pesquisa com Esquizoanálise e Cartografia dos Processos de Subjetivação em Saúde e Educação da Diferença em Contextos de vidas precárias, Movimentos Sociais Pesqueiros (MPP e ANP), Comunidades Tradicionais Pesqueiras e Movimentos Minoritários, tais como: Hip-hop; Slam das Minas; Artistas de Rua; Marisqueiras; Pescadoras e Pescadores Artesanais; Pessoas em Situação de Rua; População LGBTQIA+; Transsexualidade; Transfeminismo; Feminismos; Comunidades de Terreiro/RENAFRO Saúde; Pessoas em Situação de Cárce; Pessoas com Sofrimento Psíquico em Conflito com a Lei; Juventude e Adolescentes em Conflito com a Lei; Profissionais, Familiares e Usuários da Rede de Saúde e da Rede de Atenção Psicossocial.

DANIELE DA SILVA FÉBOLE, Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), mestra em psicologia pelo programa de pós-graduação de Psicologia da UEM, Doutora em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Assis, pesquisadora de temas sobre gênero, sexualidade e diversidade LGBTQIAP+. Integra o grupo de pesquisa DeVerso e o PsiCUqueer, trabalhou com mulheres em situação de violência doméstica no Núcleo Maria da Penha (NUMAPE). Coordenou a Comissão de Direitos Humanos do CRP de Maringá. Atualmente é docente temporária na Universidade Estadual de Maringá e professora do Centro Universitário Cidade Verde. Além de docente atua como psicóloga clínica.

ELIZANGELA BARBOSA CARDOSO é professora adjunta I da Universidade Federal do Piauí, possui graduação em Licenciatura Plena em História pela UFPI, mestrado em História pela UFPE e doutorado em História pela UFF. Atualmente tem interesse em Educação Feminina, Trabalho Feminino e Casamento.

EDNARDO MONTEIRO GONZAGA DO MONTE, doutor em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Proped/UERJ), mestre em Educação pela Universidade Católica de Petrópolis. Professor do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí - PPGED-UFPI.

EULALIANY KELLY PAIVA DE MORAIS, psicóloga e psicanalista membro do Corpo Freudiano Núcleo Teresina, mestre em Antropologia pela UFPI, especialista em Saúde Mental pela UFRJ, atua na prática clínica psicanalítica e em serviços de saúde mental em Teresina. Psicóloga efetiva da Secretaria de Estado de Saúde do Piauí e da Fundação Municipal de Saúde de Teresina. Endereço eletrônico: eulaliany@gmail.com

FRANCISCO DE OLIVEIRA BARROS JÚNIOR é professor titular da Universidade Federal do Piauí e é docente do mestrado em sociologia e do curso de graduação em ciências sociais na mesma instituição de ensino superior.

JULLYANE ALVES TEIXEIRA é Mestra em Sociologia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI, 2021), atuando principalmente nos temas: gênero, sexualidades, corporalidades e feminismos, é integrante do Núcleo de Estudos em Gênero e Desenvolvimento - ENGENDRE/UFPI. Especialista em Gestão Pública (UniSignorelli, 2023), Bacharela em Administração (FAP, 2010) e Tecnóloga em Secretariado Executivo (IFPI, 2006). Trabalhadora técnico-administrativa da Universidade Federal do Piauí (UFPI), no cargo de Secretária executiva, desde 2006, é lotada na Pró-reitoria de Ensino de Graduação, Campus Ministro Petrônio Portela. Endereço eletrônico: jullyane@ufpi.edu.br

KELYEL FORTES DE RESENDE MELO é doutorando em História do Brasil pelo PPGHB/UFPI, possui mestrado em História do Brasil pelo PPGHB/UFPI e graduação em Licenciatura Plena em História pela UFPI. Também possui bacharelado em Direito pela Uninovafapi e especialização em Ciências Criminais pela FAR. Atualmente tem interesse de pesquisa em Criminologia Cultural, Relações de Gênero, Corpo e Desejo. Endereço eletrônico: kelyel-resende@gmail.com

LETÍCIA CAROLINA PEREIRA DO NASCIMENTO É mulher travesti, negra, gorda e piauiense. Filha de Mãe? Ude e Mãe?Glai, neta de maranhenses, é irmã e tia. Ekedy no terreiro-escola Ilê Asê Oba Oladeji, Filha de Xangô e Oyá. Leonina com lua em capricórnio. Feiticeira decolonial de devires e bruxa mestiça da Sociopoética. É terapeuta com formação em Reiki e Arteterapia. Pedagoga e Professora da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Doutora em Educação (UFPI). Autora do livro *Transfeminismo*, na Coleção *Feminismos Plurais* coordenada por Djamilia Ribeiro, traduzido para o francês com o título: “Le transféminisme: genres et transidentités” pela Editions Anacaona. É ativista social atuando como co-fundadora e articuladora do *Acolhe Trans* e junto a coordenação executiva nacional do *Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros (FONATRANS)*. Vinculada aos seguintes núcleos: Núcleo de Estudo e Pesquisa em Educação Gênero e Cidadania (NEPEGECI/UFPI); a Rede Interdisciplinar de Mulheres Acadêmicas do Semiárido (RIMAS/UFRPE); e ao *Políticas do Corpo e Diferenças*

(POCs/UFPEL). Pesquisadora filiada a Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN) e a Associação Internacional de Pesquisa na Graduação em Pedagogia (AINPGP). Em suas investigações a ativista produz cartografias entre corporalidades transvestigêneres e/ou negras a partir de perspectivas mestiças de encontros entre ideias decoloniais, feministas e da filosofia da diferença. Gosta de cantar e dançar, ama o mar, mas não sabe nadar.

LIBNI MILHOMEM SOUSA é doutorando em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Mestre em Ciência da Propriedade Intelectual pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Professor do Instituto Federal do Piauí (IFPI), campus Campo Maior. Membro do Grupo de Pesquisa Democracia e Marcadores Sociais da Diferença, CNPQ/UFPI. Endereço eletrônico: libnichaves@hotmail.com

MARCOS ANTONIO ÂNGELO DA SILVA é mestre pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia na Universidade Federal do Piauí – PPGS. Licenciado em Pedagogia pela mesma instituição, onde foi bolsista de iniciação científica (CNPQ) durante os nos de 2010/2011. Endereço eletrônico: marcosantonioangelo12@gmail.com

MARIA CLARA TERESA FERNANDES SILVEIRA, é mestre em Sociologia e Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí”. Atualmente, cursando graduação em Letras Português e Francês na mesma instituição. Desde 2019, atua como professora, revisora e redatora freelancer. Tem experiência em produção de conteúdo acadêmico, elaboração de textos e revisão de materiais diversos. Sobre

meus interesses de pesquisa, desde a graduação venho trabalhando nas discussões de gênero e sexualidade. Sou membro de dois núcleos de pesquisa, O Núcleo de Estudos em Gênero e Desenvolvimento da UFPI - ENGENDRE; e o Núcleo de Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes e Jovens - NUPEC-UFPI. Endereço eletrônico: profmaria-clarateresa@gmail.com.

MARCIA PEREIRA DE OLIVEIRA, Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Piauí - UFPI. Pesquisadora dos Núcleos de Pesquisa: Núcleo de Educação, História e Ensino de Música - NEHEMUS; Educação no Brasil: Memórias, Instituições e Cultura Escolar - EBRAMIC; Laboratório de Estudos e Pesquisas em História, Cultura e Poder - LAHIS. Mestra em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS (2014). Licenciada em Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional - UNINTER (2020). Graduada em Licenciatura Plena em Letras Inglês pela Universidade Estadual do Piauí (2006). Especialista em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (2009). Atuou como Coordenadora do Curso de Secretaria Escolar do Instituto Federal do Piauí. Possui experiência em docência na área de orientação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego- PRONATEC, em supervisão de estágios e em avaliação de projetos de pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/PIBIC JR), Professora Supervisora e Orientadora do Programa de Formação de Professores- PARFOR/UESPI.

Experiência profissional como Professora de Educação Superior NEAD-. Núcleo de Educação à Distância - UESPI. Experiência profissional como Professora de Educação Superior UAB- Universidade aberta- IFPI- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Atualmente é Assistente em Administração no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Endereço eletrônico: marcia.pereira@ifpi.edu.br

OLIVIA CRISTINA PEREZ é mãe, feminista e professora de Ciência Política. Tem doutorado em Ciência Política (2010) pela Universidade de São Paulo (USP) e pós-doutorado (2021-2022) em Ciencias Sociales, Niñez y Juventud (CLACSO, Univ. Manizales/CINDE, FLACSO, UBA, PUC San Pablo, COLEF, CIPS, UNLa). Atualmente é Professora Adjunta na Universidade Federal do Piauí (UFPI) vinculada aos cursos de bacharelado e mestrado em Ciência Política e ao programa de pós-graduação (mestrado e doutorado) em Políticas Públicas. É representante do Piauí junto à SBPC. Bolsista produtividade do CNPQ. Endereço Eletrônico: oliviaperez@ufpi.edu.br

RODRIGO DE MENEZES GOMES, Mestre em Psicobiologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2019) e Psicólogo (CRP 17/4685) com ênfase em Saúde pela Universidade Potiguar (2017). Possui experiência acadêmica e profissional nas áreas de pesquisa em Psicologia, Abordagens Evolucionistas do Estudo do Comportamento Humano, Psicologia Social, Psicologia da Saúde, Psicologia Clínica e Psicologia Hospitalar. Endereço eletrônico: rodrigomenezes13@gmail.com

RUAN NUNES SILVA, Professor Adjunto (Dedicação Exclusiva) de Língua Inglesa e Literaturas de Língua Inglesa da Universidade Estadual do Piauí (Campus Prof. Alexandre Alves de Oliveira - Parnaíba) e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras da UESPI. Possui doutorado em Estudos de Literatura pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestrado em Letras (Literaturas de Língua Inglesa) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), especialização em Língua Inglesa pela PUC-Rio e licenciatura em Letras (Português-Inglês) pela Faculdade CCAA. Cursa atualmente mestrado em Sociologia no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Piauí.

SOLIMAR OLIVEIRA LIMA, Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Piauí (1985), Bacharel em Direito pela Faculdade Maranhense São José dos Cocais (2013), Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1993), Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2001), Pós-Doutorado em História pela Universidade Federal da Bahia (2017). Professor Titular da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Cultura da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Ativista dos Direitos Humanos e Movimentos Sociais, Negro e LGBTQIAPN+. E-mail: sol.lima0512@gmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

HOMOSSEXUALIDADE POLÍTICA
DISCRIMINAÇÃO PERFORMANCE
GÊNERO CULTURA JUSTIÇA VIVÊNCIAS
INVISIBILIDADE RACISMO DESEJO
HISTÓRIAS COVID-19 SEGURANÇA
VIOLÊNCIA CONQUISTAS
INFÂNCIA INCLUSÃO NARRATIVAS S
EDUCAÇÃO ADOÇÃO PAI VIC
SEGURANÇA EXPERIÊNCIAS RELAÇ
DESEJO IDENTIDADE SEXUALIDADE
DISCRIMINAÇÃO FILHO JUSTIÇA VIVÊNCIAS
HOMOSSEXUALIDADE PERFORMANCE
SUBJETIVIDADE MILITÂNCIA PO
NCIA POLÍTICA ESTADO TECNOLOGIA MULHERES
ADE PERFORMANCE IDENTIDADE FAMÍLIA SOLID
JUSTIÇA VIVÊNCIAS DIVERSIDADE GÊNERO CULTU
NTIDADE SEXUALIDADE DIREITOS INVISIBILIDADE
VIVÊNCIAS RELAÇÕES AFETOS HISTÓRIAS COVID-19
ADOÇÃO PAI VIOLÊNCIA CONQUISTAS ANSIEDADE SAÚ
NARRATIVAS SAÚDE INFÂNCIA INCLUSÃO FILHO
CONQUISTAS ANSIEDADE EDUCAÇÃO ADOÇÃO PAI
SEGURANÇA EXPERIÊNCIAS RELAÇÕES DIREITOS
RACISMO DESEJO IDENTIDADE SEXUALIDADE DIVE
JUSTIÇA VIVÊNCIAS FAMÍLIA SOLIDÃO NARRATIVAS
PERFORMANCE IDENTIDADE MULHERES MILITÂNCIA
QUALIDADE POLÍTICA ESTADO TECNOLOGIA SUBJ

PROCESSOS DE ENUNCIÇÃO DE MULHERES TRANS E TRAVESTIS

Travesti 17, 19, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38

Transgênero 16, 17, 18, 19, 20, 22, 25, 26,28, 35

Subjetividade 18, 20, 21, 22, 23, 34, 36

Processos de subjetivação 18, 20, 21, 22, 23, 34, 36

Promoção da saúde 18, 38

Cartografia 36, 38

Transfobia 24,32, 34

Psicologia 17, 38

Resistência 20, 21, 30

A FAMÍLIA TRADICIONAL COMO PRODUTORA DE VIOLÊNCIAS A MULHERES HOMOSSEXUAIS

Mulheres 41, 42, 43, 44, 47,48, 49, 51, 53, 54, 55, 56,57, 58, 59,62

Homossexualidade 42, 45, 46, 51, 52, 53, 61

Família 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63

Tradicional 47, 48, 49, 50, 52, 53, 56, 57, 58

Violências 41, 42, 43, 44, 47, 48, 56, 58, 59, 62

Subjetividade 57, 59

Identidade 42, 44, 47, 50, 57, 60, 61

Cultura 42, 45, 48, 55, 56, 59, 62

Relações Sociais 48, 55, 56

DIVERSIDADE E INCLUSÃO DE PESSOAS LGTBQIA+ NO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

LGTQIA+ 65, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84

Sexualidade 67, 70, 71, 72, 74, 79

Mercado de trabalho 65, 68, 69, 70, 71, 73, 75, 78, 81, 83, 84, 86, 87

Diversidade 65, 66, 68, 70, 73, 74, 75, 76, 78, 80, 82, 84, 85, 86, 87

Inclusão 65, 68, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 82, 85

Discriminação 66, 71, 75, 77, 81, 82, 83, 86

Invisibilidade 77

Cultura organizacional 73, 77

Políticas públicas 78, 82, 83, 85, 86

ESTADO AUTORITÁRIO E SEXUALIDADE: O CASO DO PREFEITO DE BACURÍ - MA (1969-1970)

Gênero 102, 108

Sexualidade 91, 96, 98, 99, 102, 104, 105, 110

Desejo 102, 104, 105, 106, 108

Masculinidades 98, 106

Ditadura militar 95, 101, 108, 109

Política 91, 92, 104, 106

Homossexualidade 98, 99, 104, 105

MULHER SAPATÃO: DA SOLIDÃO DE NÃO PERTENCER ÀS OUSADIAS E CORAGENS EM SE ARRISCAR NOS AFETOS

Mulher sapatão 117, 118, 123, 131, 132

Solidão 123

Infância 113, 118, 124, 126, 127

Estranheza 120, 124, 125, 132

Silêncios 118, 132, 133

Narrativas 118, 119, 120, 131, 134

Autobiografia 117, 118, 119, 120, 134

Experiências 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 131, 134

Ensino superior 116, 118, 126

Educação 116, 125, 134, 135

O USO DA JUDICIALIZAÇÃO COMO FORMA DE CONQUISTA DE DIREITOS PARA A POPULAÇÃO LGBTQIA+ PELO GRUPO MATIZES

Repertório 137, 139, 140, 141, 143, 149, 150, 151, 159, 160, 161, 165

Movimentos LGBTQIA+ 150

Grupo Matizes 137, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 164, 165, 166

Judicialização 137, 138, 139, 140, 141, 146, 150, 151, 152, 154, 157, 158, 159, 160, 166

Conquista de direitos 138, 139, 140, 150, 158

Interação com o Estado 141

Arena Política 145

Participação Social 145

Performance 139, 151, 165

Poder Judiciário 151, 157, 158, 159, 160

O GRINDR COMO FACILITADOR DE REDES E CONEXÕES DE DESEJOS VIRTUAIS

Grindr 168, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 177, 178, 180, 181, 183, 184, 185, 187, 188, 189, 190

Gays 176, 177, 178, 185, 186, 190

Tecnologias 169, 171, 172, 175, 176, 179, 185, 190

Sociabilidades 172, 179, 188, 190

Ferramentas 168, 169, 171, 172, 174, 177, 180, 182, 185, 186, 187, 190

Interação 171, 176, 177, 180, 183, 186, 190

Vivências 169, 172, 190

Virtual 168, 171, 174, 175, 177, 184, 185, 187, 188, 190

Relações 169, 171, 175, 177, 179, 185, 186, 187, 190

Digital 175, 179, 189, 190

TRANSMASCULINIDADES NA ORDEM CISGÊNERO EM TERESINA-PIAUÍ:

RELATOS DE UMA PESQUISADORA

Transmasculinidades 194, 215, 216

Gênero 192, 194, 195, 196, 199, 201, 202, 203, 204, 205, 207, 208, 209, 211, 213, 214, 215, 216

Mestrado 193, 216

Sexualidade 195, 196, 205, 206, 208, 210, 211

Identidade 194, 195, 199, 201, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 214

Relato de pesquisa 194, 203

Homens 192, 194, 195, 196, 197, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 213

Covid-19 194, 198

RAIMUNDO PEREIRA EM TELA: HOMOSSEXUALIDADES MASCULINAS REPRESENTADAS NO FILME HOMENS (1993)

Barítono Raimundo Pereira 222

História da Educação 218

Masculinidades 222, 223, 231

CORAÇÃO, CRUZ E CU: TECNOLOGIAS DE APRUMAÇÃO EM A PALAVRA QUE RESTA, DE STÊNIO GARDEL

Afetos 235, 236, 237, 238, 240, 243, 250, 255

Estudos *queer* 235

Affect studies 235

Estudos de afetos 235, 236

Sexualidade 235, 236, 241, 242, 247, 248

Ansiedade 235, 240, 241, 243, 244, 246, 247, 248, 249, 250, 252, 253

Emoções 236, 238, 243, 247, 252

Stênio Gardel 233

A Palavra que Resta 233, 234, 241, 244, 247, 252, 254

Aprumação 235, 243, 246, 248

TELAS SOCIOLÓGICAS MOVIMENTAM AS CENAS LGBTQIA+

Tela Sociológica 257, 259, 263, 264, 265, 266, 269, 270

Fassbinder, Rainer Werner 263, 264, 265

Bourne, Matthew 260, 261, 262, 263

Cabrera, Julio 257, 272

Bernardet, Jean-Claude 266, 272

Abreu, Caio Fernando 269, 270, 271, 272

Eco, Umberto 257, 272

Morin, Edgar 259, 273

Preciado, Paul B 258, 273

Quinalha, Renan 259, 273

UMA NARRATIVA DA REINVENÇÃO DE PAI E FILHO EM UMA FAMÍLIA HOMOPATERNAL

Pai 275, 276, 277, 278, 279, 280, 283, 284, 285, 289, 291

Filho 275, 276, 277, 278, 279, 280, 282, 283, 285, 286, 287, 288, 289

Adoção 280, 281, 282, 283

Família 275, 278, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 289, 290

Relação 277, 278, 280, 283, 286

Afeto 275, 277, 285, 288

Sentimento 277, 280, 287

Segurança 275, 280, 281, 283, 285, 287, 288, 289

Proteção 277, 278, 281, 282, 286

Direitos 279, 281, 282, 283



Este livro foi composto com as fontes:

Ofélia Display, desenvolvida por Daniel Sabino. De Blackletra;
Dupinzel, desenvolvida por Rodrigo Saiani. De Plau Design.



ISBN 978-65-5904-246-3



SECRETARIA
DA **CULTURA** - SECULT

